

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

DANILO DUARTE BRANDÃO

**NATUREZA E ALCANCE DO CONCEITO DE SUBIMPERIALISMO NO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
ECONOMIA BRASILEIRA**

UBERLÂNDIA

2019

DANILO DUARTE BRANDÃO

NATUREZA E ALCANCE DO CONCEITO DE SUBIMPERIALISMO NO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
ECONOMIA BRASILEIRA

Tese apresentada ao Programa de Doutorado
em Economia, da Universidade Federal de
Uberlândia, como exigência parcial para
obtenção do Título de Doutor em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento
Econômico

Orientador: Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho

Coorientadora: Prof. Dr^a. Marisa Silva Amaral

UBERLÂNDIA

2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B817 2019	<p>Brandão, Danilo Duarte, 1986- Natureza e alcance do conceito de subimperialismo no capitalismo contemporâneo [recurso eletrônico] : um estudo de caso sobre a economia brasileira / Danilo Duarte Brandão. - 2019.</p> <p>Orientador: Niemeyer Almeida Filho. Coorientadora: Marisa Silva Amaral. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Economia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2032 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Economia. I. Almeida Filho, Niemeyer , 1954-, (Orient.). II. Amaral, Marisa Silva, 1982-, (Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Economia. IV. Título.</p> <p>CDU: 330</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

NATUREZA E ALCANCE DO CONCEITO DE SUBIMPERIALISMO NO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
ECONOMIA BRASILEIRA

Tese aprovada para obtenção do Título de
Doutor no Programa de Pós-Graduação em
Economia da Universidade Federal de
Uberlândia (MG) pela banca examinadora
formada por:

Uberlândia, 31 de maio de 2019.

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho, UFU/MG

Prof. Dr^a. Marisa Silva Amaral, UFU/MG

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento, UFU/MG

Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça, UFU/MG

Prof. Dr. Daniel Lemos Jeziorny, UFBA/BA

Prof. Dr^a. Marina Machado Gouvêa, UFRJ/RJ

Agradecimentos

Aos meus pais Francisco Duarte Brandão Neto e Maria Alves dos Santos Brandão, por todo empenho e dedicação na realização desta nova etapa de minha vida. A minha irmã Eliane Duarte Brandão pelo apoio e incentivo.

Ao professor Dr. Niemeyer Almeida Filho e prof. Dr^a. Marisa Silva Amaral, pela orientação e toda sua dedicação para a conclusão desse trabalho.

A Universidade Federal de Uberlândia, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Economia, pela acolhida durante esses quatro anos e a todos os professores pelo esforço e conhecimento transmitido. Agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento deste trabalho.

As minhas amigas Ana Lourdes minha querida “Aninha” e Luciana Duarte pelo apoio e aos bons momentos.

À Fernando Borma, meu amigo e companheiro de longa data, com suas poesias e apoio nos momentos mais difíceis. Muito obrigado.

Aos amigos e colegas que conquistei durante curso e aos demais que contribuíram direta e indiretamente nesta caminhada, obrigado pelo apoio, incentivo e pelos bons momentos que me proporcionaram.

Resumo

A teoria do imperialismo é referência para o estudo do funcionamento do capitalismo contemporâneo, sendo assim, se utiliza como ponto de partida para a compreensão do papel das economias dependentes na divisão internacional do trabalho. A Teoria Marxista da Dependência se constitui em fundamental arcabouço teórico, do pensamento crítico, para o estudo do desenvolvimento das economias latino-americanas. Outrossim, contribui com conceitos importantes como: a superexploração da força de trabalho e o subimperialismo; cunhados por Ruy Mauro Marini. Posto isso, o trabalho realiza um estudo da economia brasileira através do conceito subimperialismo. A industrialização da economia brasileira, eleva a composição orgânica média do capital em meados da década de 1960; aprofunda sua integração com o imperialismo estadunidense e mantém uma autonomia relativa com política expansionista que auxilia na realização do capital via comércio exterior e exportação de capital. Porém, a crise fiscal e financeira do Estado na década de 1970 e 1980, impõe limites as políticas desenvolvimentistas. A década de 1990 marca o início da adoção de políticas neoliberais, em consonância com o Consenso de Washington, resultando na abertura do mercado, liberalização financeira e ausência de política industrial. Dessa maneira, busca-se responder, se o conceito subimperialismo ainda possui capacidade explicativa para a economia brasileira no século XXI, diante da perda do dinamismo da indústria nacional e da concorrência capitalista. Para isso, se investiga a composição da pauta de exportação do Brasil com seus principais parceiros comerciais, o posicionamento do país diante das investidas do imperialismo estadunidense na América do Sul, as fusões e aquisições das transnacionais brasileiras nos países da região e o investimento direto brasileiro. O resultado encontrado, revela que o termo subimperialismo ainda é válido para a economia brasileira, mas, os interesses estadunidenses e chineses na América do Sul aliado as debilidades internas para retomar políticas industriais limitam as condições para o subimperialismo.

Palavras-chave: imperialismo, subimperialismo, dependência.

Abstract

The theory of imperialism is a reference for the study of the functioning of contemporary capitalism and is thus used as a starting point for understanding the role of dependent economies in the international division of labor. The Marxist Theory of Dependency is a fundamental theoretical framework of critical thinking for the study of the development of Latin American economies. It also contributes important concepts such as: the overexploitation of the labor force and sub-imperialism; coined by Ruy Mauro Marini. After this, the work carries out a study of the Brazilian economy through the concept of sub-imperialism. The industrialization of the Brazilian economy raises the average organic composition of capital in the mid-1960s; deepens its integration with US imperialism and maintains a relative autonomy with expansionist policy that assists in the realization of capital via foreign trade and capital export. However, the state's fiscal and financial crisis in the 1970s and 1980s imposed limits on development policies. The 1990s mark the beginning of neoliberal policies, in line with the Washington Consensus, resulting in market opening, financial liberalization, and lack of industrial policy. Thus, it is sought to answer if the concept of sub-imperialism still has an explanatory capacity for the Brazilian economy in the 21st century, given the loss of the dynamism of national industry and capitalist competition. To this end, the composition of the export agenda of Brazil with its main trading partners, the positioning of the country in the face of US imperialism's investees in South America, the mergers and acquisitions of the Brazilian transnationals in the countries of the region and the Brazilian direct investment. The result found, reveals that the term sub-imperialism is still valid for the Brazilian economy, but the US and Chinese interests in South America combined with the internal weaknesses to resume industrial policies limit the conditions for sub-imperialism.

Key words: imperialism, sub-imperialism, dependency

Lista de tabelas

Tabela 1 - Saldo comercial do Brasil – US\$ (FOB)	110
Tabela 2 – Exportações brasileiras – Grupo de produtos – US\$ (FOB).....	112
Tabela 3 – Importações brasileiras – Grupos de produtos – US\$ (FOB).....	113
Tabela 4 – Exportações brasileiras – Estados Unidos/China – Grupo de produtos	115
Tabela 5 – Importações brasileiras – Estados Unidos/China – Grupo de produtos	116
Tabela 6 – Capitais brasileiros no exterior – categorias de investimento – 2007-2016 (US\$ milhões)	134
Tabela 7 – Investimento direto brasileiro – principais países - 2016	136
Tabela 8 – Investimento direto brasileiro – países sul-americanos - 2016.....	137
Tabela 9 – Empresas transnacionais brasileiras em países desenvolvidos e em desenvolvimento - principais fusões e aquisições (US\$ milhões).....	140
Tabela 10 – Operações de exportação pós-embarque de serviços de engenharia - US\$ milhões	141
Tabela 11– Desembolsos BNDES Pós-embarque por destino das exportações financiadas - US\$ mil	143
Tabela 12 – Empresas transnacionais brasileiras na América do Sul – principais fusões e aquisições – US\$ milhões.....	144
Tabela 13 – Exportação brasileira de armamentos – US\$ milhões	148
Tabela 14 – Principais exportadores de armamentos – US\$ milhões.....	151
Tabela 15 – Armamentos exportados pelo Brasil - US\$ milhões	152

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Taxa de crescimento anual do investimento direto estrangeiro (1991-2017)	117
Gráfico 2 – Participação nos fluxos de IDE (%)	124
Gráfico 3 – Fluxo de capitais em fusões e aquisições e investimentos <i>greenfield</i> – US\$ milhões	125
Gráfico 4 – Total das fusões e aquisições – US\$ milhões	126
Gráfico 5 – Total das fusões e aquisições por setores – US\$ milhões	127
Gráfico 6 – Total dos investimentos na modalidade <i>Greenfield</i> – US\$ milhões	128
Gráfico 7 – Total dos investimentos na modalidade <i>Greenfield</i> por setores – US\$ milhões	128
Gráfico 8 – Fluxo de capitais em fusões e aquisições e investimentos <i>Greenfield</i> na América Latina – US\$ milhões	130
Gráfico 9 – Fusões e Aquisições na América do Sul – por grupo de países – 2000-2017	131
Gráfico 10 – Investimento direto brasileiro – 2010 (% total investido)	133
Gráfico 11 – Investimento direto brasileiro – 2016 (% total investido)	134
Gráfico 12 – Operações de pós-embarque de serviços de engenharia entre 1998 a 2015 - por destinos - % total	142
Gráfico 13 – Despesas militares de países selecionados (% PIB)	150

Lista de mapas

Mapa 1 – Histórico de internacionalização das empresas brasileiras – 1941-2016 138

Lista de figuras

Figura 1 – Modo de produção capitalista	66
Figura 2 – Mecanismo de superexploração da força de trabalho	71
Figura 3 – Esquema subimperialista.....	74

Lista de quadros

Quadro 1 – Histórico de internacionalização de empresas brasileiras	172
Quadro 2 – Estoque de investimento direto brasileiro no exterior – US\$ milhões	172
Quadro 3 – Síntese do Investimento Direto Brasileiro no Exterior - US\$ milhões.....	174
Quadro 4 – Investimento direto estrangeiro – US\$ milhões	175
Quadro 5 – Investimento direto estrangeiro – US\$ milhões (<i>cont.</i>).....	176
Quadro 6 – Participação no Investimento Direto Estrangeiro	177
Quadro 7 – Total das fusões e aquisições – US\$ milhões	178
Quadro 8 – Total das fusões e aquisições por setores – US\$ milhões	179
Quadro 9 – Total dos investimentos na modalidade <i>Greenfield</i> – US\$ milhões.....	180
Quadro 10 – Total dos investimentos na modalidade <i>Greenfield</i> por setores – US\$ milhões	181
Quadro 11 – Fusões e Aquisições na América do Sul por transnacionais estadunidenses – US\$ milhões	183
Quadro 12 – Fusões e Aquisições na América do Sul por transnacionais europeias – US\$ milhões	185
Quadro 13 – Fusões e Aquisições na América do Sul por transnacionais chinesas – US\$ milhões	190
Quadro 14 – Fusões e Aquisições na América do Sul – países diversos – US\$ milhões	191

Sumário

Introdução	14
I – A teoria clássica do imperialismo	21
1.1 O <i>subconsumo</i> em Hobson e Luxemburg	22
1.2 Do capital financeiro à etapa superior do capitalismo: o imperialismo em Hilferding e Lênin	32
1.2.1 O conceito de capital financeiro em Hilferding e as razões para a política imperialista	32
1.2.2 A <i>etapa superior do capitalismo</i> em Lênin	39
1.3 As contribuições de Bukharin à teoria do imperialismo	43
1.4 As contribuições de Kaustky à teoria do imperialismo	45
II – As contribuições da Teoria Marxista da Dependência ao debate do desenvolvimento latino-americano	49
2.1 O ciclo do capital na economia dependente	63
2.2 A superexploração do trabalho: o pilar fundamental do capitalismo dependente	69
III – O conceito de subimperialismo na obra de Ruy Mauro Marini: um balanço atual do Brasil na América do Sul	73
3.1 As perspectivas do <i>Subimperialismo</i> no século XXI: um estudo sobre o Brasil..	96
3.1.1 MERCOSUL e UNASUL: mecanismos de manutenção da hegemonia regional brasileira	97
3.1.2 O comércio exterior do Brasil: o fluxo das trocas desiguais no capitalismo dependente	110
IV – A exportação de capital nas vias da concorrência capitalista: as possibilidades para o subimperialismo	117
4.1 O investimento direto brasileiro	132
4.2 A transnacionalização das empresas brasileiras: uma análise a partir das fusões e aquisições	137
4.3 Complexo industrial-militar do Brasil	145
V – Considerações finais	155
Referências bibliográficas	162
Anexo	172

Introdução

A teoria do imperialismo fomenta a discussão do desenvolvimento capitalista a partir do século XIX, tendo como foco de análise a formação dos monopólios e a importância da exportação de capital. O livro de John Hobson, *Imperialism: a study*, publicado em 1902, inaugura o debate em torno do conceito de imperialismo. Posteriormente, autores marxistas enriquecem a discussão com novas categorias de análise, tais como: Rosa Luxemburg, Rudolf Hilferding, Nicolai Bukharin, Vladimir Lênin e Karl Kautsky.

Neste trabalho, toma-se dois eixos norteadores para interpretação da teoria do imperialismo: no primeiro, temos como base a ideia de subconsumo como explicação da política imperialista; no segundo, a existência do capital financeiro como epicentro da política imperialista e da existência de um novo modo de acumulação capitalista.

No primeiro eixo, tem-se como suporte teórico John Hobson e seu livro supracitado. Para o autor, o excesso de poupança interna tem como causa a má distribuição da riqueza, que provoca o baixo nível de consumo da classe trabalhadora e a falta de estímulo ao investimento, fazendo com que os empresários procurem oportunidade de investimento lucrativo em regiões atrasadas ou nos demais países industrializados.

Outra referência nesse eixo é o livro *A acumulação de capital*, de Rosa Luxemburg, no qual se argumenta a existência da política imperialista como uma resposta à incapacidade de realização do mais-valor pelo mercado interno das economias industrializadas, motivando a saída de capitais ao exterior, notadamente para regiões de economias não capitalistas. Para a autora, o essencial para a reprodução do capital é a ampliação do mercado para a comercialização dos bens manufaturados e, assim, completar o ciclo de realização do capital.

No segundo eixo de análise estão Hilferding, Bukharin e Lênin que utilizam o conceito de capital financeiro como argumento central para o imperialismo. Porém, para Hilferding e Bukharin o capital financeiro se constitui na razão da política imperialista, enquanto Lênin defende que a existência do capital financeiro compreende uma nova fase da acumulação. Por fim, tem-se Karl Kautsky com o conceito de ultraimperialismo.

De outra parte, Rudolf Hilferding formula o conceito de capital financeiro como resultado da associação entre o capital industrial e bancário. Assim, é a intensa associação entre os capitais que motiva a exportação de capital e a política imperialista. Nicolai

Buckharin também utiliza o conceito de capital financeiro, entretanto, para o autor, a política imperialista tem origem na necessidade de aplicar no exterior capitais excedentes decorrentes da superacumulação.

Contrário à ideia de uma política imperialista, Vladimir Lênin aborda a fase atual do capitalista como um novo modo de acumulação. Dessa forma, o autor argumenta que a etapa superior do capitalismo é o imperialismo. O resultado desse novo processo de acumulação tem como núcleo do sistema o capital financeiro e o papel dos monopólios no Estado. A etapa atual do capital se compõe de uma intensa concentração e centralização do capital, liderando as ações do Estado no núcleo orgânico do capitalismo e, conseqüentemente, uma nova partilha do mundo entre as nações industriais.

Karl Kautski, diferentemente dos demais autores, entende que o imperialismo é resultado do capitalismo industrial. O autor apresenta uma ideia controversa acerca da evolução do imperialismo para um sistema ultra imperialista, em que as disputas entre os Estados são eliminadas em defesa do sistema econômico. Esse pensamento decorre da centralidade das grandes corporações no sistema e na política dos diferentes Estados imperialistas.

A partir dessa exposição da teoria do imperialismo, este trabalho busca apresentar o funcionamento do sistema capitalista em sua fase atual, no qual algumas nações lideram o processo de acumulação capitalista em detrimento de outras, economicamente mais frágeis e continuamente exploradas. Assim, é no cerne desse sistema de exploração e da divisão internacional do trabalho, imposto pelo imperialismo, que se formam as economias dependentes como parte do funcionamento do sistema capitalista.

A divisão internacional do trabalho estrutura a forma de exploração da classe trabalhadora na periferia. Diante da transformação dos métodos de produção nos países centrais, articula-se um movimento de especialização produtiva que sacrifica o desenvolvimento das antigas colônias. Enquanto os países do núcleo orgânico do capitalismo se transformam em fornecedores de produtos industrializados, as antigas colônias europeias na América Latina se mantêm como fornecedores de produtos primários.

A produção de matérias-primas na periferia capitalista atende às necessidades de acumulação das nações industrializadas, na medida em que fornece bens de salários e insumos para a produção industrial, reduzindo o valor da força de trabalho. Porém, à medida que aumenta as importações de bens industrializados nos países periféricos, aumenta também a oferta da produção primária, provocando a queda de preço dos

principais produtos exportados pela América Latina frente aos preços dos produtos industrializados que se mantêm relativamente estáveis, dando forma à troca desigual. Assim, a necessidade de aumento da produção primário-exportadora e a compensação da perda de mais-valor em decorrência das trocas desiguais se realizam com aumento da exploração do trabalhador, a qual Marini (2011) intitula superexploração da força de trabalho.

O entendimento da relação centro-periferia motiva uma importante discussão em torno do desenvolvimento econômico das nações periféricas. Assim, no ano de 1948, é criada a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, com o objetivo de contribuir com as políticas de desenvolvimento nos países da região. “Seu princípio *normativo* é a ideia da necessidade da contribuição do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana” (BIELSCHOWSKY, 2000, P. 16). Com base no método histórico-estruturalista, os trabalhos buscam compreender as raízes do atraso econômico da região e, assim, sugerir caminhos para sua superação.

A saída para o atraso econômico da América Latina e sua condição periférica se encontra na continuidade do processo de industrialização, que se dinamiza desde a crise de 1929 através da substituição de importações. Desse modo, por meio de incentivos a importações de máquinas e equipamentos, desenvolve-se um setor industrial de produtos de consumo duráveis e não duráveis expressivos em países como Brasil, Argentina e México.

Contudo, o desenvolvimento industrial latino-americano não ocorre à margem dos interesses capitalistas das nações centrais. No período pós-segunda guerra, a industrialização periférica serve aos interesses imperialistas para o escoamento de máquinas e equipamentos obsoletos, abrindo espaço para a abertura de um novo padrão tecnológico. A partir da década de 1950, a região latino-americana passa a absorver um volume crescente de capital na forma de investimento direto e empréstimos destinados ao financiamento do parque industrial e infraestrutura adequada à nova estrutura produtiva.

No caso brasileiro, o desenvolvimento industrial fomenta a formação de uma burguesia industrial com influência política suficiente para dividir o poder com a burguesia agrária, tradicional reduto da elite econômica e política do país. No entanto, em meados da década de 1950 e na década de 1960, o modelo desenvolvimentista se mostra insuficiente para superar problemas fundamentais das economias periféricas, como a

desigualdade econômica e o desemprego. Ademais, o modelo desenvolvimentista com base em uma industrialização autônoma enfrenta desafios internos e externos.

Para Furtado (2008), o problema da industrialização periférica se encontra na dependência econômica, política e cultural não superada. A industrialização se constitui com base nas importações de máquinas e equipamentos com tecnologias alheias ao desenvolvimento técnico-científico das nações periféricas. Além disso, o excedente da produção primário-exportadora, que tradicionalmente financia a industrialização, faz restrições com a queda de preços das *commodities*. A saída para a continuidade do desenvolvimento industrial é a abertura do mercado para o ingresso das transnacionais dos países centrais, elevando o nível da dependência e do subdesenvolvimento.

Assim, a continuidade do acesso às tecnologias decorre dos investimentos estrangeiros, entregando a dianteira do processo de acumulação dos países periférico às transnacionais, deixando o capital nacional em setores de menor intensidade tecnológica, enquanto o capital estatal se direciona para setores de elevados investimentos, como metalurgia, mineração e infraestrutura de transporte e energia. Esse adensamento do investimento estrangeiro e a importação de máquinas e equipamentos pelas empresas nacionais não ocorre de forma equilibrada em todos os setores, muito menos entre as regiões, a industrialização gera um diferencial de produtividade e salários que tem impacto na concentração de renda e riqueza. Para Furtado (2009, p. 173), “é a heterogeneidade tecnológica entre os setores ou departamentos de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento”.

É a partir de uma visão crítica ao desenvolvimento do Brasil e da América Latina que, em meados da década de 1960, surge a Teoria Marxista da Dependência – TMD. Ruy Mauro Marini, em seu livro *Dialética da dependência*, publicado inicialmente em 1972, realiza importante contribuição ao identificar o problema da troca desigual e da superexploração da força de trabalho como fatores essenciais da dependência das economias periféricas. Para o autor (2013, p. 28), o período entre 1964 e 1968:

representa a derrota das camadas médias burguesas e pequeno burguesas – e, claro está, das massas trabalhadoras – frente ao grande capital nacional e estrangeiro; este não vacilou, sobretudo na primeira fase do processo, em se aliar aos setores reacionários do país, impondo sua hegemonia. E não poderia ser diferente: a revolução burguesa corresponde a uma etapa definida do capitalismo, marcada pela ascensão de uma burguesia que se incluía ainda em grande medida no movimento popular; na era do imperialismo, na qual vivemos hoje, todo movimento autenticamente burguês é antipopular e, como tal, contrarrevolucionário.

Dessa maneira, a associação do capital nacional com o capital estrangeiro inaugura no Brasil uma nova fase da acumulação capitalista. Os novos investimentos na indústria pesada possibilitam o aumento da composição orgânica média do capital, contudo, as contradições do capitalismo dependente se mantêm. As empresas transnacionais se beneficiam da superexploração da força de trabalho e ampliam a concentração e centralização do capital. O avanço do capitalismo exige o aumento da participação do Estado nos mecanismos de controle da exploração e na abertura de novas frentes para a realização do capital, através do mercado externo da exportação de capital.

O desenvolvimento industrial, desde o processo de substituição de importações, realiza-se com base em um mercado consumidor preexistente composto pelas camadas média e alta da sociedade. Dessa maneira, a realização do capital não necessita do incremento da classe trabalhadora no mercado consumidor. A indústria nas economias dependentes possui diferentes graus de desenvolvimento e responde a uma nova divisão internacional do trabalho, servindo como mercado consumidor da produção de bens intermediários e de capital dos países imperialistas.

Portanto, a associação do capital nacional com o capital estrangeiro e a nova divisão internacional do trabalho criam condições favoráveis para o desenvolvimento dos monopólios e do capital financeiro em economias dependentes, colocando-as em posição privilegiada no conjunto das economias dependentes, com um caráter subimperialista. Para Marini (2013), em meados da década de 1960, o Brasil apresenta todas as características de um país subimperialista, como a exportação de produtos industrializados de consumo suntuário para nações dependentes que possuem composição orgânica média inferior. O grau de monopolização alcançado por empresas nacionais permite a exportação de capitais através de investimento direto, como, por exemplo, os investimentos da Petrobrás no Oriente Médio e a exportação de armas para a região.

A crise fiscal e financeira do Estado nas décadas de 1970 e 1980 limita a capacidade do país continuar com as políticas desenvolvimentistas que subsidiassem a continuidade da industrialização em direção a setores mais dinâmicos, que compreendesse o novo padrão tecnológico. Além do mais, a dissolução da URSS, em 1989, inaugura uma nova fase da supremacia dos EUA, impondo um reordenamento na hierarquia do sistema capitalista. A consequência para o Brasil é o alinhamento direto com o Consenso de Washington e a adoção da política econômica de caráter neoliberal na década de 1990.

A nova fase da economia brasileira abre caminho para a abertura do mercado interno à concorrência estrangeira, que fragiliza o setor produtivo nacional. Para o país, a consequência se traduz na redução da participação da indústria nas exportações e o crescimento da participação do setor primário, atendendo a demanda externa. O Brasil se torna o principal destino do investimento direto estrangeiro na América Latina, principalmente com as ostensivas privatizações que se sucedem na década de 1990. No âmbito externo, o país se concentra no aprofundamento dos acordos comerciais na América do Sul com o objetivo de preservar os mercados da região e garantir oportunidades de investimentos. Ademais, o crescimento da economia chinesa implica para o Brasil um novo paradigma de desenvolvimento com base nas exportações de *commodities* para o país asiático, que se transforma no principal parceiro comercial do país.

O crescimento da China traz importantes investimentos nos setores de transporte, energia e mineração para a América do Sul, mas, também, a transforma no principal parceiro comercial dos países da região, fornecendo produtos de baixa e média intensidade tecnológica e, mais recentemente, ingressando na concorrência em setores de produtos de alta intensidade tecnológica. A presença chinesa na América do Sul em setores estratégicos tem ampliado a concorrência capitalista e, por influência política na região, com os EUA e países europeus.

Destarte, a hipótese presente neste trabalho reside na razão de existência do próprio subimperialismo que atua organicamente com o posicionamento do imperialismo. Assim, conforme o imperialismo caminha para garantir sua hegemonia, mais restringida é a manutenção de uma autonomia relativa. Para se posicionar como centro subimperialista, dentre as economias capitalistas dependentes, torna-se essencial se manter como parte acessória de manutenção da hegemonia imperialista, garantindo não apenas a realização do capital nacional, mas, sobretudo, a realização do capital dos centros dominantes, por via da superexploração do trabalho e do reordenamento da divisão internacional do trabalho, acentuando, desse modo, todas as contradições do capitalismo dependente.

Posto isso, diante das mudanças do sistema capitalista no século XXI, este trabalho busca responder se o conceito de subimperialismo ainda possui capacidade explicativa para a realidade brasileira. Assim, a pesquisa consiste no levantamento de dados que visem dar subsídio à proposta de investigação e identificar a posição do capital

nacional nos países da América do Sul, região tradicional de influência da economia brasileira.

O trabalho se divide em quatro seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira parte, aborda-se a teoria do imperialismo para a compreensão da estrutura do sistema capitalista, bem como a formação de nações dependentes submetidas à divisão internacional do trabalho. Na segunda, apresenta-se a Teoria Marxista da Dependência como referência para a interpretação do capitalismo nas economias periféricas, seção que tem como objetivo trazer a discussão do conceito de subimperialismo para a economia brasileira. Em seguida, na terceira seção, investiga-se o alcance do conceito de subimperialismo com base na análise de dados da economia brasileira. Na quarta seção, discute-se os elementos desses dados, em anos recentes, que podem qualificar o subimperialismo brasileiro na América do Sul. Por fim, a conclusão apresenta os elementos centrais encontrados que definem a natureza e o alcance do subimperialismo no século XXI.

I – A teoria clássica do imperialismo

A teoria do *imperialismo*¹ encetou a análise acerca dos estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo ao longo do século XX e a desigualdade entre as nações capitalistas. É no interior dessa desigualdade que está presente a dependência econômica e política das nações mais frágeis. O termo *imperialismo* foi e continua sendo usado de forma distinta entre os autores, a depender da corrente teórica em que se filiam.

A compreensão que se faz do capitalismo, enquanto sistema econômico mundial, caracteriza-se por duas esferas: i) a imperialista, no qual se situam as economias concentradoras e centralizadoras do capital hegemônico; ii) a esfera dependente, constituindo nações que estão submetidas à ordem mundial estabelecida pela esfera superior imperialista. Sem embargo, as duas esferas do capitalismo são heterogêneas em sua formação política e econômica. A teoria do imperialismo e a teoria da dependência, em suas vertentes marxistas, provém ferramentas indispensáveis para a análise e compreensão do mercado mundial e de todo o sistema capitalista em que a sociedade global se assenta nos dois últimos séculos.

Posto isso, com o propósito de analisar a relação intrínseca entre as duas esferas, o presente capítulo percorre a discussão da *Teoria do Imperialismo*, fundamentando-se na Teoria Clássica de Hobson a Bukharin. Por conseguinte, o capítulo se orienta por dois blocos de discussão: o primeiro, fundamentado na ideia de subconsumismo; e o segundo, que tem como eixo de análise o papel do capital financeiro.

Na vertente subconsumista estão presentes Hobson e Luxemburg e na vertente do capital financeiro se encontram Hilferding, Lênin e Bukharin. Posteriormente, traremos uma breve discussão do conceito de imperialismo elaborado por Karl Kautsky. A proposta dessa divisão tem como objetivo dilucidar o debate teórico, considerando as diferenças metodológicas e teóricas dos autores.

Desse modo, temos no eixo explicativo do subconsumo Hobson e Luxemburg. John A. Hobson, como um progressista, tem em seu estudo o subconsumismo da sociedade britânica como a causa para o Imperialismo do Reino Unido. O consumo insuficiente do mercado interno estimula a saída de capitais à procura de investimentos mais lucrativos nas colônias britânicas ou países subdesenvolvidos. De outra parte, Rosa

¹ Cf. Brown (1976, p. 13) “a utilização da palavra imperialismo, tal como das palavras capitalismo e mercantilismo, implica a necessidade de conjugar análise política e econômica na explicação da unidade dos fenômenos sociais”.

Luxemburg, através de sua crítica ao esquema de reprodução do capital de Marx, identifica a incapacidade do modelo em explicar a reprodução do capital com base no consumo de duas classes: os proletários e os capitalistas. Desse modo, Luxemburg considera que o consumo dessas duas classes é insuficiente; com isso, sua tese nos apresenta a expansão do capital para áreas de economias não capitalistas ou naturais, nas quais é possível realizar o mais-valor e garantir sua acumulação. O segundo eixo se assenta na importância do capital financeiro para a constituição da nova fase do capitalismo. O trabalho precursor que influenciou os demais autores foi o de Hilferding.

1.1 O subconsumo em Hobson e Luxemburg

Jhon A. Hobson, em seu livro *Imperialism: a study*, publicado em 1902, retoma ao debate econômico e social o conceito de imperialismo. Como um progressista, Hobson dedica sua obra às relações do Império Britânico com suas colônias, nações atrasadas e nações industriais concorrentes². Porém, sua análise converge para o papel que as empresas e capitalistas britânicos desenvolvem no Estado. Para ele, as ações imperialistas britânicas são motivadas sobretudo pela necessidade de investimento de um capital excedente à procura de maior rentabilidade, visto que o mercado interno seria incapaz de absorver tal excedente. O autor, portanto, elabora em sua obra uma crítica à política econômica britânica. Segundo Hobson (1981), as relações britânicas com nações industrializadas seriam mais benéficas e lucrativas do que as relações coloniais ou com nações pobres.

A política imperialista para Hobson resulta de paradoxos do sistema capitalista³, a saber: a incapacidade de absorção do excedente de capital e a insuficiência do mercado consumidor interno para absorver toda a produção industrial. Portanto, as nações industriais se movem em direção às políticas imperialistas já em 1870. A competição por novos mercados acirra tais políticas imperialistas⁴. Dessa forma, Hobson (1981, p. 91-93), destaca que:

² Embora Hobson não seja considerado um autor marxista, seu trabalho influenciou toda a corrente teórica marxista dedicada ao estudo do Imperialismo.

³ Cohen ressalta que para Hobson, “o imperialismo não foi um produto necessário do capitalismo. Era simplesmente uma *resposta prática a certo desajustamento dentro do sistema num estágio avançado de desenvolvimento*, ou seja, o desequilíbrio entre poupança e consumo, provocado pela distribuição desigual da renda de cada nação[...]” (COHEN, 1976, p. 43 *grifo nosso*).

⁴ Para Hobson o imperialismo é uma política do Estado em favor dos grandes empresários ou os financistas (*rentiers*).

Esta súbita necesidad de mercados extranjeros para las manufacturas y las inversiones norteamericanas fue claramente la causa de que se adoptara el imperialismo como línea política [...]. Fueron las Compañías Rockefeller, Pierpont Morgan y sus asociadas las que necesitaban el imperialismo y lo cargaron a hombros del gran país norteamericano. Necesitaban el imperialismo porque deseaban utilizar los fondos públicos de su patria para encontrar inversiones lucrativas a su capital privado que, de otro modo, permanecería inactivo. [...] Las mismas necesidades aparecían en las naciones europeas y, como es bien sabido, empujaron a los gobiernos correspondientes a seguir la misma política. La superproducción en el sentido de exceso de instalaciones industriales, y los excedentes de capital que no podían invertirse lucrativamente dentro del propio país, obligaron a Gran Bretaña, Alemania, Holanda y Francia a colocar una proporción cada vez mayor de sus recursos económicos en territorios fuera del área de su soberanía, y después presionaron en favor de la expansión y la absorción política de aquellos nuevos territorios.

Diante disso, o autor se propõe explorar a razão do excedente da poupança interna e sua alocação em investimentos rentáveis⁵, considerando que a resposta se encontra na distribuição de riqueza. “Si se distribuyera la renta o la capacidad de consumo de acuerdo con las necesidades existentes, es evidente que el consumo aumentaría siempre que hubiera un aumento del poder de producción [...]” (HOBSON, 1981, p. 95).

O consumo interno seria uma resposta a essa crise de excesso de poupança, tendo em vista que a poupança gerada advinha não exclusivamente das empresas, mas do restante da sociedade, como profissionais liberais, inclusive de trabalhadores que poupavam parte de seus salários. Desse modo, “la apertura de nuevos mercados y nuevas áreas de inversión no es lo progreso industrial, sino la mala distribución del poder de consumo [...] *El exceso de ahorro que constituye la raíz económica do imperialismo* [...]” (HOBSON, 1981, p. 97 *grifo nosso*).

Assim, o autor encontra o caminho para solucionar o problema através das reformas sociais que viabilizem o aumento do consumo interno. Dessa maneira, toda a produção interna poderia ser alocada no próprio mercado nacional. A tarefa emergente para os governos encontraria razão nas formas possíveis de redistribuição da riqueza. Com o aumento do consumo dos ricos, haveria novas oportunidades de emprego e

⁵ Hobson (1981, p. 93) se interroga, “el ahorro que excede de esos límites es el que crea desajustes: se acumula en forma de excedentes de capital que no se necesitan para fomentar el consumo real, y que permanecen inactivos, o procuran desplazar de sus inversiones al capital que ya está invertido, o tratan, con la ayuda del correspondiente gobierno, de emplearse en operaciones de especulación en países extranjeros. [...] Pero hay varias preguntas que uno puede hacer a este respecto: ¿por qué hay esa tendencia al exceso de ahorro? [...] ¿por qué la presión de las necesidades presentes no mantiene el mismo ritmo que todas las posibilidades de satisfacerlas?”.

aumento de salários para a classe trabalhadora, o que impulsionaria ainda mais o consumo.

Como exposto por Hobson, a política imperialista, além de suicida, para o próprio capital, é um puro sofismo, “es seguir la política del perro del hortelano, que ni come ni deja comer” (HOBSON, 1981, p. 100). O excesso de poupança dos empresários encontraria explicação, em alguma medida, no baixo poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores, visto que sem o consumo destes o mercado seria reduzido e, com isso, haveria menos estímulo ao investimento no mercado interno. Posto isso, a reforma necessária para se contrapor ao subconsumo seria compatível com um Estado comprometido em “aliviar la pobreza que existe en la vida comunitária, recurriendo para ello a nuevas formas de gasto socialmente útiles” (HOBSON, 1981, p. 102).

A política imperialista não apenas desvia o Estado de suas obrigações sociais, como o leva a consequências mais dispendiosas financeiramente. Para que a política imperialista se torne eficiente e alcance o objetivo de absorver mercados com oportunidades de lucratividade para o capital, o Estado adentra por caminhos tortuosos de conflitos militares. De acordo com Hobson (1981), o imperialismo leva os Estados à guerra, ao militarismo e gastos excessivos em armamentos, sobrecarregando as finanças públicas⁶. A consequência disso é um contínuo acirramento interimperialista. Os recursos públicos se vinculam às necessidades da competição entre as nações. Cada nova ação de uma nação rival obriga as demais a despender mais recursos para manter sua posição imperialista. Para o autor, a crescente industrialização das nações europeias e dos Estados Unidos teria aproximado essas nações do poder econômico britânico, ameaçando a hegemonia inglesa⁷.

Embora Hobson tenha inaugurado a discussão em torno do tema *Imperialismo* em sua época e reconhecendo a importância do seu estudo, outras contribuições ao debate emergiram a partir de sua obra. A vertente teórica *marxista* deu importantes contribuições à análise do sistema capitalista mundial, reconhecendo a existência de uma nova fase do capitalismo. Entre os autores marxistas que iniciaram o debate sobre o imperialismo,

⁶ Hobson (1981) evidencia que a soma dos gastos militares da Inglaterra, França, Rússia, Alemanha, Áustria e Itália cresceu de 88.784.000,00 milhões de libras entre 1869-1870 para 175.045.000,00 milhões de libras entre 1897-1898.

⁷ Neste ponto, Hobson chama a atenção para o custo de manutenção da política imperialista inglesa, que diante do acirramento com a França, Alemanha e Estados Unidos, dispende preciosos recursos na proteção de suas colônias comprometendo as finanças públicas. Portanto, o custo colonial tornaria a política imperialista insustentável, enquanto as relações econômicas com as nações desenvolvidas seriam mais proveitosas.

destacam-se Hilferding, Lenin, Luxemburg, Bukharin e Kautsky⁸. Porém, esses autores se dividiram em duas vertentes: a primeira tem como principal representante Rosa Luxemburg, que, assim como Hobson, defende a ideia de subconsumo como problema central que impulsionaria a política imperialista; a segunda vertente é orientada pelos trabalhos de Hilferding e Lênin, que veem o capital financeiro como razão primordial para a constituição do imperialismo.

A corrente teórica marxista de defesa da tese de subconsumo⁹ tem como sua principal representante Rosa Luxemburg, com o livro *A acumulação de capital*, publicado originalmente em 1913. A autora fundamenta seu trabalho na crítica ao esquema de reprodução do capital, destacando a produção e a realização. Luxemburg (1985, p. 9) argumenta que:

O início da reprodução, nesse caso, não depende somente de condições técnicas, nem simplesmente de condições sociais. Depende, sobretudo, do fato de se fabricarem tão-somente produtos cuja perspectiva de realização seja certa, isto é, que possam ser trocados por dinheiro; que não só possam ser realizados, mas que o sejam com lucro de magnitude habitual no país. O lucro, como meta e fator determinante, não domina, nesse caso, tão só e simplesmente a produção simples, mas igualmente a reprodução. Assim, preside não só o método e alvo dos respectivos processos de trabalho (bem como da distribuição referente ao produto), como também estabelece a proporção e o sentido que tomará o processo de trabalho quando novamente retomado, após a conclusão de um período de trabalho anterior.

A contradição do sistema consiste na necessidade de contínua ampliação da reprodução do capital, pois a cada novo ciclo se faz necessário uma extração crescente de mais-valor, este que é o sentido único da reprodução ampliada¹⁰. O mais-valor é o

⁸ Os autores marxistas buscavam um caminho para interpretar as mudanças que ocorriam no sistema capitalista. Para eles, havia uma incompatibilidade do processo de acumulação capitalista com as leis econômicas de concorrência, tornando evidente que o capitalismo atravessava por um período de transformação. Conforme Leite (2014, p. 508): “Percebera-se que, impulsionado pelo advento da sociedade anônima e do capital financeiro, o capitalismo ingressava num segundo estágio de acumulação, caracterizado, sobretudo, pela substituição da livre concorrência pelos monopólios e pelo ganho de importância relativa da exportação de capitais em detrimento à exportação de mercadorias”.

⁹ Embora Luxemburg e outros autores marxistas levantem a questão da *tese de subconsumo*, o termo não foi elaborado por Marx. De acordo com Sweezy (1985, p. 143): “poderíamos afirmar que Marx considerava o subconsumo como um aspecto, mas não muito importante, do problema da crise”.

¹⁰ Cf. Marx (2014, p. 131-132 *grifo nosso*) considerando “o movimento D-M...P...M’-D’ em seu conjunto [...]”. O capital aparece aqui como um valor que percorre uma sequência de transformações coerentes e condicionadas umas pelas outras, uma série de metamorfoses, que constituem tantas outras fases ou estágios de um processo total. Duas dessas fases pertencem à esfera da circulação e uma, à da produção. Em cada uma dessas fases encontra-se o valor de capital sob uma forma diferente, que corresponde a uma função distinta, especial. No interior desse movimento, o valor adiantado não apenas se conserva, mas cresce, aumenta sua grandeza. Por fim, no estágio conclusivo, volta à mesma forma na qual apareceu no início do processo. Esse processo, em seu conjunto, é, portanto, um processo cíclico. [...]. O ciclo do

objetivo da produção capitalista; é dessa magnitude criada que se dividem o que retorna ao processo de reprodução como capital a ser investido e o que se direciona ao consumo¹¹. “Portanto, quanto mais cresça o capital por meio de acumulações sucessivas, tanto mais crescerá também a soma do valor que se cinde em fundo de consumo e fundo de acumulação” (MARX, 2013, p. 684). Como Luxemburg (1985, p. 15) ressalta, “a reprodução ampliada, no sentido capitalista, expressa-se, portanto, especificamente como crescimento do capital por meio da capitalização progressiva da mais-valia”.

A sociedade se constitui em capitalistas e operários, que transferem parte do capital a ser realizado através do consumo. Se o valor das mercadorias se constitui no modelo marxista por $c + v + m$, sendo c capital constante, v capital variável e m o mais-valor, a classe capitalista contribui com o consumo de c e os operários com o consumo de v , sendo m direcionada para o consumo da classe capitalista e outra parte reintroduzida no processo de reprodução. Contudo, Luxemburg se equivoca em sua análise ao desconsiderar a relevância do consumo produtivo do capitalista para o esquema de reprodução de Marx.

Os argumentos explicitados por Rosa Luxemburg se aproximam do problema do subconsumo proposto por John A. Hobson como razão da constituição da política imperialista. No entanto, conforme a autora defende, para que o ciclo do capital no esquema de reprodução se realize é preciso se utilizar do comércio exterior. Luxemburg (1985, p. 88) corrobora:

No problema da acumulação não se trata de saber de onde vem o dinheiro, mas de saber de onde vem a demanda do produto adicional resultante da mais-valia capitalizada. Não se trata de uma questão técnica relativa à acumulação do dinheiro, mas de uma questão econômica referente à reprodução do capital social total.

capital só se desenrola normalmente enquanto suas distintas fases se sucedem sem interrupção. Se o capital estaciona na segunda fase D-M, o capital monetário se enrijece como tesouro; se estaciona na fase da produção, tem-se, de um lado, que os meios de produção restam desprovidos de qualquer função e, de outro, que a força de trabalho permanece ociosa; *se estaciona na última fase M'-D', as mercadorias não vendidas e acumuladas bloqueiam o fluxo de circulação*”.

¹¹ A transformação do mais-valor em capital, seja do ponto de vista do capitalista individual ou na parcela que lhe cabe do capital social total, retorna ao processo ou na forma de novas máquinas e matérias-primas ou em contratações de mais força de trabalho (MARX, 2013). “Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalistas. Obriga-o a ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo, e ele não pode ampliá-lo senão por meio da acumulação progressiva” (Ibid., p. 667 grifo nosso).

Para a autora, uma sociedade dividida entre capitalistas e operários é insuficiente para capitalizar parte crescente do mais-valor. A questão que se apresenta é: a demanda real cresce conforme se expande a produção? Do ponto de vista do capitalista, o aumento de produção só é factível se há perspectiva de aumento da demanda; logo, supomos que a utilização do mais-valor como capital a ser investido depende da expansão do mercado. Além disso, há dois pontos a serem solucionados em relação à demanda: primeiro, se parte do mais-valor for investido em novos equipamentos e maquinaria que possibilitem maior produtividade, poderá ocorrer desemprego da força de trabalho; segundo, mesmo que haja aumento do emprego, o consumo dos trabalhadores dependerá da parcela do capital variável que receberá do capitalista¹². Em vista disso, Luxemburg (1985, p. 101) levanta o seguinte problema: “Quem mais pode representar, então, a demanda de mercadorias nas quais se encontra capitalizada a mais-valia?”.

A partir desse questionamento, Rosa Luxemburg elabora uma crítica ao modelo de reprodução ampliada proposto por Marx. Para ela, conforme o esquema apresentado em *O capital*, o departamento I (produtores de bens de produção) e o departamento II (produtores de bens de consumo) possuem base técnica determinada com a mesma composição orgânica do capital, na medida em que só podem realizar trocas entre si. Desse modo, a expansão da produção do departamento II depende da expansão do departamento I, excluindo-se a possibilidade de entesouramento de parte do mais-valor. O questionamento levantado pela autora se encontra no fato de que o esquema de Marx excluiria qualquer possibilidade de descompasso entre a produção de bens de produção e bens de consumo¹³. Luxemburg (1985, p. 236) manifesta que:

A acumulação de mais-valia realizada, de um lado, contrapõe-se a não-realização da mais-valia, de outro lado, já que os capitalistas são, reciprocamente, seus únicos captadores de mais-valia, uns dos outros. Com isso, interromper-se-ia, no entanto, o curso normal da reprodução,

¹² Steindl (1983), ao discutir a lei da acumulação de Marx, traz uma contribuição importante sobre a discussão da demanda considerando o esquema de reprodução ampliada e as formas de regulação criadas pelo próprio capital. Desse modo, Steindl (1983, p. 249-250) diz o seguinte: “Num sistema capitalista em desenvolvimento, a taxa de acumulação pode ultrapassar facilmente o crescimento populacional, porque o próprio processo de acumulação acarretará a expropriação dos pequenos proprietários, conduzindo novos elementos para o exército dos trabalhadores da indústria. Além disso, existe outro fator importante: *o progresso tecnológico*. Isso significa que o capital pode crescer a uma taxa maior do que a força de trabalho. A acumulação de capital, dessa forma, liberta-se das limitações do trabalho disponível”. Ora, o que Steindl demonstra, referindo-se a Marx, é que o sistema capitalista é dinâmico e pode, desse modo, expandir o número de operários na indústria e, conseqüente, o mercado consumidor.

¹³ Cf. Rosdolsky (2001, p. 411 *grifo do autor*) o “fracasso dos esquemas da reprodução não resulta que a acumulação seja impossível. Resulta apenas que qualquer revolução nas forças produtivas, em escala social, deve pôr fim ao estado de equilíbrio entre os setores produtivos, levando, através de todo tipo de perturbações e de crises, ao estabelecimento de um novo equilíbrio temporário”.

como também da acumulação, que nos descreve o esquema. [...] O esquema pressupõe, pois, um movimento do capital total, um movimento que se contrapõe ao andamento real do desenvolvimento capitalista. A história do modo de produção capitalista caracteriza-se, logo à vista, por dois fatos: por um lado a expansão periódica, por saltos, do campo integral da produção e, por outro lado, pelo desenvolvimento altamente heterogêneo dos ramos distintos da produção.

O esquema de reprodução ampliada elaborado por Marx, embora possa levar a conclusões equivocadas do processo de reprodução do capital, em nada invalida a observação do autor sobre o processo. O método utilizado por ele projeta no esquema de reprodução um momento único de equilíbrio da produção, tendo em vista que evoca em sua análise as trocas que ocorrem internamente dentro do departamento I e levanta a hipótese do entesouramento de parte do mais-valor produzido. De outra parte, Luxemburg analisa o esquema de reprodução desconsiderando o movimento intrínseco da acumulação de capital, o papel do crédito e dos bancos e o surgimento da sociedade por ações. Marx confere importância ao mercado externo nas suas análises; contudo, não considera o interesse pelas trocas externas como advento de um subconsumo, mas de todas as oportunidades novas de produção que o capitalismo engendra na sociedade, o que levaria ao modo específico de superprodução¹⁴.

Conforme Rosdolsky (2001, p. 409), Rosa Luxemburg “não compreendeu que se tratava apenas de um princípio heurístico, útil para ajudar a mostrar as tendências evolutivas do modo de produção capitalista”. Consoante ao autor, há ainda que destacar:

O modelo de Marx, que mostra uma reprodução ampliada em equilíbrio no *capitalismo puro*, não podia nem devia ser um reflexo fiel do mundo capitalista concreto. Ele não leva em consideração nem a anarquia da produção e consumo, inseparáveis da essência do capitalismo. Nesse modo de produção, o desenvolvimento proporcional dos setores produtivos e o equilíbrio entre produção e consumo só podem ocorrer submetidos a dificuldades e perturbações permanentes. O estado de equilíbrio deve ser alcançado em períodos breves, pois do contrário o sistema capitalista não poderia funcionar. Nesse sentido, os esquemas da reprodução de Marx não são mera abstração. Mostram um aspecto da realidade econômica, mesmo que a proporcionalidade dos setores produtivos, pressuposta nesses esquemas, só possa ser temporária [...] (ROSDOLSKY, 2001, p. 412).

¹⁴ Para Kalecki (1977), Rosa Luxemburg desconsidera o papel relevante da demanda efetiva para o processo de acumulação capitalista, ponto que foi incorporado por Marx. Neste sentido, a autora superestima o papel das exportações para áreas subdesenvolvidas e não capitalistas como fundamentais para o desenvolvimento capitalista, levando-a a conclusões equivocadas de um possível subconsumo.

Para Rosa Luxemburg o consumo dos capitalistas e operários seriam insuficientes para o processo de acumulação. A autora considera que o acréscimo de população ao processo de acumulação adviria de formas ainda não incorporadas ao capitalismo, fato não abordado por Marx¹⁵. Nesse caso, ela destaca que “a realização de mais-valia exige como primeira condição um círculo de compradores fora da sociedade capitalista. Referimo-nos a compradores, não a consumidores” (LUXEMBURG, 1985, p. 241).

No entanto, Marx apresenta que a capitalização do mais-valor pressupõe não só aumento do capital constante, seja na aquisição de maquinário ou na instalação de uma nova fábrica, mas no aumento do número de operários empregados. Desse modo, há ampliação do mercado consumidor, inclusive pela entrada de mulheres e crianças nesse mercado. Essa nova adição de assalariados garante a continuidade da reprodução do capital em escala ampliada. Posto isso, vamos destacar uma passagem expressa pelo autor que nos ajuda a compreender o sentido empregado ao papel dos assalariados no processo de reprodução do capital. Marx (2010, p. 134-135) diz o seguinte:

A mais-valia converte-se em capital adicional, serve para a formação de novo capital ou de capital acrescentado. Desta maneira o *capital* gerou *capital*: não se realizou apenas como capital. O *processo de acumulação* em si mesmo não é mais do que um momento imanente do processo capitalista de produção. Implica uma nova *criação de assalariados*, que são meios para a realização e o incremento do capital existente, já porque subsume nele parte da população ainda não abrangida pela produção capitalista, tais como as crianças e mulheres, já porque, graças ao crescimento natural da população, se lhe submete uma massa acrescida de operários [...] o capital *regula* esta produção da própria força de trabalho, a produção de massa humana que há de explorar, em conformidade com as suas necessidades de exploração. O capital não produz, portanto apenas capital; produz também uma massa operária crescente, a única substância graças à qual pode funcionar como capital adicional. De modo que não é apenas o trabalho que, em antítese consigo mesmo e numa escala cada vez mais ampla, produz as condições de trabalho enquanto *capital*; também o capital produz numa escala cada vez maior os *assalariados* de que tem necessidade. [...] o salário é apenas uma parte do produto constantemente criado pelo operário, a parte que se transforma em meio de subsistência e, portanto, em meios para a conservação e o aumento da capacidade de trabalho necessário ao capital para sua autovalorização, para o seu processo vital. Esta conservação e aumento da capacidade de trabalho, como resultados do processo, não se apresentam, pois, senão como reprodução e ampliação das condições de reprodução e acumulação que são suas, mas que pertencem ao capital.

¹⁵ Para Luxemburg (1985, p. 248), Marx desconsidera que o aumento da classe trabalhadora se origina de formas não capitalistas, nem ao menos “atenta para a fonte desse fluxo, tão importante para as condições existentes na parte continental da Europa: para a proletarização constante da classe média rural e urbana”. Embora, Luxemburg chame atenção para pontos importantes, em nada inviabiliza o esquema de Marx.

O esquema de reprodução ampliada expõe um momento de equilíbrio do processo de acumulação, abstraindo todas as possibilidades criadas pelo capital para sua própria existência, como novas unidades fabris e aumento na quantidade de assalariados. Embora, Marx tenha suprimido essas questões em seu esquema, a falta não afeta a compreensão da reprodução do capital¹⁶.

De outra parte, Luxemburg insiste na impossibilidade de realizar todo o mais-valor gerado pelo capital social total. Para ela, a realização do mais-valor ocorrerá apenas com o consumo do capitalista; no entanto, se todo o mais-valor for gasto pelo capitalista o esquema de reprodução retornará para sua forma simples. Nesse caso, para a realização do mais-valor será preciso encontrar outra fonte, em formações não capitalistas, para que seja possível alcançar a reprodução ampliada.

O ponto de partida para a explicação da política imperialista, na obra de Rosa Luxemburg, encontra-se no argumento da necessidade de realização do mais-valor do capital social total, que depende da expansão do mercado para áreas não capitalistas. Ora, isso só poderá ocorrer através do comércio internacional. A contínua expansão capitalista se traduz, de alguma forma, na destruição de outras formas de produção não capitalistas.

O capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo. Uma vez que de fato em sua maioria estas se encontram ligadas às formas de produção pré-capitalistas – que constituem o meio histórico de acumulação do capital –, daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades. [...] A existência de compradores não capitalistas de mais-valia é, portanto, a condição vital para o capital e para sua acumulação e constitui dessa forma o aspecto decisivo do problema da acumulação do capital (LUXEMBURG, 1985, p. 250-251).

Para a continuidade da expansão capitalista, o Estado adentra pelo caminho imperialista usando as ferramentas estatais a favor do capital. Nesse caso, o militarismo

¹⁶ Segundo Rosdolsky (2001, p. 414), “com os esquemas, ele queria mostrar como se pode resolver – e, de fato, se resolve – no plano social a antinomia entre valor de uso e valor de troca. Mas isso só pode ser mostrado se as indústrias de meios de produção e de bens de consumo são imaginadas como departamentos autônomos da produção social, que só chegam à posse de seus respectivos produtos através do intercâmbio, e que só assim podem levar a cabo o intercâmbio social de forma e de material”. Desse modo, continua o autor, “os esquemas de Marx só tratam das condições hipotéticas de equilíbrio da reprodução ampliada mantendo-se constantes as condições de produção, e que, apesar de seu caráter abstrato, constituem *um fragmento da realidade econômica* (Ibid., p. 418).

é a garantia da ampliação do mercado. “O capital não conhece outra solução senão a da violência” (LUXEMBURG, 1985, p. 255).

A autora se preocupa com a forma de ação do capitalismo com a economia natural. Para ela, a primeira ação do capital é constituir uma economia mercantil apossando-se das matérias-primas e meios de produção locais. É na destruição dessas formas de subsistência que o capital libera força de trabalho para sua exploração; assim, o capitalismo alcança seu objetivo.

Conforme proposto por Luxemburg, a expansão para mercados externos é necessária para a manutenção da produção interna. Desse modo, após constituir novas áreas capitalistas, os Estados nacionais industrializados, garantem a expansão interna através dos empréstimos internacionais e das exportações de mercadorias manufaturadas.

Os empréstimos internacionais são vitais para a construção das ferrovias em áreas ainda não capitalistas ou para novos Estados capitalistas. É a demanda desses novos mercados que irá garantir a acumulação dos Estados financiadores. Luxemburg evidencia a relação dos empréstimos ingleses aos países sul-americanos para financiar as ferrovias da região e para a expansão da indústria nessas localidades. Contudo, tais empréstimos consistem apenas em uma nova forma de manter os novos Estados sob seu controle. A Inglaterra, nesse caso, financiava a expansão do mercado dessas novas regiões para, em seguida, exportar quantidades crescentes da sua produção industrial. Essa foi a forma assumida pela política imperialista, necessária à expansão do capital. Assumiram esse papel ao lado da Inglaterra os demais países que concorriam com os ingleses, Alemanha e França, e, posteriormente, os Estados Unidos¹⁷.

Ainda que os empréstimos internacionais dessem folego à acumulação interna dos países imperialistas, por expandirem as exportações aos novos mercados, também foram causadores de crises capitalistas. Luxemburg (1985, p. 292) evidencia que:

A mais-valia realizada que não pode ser capitalizada na Inglaterra ou na Alemanha e aí se encontra imobilizada é colocada na Argentina, Austrália, Cabo ou Mesopotâmia, em construção de ferrovias, centrais hidráulicas, indústria de mineração etc. As máquinas e o material restante são comprados no país de origem do capital e pagos com o mesmo. Isso ocorre igualmente no próprio país, sob o regime de produção capitalista: o capital tem de comprar os elementos de produção de que necessita. Tem de materializar-se neles, antes de entrar em ação. É verdade que, nesse caso, o consumo dos produtos se realiza

¹⁷ Cf. Luxemburg (1985, p. 291) “entre 1870 e 1875 foram concedidos, em Londres, empréstimos externos no valor de 260 milhões de libras esterlinas; sua consequência imediata foi um acelerado crescimento das exportações de mercadorias inglesas para os países exóticos. O capital fluíu maciçamente para tais países, apesar de estes se apresentarem insolventes vez ou outra”.

no próprio país, o que, no caso anterior, era feito pelo estrangeiro. O objeto da produção capitalista não é, no entanto, o consumo dos produtos, mas a mais-valia, a acumulação. O capital ocioso não tivera nenhuma possibilidade de acumulação no país de origem, já lá não havia nenhuma necessidade de produtos excedentes. No exterior, contudo, onde ainda não havia produção capitalista desenvolvida, surge uma nova demanda em camadas não capitalistas ou ela se cria de forma violenta. [...] O mais importante é que o capital acumulado do país mais velho encontre novamente outras possibilidades de produzir e realizar sua mais-valia, ou seja, que possa continuar com a sua acumulação. Os países novos compreendem grandes territórios sujeitos à economia natural, que se transforma em economia mercantil; se já existe uma economia mercantil, esta acaba substituída pelo capital.

O imperialismo é resultado do desenvolvimento das forças produtivas dos países avançados, como a Inglaterra, e, posteriormente, Alemanha, França e Estado Unidos, que haviam consolidado seu processo de industrialização e atingiram o ponto de rivalizar com a hegemonia inglesa. Luxemburg descreve o imperialismo como a necessidade última da produção capitalista por mais-valor, vista a incapacidade do mercado interno em realizá-la. Ela diverge dos demais autores marxistas por não dar evidência ao papel que o capital financeiro desenvolve nesse processo e por partir da crítica ao esquema de reprodução de Marx, dando sentido a uma crise de realização do capitalismo, devido, em parte, ao subconsumo das classes capitalista e operária. Porém, como foi frisado por Sweezy (1985), é preciso considerar que Luxemburg analisou o esquema de reprodução do ponto de vista de um sistema fechado. Assim sendo, seria uma contradição de sua análise considerar as trocas dos meios capitalistas e não capitalistas, pois as relações comerciais são mútuas; no caso de uma crise de realização do mais-valor na economia capitalista seria impossível absorver a produção proveniente dos meios não capitalistas.

1.2 Do capital financeiro à etapa superior do capitalismo: o imperialismo em Hilferding e Lênin

1.2.1 O conceito de capital financeiro em Hilferding e as razões para a política imperialista

A teoria do imperialismo recebe grande influência de Rudolf Hilferding, em virtude de sua obra *O capital financeiro*, publicado em 1910. O seu trabalho influenciou diversos autores marxistas, como Lênin e Bukharin, e o diferenciou de autores como Luxemburg

e Hobson¹⁹. Ao contrário destes, Hilferding se destaca por trazer ao estudo do imperialismo um novo conceito, o capital financeiro, resultado da associação do capital bancário com o industrial, que representa uma das razões primordiais para o estabelecimento das *políticas imperialistas* desde o final do século XIX.

Hilferding inicia seu livro pela discussão de dinheiro e crédito. O autor levanta o deslocamento que houve no capitalismo dos recursos destinados à produção. O financiamento da produção não se configura mais como no início da revolução industrial, no qual o capital advinha do próprio capitalista, dono da fábrica. Nessa nova fase do capitalismo²¹ há uma intensa aproximação da indústria com os bancos através dos empréstimos. Os bancos se firmam como instituições que resguardam os depósitos das diversas empresas, passam a ser protagonistas do sistema capitalista e auxiliam, ao fim, na criação de um novo modelo de organização das empresas, através das sociedades anônimas e nas vendas de ações e títulos privados²². O capital financeiro em sua evolução como capital dominante dá sentido a uma política única de desenvolvimento da acumulação capitalista que culmina no imperialismo, ou nos termos do autor, na *política econômica do capital financeiro*. Hilferding (1985, p. 3) demonstra que:

[...] la característica del capitalismo *moderno* la constituyen aquellos procesos de concentración que se manifiestan, por una parte, en la *abolición de la libre competencia* mediante la formación de cartels y trusts, y, por otra, en una relación cada vez más estrecha entre el capital bancario y el industrial. Esta relación, precisamente, es la causa de que el capital [...] tome la forma de capital financiero, que constituye su manifestación más abstracta y suprema.

¹⁹ O principal ponto de divergência de Hilferding com as análises de Hobson e Luxemburg é a crítica à ideia de subconsumo ou superprodução. De acordo com Hilferding (1985, p. 265-266), “la expresión *superproducción de mercancías* dice, en general, tan poco como la expresión *subconsumo*. En sentido estricto no se puede hablar de subconsumo más que en sentido fisiológico; la expresión no tiene, en cambio, ningún sentido en economía, donde únicamente podría significar que la sociedad consume menos de lo que produce. Pero no es posible comprender como puede ocurrir tal cosa si se ha producido en la proporción justa. Como el producto total es igual al capital constante más el variable más plusvalía ($c+v+p$), tanto v como p se consumen, los elementos del capital constante consumido tienen que compensarse mutuamente; así, pues, la producción puede ampliarse hasta el infinito sin conducir por eso a la superproducción de mercancías; es decir, a que produzcan más mercancías para las que, a este respecto y para esta concepción sólo entraría en consideración el valor de uso, esto es, a producir más bienes de los que se podrían consumir”.

²¹ Hilferding vê que o sistema capitalista desenvolveu novas formas de acumulação e exploração, que tem como principal característica a política do capital financeiro. Esse é um ponto que o aproxima de Lênin e que será discutido mais à frente. Contudo, há uma diferença. Embora Lênin concorde com o conceito de capital financeiro e todas as suas formas de exploração, o autor salienta que esta é uma etapa *superior* do capitalismo.

²² Cf. Pinto (1997, p. 19), “a mesma relação social — capital — que confere um atributo especificamente capitalista aos meios de produção passa a se manifestar no caráter das ações (títulos). Assim como uma máquina, no sistema capitalista, é avaliada em termos da sua capacidade de prover um fluxo de rendimento líquido, uma ação (ou título em geral) somente se transforma num haver (ativo capitalista) na medida em que o contexto institucional permite garantir o seu potencial gerador de lucro”.

O sistema que se caracteriza nesse novo momento advém do poder dos bancos em captar todo o dinheiro ocioso e transformá-lo em capital monetário à disposição do sistema produtivo. Hilferding defende que os bancos passam a assumir uma função inovadora: a de reunir a renda de todas as classes que se direciona via crédito às empresas para transformá-lo de capital monetário em capital fixo e circulante. “El Banco ha invertido su capital en una empresa capitalista y, con ello, toma parte en la suerte de esta empresa. Esta participación es tanto más sólida cuanto más actúe el capital bancario como capital fijo en la empresa” (HILFERDING, 1985, p. 83).

O aprofundamento dessa relação banco-indústria coloca o capital bancário à frente do capital industrial. A necessidade da indústria em recorrer ao capital monetário é o que fragiliza sua posição frente aos bancos. Como a indústria tem parte de seu capital empregado em capital fixo, o capital bancário se transforma na sua fonte de liquidez.

Esse é o início das sociedades por ações, representado pela separação do capitalista industrial do gerenciamento da empresa²³. O acionista, diferentemente do capitalista industrial, é apenas um capitalista monetário e em nada tem a ver com a alocação dos recursos. O que importa ao acionista é o desempenho produtivo da empresa e os ganhos decorrentes da produção para recebê-los na forma de capital monetário.

Nessa nova forma de organização da empresa, o acionista tem o poder de transformar sua ação em capital monetário, a qualquer momento, durante o estágio de produção, basta realizar a venda no mercado. O que se difere do antigo capitalista industrial que só poderia reaver seu capital investido após o ciclo completo da produção. Dessa forma, a ação se constitui como “un título de crédito sobre la futura producción, una asignación sobre los rendimientos. Capitalizando estos rendimientos y constituyendo esa capitalización el precio de la acción, parece existir un capital en estos precios de acciones. Esto es puramente ficticio” (HILFERDING, 1985, p. 107).

Tanto os bancos quanto os acionistas visam o nível da taxa de lucro no momento de realizar o investimento em determinada indústria, aponta o autor, ao observar o caso alemão. Os interesses dos Bancos e do capital monetário moldam o sistema capitalista em direção às estruturas que garantem a manutenção do nível da taxa de lucro desejada pelos interesses financeiros.

²³ Cf. Marx (2017, p. 494), a sociedade por ações é “o capital que, como tal, tem como base um modo social de produção e pressupõe uma concentração social de meios de produção e forças de trabalho, adquire, assim, diretamente a forma de capital social em oposição ao capital privado, e suas empresas se apresentam como empresas sociais em oposição as empresas privadas. É a supressão do capital como propriedade privada dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista”.

Em um sistema de livre concorrência cada capitalista individual busca atingir lucros cada vez maiores, essa é a essência do próprio sistema capitalista. Se o objetivo comum do capitalismo é alcançar o maior nível da taxa de lucro, o resultado é um fluxo crescente de capital em direção aos setores que garantem o lucro mais elevado.

No decorrer do desenvolvimento das forças capitalistas a manutenção da taxa de lucro depende do aumento da produtividade com consequente aumento da produção. Na lógica capitalista, esse aumento da produção ocorre com a alteração na composição orgânica do capital, ou seja, uma contínua elevação das inversões em capital constante, tanto pelo aumento do adiantamento de capital na compra de matérias-primas, como pelo aumento do capital fixo. Todavia, enquanto o capital circulante retorna ao capitalista ao fim de cada rotação, o capital fixo o faz paulatinamente. Conforme Hilferding (1985, p. 199):

Cuanto más grande sea el capital fijo, cuanto más potente su volumen, tanto más decisivo será su peso en la balanza de las inversiones, tanto mayor será la parte de capital total que constituye y tanto mayor será la dificultad de realizar el valor por él representado sin las mayores pérdidas y de transferir luego el capital a una esfera más favorable.

A nova forma de organização da empresa dá ao capital mobilidade para se transferir em conformidade com as possibilidades de maior lucratividade²⁴. Para isso, é preciso que o capital monetário flua para os ramos em que a taxa de lucro esteja acima da média. Esse movimento não impede a contradição do sistema capitalista, no qual a tendência é que a taxa de lucro flutue para a média, tendo em vista que a concorrência é força propulsora da elevação do capital constante em detrimento do capital variável.

Para o capitalista individual, a dependência de quantidades crescentes de capital se traduz em barreira à entrada em determinados setores. A saída para tal situação é a associação entre os capitais individuais, rompendo com a livre concorrência nos setores de elevado capital fixo. Contudo, esse movimento se contrapõe à tendência de nivelção da taxa de lucro próxima à média. Isso ocorre em setores que exigem quantidades maiores de capital fixo, como os da indústria pesada.

²⁴ Cf. Hilferding (1985, p. 200): “Naturalmente, la movilización del capital deja intacto el proceso de producción. Sólo afecta a la propiedad; únicamente crea la forma para la transferencia de la propiedad activa capitalista, la transferencia de capital como capital, como beneficio de suma de dinero acumulada. Al dejar intacta la producción, esta transferencia no es, en realidad, más que transferencia de títulos de propiedad sobre el beneficio. Mas para el capitalista sólo se trata del beneficio. La esfera en que se produjo el beneficio le es indiferente. El capitalista no crea una mercancía: él hace de una mercancía”.

Os interesses dos bancos estão no fim da concorrência capitalista, principalmente nos setores onde o capital bancário tem maior presença. Para os bancos, a eliminação da concorrência é vital para a manutenção das taxas de lucro. Logo, seu objetivo é a criação dos monopólios²⁶ e sua própria monopolização para manter sua posição junto aos monopólios industriais²⁷. Hilferding chama atenção para o fato de o capital bancário e industrial estarem cada vez mais imbricados. Dessa relação, forma-se o capital financeiro, que, através do monopólio, alcança o auge de seu poder e lidera o desenvolvimento capitalista.

A proeminência do capital financeiro frente ao capital industrial, bancário e comercial resulta na *política econômica do capital financeiro*, nos termos adotados por Hilferding. Essa política se caracteriza pela formação dos monopólios bancários e industriais, dotados de poder sobre o Estado. Tal política liderada pelo capital financeiro tem como objetivo eliminar a livre concorrência e influenciar as decisões do Estado, principalmente aquelas direcionadas à criação de barreiras tarifárias, a fim de garantir o mercado interno e proteger os cartéis e trustes da concorrência estrangeira. Em passagem acrescida no Livro III, de *O capital* (2017, p. 495), Friedrich Engels comenta em relação à emergência das sociedades por ações:

A rapidez cada vez maior com que hoje se pode incrementar a produção em todos os campos da grande indústria contrasta com a progressiva lentidão da expansão do mercado para atender a essa produção aumentada. O que aquela produz em meses este só pode absorver, quando muito, em anos. Acrescente-se a isso a política de proteção aduaneira, que faz com que cada país industrial se feche aos demais, especialmente à Inglaterra, aumentado assim, artificialmente, a capacidade interna de produção. Disso resulta: superprodução geral crônica, preços baixos, queda tendencial dos lucros e até mesmo sua total desaparecimento; em outras palavras, a tão falada liberdade de concorrência chegou ao fim da linha e se vê ela mesma obrigada a proclamar sua manifesta e escandalosa falência. E isso justamente por não haver nenhum país onde os grandes industriais de determinado ramo não se associem para formar um cartel com a finalidade de regular a produção.

²⁶ Cf. Hilferding (1985, p. 219): “El monopolio económico mismo será tanto más sólido cuanto mayor sea el capital necesario para crear una nueva empresa; y cuanto más íntima sea la unión de los Bancos con la asociación monopolista, puesto que, sin la ayuda de un Banco, o incluso contra la voluntad de los Bancos, hoy en día apenas puede existir una gran empresa industrial”.

²⁷ Como ressalta Mariutti (2013, p. 35), “por estar submetido às leis fundamentais do desenvolvimento capitalista, o capital financeiro, assim como as demais formas de capital, também está sujeito à concentração e à centralização, que se materializa na formação de grupos gigantescos e poderosos, articulados em torno do crescente união de interesses entre o setor bancário e o industrial”.

O protecionismo desencadeado com as políticas do capital financeiro tem como consequência a elevação do preço no mercado interno acima dos preços do mercado mundial. Desse modo, a elevação dos preços internos representa um ganho superior aos cartéis, ou seja, um superlucro, possibilitando às indústrias cartelizadas condições favoráveis a atitudes mais agressivas no mercado externo²⁸.

O aumento dos preços no mercado interno provoca a queda na demanda e, conseqüentemente, a indústria amplia seu mercado em direção ao exterior. Como demonstrado por Hilferding, os cartéis se utilizam dos preços internos para garantir o lucro extraordinário e aplicá-los nas conquistas de novos mercados, oferecendo produtos ao preço de produção.

As políticas protecionistas são, sobretudo, destinadas à expansão do espaço econômico como forma de compensar a redução da demanda interna devido à alta de preço dos setores cartelizados. Tais políticas incentivam os bancos, detentores do capital monetário, a exportação de capital²⁹. Como esboçado por Hilferding (1985), o capital exportado pode ser alocado de duas maneiras no exterior: como capital produtor de juros ou investimento produtivo, sendo este no setor industrial, bancário ou comercial, tendo a finalidade de retornar sob a forma de lucro ao país de origem³⁰.

A exportação de capital depende do nível da taxa de lucro do país de destino, porém, isso irá depender das condições do capitalismo de cada país estrangeiro. Quanto mais desenvolvida a nação, mais elevado será o consumo de capital constante, tendo em vista que o peso do capital fixo é elevado para garantir o mais-valor relativo. Contudo, como demonstrado por Marx, o aumento do capital constante leva a uma queda tendencial

²⁸ Embora a *cartelização* estimule políticas protecionistas para garantir o mercado interno livre da concorrência estrangeira, Hilferding salienta que seria possível o mesmo processo de cartelização em um ambiente de livre comércio. Contudo, o enfrentamento com os cartéis estrangeiros seria um risco e que o monopólio estaria em condições menos sólidas para se manter. Com isso, Hilferding (1985, p. 345) destaca que: “el arancel proteccionista asegura al *cartel* el mercado nacional y le otorga una capacidad mucho mayor no sólo por la exclusión de la competencia, sino porque la posibilidad de explotación del arancel proteccionista se convierte directamente en fuerza motriz para el cierre de la cartelización. Pero también la cartelización internacional (que podría surgir con el libre cambio, a base de una concentración mucho más avanzada) se acelera con el arancel proteccionista al facilitar la conclusión de acuerdos de *cartels*, sobre todo en forma de distribución de zonas de venta y de unificación de precios, ya que no se trata de asociación de fabricantes aislados en el mercado mundial [...]. El arancel proteccionista pone como partes contratantes a los *cartels* individuales y reduce así extraordinariamente el número de los participantes. El arancel proteccionista facilita también la base para el acuerdo, en cuanto que reserva el mercado nacional desde un principio para los *cartels* nacionales”.

²⁹ “Entendemos por exportación de capital la exportación de valor que está destinado a producir plusvalía en el extranjero” (Ibid., p. 347).

³⁰ Esse capital exportado, terá em grande medida como destino, países subdesenvolvidos e irá extrair deste, mais valor absoluto; tema que será abordado pela Teoria Marxista de Dependência e discutido mais a frente.

da taxa de lucro. Sendo assim, o capital exportado irá procurar espaços que possam garantir maior taxa de lucro e assegurar maior extração de mais-valor absoluto.

Hilferding, revisando a situação da Inglaterra, chama atenção para a relação que a exportação de capital tem com a exportação de bens e serviços. Doravante, as possibilidades do desenvolvimento capitalista se ampliam, principalmente em decorrência da abertura dos novos mercados. Embora na Europa tenha se acirrado a concorrência capitalista entre a Inglaterra e as demais nações que se industrializaram, como a Alemanha, os novos mercados foram fonte de exploração do mais-valor absoluto.

A exportação de capital se dá de duas formas, através dos empréstimos internacionais aos países atrasados ou do financiamento da industrialização desses novos mercados. De qualquer modo, a exportação de capital é garantia de lucro e exportação de mercadorias dos países avançados.

La exportación de capital se convierte ahora en medio para asegurar los suministros industriales del país exportador de capital. El comprador no tiene ahora elección; se convierte en deudor y, con ello, en una persona dependiente que tiene que aceptar las condiciones del acreedor. [...]. La lucha por la venta de mercancías se convierte en una lucha por las zonas de inversión del capital de préstamo entre los grupos bancarios nacionales; y como a causa de la nivelación internacional de los tipos de interés la competencia económica está contenida dentro de límites relativamente estrechos, la lucha económica se convierte rápidamente en una lucha por el poder, que tiene que llevarse con armas políticas (HILFERDING, 1985, p. 359).

Como o objetivo do capitalista é a conquista do lucro, a exportação de capital segue essa mesma lógica. Os capitais exportados estão concentrados no setor produtivo, em infraestruturas de transporte e energia, essenciais para a disseminação de setores industriais em países atrasados ainda não industrializados³¹. A política do capital financeiro tem como objetivos a contínua expansão do espaço econômico, a constituição de uma zona de exploração exclusiva do monopólio a eliminação da concorrência estrangeira, por isso, o apoio às políticas protecionistas (HILFERDING, 1985).

A política do capital financeiro depende do Estado e do grau de desenvolvimento e monopolização de cada economia. Quanto mais desenvolvido o capital financeiro, mais

³¹ De acordo com Campos e Sabadini (2014, p. 22 *grifo do autor*), “a exportação de capital não se refere apenas a *exportação de capitais*, mas a própria exportação da relação social capitalista em uma lógica intrinsecamente imperialista, cuja função é preservar os vínculos mundiais que canalizam a valorização do capital financeiro. O imperialismo exprime desse modo uma política de dominação que assegura permanentemente o desenvolvimento das forças produtivas e da reprodução das relações tipicamente capitalistas delimitadas por um espaço mundial de acumulação, composto hierarquicamente por economias desenvolvidas e subdesenvolvidas”.

estreita é a relação desse capital com as esferas de poder do Estado. Dessa ligação, emerge-se o imperialismo, o capital como conquistador do mundo.

1.2.2 A etapa superior do capitalismo em Lênin

Outra contribuição para a teoria do imperialismo é o trabalho publicado por Vladimir Lênin em 1917, *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*, que sofreu influência dos debates fomentados por Hilferding e Hobson. A obra não se apresenta genuinamente nova, todavia, ela se destaca “em sua articulação concreta da teoria econômica do imperialismo com todas as questões políticas do presente” (LUKÁCS, 2017, p. 61 *grifo do autor*). A ideia de uma *nova etapa do capitalismo* e o conceito de capital financeiro perpassam o livro de Lênin. Contrário ao que foi apresentado por Hobson e Hilferding, o autor não acata o imperialismo como uma política, mas como uma *nova etapa* que o sistema capitalista atinge no decorrer do seu desenvolvimento.

O capitalismo alcança uma nova fase no processo de acumulação com o fim da livre concorrência e a formação dos grandes monopólios industriais. Lênin parte da constatação de Hilferding e realiza uma análise minuciosa das economias europeias para demonstrar a evolução histórica do capitalismo. Com isso, não considera o imperialismo apenas como uma política do capital financeiro, mas como um novo modo de acumulação capitalista.

Nesse novo estágio do capitalismo, o processo de acumulação ocorre por via da concentração e da centralização do capital que se dá em virtude da expansão monopolista da produção. Como destacado por Lênin (2011), o que se vê nesse capitalismo é um intenso processo de socialização da produção, não apenas produção de mercadorias, mas o desenvolvimento das novas técnicas de produção e novas tecnologias. Contudo, como o próprio autor chama atenção, essa nova fase do capitalismo não é apenas de monopólios industriais, mas, sobretudo, dos monopólios bancários. Os bancos já não são apenas intermediários dos meios de pagamentos, mas são os responsáveis por reunir todo o capital monetário da economia e destiná-lo ao processo produtivo³³. O monopólio dessas

³³ Marx, ao apontar o aparecimento das sociedades por ações e o sistema bancário e de crédito em pleno desenvolvimento, comenta que: “essa é a supressão do modo de produção capitalista no interior do próprio modo de produção capitalista e, portanto, uma contradição que anula a si mesma e se apresenta *prima facie* como simples fase de transição para uma nova forma de produção. Seu modo de manifestação é também o de uma contradição desse tipo. Em certas esferas, ela estabelece o monopólio e, com isso, provoca a ingerência estatal. Produz uma nova aristocracia financeira, uma nova classe de parasitas sob

instituições é fundamental para o capitalismo alcançar sua fase imperialista. De acordo com Lênin (2011, p. 144):

Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em proporções enormes, etc.

O autor encontra na monopolização do setor bancário um dos aspectos fundamentais da evolução do capitalismo, reconhecendo o conceito de capital financeiro. No entanto, avalia que o conceito como proposto por Hilferding não corresponde à amplitude do sistema financeiro, sendo incapaz de alcançar “o aumento da concentração da produção e do capital em grau tão elevado que dá origem, e tem conduzido, ao monopólio” (LÊNIN, 2011, p. 160).

Conforme o autor, a Inglaterra foi o primeiro país capitalista, dando origem ao monopólio, embora ao final do século XIX a concorrência com os novos países industrializados (Alemanha, França e Estados Unidos) tenha enfraquecido a posição monopolista de exportação de produtos manufaturados. A transição que se apresenta entre o final do século XIX e início do século XX não é apenas na redução da hegemonia inglesa no mercado mundial de bens industrializados, em detrimento de seus oponentes alemães, franceses e estadunidenses, mas a transição do próprio capitalismo. Essa transição se reflete na reconfiguração do próprio monopólio, que não se constitui apenas no interesse pela exportação de mercadorias, mas pela relevância que assume a exportação de capital. O capitalismo alcança um novo patamar de desenvolvimento e aprofunda seus mecanismos de exploração.

O modo de acumulação no imperialismo marca a transição de um sistema de livre concorrência, no qual o predomínio do capital industrial lidera o ritmo do crescimento para uma fase de grandes grupos industriais e bancários que se expandem além das

a forma de projetistas, fundadores e diretores meramente nominais; todo um sistema de especulação e de fraude no que diz respeito à fundação de sociedades por ações e ao lançamento e comércio de ações. É produção privada, sem o controle da propriedade privada” (MARX, 2017, p. 496).

fronteiras nacionais. O desenvolvimento capitalista nessa fase não busca apenas novos espaços para exportar mercadorias e impulsionar seu processo de acumulação, mas, sobretudo, está em busca de novas áreas que forneçam lucratividade a seus capitais.

A nova etapa do capitalismo tem em sua essência a exportação de capitais, que conforme Lênin, é a atualização da partilha do mundo, estabelecida por volta de 1870 com a derrocada da livre concorrência. Desse modo, a expansão territorial das potências imperialistas alcança seu apogeu. A partilha do mundo entre as principais nações imperialistas (Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos, Japão e Rússia) durou de 1876 a 1914, elevando as possessões coloniais de 45 milhões de Km² para 65 milhões de Km². Entretanto, o desenvolvimento das forças imperialistas ocorreu de forma desigual, com a manutenção da superioridade colonial inglesa. Essa desigualdade imperialista é uma fonte crescente para conflitos armados³⁴.

De acordo com o autor, a expansão do capital inglês, francês e alemão para o exterior, seja sob a forma de empréstimos ou de financiamentos, exige o retorno do capital através das importações que os países destinatários terão que realizar. Apesar disso, o que determina a exportação de capital não é a exportação de mercadorias excedentes no mercado interno das nações imperialistas, mas pelo desejo do capitalismo de absorver quantidades crescentes de mais-valor. É o desejo por lucro do capital financeiro.

Para Lênin, embora os capitais estejam em busca de novas áreas de exploração, esses são capazes de contribuir com o desenvolvimento capitalista nas regiões atrasadas. Ora, se o capital exportado se aloca em investimentos de infraestrutura e projetos industriais em áreas que antes eram inexistentes e não possuíam recursos suficientes, é imprescindível notar que há um avanço no desenvolvimento capitalista nesses países³⁵.

³⁴ Cf. Lukács (2017, p. 63 *grifo do autor*): “A teoria do imperialismo de Lênin [...] é a teoria da situação mundial concreta provocado pelo imperialismo. Quando Lênin investiga a essência do capitalismo monopolista, o que lhe interessa é fundamentalmente essa situação concreta mundial e a divisão de classes que daí surge: como a terra foi repartida *de facto* pelas grandes potências coloniais; as alterações ocorridas na divisão interna entre as burguesias e proletariado. E, sobretudo, como o movimento interno do capitalismo monopolista, em razão do ritmo desigual nos diferentes países, revoga a repartição entre as ‘zonas de interesse’ e outros compromissos firmados e leva a conflitos que só podem ser solucionados pela violência, pela guerra”.

³⁵ Os capitais exportados tinham como destinos as colônias dos países imperialistas e as nações jovens das Américas. Contudo, “a política colonialista desenvolvida pelo capitalismo explora povos coloniais não de modo simplesmente predatório, como foi o caso do início do desenvolvimento do capitalismo, mas *ao mesmo tempo revoluciona sua estrutura social, capitalizando-a*. É óbvio que isso ocorre com o objetivo de uma exploração ainda maior (exportação de capitais etc.); porém, contrariando as intenções do imperialismo, o resultado é que, nos países coloniais, criam-se as bases de um desenvolvimento burguês próprio cuja consequência ideológica necessária é *uma luta pela autonomia nacional*” (Ibid., p. 64 *grifo do autor*).

A concorrência por áreas lucrativas leva a um acirramento de forças entre os Estados imperialistas, compostos por alianças entre as oligarquias industriais e do capital financeiro³⁶. São essas alianças que definem o desenvolvimento capitalista na forma imperialista. A disputa não é apenas ao desejo político dos Estados, mas, sobretudo, pela disputa entre os grupos financeiros. Em vista disso, Lênin (2011, p. 198 *grifo do autor*) argumenta que:

Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no *segundo o capital, segundo a força*; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo.

A consequência direta dessa partilha realizada pelas oligarquias financeiras é a dependência das nações mais frágeis, nas quais o capitalismo não se desenvolveu em todas as suas potencialidades e o capital local não tem força para competir com o capital internacional. Na etapa imperialista do capitalismo, a colonização não se faz apenas pelo domínio territorial entre os Estados, mas com o domínio financeiro; cria-se uma espécie de semicolônia. Esta é uma particularidade criada pelo capital monopolista que se firma hegemônico e dominante, criando elos de dependência entre as nações de forma a absorver parcelas crescentes do mais-valor que se remetem aos países imperialistas. É uma máquina potente em constante ciclo de retroalimentação dando continuidade à concentração e centralização do capital. Dessa maneira, engendra-se um movimento histórico que se finda no atrofamento do capitalismo em algumas regiões que são impedidas de absorver e reinvestir seu mais-valor. É a constituição da perda de autonomia econômica e política e do domínio dos recursos naturais.

Lênin (2011, p. 217) elabora cinco características fundamentais para o imperialismo:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

³⁶ Cf. Lênin (2011, p. 208): “O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa [...]”.

O monopólio capitalista é, em si, uma contradição do capitalismo. Para o autor, a nova configuração que se instaura no capitalismo é de um antagonismo de nações que se dividem entre credores e devedores. Nações como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos se apresentam como fonte de créditos e absorvedoras das riquezas geradas na periferia capitalista. Essa é a situação que Lênin chama de estado de decomposição do capitalismo.

1.3 As contribuições de Bukharin à teoria do imperialismo

O livro de Nicolai Bukharin, *A economia mundial e o imperialismo*, publicado em 1917, apresenta o novo estágio do capitalismo sob o protagonismo do capital financeiro que é “a mais penetrante forma de capital”. O autor se concentra em delinear a economia mundial do final do século XIX aos primórdios do século XX³⁷ para expor a transição do capitalismo sob a égide da política imperialista. Esse período de transição compreendia uma estrutura anárquica que se apresenta por meio das guerras e crises econômicas.

O sistema capitalista na fase monopolista, ao eliminar a livre concorrência, implanta uma disputa pelo mercado mundial. O monopólio transforma a livre concorrência dos mercados nacionais em concorrência mundial entre grandes grupos econômicos. Dessa maneira, a guerra, mecanismo da concorrência capitalista, “é, pois, a lei imanente de uma sociedade chamada a produzir sob a pressão das leis cegas do mercado mundial que se desenvolve caoticamente” (BUKHARIN, 1984, p. 48).

O autor, ao evidenciar o processo de cartelização de grandes grupos econômicos na Europa e nos Estados Unidos, demonstra claramente o papel dos bancos nesse processo, bem como a intensa associação do capital financeiro em setores estratégicos como vetores do processo de exploração do capital³⁸. Desse modo, o capital financeiro, assim “como a

³⁷ Como exposto por Bukharin (1984, p. 24 *grifo do autor*): “podemos definir a economia mundial como um sistema de relações de produção correspondentes de troca, que abarcam o mundo em sua totalidade”.

³⁸ Com respeito ao crédito e a sociedade por ações, Marx chama atenção pela atuação parasitária e exploradora, que se constitui na forma mais desenvolvida assumida pelo capital. Diante disso, comenta: “Os triunfos e os fracasso levam aqui simultaneamente à centralização dos capitais e, portanto, a expropriação na escala mais alta. A expropriação se estende, então, desde os produtores direto até os próprios capitalistas pequenos e médios. Tal expropriação forma o ponto de partida do modo de produção capitalista; realiza-la é seu objetivo; o que se busca, em última instância, é expropriar todos os indivíduos de seus meios de produção, que, ao desenvolver-se a produção social, deixam de ser meios e produtos da produção privada para se converter em meios de produção nas mãos dos produtores associados, portanto, em propriedade social destes últimos, uma vez que já são produto social. [...] *A propriedade existe aqui*

natureza, sofre do que antes se chamava o *horro vacui* e sente a necessidade de cobrir cada *vazio*, não importa se se encontra em regiões *tropicais*, *temperadas* ou *polares*, desde que o lucro transborde em quantidade suficiente” (BUKHARIN, 1984, p. 51 *grifo do autor*).

A Alemanha e os Estados Unidos representam o caso de maior sucesso no florescimento das sociedades anônimas e na formação dos grandes monopólios, embora Inglaterra, França, Bélgica e demais Estados europeus com aspirações no mercado mundial tenham desenvolvido monopólios industriais e bancários. Essas formações monopolistas nacionais são responsáveis pelas exportações de capitais às colônias e países atrasados, desenvolvendo uma forma específica de capitalismo, descolada do processo genuíno que se desenvolveu no eixo central do capitalismo. A exportação de capital “se trata aí, até certo ponto, da criação de um novo tipo de ligação econômica entre países [...]” (BUKHARIN, 1984, p. 88).

Para o autor, a exportação de capital ocorre pela existência de uma superacumulação de capital no país credor. Ao contrário das proposições de Hobson e Luxemburg, o capital excedente não é consequência de um subconsumo do mercado interno, mas do desenvolvimento das novas técnicas de produção e do aumento da produtividade do trabalho, bem como dos benefícios oriundos das barreiras tarifárias que protegem os cartéis e trustes da concorrência internacional. Com isso, o capital monopolista encontra na exportação de capital oportunidades para continuar o processo de acumulação, dado que no estágio do desenvolvimento capitalista, o capital exportado busca encontrar no país de destino as mesmas condições econômicas para manter um superlucro.

O capital exportado não irá absorver de seu destino apenas os juros de um possível empréstimo. O país devedor, ao contrair capital através de empréstimos, assume responsabilidades muito além do pagamento do capital emprestado. O país credor impõe diversas obrigações, desde importações de mercadorias, direitos de exploração dos recursos naturais até a concessão pública para construções de obras de infraestrutura. O resultado é uma relação de dependência de nações periféricas às necessidades e desejos parasitários de países imperialistas. Ademais, nações imperialistas assumem o direito “de interdição da cotação de títulos dos empréstimos estrangeiros e dos títulos de valores”

em forma de ações, cujo movimento e cuja transferência tornam-se puro resultado de um jogo em que os tubarões da Bolsa devoram os peixes pequenos, e os lobos, as ovelhas” (MARX, 2017, p.498 grifo nosso).

(BUKHARIN, 1984, p. 90), ação que fragiliza qualquer país devedor e impede o pleno desenvolvimento das forças capitalistas internas das nações mais frágeis.

É na exploração movida pelo capital financeiro que se redesenha a divisão internacional do trabalho. A superacumulação do capital é, ao mesmo tempo, a superprodução de mercadorias, o que provoca o desequilíbrio entre produção industrial e agrícola. Ora, tendo em vista que a demanda por produtos primários não cessa, o destino é buscar novas fontes de produção agrícola. Essa dinâmica do capital é a razão motivadora da dominação de colônias e países fornecedores de produtos primários. Bukharin (1984, p. 97-98 *grifo do autor*) destaca que:

O desenvolvimento do capitalismo mundial traz como resultado, de um lado, a internacionalização da vida econômica e o nivelamento econômico; e, de outro, em medida infinitamente maior, o agravamento extremo da tendência à nacionalização dos interesses capitalistas, à formação de grupos nacionais estreitamente ligados entre si, armados até os dentes e prontos, a qualquer momento, a lançar-se uns sobre os outros. [...] A expansão do território econômico entrega aos cartéis nacionais regiões agrárias e, por conseguinte, mercados de matérias-primas, e aumenta os mercados e a esfera de investimento do capital. A política aduaneira permite esmagar a concorrência estrangeira, obter mais-valia e pôr em movimento o aríete do *dumping*. Todo o conjunto do sistema contribui para o aumento da taxa de lucro dos monopólios. *Ora, essa política do capital financeiro é o imperialismo.*

Destarte, o imperialismo surge da sobreposição do capital mercantil e industrial pelo financeiro. No entanto, a economia não se desenvolve homogeneamente. É essa contradição do capitalismo que nutre um jogo de forças distintas e que fomenta a violência do capitalismo financeiro. A política do capital financeiro, ou política imperialista, necessita da expansão do próprio capitalismo para territórios ainda pré-capitalistas. É nessa força expansionista que o capital financeiro encontra barreiras e utiliza da força dos Estados imperialistas para destruir qualquer resistência, impondo suas vontades e coordenando o desenvolvimento do capitalismo sob seu controle, satisfazendo, assim, suas necessidades de acumulação.

1.4 As contribuições de Kaustky à teoria do imperialismo

Para Karl Kautsky, a utilização do termo imperialismo nada mais é do que um pleonismo do significado próprio do capitalismo. Na acepção do autor, trata-se de uma

tendência política que pode ser observada historicamente no desenvolvimento do capitalismo inglês. Dessa maneira:

O imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste no impulso de todas as nações capitalistas industriais a submeter e anexar regiões *agrárias* cada vez mais vastas, independentemente da nacionalidade dos povos que as habitam (KAUTSKY, 2002b, p. 444).

No percurso do desenvolvimento capitalista, a Inglaterra se mostrou como expoente do primeiro monopólio mundial à medida que se industrializou e se transformou na fábrica do mundo. A existência de uma oferta crescente de matérias-primas é uma pré-condição para a indústria. De acordo com Kautsky, faz-se necessário um equilíbrio entre a produção agrícola e a industrial; caso contrário, é possível ocorrer uma superprodução industrial. A solução para essa crise é a expansão do comércio em áreas ainda pré-capitalistas.

À medida que países como Alemanha, França e Estados Unidos desenvolvem suas capacidades industriais, a corrida por espaços pré-capitalistas no mercado mundial se acentua cada vez mais. Dessa forma, o capitalismo tende a práticas imperialistas por iniciativa dos Estados industrializados. O imperialismo é de todo modo uma reação à concorrência capitalista.

Kautsky e Luxemburg apresentam um ponto em comum: a necessidade de alcançar áreas pré-capitalistas para o processo de acumulação. A consequência disso é a violência provocada pelas aspirações imperialistas e a dominação de novos mercados.

Ao passo que o capitalismo se desenvolve nos países industrializados, há a necessidade de exportar capitais e, conseqüentemente, de manter as exportações. Com base nisso, áreas antes agrícolas passaram a criar condições para sua própria industrialização. Todavia, como manifestado por Kautsky (2002b, p. 457):

Um Estado que permanece agrário decai política e, mais ainda, economicamente, e perde sua autonomia, em um e outro aspecto. Para conservar ou conquistar a independência e a autonomia nacionais, todos os países da área de circulação capitalista estão forçados necessariamente a constituir uma grande indústria nacional, relativamente capitalista, que é a segunda condição. A ampliação progressiva da colocação dos produtos industriais estrangeiros no Estado agrário cria, por si só, uma série de pré-condições para isso, uma vez que destrói a indústria pré-capitalista local e torna disponível para o capital, como operários assalariados, a força de trabalho. [...] O próprio capital estrangeiro aflui para o país agrário, primeiro para abrir o mercado com a construção de ferrovias, depois para desenvolver a produção de matérias-primas, não somente na agricultura, mas também no setor extrativista em geral. Desse modo, abre-se caminho para a

proliferação da indústria capitalista. Até que ponto é possível desenvolver uma indústria capitalista autônoma depende principalmente da força política do Estado.

Os Estados Unidos representam o melhor exemplo de autonomia política de um Estado que, ao absorver capital, desenvolvem indústria e sistema bancário autônomos, entrando para o jogo da concorrência capitalista no mercado mundial. Devido à essa concorrência pelo mercado mundial, os países imperialistas criam mecanismos para frustrar quaisquer pretensões de países pré-capitalistas de desenvolverem um setor industrializado autônomo. Assim, as nações imperialistas controlam o desenvolvimento capitalista de diversos países atrasados, reordenando a divisão internacional do trabalho.

O resultado do acirramento da concorrência do mercado mundial é a guerra. No entanto, Kautsky aponta que os conflitos militares não são o desejo real da burguesia. A cartelização do mercado mundial alcança um nível tão elevado, que torna possível uma negociação coordenada pelos interesses financeiros, dando fim a qualquer interesse bélico que gere entraves ao processo de acumulação.

Os interesses puramente capitalistas podem mover o sistema capitalista para uma nova fase, “na qual a política dos cartéis se transfira para a política externa, uma fase de ultra-imperialismo” (KAUTSKY, 2002b, p. 462). Nesse sentido, pode-se alcançar uma relativa pacificação da tendência violenta do capital financeiro³⁹, que parece ser uma quimera. Ora, o capitalismo, mesmo criando grupos econômicos gigantescos e cartéis internacionais, não consegue eliminar a concorrência no âmbito global, persistindo os interesses distintos e a procura pela defesa de suas posições. O capitalismo nutre, de todo modo, uma corrida armamentista.

Contudo, de acordo com Kautsky, sendo o imperialismo um produto do desenvolvimento capitalista, este pode, em algum momento, ser descontinuado. Na proposição do autor, o capitalismo pode se desenvolver sem a política imperialista, “a

³⁹ Lênin se opõe ao posicionamento de Kautsky, levantando uma profunda crítica ao seu afastamento das bases marxistas em direção aos preceitos burgueses. Dessa forma, Lênin (2011, p. 198) diz que Kautsky exprime “[...] a opinião de que os cartéis internacionais, sendo como são uma das expressões de maior relevo da internacionalização do capital, permitem acalantar a esperança de que a paz entre os povos virá a imperar sob o capitalismo. Esta opinião é, do ponto de vista teórico, completamente absurda, e do ponto de vista prático um sofisma, um meio de defesa pouco honesto do oportunismo da pior espécie. Os cartéis internacionais mostram até que ponto cresceram os monopólios, e quais são os objetivos da luta que se desenrola entre os grupos capitalistas. Esta última circunstância é a mais importante, só ela nos esclarece sobre o sentido histórico e econômico dos acontecimentos, pois a forma de luta pode mudar, e muda constantemente, de acordo com diversas causas, relativamente particulares e temporais, enquanto a essência da luta, o seu conteúdo de classe, não pode mudar enquanto subsistirem as classes”.

política das frações capitalistas dominantes na fase do capitalismo avançado” (KAUTSKY, 2002a, p. 471). Tal política só é necessária enquanto a rivalidade dos cartéis nacionais existir, caso contrário, suplantada por um cartel global, explorando o mundo de forma combinada, não há motivo para o imperialismo, sendo assim, desnecessário⁴⁰.

Isso posto, percebe-se que o sistema capitalista se orienta pela formação de dois polos antagônicos: um imperialista e outro dependente. Aliás, o capitalismo é em si um sistema em evolução que se traduz por mudanças na forma de exploração dos recursos essenciais para sua acumulação, seja criando condições para o desenvolvimento de novas áreas plenamente capitalistas, seja submetendo outras aos destinos perversos do domínio da exploração e espoliação do capital. Assim, constitui-se a perda de soberania e autonomia do desenvolvimento de sociedades inteiras, engendrando formas cada vez mais desiguais de desenvolvimento.

Nos prelúdios do século XX, o capitalismo se expande sob o esteio do capital financeiro ao unir o capital bancário e industrial. Cabe, na continuidade da presente pesquisa, investigar os caminhos da evolução recente do capitalismo e ponderar as novas formas de atuação do imperialismo e sua implicação nos países dependentes, especificamente o Brasil. O próximo capítulo tenta apreender o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo e o grau de divergência entre os polos antagônicos, dando ensejo ao debate que é o escopo da pesquisa: o capitalismo dependente em sua forma subimperialista.

⁴⁰ De acordo com Bukharin (1984, p. 135 *grifo do autor*): “Kautsky procura suprimir o sombrio imperialismo sem tocar na inviolabilidade dos traços radiosos do regime capitalista. Sua concepção leva a dissimular as gigantescas contradições que dilaceram a sociedade moderna e é, por isso, uma concepção reformista. O traço mais característico do reformismo teórico reside em que, escrupulosamente, ele constata todos os elementos de adaptação do capitalismo sem, porém, ver suas contradições. Para um marxista consequente, ao contrário, o desenvolvimento capitalista, em seu conjunto, é apenas um *processo de reprodução contínuo e crescente das contradições do capitalismo*. A futura economia mundial, em sua fórmula capitalista, não libertará essa economia dos elementos imanentes que a impedem de adaptar-se: ela os reproduzirá de forma constantemente e em bases mais amplas. Essas contradições encontrarão sua solução verdadeira em outra estrutura de produção da sociedade, a saber: na organização social, metódica, socialista da economia”.

II – As contribuições da Teoria Marxista da Dependência ao debate do desenvolvimento latino-americano

O debate a respeito do desenvolvimento econômico latino-americano passa a ter maior relevância com a criação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, em 1948. O objetivo da instituição se concentra na interpretação do desenvolvimento da América Latina com base em uma concepção original arredada da visão eurocêntrica e estadunidense do desenvolvimento econômico⁴¹. A principal contribuição da CEPAL é a consolidação de uma escola de pensamento que estimula o debate acerca do papel da América Latina no sistema mundial e, a partir disso, influencia os *policy makers* na estruturação das políticas desenvolvimentistas.

No decorrer da segunda metade do século XX, a escola cepalina se consolida como uma corrente de pensamento em defesa da industrialização da região como mecanismo fundamental para a superação do atraso econômico. A tese da CEPAL rejeita as condições apresentadas por Rostow (1978), o qual sugere que a região estaria em um dos “estágios” do desenvolvimento econômico. Para Rostow, as economias partem de um estágio comum: a *fase pré-capitalista ou tradicional*, na qual ainda estão presentes técnicas rudimentares de produção e a economia se concentra em torno da agricultura. Nesse modelo, o despertar para o desenvolvimento econômico propriamente dito, é observado pela primeira vez por volta de 1760 com a revolução industrial inglesa. Contudo, essa visão simplista de Rostow exclui as especificidades históricas do desenvolvimento capitalista de cada nação, ademais, desconsidera os efeitos externos no interior de cada economia.

Além do mais, a teoria clássica, que até a segunda guerra mundial representa o pensamento hegemônico, mostra-se incapaz de fornecer elementos consistentes para a análise do desenvolvimento econômico, principalmente pelas limitações que a teoria apresenta acerca dos conceitos de país e economia, que se resumem sobretudo a sistemas fechados, independentes entre si e que realizam trocas no mercado mundial. A abordagem

⁴¹ A interpretação estadunidense e eurocêntrica do desenvolvimento econômico exportada para a América Latina teve grande influência de Walt Whitman Rostow, principalmente, após a publicação do livro *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. Nesse livro o autor argumenta, com base na análise histórica do desenvolvimento das economias avançadas, que as nações alcançariam o pleno desenvolvimento ao completar um ciclo de cinco etapas fundamentais: i) a sociedade tradicional; ii) as condições para o arranco; iii) o arranco; iv) a marcha para a maturidade e v) a era do consumo de massa.

marxista do imperialismo é essencial para explicar as relações internacionais, tendo como hipótese norteadora a formação dos monopólios, que explora os recursos naturais e força a abertura de novos mercados em busca da elevação do excedente extraído no mercado global (SUNKEL, 2000). Com isso, a teoria marxista do imperialismo impõe a necessidade do estudo de um novo fenômeno constituído pela forma que o capitalismo assume fora do centro hegemônico.

A CEPAL e a Teoria Marxista da Dependência apresentam importantes ferramentas teóricas para o estudo do sistema capitalista na América Latina. A CEPAL inaugura uma tradição que busca fazer interpretações autônomas, à luz da história latino-americana. Com base no método histórico-estruturalista, elabora-se a visão centro-periferia, em que o sistema capitalista é formado por dois polos antagônicos que coexistem e fazem parte do todo. O “centro” se estabelece nas nações industrializadas, a tríade EUA – União Europeia – Japão, enquanto a “periferia” consiste em um aglomerado de nações atrasadas com pouca ou nenhuma indústria, mas inseridas no mercado mundial como fornecedoras de produtos primários e compradoras de produtos manufaturados.

A estrutura do capitalismo mundial, como apresentada pelo modelo ricardiano da teoria das vantagens comparativas, provoca um quadro recorrente de intercâmbio desigual entre nações industrializadas e primário-exportadoras. A debilidade do sistema de divisão internacional do trabalho se encontra no fato de que as classes dominantes dos países periféricos utilizam o excedente gerado pelo setor externo na reprodução do padrão de consumo dos países centrais. Assim, o consumo do estrato superior das sociedades periféricas é satisfeito via importações⁴². Ora, esse movimento por si só constrange a teoria clássica e o desenvolvimento econômico⁴³ na concepção de Rostow. A acumulação de capital nos países centrais se realiza gradualmente com aumento do capital investido,

⁴² Para Furtado (2013), essa fase corresponde à *modernização* das economias periféricas, em que a classe dominante altera seu padrão de consumo para acompanhar as mudanças que a Revolução Industrial provoca nos países europeus e da América do Norte no século XIX. Esse é um processo típico de *colonização cultural* em que se estabelece “originalmente na ação convergente das classes dirigentes locais, interessadas em manter uma elevada taxa de exploração, e dos grupos que, a partir do centro do sistema, controlam a economia internacional e cujo principal interesse é criar e ampliar mercados para o fluxo de novos produtos engendrados pela Revolução Industrial. Uma vez estabelecida esta conexão, estava aberto o caminho para a introdução de todas as formas de intercâmbio desigual, que historicamente caracterizam as relações entre o centro e a periferia do sistema capitalista” (FURTADO, 2013, p. 185).

⁴³ Para Rodriguez (1977), o conceito de desenvolvimento econômico converge para a concepção neoclássica e keynesiana da teoria do crescimento econômico, na qual a acumulação de capital e o progresso tecnológico se encontram imbricados num mesmo processo por intermédio da produtividade do trabalho. Contudo, essas teorias podem responder ao aspecto global do sistema capitalista, mas são incapazes de dar respostas às economias individuais em um sistema de profundas assimetrias, com dois polos opostos: centro e periferia.

levando a novas técnicas de produção que possibilitam elevar o nível de produtividade de forma mais homogênea entre os setores da produção. Em razão disso, os preços dos produtos destinados ao consumo dos trabalhadores caem, possibilitando a liberação da renda destinada ao consumo. Desse modo, nos países centrais cada vez mais trabalhadores obtêm ganho real em seus salários, proporcionando a alteração no padrão de consumo. Ademais, a difusão das inovações tecnológicas ocorre quase que ao mesmo ritmo em todos os setores produtivos.

A acumulação capitalista nos países periféricos ocorre em moldes distintos do apresentado pelas economias avançadas. Ao passo que as economias centrais se industrializam, a periferia do sistema capitalista se mantém na produção de produtos primários destinados ao mercado externo. O excedente que a produção primária fornece às economias periféricas são concentradas em uma parcela reduzida da sociedade que satisfaz seu consumo no mercado externo. Ora, com o nível de concentração da renda dos países periféricos e como o consumo do estrato superior da sociedade não se realiza no mercado interno, pouco resta para inversões no setor produtivo. Desse modo, o nível de produtividade se mantém baixo e os salários dos trabalhadores ao nível de subsistência. Com isso, forma-se um mecanismo perverso de transferência do excedente das economias periféricas para os países centrais.

Parte-se desse ponto a complexa especificidade das economias periféricas. Como exposto por Furtado (2013), qualquer análise das economias periféricas que busque captar a natureza de sua estrutura e do processo de acumulação capitalista precisa abordar a essência do processo de produção – pela qual passa a alocação dos recursos que dão origem ao excedente, assim como sua apropriação – e do processo de circulação – no qual se encontram presentes os elementos explicativos da destinação do excedente.

Estabelecido o conceito de periferia, difunde-se a partir da CEPAL a tradição de influenciar a elaboração de políticas com a missão primordial de superação da condição atrasada e periférica das economias latino-americanas. O mecanismo seria a atuação do Estado na condução do desenvolvimento econômico estimulando a industrialização. Conforme Bielschowsky (2000), a abordagem metodológica cepalina possibilitava uma análise em três planos distintos: i) a inserção internacional; ii) as tendências e contradições internas do crescimento na periferia e iii) a atuação do Estado. Nesse eixo analítico se estrutura a ação das políticas desenvolvimentistas que visam combater a heterogeneidade estrutural, a vulnerabilidade externa e o desemprego. A heterogeneidade estrutural se configura pela diferenciação de produtividade presente no interior das

economias periféricas em decorrência da adoção de tecnologias estrangeiras. Essa diferenciação se estabelece diante do esforço de industrialização das economias periféricas. A vulnerabilidade externa se verifica pelos estrangulamentos no balanço de pagamentos e o desemprego decorre da adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra.

A industrialização na América Latina tem seu impulso inicial a partir da crise do sistema capitalista nos países centrais no período de 1914 a 1945. Portanto, a análise se divide em duas fases distintas: a primeira compreende a crise do sistema capitalista e a segunda se concentra no pós-segunda guerra mundial e a consequente hegemonia estadunidense. Na primeira fase, a industrialização latino-americana se realiza através do processo de substituição de importações concentradas em setores tradicionais, enquanto na segunda fase, a partir da década de 1950, inicia-se a industrialização nos setores intensivos em capital.

Faz-se necessário esclarecer que a América Latina se constitui em um espaço heterogêneo com níveis díspares de desenvolvimento entre as nações. A abordagem teórica, com o nível de abstração utilizado, distancia-se da realidade de muitos países que não conseguem dar continuidade ao desenvolvimento industrial. No entanto, aproxima-se do contexto presente em países como Argentina, Brasil, Chile e México.

A região latino-americana estruturada desde o período colonial como uma economia primário-exportadora, em que a base da acumulação de capital está no setor agrário e mercantil, mantém a região em um caráter periférico ao sistema capitalista das economias avançadas. Após a constituição das economias nacionais, a permanência da região ancorada nessa rígida divisão internacional do trabalho que restringe o desenvolvimento das forças produtivas internas e estabelece um crescimento econômico “para fora”, dá-se forma ao subdesenvolvimento.

Para Furtado (2009), a penetração do capitalismo em economias de natureza pré-capitalistas ocorre de maneiras distintas, formando um espaço de ordenação dualista, onde o arcaico convive com o moderno. Essa é a característica fundamental de formação das economias subdesenvolvidas. As estruturas subdesenvolvidas são um ambiente de ampla *modernização* dos padrões de consumo, sem necessariamente se repetir no sistema produtivo. Contudo, a *modernização* impõe uma intensa concentração de renda, ademais insere as economias periféricas em uma situação de dependência externa (FURTADO, 2013). Como manifesto por Cardoso e Faletto (1979, p.27):

A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo [...] sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo etc.) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial etc.). As noções de “centro” e “periferia”, por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência.

O subdesenvolvimento é uma construção da condição de dependência cultural, econômica e tecnológica de uma nação, de acordo com Furtado (2013). À vista disso, a industrialização por substituição de importações, no período de crise do sistema capitalista mundial, ocorre em virtude dos constrangimentos às importações dos bens que servem ao consumo da classe dominante. A industrialização se inicia com caráter nacional, direcionada a atender a demanda local das classes dominantes sem alterar o padrão de exploração dos trabalhadores.

Todavia, a industrialização origina um ambiente heterogêneo com espaços que apresentam uma produção mais robusta, com utilização de tecnologias avançadas, e outras que persistem com formas arcaicas de produção. O resultado é um diferencial de produtividade intersetorial e de salários entre a classe trabalhadora. Como apontado por Furtado (2009), a industrialização só é possível pela reserva de mercado formada pela parcela da população concentradora de renda na periferia. Esse núcleo consumidor é beneficiário da renda gerada pelo setor exportador, enquanto o restante da população se mantém com renda ao nível de subsistência.

Desse modo, as restrições às importações liberam excedente para inversões no setor industrial capaz de atender as necessidades das camadas mais altas da sociedade. Sem embargo, “a concentração da renda em comunidade de baixa produtividade não conduz a processos cumulativos de crescimento e sim a situações estáticas de desigualdade entre os padrões de consumo dos grupos sociais” (FURTADO, 2009, p. 87). Essa é uma característica do capitalismo periférico, denominado de regiões subdesenvolvidas.

O subdesenvolvimento é a conjunção de elementos intrínsecos aos países periféricos originados no âmago do seu processo histórico. Com isso, o transcurso do desenvolvimento desses países não obedece a mesma trajetória dos países centrais. Como aventado por Furtado (2009), o subdesenvolvimento é a forma que o capitalismo assume

na periferia ao ingressar empresas com tecnologia e padrão de produção alheias às economias receptoras, provocando um quadro de distorções que impactam a vida urbana e rural. A simples assimilação das tecnologias importadas dos países centrais aprofunda o subdesenvolvimento, visto que impõem aos países periféricos uma situação de subemprego estrutural dos fatores capital e trabalho.

Desse modo, um país que modela seu consumo em padrões tecnológicos alheios a sua produção, além de elevar a exploração sobre a classe trabalhadora, provoca um quadro de dependência tecnológica e econômica. Tal dependência ocorre de forma diferenciada no tempo e espaço. À medida que o capitalismo avança no centro dinâmico, a dependência se aglutina na periferia. Inicialmente, a dependência surge apenas no nível das alterações do padrão de consumo das classes dominantes, que, por absorver quantidades crescentes de excedente, implica na incapacidade de desenvolvimento autônomo das forças produtivas.

À medida que se inicia a industrialização na periferia capitalista através da substituição de importações, a dependência alcança o nível da produção, uma vez que a industrialização se realiza pela aplicação das técnicas utilizadas pelos países centrais. Portanto, reproduzir nos países periféricos um sistema produtivo à espelho dos países centrais, que alcançam um nível de acumulação de capital muito superior, expressa uma descontinuidade das técnicas de produção intersetorial. Ou seja, é a conjunção no interior de uma economia de dois planos tecnológicos, um voltado para o setor externo e outro com elevada dotação de capital privado, nacional e estrangeiro, que produz para um mercado interno reduzido, composto pela classe detentora do excedente produzido pelo setor externo.

À vista disso, enquanto no primeiro estágio da dependência o excedente é suficiente para as necessidades de consumo da classe dominante, no período da industrialização se faz necessário um recurso a mais para fazer frente às necessidades de importações dos bens de capital destinados a produção industrial. Dá-se forma a um novo caráter da dependência, mais agressivo em torno da classe trabalhadora, que se refere ao aumento do grau de exploração com vistas a manutenção do nível de consumo de uma parcela da sociedade.

O Estado tem papel fundamental de “arbitragem” no sistema de exploração das classes dominantes sobre a classe trabalhadora. O Estado se constitui mais necessário à medida que surge uma camada média na sociedade formada por operários e profissionais

liberais nos núcleos urbanos, resultando dessa confluência de interesses da luta de classes um modelo de Estado popular-nacionalista.

Dito isso, o capitalismo periférico latino-americano se delineia em três aspectos fundamentais: i) deterioração dos termos de troca; ii) heterogeneidade estrutural e iii) concentração de renda. Para a CEPAL, a condição de subdesenvolvimento das nações latino-americanas é passível de ser superada através da atuação do Estado com políticas desenvolvimentistas que permitam as economias sobrepujar o dualismo estrutural, a vulnerabilidade externa e o desemprego. No entanto, nas economias periféricas as especificidades do capitalismo vão além da simples aplicação de políticas desenvolvimentistas que desmontem as estruturas de produção arcaicas e as substitua pela produção industrial.

O caminho expresso pela CEPAL se baseia na construção do Estado moderno, em que a burguesia industrial e urbana fosse capaz de revolucionar as estruturas atrasadas e levar as economias periféricas ao caminho do desenvolvimento. Contudo, levantar hipóteses acerca de políticas desenvolvimentistas via industrialização sem captar a luta de classes na América Latina superestima a capacidade do Estado em solucionar os problemas sociais e do desenvolvimento.

Ora, como a industrialização foi induzida para atender a demanda de um mercado pré-existente, é eminente um conflito entre as classes dominantes. Os anseios desenvolvimentistas de uma classe burguesa industrial em ascensão encontram limites na dependência do setor externo, no mercado de consumo reduzido e na carência da autonomia tecnológica. Assim, Dos Santos (2015, p. 73) afirma que:

Essa articulação estrutural entre a sobrevivência do setor exportador e a industrialização vai configurar uma aliança política muito própria dos países latino-americanos, nos quais encontramos uma política de sobrevivência do latifúndio apoiada pela burguesia industrial. Esta ficou limitada na sua dimensão revolucionária, tendo de abandonar a perspectiva de uma confrontação com as oligarquias tradicionais e de uma distribuição de renda no campo que gerasse um mercado interno mais significativo. Ela não foi capaz de vender meios de produção e produtos de consumo para a massa camponesa e assim aumentar a capacidade produtiva dos países através da expansão da sua demanda interna. Criou-se, em consequência, um bloqueio estrutural ao desenvolvimento econômico na região.

A industrialização por intermédio exclusivo das importações de técnicas prevalecentes nas economias centrais apenas reforça o nível da dependência das economias periféricas. Nesse caso, a continuidade da industrialização só é possível dada

a permanência da exploração que a classe dominante impõe aos assalariados. Ademais, a questão permanente das economias periféricas é no que diz respeito às condições de acesso às tecnologias geradas no centro.

Assim, como a exploração da classe trabalhadora não é uma questão negociável, a via de acesso às tecnologias estrangeiras se realiza pela abertura do mercado às transnacionais dos países avançados. Desse modo, as subsidiárias das empresas europeias, estadunidenses e japonesas adentram as economias periféricas na conquista do mercado e no domínio da produção industrial de maior intensidade tecnológica. Essa transferência da produção para países periféricos só se torna possível pela convergência dos interesses das transnacionais em garantir o acesso aos recursos naturais. Além do mais, as tecnologias exportadas já se encontram quase ou completamente amortizadas nos países centrais. “O capital internacional aparecia como um complemento à poupança interna necessária à industrialização” (DOS SANTOS, 2015, p. 75).

Dessa maneira, inicia-se a segunda fase da industrialização da periferia do sistema capitalista, em que o capital nacional se associa ao capital monopolista internacional aceitando a subordinação e, conseqüentemente, limitando os anseios de uma industrialização autônoma. Com isso, a dependência assume um caráter mais irreversível, os meios de produção de maior intensidade tecnológica são controlados pelo capital monopolista internacional.

A dependência ocupa o centro do debate na América Latina tanto nos aspectos endógenos quanto exógenos, influenciando a concepção teórica da CEPAL. Assim, a partir de meados da década de 1960, a Teoria da Dependência enseja grande influência na análise do capitalismo latino-americano. Na vertente exposta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto se estabelece uma crítica ao método estruturalista da CEPAL, buscando trazer ao debate os fatores exógenos e endógenos da condição de dependência das economias periféricas. Para os autores, a dependência é o resultado concreto de “uma rede de interesses e coações”, é um mecanismo além do economicismo cepalino de taxas de poupança e produtividade. Desse modo, Cardoso e Faletto (1979, p. 30 *grifo do autor*) destacam que:

[...] ao considerar a *situação de dependência*, na análise do desenvolvimento latino-americano, o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos. Pois bem, quando se aceita a perspectiva de que os influxos do mercado, por si mesmos, não são suficientes para explicar a mudança nem para garantir sua

continuidade ou sua direção, a atuação das forças, grupos e instituições sociais passa a ser decisiva para a análise do desenvolvimento.

Os autores se apoiam no método histórico-estruturalista para afirmar suas críticas às análises econômicas e ao caráter exógeno da dependência adotado pela CEPAL. Contudo, eles tecem críticas desproporcionais à CEPAL, empregando um certo reducionismo diante da pluralidade de contribuições oferecidas pela instituição, que esteve preocupada com a distribuição de renda e correção das desigualdades como mecanismo de superação do subdesenvolvimento. Eles procuram contribuir, dando ensejo ao papel das classes sociais no capitalismo dependente. À vista desse esforço, eles concluem que a industrialização, diante dos arranjos de classes, só é possível em economias dependentes de tal forma a modernizá-las sem romper com o caráter da dependência. Desse modo, Cardoso e Faletto (1979, p. 123-124) afirmam que:

[...] uma industrialização baseada em um mercado urbano restringido, mas suficientemente importante, em termos da renda gerada, para permitir uma *indústria moderna*. Evidentemente, esse tipo de industrialização vai intensificar o padrão de *sistema social excludente* que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas, mas nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente. Esta é simplesmente a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência.

Ora, essa se torna uma visão de capitalismo dependente “docilizado” pelas forças externas. Ainda que os autores exponham a dualidade dos interesses das classes dominantes externa e interna, num aspecto de interdependência, não logram êxito em alcançar o movimento de exploração do sistema hegemônico do período de transição do império inglês para o imperialismo estadunidense, nem ao menos clareiam as formas de exploração que assume o capitalismo dependente na periferia.

Nesse sentido, a Teoria Marxista da Dependência – TMD, com seu caráter revolucionário e original, expõe-nos subsídios importantes para a interpretação do capitalismo na América Latina. Com base no método marxista e no arcabouço teórico da teoria do imperialismo, a TMD trouxe para o entendimento do capitalismo periférico o aspecto mais íntimo da luta de classes na região e da crise do sistema capitalista. Para Valencia (2008, p. 152):

O *objeto de estudo* da teoria da dependência é a formação econômico-social latino-americana a partir de sua *integração subordinada* à economia capitalista mundial. Abrange o período colonial e a pós-independência, na qual a economia exportadora cede lugar à formação

de uma economia industrial capitalista dependente, que forja seu *próprio ciclo* de reprodução. No entanto, no plano do mercado interno, se divide em *duas esferas*: a superior, própria do consumo das classes burguesas e médias, e a *inferior*, que corresponde ao consumo das classes trabalhadoras que se reproduzem à custa do salário.

Dessa forma, a crítica ao desenvolvimentismo da CEPAL e a análise de Cardoso e Faletto devem ser realizadas pelo questionamento das possibilidades de êxito que as políticas desenvolvimentistas podem fornecer às economias subordinadas ao imperialismo. Por esse ângulo, Bambirra (2015) abre a discussão da qual a TMD se propõe a equacionar. A questão não está na competência das aplicações das políticas desenvolvimentistas, nem ao menos se resume às alianças entre as classes dominantes, mas está na natureza do desenvolvimento capitalista da América Latina, visto que o desenvolvimento é uma abstração teórica formal e a-histórica, que não se repete no tempo e espaço. O tempo se constitui em elemento unilinear, não permitindo que os países se movam temporalmente para estágios de desenvolvimento alheios ao seu processo histórico, ou seja, que pertençam a outrem, uma vez que as sociedades marcham paralelas umas às outras formando uma nova sociedade (DOS SANTOS, 2017).

Nesse sentido, a TMD busca evidenciar as contradições do sistema capitalista nos países periféricos. Como evidenciado por Dos Santos (2017), a dependência pode ser caracterizada como uma *situação condicionante*, ou seja, quando a economia de um país está condicionada ao desenvolvimento de outro. Assim, um país dominante exerce seu domínio pela capacidade econômica e tecnológica, pela qual impõe aos países dominados as formas de exploração que visam extrair o excedente. Portanto, a dependência deve ser compreendida no âmbito da definição de leis próprias do desenvolvimento das economias dependentes, dado que essas nações possuem realidade histórica com estrutura própria. O estudo da dependência se faz pelo método abstrato-dialético, ou melhor, “através da abstração das leis de movimento de uma realidade histórico-concreta” (DOS SANTOS, 2017, p. 153 *tradução nossa*).

À vista disso, Bambirra (2015) define uma tipologia histórico-estrutural para a análise da dependência dos países latino-americanos, com o propósito de englobar a heterogeneidade produtiva dos países da região. Desse modo, tem-se dois grupos possíveis de países na América Latina: o primeiro se define por países que apresentam um processo de industrialização anterior a segunda guerra mundial, composto por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai; o segundo grupo é composto por países que iniciam a industrialização após a segunda guerra mundial, dependente do

capital estrangeiro e com um setor primário ainda dominante na economia, tais como Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, Guatemala, El Salvador, Paraguai e demais países latino-americanos.

A dependência é uma construção histórica do capitalismo latino-americano e que deve ser compreendida como parte integrante e necessária do sistema capitalista global. Dito isso, Ruy Mauro Marini, com base no método marxista, traz para a TMD contribuições importantes em *Dialética da dependência* com uma abordagem econômica concreta da dependência político-econômica. Para Marini (2011), o capitalismo latino-americano só pode ser entendido a partir da compreensão de suas especificidades, ou seja, o capitalismo que se desenvolve na região é *suis generis* e, portanto, serve aos interesses da acumulação em dois planos, um externo e outro interno.

O capitalismo latino-americano nasce da integração ao mercado mundial através do capital mercantil, desse modo, a região atua como parte importante na consolidação da acumulação de capital dos países centrais, fornecendo os recursos necessários à nascente produção manufatureira. Ora, a dependência da América Latina nasce das necessidades do centro hegemônico capitalista, no primeiro momento se configura na hegemonia inglesa, estabelecendo uma divisão internacional do trabalho que integra a América Latina como fornecedora de matérias-primas e consumidora das manufaturas inglesas, no segundo momento os Estados Unidos assumem a liderança do sistema capitalista global⁴⁴.

A integração da América Latina ao mercado mundial decorre de relações desiguais de produção entre o centro e a periferia. O desenvolvimento industrial nos países avançados necessita de um regime de exploração para se consolidar. Nesse caso, se nos países centrais há um crescente processo de especialização da produção em manufaturas e a consequente liberação do homem do campo para os centros urbanos e sua transformação em operários da indústria, deve-se apresentar uma alternativa para o fornecimento da produção destinada à subsistência desses trabalhadores. Ora, em um

⁴⁴ Cf. Marx (2013, p. 523): “[...] o barateamento dos produtos feitos à máquina e os sistemas revolucionados de transporte e de comunicação são armas para a conquista de mercados estrangeiros. Ao arruinar o produto artesanal desses mercados, a indústria mecanizada os transforma compulsoriamente em campos de produção de sua matéria-prima. Assim, por exemplo, as Índias Orientais foram obrigadas a produzir algodão, lã, cânhamo, juta, anil etc. para a Grã-Bretanha. A constante ‘transformação em supranumerários’ dos trabalhadores nos países da grande indústria estimula de modo artificial a emigração e a colonização de países estrangeiros, transformando-os em celeiros de matérias-primas para a metrópole, como ocorreu com a Austrália, convertida num centro de produção de lã. Cria-se, assim, uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial”.

regime imperialista de submissão e subordinação, só resta aos mais fracos cumprir esse papel de produtor dos bens de subsistência.

Ademais, como bem salientou Marini (2011), a América Latina é essencial no fornecimento de recursos naturais para a indústria e, nesse caso, à medida que se avança a tecnologia e o conhecimento, avança na mesma medida a importância da região como fornecedora e reserva das matérias-primas essenciais para indústria e o desenvolvimento tecnológico. Para Furtado (2008), a divisão e dominação do mundo entre um grupo reduzido de nações na segunda metade do século XIX é motivada diretamente pela necessidade de controle e acesso às fontes de recursos não renováveis nas zonas periféricas.

Marini apresenta com originalidade, em *Dialética da dependência*, o papel que a América Latina ocupa em benefício ao processo de acumulação capitalista nos países centrais. A produção latino-americana atua como mecanismo fundamental da produção de mais-valor relativo das economias avançadas à medida que a região aumenta a oferta de matérias-primas, tanto para o consumo da classe trabalhadora quanto aos bens incorporados no processo de produção, que influenciam no valor da mercadoria⁴⁵. Como proposto por Marx (2013, p. 393-394):

O valor das mercadorias é inversamente proporcional à força produtiva do trabalho, e o mesmo vale para o valor da força de trabalho, por ser determinado pelos valores das mercadorias. Já o mais-valor relativo, ao contrário, é diretamente proporcional à força produtiva do trabalho. Ele cresce com o aumento e decresce com a queda da força produtiva.

Atribui-se a essa relação, o interesse dos capitalistas em reduzir o valor da força de trabalho. Ora, se o mais-valor relativo é diretamente proporcional à força produtiva, o objetivo do capitalista é o de sempre elevar a força produtiva e reduzir o valor das mercadorias e, conseqüentemente, o valor da força de trabalho. Ademais, Marx (2013, p. 395) complementa:

Na produção capitalista, portanto, a economia do trabalho por meio do desenvolvimento da sua força produtiva não visa em absoluto a redução da jornada de trabalho. Seu objetivo é apenas a redução do tempo de

⁴⁵ Cf. Marx (2013, p. 390) “[...] o valor de uma mercadoria não é determinado apenas pela quantidade de trabalho que lhe confere sua forma última, mas também pela massa de trabalho contida em seus meios de produção. O valor de uma bota, por exemplo, não é determinado só pelo trabalho do sapateiro, mas também pelo valor do couro, do piche, do cordão etc. Portanto, a queda do valor da força de trabalho também é causada por um aumento na força produtiva do trabalho e por um correspondente barateamento das mercadorias naquelas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, isto é, os meios e os materiais de trabalho para a produção dos meios de subsistência. Em contrapartida, nos ramos de produção que não fornecem nem meios de subsistência nem meios de produção para fabricá-los, a força produtiva aumentada deixa intocada o valor da força de trabalho”.

trabalho necessário para a produção de determinada quantidade de mercadorias. Que o trabalhador, com o aumento da força produtiva de seu trabalho, produza em 1 hora, digamos, 10 vezes mais mercadorias do que antes, e, conseqüentemente, precise de 10 vezes menos tempo de trabalho para cada artigo, não o impede em absoluto de trabalhar as mesmas 12 horas de antes, tampouco de produzir, nessas 12 horas, 1.200 artigos em vez de 120. Mais ainda, sua jornada de trabalho pode ser prolongada, ao mesmo tempo, de modo que ele passe a produzir 1.400 artigos em 14 horas etc.

O capitalista que emprega uma inovação nas técnicas de produção obtém um mais-valor superior aos demais, pelo menos até que a inovação se generalize pelos diferentes ramos de produção e o nível de mais-valor se equalize no conjunto da economia. É este mais-valor superior que Marini (2011) apresenta como mais-valor extraordinário. Ao mesmo tempo em que se eleva o mais-valor relativo, este tende a reduzir a taxa de lucro, em decorrência da mudança na composição do capital, ou seja, o aumento da força produtiva reduz o capital variável e aumenta o capital constante, sobre o qual incide o consumo de matérias-primas. Todavia, enquanto os produtos industrializados apresentam preços constantes no mercado mundial, a queda nos preços das matérias-primas exige da América Latina a capacidade crescente de ampliação da produção. Esse é o ponto nodal para a deterioração dos termos de troca, entre a periferia e os países centrais.

Desse modo, estabelece-se nas relações comerciais entre as duas esferas do sistema capitalista formas que levam a uma transferência de valor. O primeiro mecanismo que atua na transferência de valor pode ocorrer pelo diferencial de produtividade entre as duas partes antagônicas do capitalismo global, o que influi nos níveis de preços entre as diferentes mercadorias comercializadas. Entretanto, um segundo mecanismo de transferência de valor pode ser utilizado através da violação da lei do valor. Diante disso, apresenta-se aos países periféricos um sistema de trocas desiguais em que países com produtividade superior mantêm níveis elevados de preços e, desse modo, capturam mais-valor produzido pelas nações de menor produtividade. Diante do sistema de transferência de valor, cabe aos países dependentes buscarem formas alternativas de elevar o valor produzido, então se recorre a maior exploração da força de trabalho, ou seja, uma superexploração da força de trabalho (MARINI, 2011). Essa é uma contradição do sistema capitalista, ponto que servirá de base para a crítica empregada por Fernando H. Cardoso e José Serra à Ruy Mauro Marini.

Para Serra e Cardoso (1979), Marini está apenas criando confusão entre intercâmbio desigual – variações de produtividade e dos valores unitários – e índice de relações troca – variação dos preços relativos. Os autores acreditam que a distorção da

interpretação de Marini, com respeito à esses conceitos, fornece subsídios para a criação de uma “lei imaginária da superexploração”. A crítica de Serra e Cardoso (1979) tem um flagrante equívoco na interpretação de Marini quanto ao intercambio desigual e transferência de valor. Na verdade, há por parte dos autores uma certa confusão entre valor e preço, entre mais-valor e lucro, e, desse ponto de vista, é necessário ter em mente o modo de reprodução do capital.

Os autores estão presos na ideia de que Marini parte de uma deterioração dos níveis de preço em decorrência de uma suposta produtividade decrescente da periferia, além de apresentar a superexploração de forma completamente distorcida, como uma “ideia de que só a superexploração do trabalhador e o aumento físico da produção salvariam os capitalistas da periferia do colapso” (SERRA; CARDOSO, 1979, p. 50). Porém, como apresentado por Marini (1978; 2011), diante da concorrência capitalista e dado o diferencial de produtividade, as economias dependentes se utilizam de meios próprios para elevar a massa de mais-valor produzida, esta que se realiza por intermédio do aumento da exploração da força de trabalho. Ou seja, o pensamento de Marini não é determinista, apenas aponta as direções encontradas pelo capitalismo periférico diante das barreiras encontradas ao seu pleno desenvolvimento.

Conforme aventado por Marini (1978), há nesse caso um desentendimento profundo em relação ao valor e preço. Isto é evidente quando Serra e Cardoso negam a existência de transferência de valor buscando se justificar através das variações de preços relativos, colocando a questão no simples caso de oferta e demanda. De acordo com Marini (1978, p. 9):

[Serra e Cardoso] assumem que movimentos de preços não implicam movimentos de valor; de tal forma que, ao manter o preço de mercado acima do valor, isso não implicaria uma transferência de valor por aquele que o adquirisse, em vez de dar uma mercadoria cujo preço manteria o ritmo de seu valor. Chegamos, então, a um ponto em que não apenas as trocas não são "muito iguais", mas são absolutamente diferentes!

À vista disso, para compreender a natureza da exploração capitalista dos países periféricos pelos países centrais, tal qual se apresenta em *Dialética da dependência*, é necessário partir do mesmo ponto de análise ao que Marini se propôs. Assim, temos como ponto de partida a representação feita por Marini (2011, p.143):

Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que as

forçou a produzir em maior escala. Negar-se a ver as coisas dessa forma é mistificar a economia capitalista internacional, é fazer crer que essa economia poderia ser diferente do que realmente é.

Destarte, a consequência para a América Latina é a formação de Estados subordinados ao imperialismo em um arranjo espúrio entre as burguesias periféricas e dos países avançados. O resultado é um completo descolamento das burguesias periféricas ao interesse nacional.

2.1 O ciclo do capital na economia dependente

Como visto acima, a industrialização na América Latina tem seu primeiro impulso no início do século XX, como consequência das restrições às importações dos bens de consumo industrializados, aproveitando-se de um mercado interno carente de produtos manufaturados, mesmo que restrito à uma parcela superior da sociedade. A industrialização latino-americana tem como base o setor agroexportador, responsável pelas divisas necessárias às importações de insumos utilizados pela indústria, principalmente máquinas e equipamentos.

A arrancada industrializante forma no interior das sociedades dependentes uma nova burguesia – urbana e industrial – com anseios claros de poder e a formação de um Estado moderno. Contudo, as contradições do capitalismo dependente logo impõem limites às burguesias industriais latino-americanas. Entre o início da primeira guerra mundial em 1914 até o início da década de 1950, há na América Latina – especialmente em países como Argentina, Brasil e México – a consolidação de uma burguesia industrial.

A reorganização do sistema hegemônico mundial em torno do imperialismo estadunidense altera profundamente as regras do jogo e estabelece barreiras intransponíveis aos desejos de desenvolvimento autônomo das burguesias locais. A queda dos preços dos principais produtos exportados pelas economias periféricas impôs restrições ao financiamento do projeto industrializante. Com o fim da segunda guerra mundial, as lideranças burguesas imperialistas se reorganizam e estabelecem as bases para uma nova divisão internacional do trabalho. Assim, diante de conflitos internos com a disputa de diversas frações da burguesia e o avanço imperialista, estabelece-se uma nova configuração em relação à integração da América Latina ao mercado mundial.

A contradição do sistema capitalista dependente está na cisão entre as esferas alta e baixa de consumo, provocando uma diferenciação no ciclo do capital em relação ao

observado nos países centrais. Pois bem, o ciclo do capital pode ser representado da seguinte forma:

$$\underbrace{D - M}_{1^{\text{a}} \text{ fase: circulação}} \quad \dots \quad \underbrace{P}_{2^{\text{a}} \text{ fase: acumulação e produção}} \quad \dots \quad \underbrace{M' - D'}_{3^{\text{a}} \text{ fase: realização}}$$

A primeira fase da circulação se constitui na aquisição dos meios de produção e força de trabalho necessários ao processo produtivo; a segunda fase se constitui na produção, na qual está presente o processo criativo e de transformação das matérias-primas em mercadorias através da força de trabalho; e a terceira fase se refere à realização do mais-valor. Nos países capitalistas avançados, o processo de acumulação capitalista tem como fundamento uma produtividade crescente da força de trabalho com o consequente barateamento das mercadorias. Embora na fase da produção tenha uma diferenciação entre consumo dos capitalistas e dos trabalhadores, ao iniciar a fase da realização, a tendência à diferenciação no consumo das duas classes desaparece.

Nos países centrais o mercado interno é essencial para o consumo das mercadorias e, desse modo, recomeça-se um novo ciclo do capital. Contudo, nas economias dependentes ocorre o inverso dado que a distinção entre o consumo dos trabalhadores e das classes dominantes permanecem separadas. Nessas economias o consumo se realiza através do comércio exterior com a importação de bens industrializados e, após a industrialização da periferia, a produção se volta para um mercado restrito sem incorporar o consumo da classe trabalhadora.

Ora, mas como ocorre a organização da produção no capitalismo dependente? A produção pode estar associada ao capital privado nacional, público ou estrangeiro. Porém, países com industrialização tardia, como na América Latina, possuem particularidades importantes a serem abordadas, principalmente após ingresso do capital estrangeiro. Pois bem, nos países que se industrializam antes da segunda guerra mundial, há a presença de capitais nacionais oligopolizados em torno da produção industrial de bens tradicionais que, no entanto, utilizam máquinas e equipamentos importados. Além do mais, o investimento estrangeiro nessa fase se concentra em energia, transportes e comércio.

Mas qual a implicação desse tipo de industrialização? O resultado para a economia periférica é a dependência tecnológica. Enquanto nos países avançados os diferentes ramos da produção se desenvolvem de forma linear, a industrialização periférica ocorre “em blocos” dependentes de um mercado concentrado. A adoção de tecnologias alheias,

voltadas para a redução da força de trabalho, exige das economias dependentes a formação de um exército de trabalhadores desempregados, além de pressionar constantemente os salários dos trabalhadores ao nível de subsistência, o que impede a classe trabalhadora de aumentar seu nível de consumo.

Diante da necessidade de avanço da industrialização para novos setores, como a indústria pesada, as economias dependentes, incapazes de financiar essa nova empreitada e sem romper com elos da exploração sobre a classe trabalhadora, associam-se fielmente aos capitais estrangeiros. Logo, entrega-se aos capitais estrangeiros a responsabilidade pela indústria mais sensível tecnologicamente, como a automobilística e da produção de eletrodomésticos. Agora, a burguesia industrial periférica cede por completo a submissão e se integra ao imperialismo.

O movimento realizado pelo capital estrangeiro na década de 1950 obedece ao reordenamento da economia mundial, da qual podemos distinguir dois elementos: primeiro a reorganização da produção nos países centrais em torno das tecnologias avançadas, dando impulso a um novo padrão tecnológico; segundo, com o rápido crescimento da Europa e do Japão no pós-guerra, advém a necessidade de exportação de capitais como investimento direto. Essa é uma mudança sensível para as economias dependentes. Enquanto anteriormente as empresas locais importam maquinário e equipamento para ter acesso às novas tecnologias, agora é realizado diretamente pelas empresas estrangeiras que se instalam na periferia.

O interesse das empresas transnacionais pelo mercado periférico é a garantia de proteção do mercado interno ante a concorrência externa. A mão-de-obra barata e a possibilidade de exportar maquinário obsoleto, ou quase totalmente amortizado, dão oportunidade às inovações em suas matrizes. Esse posicionamento do capital internacional no interior das economias dependentes desmobiliza o recém-criado “parque” industrial. O resultado é a completa absorção de empresas locais por estrangeiras ou a associação com as empresas estrangeiras como fornecedoras de peças de baixo teor tecnológico. Portanto, ao contrário das economias centrais, há no ciclo do capital das economias dependentes um fator alheio ao seu controle, que é o domínio do capital estrangeiro sobre os setores intensivos em capital e tecnologia. Assim, de acordo com Marini (2012, p. 27-28):

[...] os países dependentes prolongaram a fase que corresponde à produção de bens de consumo além do que foi normal na industrialização orgânica dos países centrais. Puderam fazê-lo pelo fato de contar com uma oferta externa de meios de produção, em particular

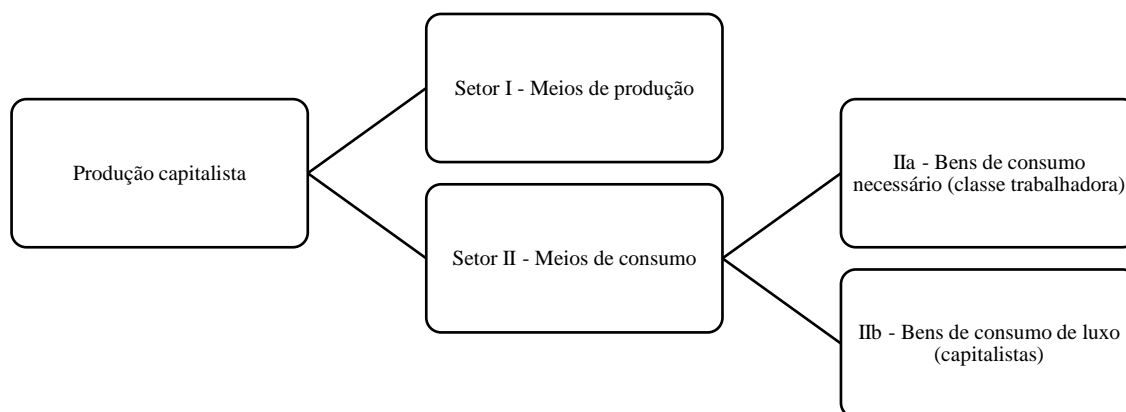
equipamento e maquinaria, que lhes permitiu não só avançar sem base própria na produção de bens de consumo suntuário [...], sem contar com um setor dinâmico de bens de capital. Na verdade, a indústria manufatureira dos países dependentes se apoia em boa parte no setor de bens de capital dos países capitalistas avançados, por meio do mercado mundial. Por consequência, essa indústria manufatureira é dependente não só em termos materiais, no que se refere aos equipamentos e maquinaria enquanto meios materiais de produção, mas tecnologicamente, ou seja, na medida em que deve importar também o conhecimento para operar esses meios de produção e, eventualmente, fabricá-los. Isso incide, por sua vez, na relação financeira com o exterior, dando lugar aos pagamentos na modalidade de *royalties* ou assistência técnica, que constituem outros tantos fatores de transferências de mais-valia, de descapitalização.

As empresas transnacionais que passam a operar nas economias dependentes através de suas subsidiárias e das empresas locais adquiridas com a associação de capitais privados nacionais possuem à sua disponibilidade tecnologias capazes de permitir a obtenção de um lucro extraordinário. A consequência para as economias dependentes é a completa expulsão das empresas locais de diversos setores da indústria, “*na medida em que as empresas estrangeiras detêm o controle das novas tecnologias – através da propriedade das patentes –, elas podem impor os termos de sua utilização nos países dependentes*” (BAMBIRRA, 2015, p. 141 *grifo da autora*).

À vista disso, as empresas estrangeiras ingressam nas economias dependentes para alimentar seu contínuo processo de expansão da acumulação capitalista. Nesse sentido, a América Latina oferece condições fundamentais através da superexploração da força de trabalho e da possibilidade de um mais-valor extraordinário. Para Marini (1979), o ponto de partida para a compreensão do mais-valor extraordinário se encontra no esquema de reprodução do capital proposto por Marx em *O capital*.

O esquema de reprodução do capital “abandona o ponto de vista do capital individual e a fórmula do ciclo do capital-dinheiro e do capital produtivo [...] para enfatizar o processo do ponto de vista do capital total [...]” (MARINI, 1979, p. 3). É a partir do esquema de reprodução do capital que Marx evidencia a existência de duas classes antagônicas que são responsáveis pela realização do mais-valor. Sendo assim, a produção capitalista pode ser representada da seguinte forma:

Figura 1 – Modo de produção capitalista



Partindo do modo de reprodução simples ou ampliado, em que há capitalização de uma fração do mais-valor, o “movimento do capital através das esferas da produção e das duas fases da esfera da circulação transcorre, [...], numa sequência temporal” (MARX, 2014, p. 201). Trata-se, portanto, de um sistema histórico, porém um problema abstrato, o qual nos possibilita solucionar as contradições entre valor e valor de uso. À respeito disso, expõem-se os problemas contraditórios da lei da produtividade: se se aumenta a produtividade, conseqüentemente o valor individual da mercadoria diminui, já que o trabalhador consegue produzir uma quantidade maior no mesmo intervalo de tempo. Porém, como o valor de uso se mantém constante?

[Ora] a lei da produtividade é válida para os ramos de produção, mas não para o capital individual; com efeito, elevando sua produtividade acima do nível normal que estabelece o tempo de trabalho socialmente necessário, isto é, acima do que determina o valor social da mercadoria, o capitalista individual alcança com a mesma jornada de trabalho uma produção maior de valor, uma vez que, embora o valor individual da mercadoria tenha diminuído em termos reais, ainda tem o mesmo valor social, mas agora é produzido em maior quantidade. Em resumo, dado que o valor é uma relação social, é o valor social que conta; e afirmar que o capitalista individual reduziu o valor unitário de sua mercadoria é apenas uma maneira de dizer que seus custos de produção foram reduzidos para os outros capitalistas do ramo. É através desse mecanismo que o capital individual obtém uma mais-valia extraordinária, que se torna, na competição intercapitalista, o fator por excelência da introdução do progresso técnico (MARINI, 1979, p.10).

O aumento da produtividade traz ainda outra questão importante: se se aumenta a quantidade de produto e a massa de valor produzida para o capitalista, o que acontece com o valor da força de trabalho? Ora, o valor da força de trabalho permanece inalterado dado que o tempo de trabalho socialmente necessário não se altera, logo o salário também não se modifica, embora aumente o grau de exploração da força de trabalho. Portanto, se

o aumento da produtividade não se generaliza a todos os setores e fica restrito apenas a um setor, o mais-valor extraordinário continua presente e atua como mecanismo de transferência de valor. O mais-valor extraordinário permanece até que a inovação seja absorvida por outros capitalistas do mesmo ramo de produção e, nesse caso, eleva o nível de produtividade para todo o ramo da indústria, eliminando o mais-valor extraordinário do capitalista individual.

Para que o aumento da produtividade se universalize no conjunto da economia é necessário que esteja no setor I ou no subsetor IIa. Pois bem, se o aumento da produtividade no setor I se generaliza em todas as indústrias do setor, então o mais-valor extraordinário não atua como transferência de valor e, agora, o valor das mercadorias diminui. Desse modo, há na economia um barateamento das máquinas e equipamentos e das matérias-primas destinadas ao setor II. Em todo caso, se o aumento da produtividade se generaliza no subsetor IIa – responsável pela produção de bens necessários a subsistência da classe trabalhadora – o resultado será uma diminuição do valor da força de trabalho.

Porém, se o aumento da produtividade ocorre no subsetor IIb – produção de bens suntuários, consumo exclusivo da classe capitalista – a transferência de valor não atua somente entre os capitalistas do subsetor IIb, mas entre os demais setores I e IIa em direção a IIb. Assim, à medida que o aumento de produtividade se estende para todo o setor IIb, a transferência de valor se intensifica. Para setores que não se beneficiam das inovações e do aumento da produtividade, busca-se elevar sua taxa de mais-valor pelo aumento da intensidade do trabalho ou de sua jornada. No entanto, a taxa de mais-valor só é maior nesse caso, se o trabalho for remunerado abaixo de seu valor, ou seja, viola-se a lei da troca de equivalentes e se coloca o trabalhador em condições anormais de reprodução da sua força de trabalho, esse é o caso da superexploração.

Com isso, as economias dependentes começam a apresentar um rápido processo de monopolização comandado em grande parte pelo capital estrangeiro. A debilidade para as economias dependentes é a evasão do mais-valor produzido internamente pelas transnacionais que saem dos países periféricos na forma de juros, *royalties* e remessas de lucros para suas matrizes depois de se beneficiarem do processo de superexploração da força de trabalho. O resultado mais evidente é que debilita as economias periféricas decorre da dualidade do sistema.

Ao contrário do caminho percorrido pelo desenvolvimento do capitalismo no núcleo orgânico⁴⁶, nos países latino-americanos se restringe ao máximo o consumo da classe trabalhadora, impedindo a formação de um mercado interno pujante capaz de dinamizar e popularizar o consumo de certos bens que nos países centrais já fazem parte do consumo dos trabalhadores. Partindo desse ponto, é possível traçar um paralelo entre o consumo dos bens suntuários entre os países centrais e os países periféricos.

Assim sendo, de acordo com Luce (2018), nos Estados Unidos, em 1923, metade das famílias possuem automóveis, enquanto que na Inglaterra, em 1961, são 45%. Atualmente, aproximadamente 88% das famílias estadunidenses possuem automóveis, enquanto na Inglaterra chega a 73%. Contudo, quando comparamos as economias dependentes se torna visível a debilidade do sistema na periferia, principalmente em relação ao atraso da industrialização nesses países.

No caso brasileiro, a indústria automobilística ingressa no país em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek. No entanto, o acesso ao consumo de automóveis se expande lentamente, em 1970 apenas 9% dos lares nacionais possuem veículos automotores, em 1991 somam 23%, chegando a 2010 em 47% dos domicílios brasileiros. Do mesmo modo, essa relação se apresenta no consumo de bens duráveis, como eletrodomésticos. No caso dos televisores, nos Estados Unidos, em 1954, 55,7% dos domicílios já possuem tais aparelhos – responsável pela revolução na informação e do entretenimento – e em 1978, 98% dos lares estadunidenses consomem esse bem. No Brasil, apenas em 1960 consegue alcançar 4,6% dos domicílios, chegando a 56,1% em 1980 e 95,1% em 2010.

2.2 A superexploração do trabalho: o pilar fundamental do capitalismo dependente

A superexploração é um conceito complexo e polêmico, cunhado primeiramente por Marini. Sobretudo, é um conceito que expressa a forma *sui generis* com que o capitalismo se apresenta à América Latina. Em todo caso, é preciso esclarecer a confusão

⁴⁶ Cf. Luce (2018, p. 119-120): “A noção de industrialização orgânica possui um valor heurístico [...] na comparação de estruturas contraditoriamente vinculadas do processo histórico de acumulação. [...]. Por industrialização orgânica entendemos aquela que irradia os avanços de produtividade para o conjunto dos ramos e setores da produção e que desenvolve e complexifica a atividade industrial seja no setor I, seja no setor II. Por consequência, a industrialização que é orgânica proporciona a generalização da mais-valia relativa e o funcionamento da contra tendência que é a lei do nivelamento da taxa de lucro”.

em torno do conceito, como fazem Serra e Cardoso, que traduzem a superexploração como uma condição de *produtividade decrescente* do capitalismo latino-americano. Deve-se evitar tomar a superexploração apenas como uma questão de grau de exploração da força de trabalho.

Rejeita-se o termo *produtividade decrescente* em razão de Marini nunca ter excluído a existência do mais-valor relativo na economia dependente, isto é, da incorporação de progresso técnico que viabilize o aumento da produtividade. Para Marini, a questão se encontra no âmbito do capital social total e não apenas no capital individual. Nesse sentido, ao contrário das economias avançadas, a centralidade da acumulação capitalista dependente não ocorre na mais-valia relativa, embora esta exista na economia dependente.

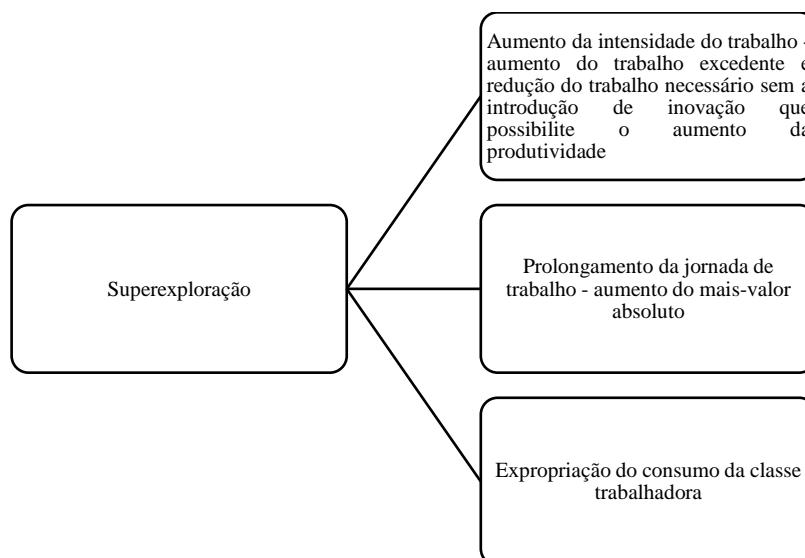
Com respeito ao *grau de exploração*, a polêmica decorre da confusão entre o funcionamento do *mais-valor relativo e absoluto*. Pois bem, a *superexploração* é resultado do rebaixamento do valor da força de trabalho em economias que possuem capacidade de extração de uma taxa de mais-valor inferior as demais. Ou seja, há nas economias dependentes a violação da lei do valor e da troca de equivalentes.

Para isso, realiza-se a utilização da força de trabalho até sua exaustão com o aumento da intensidade do trabalho e de sua jornada⁴⁷, além dos salários abaixo do valor da força de trabalho, colocando-os em condições anormais de reprodução. Se consideramos o fato de que o capitalismo nas economias dependentes é *sui generis*, fica evidente que se exige um esforço teórico além do convencionalmente proposto, o que Marini deixa claro. De acordo com Marini (1981, p. 3-4) “[...] si insistimos en aplicar a una economía dependiente, de una manera excesivamente rígida, las categorías diseñadas por Marx, nos encontramos con grandes dificultades para entender la naturaleza de esa economía [...]”.

⁴⁷ Marx, ao realizar um paralelo entre as lutas pela jornada normal de trabalho na Europa e nos Estados Unidos, no *O capital* (Livro I), descreve o seguinte: “Temos de reconhecer que nosso trabalhador sai do processo de produção diferente de quando nele entrou. No mercado, ele, como possuidor da mercadoria *força de trabalho*, aparece diante de outros possuidores de mercadorias: possuidor de mercadoria diante de possuidores de mercadorias. O contrato pelo qual ele vende sua força de trabalho ao capitalista prova – por assim dizer, põe o preto no branco – que ele dispõe livremente de si mesmo. Fechado o negócio, descobre-se que ele não era *nenhum agente livre*, que o tempo de que livremente dispõe para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la, que, na verdade, seu parasita não o deixará *enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue para explorar*. Para *se proteger* contra a serpente de suas aflições, os trabalhadores têm de se unir e, como classe, forçar a aprovação de uma lei, uma barreira social intransponível que os impeça a si mesmos de, por meio de um contrato voluntário com o capital, vender a si e a suas famílias à morte e à escravidão”(MARX, 2013, p. 373-374).

Portanto, para Marini, em *Dialética da dependência*, a superexploração é o fundamento da dependência e pode ser representado da seguinte forma:

Figura 2 – Mecanismo de superexploração da força de trabalho



Esses três mecanismos que conduzem à superexploração da força de trabalho negam ao trabalhador as condições de preservação de sua própria força em condições normais⁴⁸. Luce (2018), com base no estudo da OIT, *World Social Security Report*, publicado em 2010, apresenta os limites das jornadas de trabalho dos países centrais e dependentes⁴⁹. Desse modo, fazendo um paralelo entre as duas esferas antagônicas do capitalismo, verifica-se que para países dependentes nos anos de 1967, 1984, 1995 e 2005

⁴⁸ Cf. Marx (2013, p. 338): “[...] a produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valor, sucção de mais-trabalho, produz, com o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a debilitação da força humana de trabalho, que se vê roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atuação. Ela produz o esgotamento e a morte prematuros da própria força de trabalho. [...] o valor da força inclui o valor das mercadorias requeridas para a reprodução do trabalhador ou para a procriação da classe trabalhadora. Assim, se o prolongamento antinatural da jornada de trabalho que o capital tem necessariamente por objetivo em seu impulso desmedido de autovalorização, encurta o tempo de vida do trabalhador singular e, com isso, a duração de sua força de trabalho, torna-se necessária uma substituição mais rápida dos trabalhadores que foram desgastados e, portanto, a inclusão de custos de depreciação maiores na reprodução da força de trabalho, do mesmo modo como a parte do valor a ser diariamente reproduzida de uma máquina é tanto maior quanto mais rapidamente ela se desgaste”.

⁴⁹ Cf. Marx (2013, p. 370): “[...] a história da regulação da jornada de trabalho em alguns modos de produção, bem como a luta que, os outros, ainda se trava por essa regulação, provam palpavelmente que, quando o modo de produção capitalista atinge certo grau de amadurecimento, o trabalhador isolado, o trabalhador como *livre* vendedor de sua força de trabalho, sucumbe a ele sem poder de resistência. A criação de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o produto de uma longa e mais ou menos oculta guerra civil entre as classes capitalista e trabalhadora. Como a luta teve início no âmbito da indústria moderna, ela foi travada, inicialmente, na pátria dessa indústria, a Inglaterra”.

a jornada de trabalho é de 48 horas, enquanto que nos Estados Unidos e Europa a jornada consta em faixas que variam de 41-46h, 40h e 35-39h. Posto isso, a jornada normal do trabalho é uma luta histórica da classe trabalhadora, “[...] assim a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho [...]” (MARX, 2013, p. 309).

III – O conceito de subimperialismo na obra de Ruy Mauro Marini: um balanço atual do Brasil na América do Sul

O conceito de subimperialismo é elaborado no âmbito da Teoria Marxista da Dependência por Ruy Mauro Marini, visando demonstrar a forma que o capitalismo dependente assume ao alcançar a etapa do capitalismo monopolista e financeiro. Nos capítulos anteriores deste, apresenta-se a teoria do imperialismo e o comando do sistema capitalista global sob a liderança da hegemonia norte-americana. Agora, analisa-se a forma com que os países periféricos se inserem no mercado mundial neste contexto.

Desse modo, assume-se aqui um recorte espacial em torno dos países sul-americanos. O objetivo é abordar o conceito de subimperialismo desenvolvido por Marini que, ao analisar o capitalismo dependente, destacou o Brasil como uma nação subimperialista. Atenta-se às mudanças ocorridas no sistema capitalista mundial ao final do século XX e com o advento da globalização. Percorre-se as mudanças no posicionamento da economia brasileira, a fim de encontrar os elementos que possam apontar para a aplicação do conceito de subimperialismo no contexto contemporâneo.

A questão que se levanta e que torna este tema emergente à análise do capitalismo dependente contemporâneo é: dadas as mudanças da rota do desenvolvimento brasileiro diante da globalização e hegemonia norte-americana, o Brasil ainda apresenta os elementos apontados por Marini como uma nação subimperialista? E, à vista disso, qual a natureza e o alcance do subimperialismo brasileiro na América do Sul nas últimas décadas?

Para Marini (2012a, p. 59):

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não apenas é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional. Estabelecido nesses termos, parece-nos que, independentemente dos esforços da Argentina e de outros países para ascender a uma categoria subimperialista, apenas o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenómeno desta natureza

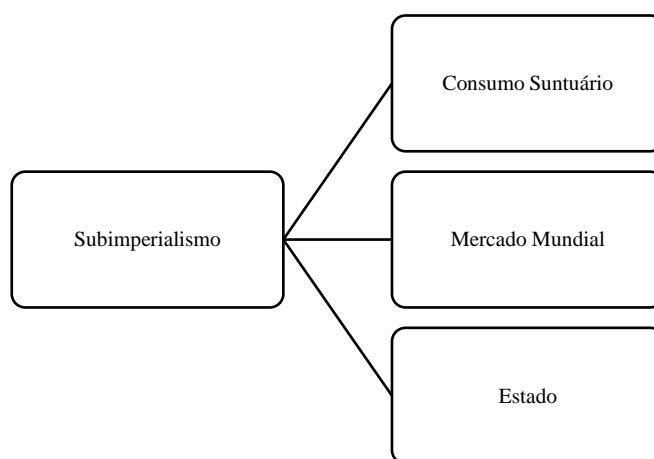
O conceito apresentado por Marini caracteriza a capacidade com que o capitalismo assume no Brasil para se expandir além de suas fronteiras territoriais, embora não em um estágio capaz de rivalizar diretamente com o capital imperialista. Por isso,

destaca-se o termo *autonomia relativa*, fundamental para esta análise no decorrer do presente capítulo e do seguinte.

A industrialização brasileira, que se potencializa inicialmente com o chamado processo de substituição de importações a partir dos anos 1930, conquista já na década de 1970 uma etapa de consolidação na indústria de bens intermediários e da indústria pesada. Marini parte desse ponto e observa para o Brasil a necessidade expansionista. Contudo, a expansão não se forma pelo simples transbordamento do desenvolvimento capitalista brasileiro, mas como uma saída às crises de realização interna⁵⁰, ocasionadas pela incapacidade de o mercado interno absorver a produção dos bens de consumo suntuários.

O problema imposto pelo mercado interno parte da posição desenvolvimentista que a elite nacional arroga ao processo de acumulação capitalista baseado na superexploração do trabalho. A solução encontrada, conforme exposto nos trabalhos de Marini, é a saída ao comércio exterior em busca da realização do mais-valor em economias periféricas ainda com formações pré-capitalistas, como a África e países latino-americanos. Portanto, o subimperialismo é a forma com que o Brasil passa a se integrar com o imperialismo estadunidense e, dessa forma, abrir caminhos possíveis para conquistar espaço no mercado mundial. O subimperialismo no modelo proposto por Marini se constitui no seguinte esquema:

Figura 3 – Esquema subimperialista



⁵⁰ Cf. Marini (2013, p.31): “A realização do capital é, antes de mais nada, realização do capital-mercadoria, e constitui um elemento essencial no ciclo do capital; a dissociação da realização se dá apenas naqueles momentos em que o ciclo do capital se enfrenta à sua própria ruptura: na crise. E, no final das contas, é o fantasma da crise que fustiga incessantemente a produção capitalista, arrastando-a cada vez mais depressa ao abismo que tanto busca evitar”.

O aspecto que transforma a economia capitalista dependente em subimperialista é a profundidade de suas contradições no curso do desenvolvimento capitalista periférico, que ao invés de ser superado, é apenas contornado. O sistema subimperialista se assenta nessas bases, acima demonstradas, devido ao ingresso da economia dependente na produção de bens duráveis dedicado a atender a demanda de parte reduzida da sociedade, compostas pelas classes alta e média. O mercado mundial surge para responder as necessidades de realização dessa produção, que não pode ser alocado no mercado interno, enquanto o Estado se transforma no “manto” protetor da burguesia. Para Marini, isso é resultado de uma burguesia frágil formada no seio da economia dependente. “Em outras palavras, um estado capitalista forte é sempre a contrapartida de uma burguesia fraca” (MARINI, 1977, *on-line*, tradução nossa).

Posto isso, Marini (1977) salienta dois aspectos da burguesia das economias dependentes. O primeiro se refere à absorção de estruturas pré-capitalista pelo modo de produção capitalista, as condições de dependência dessas economias impossibilitam que a extração de mais-valor relativo se generalize por todos os setores da economia, originando uma classe dominante fragmentada em modos de produção distintos, ora integrados à modernização capitalista, ora mantidos em modos de produção atrasados, com interesses próprios. O segundo aspecto da classe burguesa dependente se explicita na forma pela qual essa classe se integra às burguesias imperialistas, ao que Marini destaca como cooperação antagônica.

A cooperação antagônica da burguesia “nativa” com a burguesia imperialista é a raiz da formação do Estado nas economias dependentes, esse que assume cada vez mais protagonismo na mediação dos interesses da burguesia nacional⁵¹. À medida que se amplia a industrialização brasileira, compreendendo setores mais dinâmicos, voltados ao consumo suntuário, amplia-se na mesma medida a simbiose entre as frações burguesas dominantes e o Estado. Parte-se daí a importância do gasto público para a reprodução do capital privado, construindo toda a infraestrutura necessária ao seu processo de acumulação.

⁵¹Cf. Marini (2012a, p. 65): “[...] precisamente por assumir conscientemente a decisão de se submeter à tendência integradora que lhe impõem os centros imperialistas, a burguesia dos países dependentes precisa concentrar e organizar suas forças para dela se beneficiar. Suas desvantagens em relação à burguesia imperialista são demasiadamente grandes para que aquela queira negociar diretamente com esta, e é por essa razão que opta pelo fortalecimento do Estado nacional como instrumento de intermediação. Isto, conjugado à intensificação do processo de concentração e centralização do capital que se verifica nas economias dependentes, a que fizemos referência anteriormente, conduz à reprodução do fenómeno de *aglomeração* do capital com o Estado nacional [...]”.

A industrialização periférica sob a ordem da integração imperialista agudiza todos os conflitos de classe no interior da economia dependente⁵², principalmente, pelo modo com que se assenta a exploração da classe trabalhadora. Contudo, incapaz de concorrer com os capitais imperialistas e sem ao menos reverter as contradições internas, geradas pela superexploração da classe trabalhadora, a economia subimperialista se associa ao imperialismo e intermedia as relações da exploração imperialista na sua zona de influência. Essa é a posição assumida pelo Brasil ao final da década de 1960, aprofundando-a na década de 1970.

O subimperialismo se torna em grande medida a extensão da hegemonia norte-americana. No caso brasileiro, o subimperialismo emerge do golpe militar de 1964, em decorrência de um conluio de diferentes estratos da classe burguesa que, descontentes com a instabilidade e pressão sindical sob o governo de João Goulart, decidem se aliar ao capital estrangeiro e apoiar um regime submetido às ordens imperialistas norte-americanas⁵³. A submissão se constitui enquanto um modo de garantir a manutenção dos ganhos da burguesia nacional e da parcela que o capital estrangeiro exigia⁵⁴. Assim, para Marini (1965b, p. 24):

Em efecto, la política expansionista de la burguesía brasileña ha sido precedida de una violenta represión del movimiento de masas y de la reducción drástica de su nivel de vida, en virtud de las dos exigencias básicas que plantea el subimperialismo: la obtención de bajos costos de producción, capaces de garantizar una posición competitiva en el mercado internacional y la formación de un sobre lucro, destinado a alimentar las ganancias del socio mayor norteamericano.

As políticas da ditadura militar são orientadas para a continuidade da superexploração do trabalhador brasileiro, combatendo violentamente todas as reivindicações sindicais e promovendo um arrocho salarial das massas⁵⁵. O capital

⁵²Cf. Id. (1965a, p.13): “The process of social diversification which results from industrialization is not necessarily synchronized with the rhythm of imperialist integration; this leads to the sharpening of the antagonism between the underdeveloped economy and the dominant economy”.

⁵³ Para Marini (1965b), o programa do governo de Castelo Branco representa os objetivos da integração entre as economias brasileira e norte-americana, abrangendo a política tributária e creditícia, política cambial e incentivos ao capital estrangeiro.

⁵⁴ Cf. Id. (1965a, p. 22): “It is not a question of passively accepting North American power (although the actual correlation of forces often leads to that result), but rather of collaborating actively with imperialist expansion, assuming in this expansion the position of a key nation”.

⁵⁵ Cf. Id. (1972, p. 19-20): “In the perspective of the subimperialist scheme, what emerges is thus the third leg on which subimperialism rests: the *consumer society*, local style, created through a transference of income from the poorest strata to the middle and upper strata, in order to guarantee the market for a high-technology industry which is becoming more and more divorced from the real needs of the great masses. Brazilian capitalism is a monster, but a logical monster: if popular consumption does not provide a market for what the most dynamic sectors of industry produce, so much the worse for popular consumption;

imperialista vai além, o subimperialismo promove uma verdadeira desnacionalização da grande indústria e, por fim, a abertura do mercado para o capital estrangeiro alocar seus investimentos na exploração dos recursos naturais.

O resultado da integração imperialista optada pela burguesia nacional, embora tenha possibilitado o domínio sobre as massas e mantido suas taxas de lucro, cobra de forma agressiva seu espaço no mercado nacional. O capital estrangeiro provoca prematuramente um intenso processo de concentração e centralização do capital, direcionando a economia brasileira à adoção de tecnologias alheias ao seu processo produtivo, o que provoca distúrbios no mercado de trabalho e nas condições de vida da sociedade em geral. Para Marini (2012a, p. 47):

[...] a industrialização latino-americana tem tido uma repercussão desfavorável na criação de empregos. Tem-se assistido a um duplo processo: por um lado, as formas de propriedade da terra e a introdução de inovações tecnológicas na agricultura, assim como as expectativas de emprego e salário provocadas pela indústria manufatureira, têm gerado fortes movimentos de migrações internas e um processo acelerado de urbanização. Por outro lado, em boa medida pela elevação do nível tecnológico, ainda que também por limitações da taxa de investimento, a massa trabalhadora tem enfrentado crescentes dificuldades para encontrar trabalho.

Essa foi a forma assumida pela industrialização brasileira na década de 1950, entregando ao capital estrangeiro o comando da indústria de bens duráveis, como exemplo a indústria automobilística. Dessa forma, cabe ao capital nacional uma parcela menor do desenvolvimento e a alocação dos recursos em áreas menos intensivas em tecnologia, salvo a necessidade presente em setores estratégicos como energia e petróleo que o capital estatal cobre com os altos custos do investimento.

O papel do Estado na economia dependente vai se redesenhando e o torna cada vez mais ativo no percurso do desenvolvimento capitalista, em duas vias: a primeira, protegendo o capital privado nacional da concorrência estrangeira e assegurando internamente as condições de manutenção da lucratividade média da economia, a segunda, cobrindo os espaços que o capital privado nacional e estrangeiro não se dispõem a ocupá-lo em decorrência dos altos custos do investimento inicial.

capital will continue to accumulate without it. The result of this is a functional specialization of the Brazilian economy which is so logical that it becomes absurd: on the one hand, the mass which produces surplus value and has essentially no access to consumption; on the other, the groups and strata which accumulate and/or consume surplus value. The divorce between the classes could not be more radical, and it reveals with absolute clarity the class base of the military dictatorship”.

A integração imperialista a que se submetem as nações capitalistas dependentes ocorre na esfera da divisão internacional do trabalho que se reorganiza desde o pós-guerra. Os países latino-americanos assumem a produção industrial em setores intensivos em mão-de-obra que beneficia a produção dos bens de capital dos países avançados, principalmente, como mercado receptor de máquinas e equipamentos obsoletos, corolário dos avanços técnicos e tecnológicos no centro capitalista hegemônico, notadamente Estados Unidos e seus parceiros europeus e japoneses. No caso brasileiro, a Instrução 113 da SUMOC em 1955⁵⁶, deu um passo largo em direção à absorção de máquinas e equipamentos obsoletos de países desenvolvidos, ao permitir a importação desse material sem cobertura cambial.

No capítulo anterior, apresenta-se a reorganização do sistema hegemônico mundial no período de crise que se estende da primeira guerra mundial ao final da segunda guerra, de 1914-1945, que marca a disputa do mercado mundial pelas antigas potências imperialistas europeias e o surgimento dos Estados Unidos como poder central do sistema capitalista. Nessa ocasião de disputa pelo mercado mundial e no interregno das duas guerras, a crise de 1929, a periferia capitalista, do mesmo modo, reordena suas bases produtivas. São três décadas de um processo corrente de industrialização em vários países latino-americanos. A depender da composição burguesa e política de cada nação⁵⁷, a industrialização avança para setores cada vez mais intensos em capital, é o caso do Brasil, que alcança o estágio da produção de bens intermediários e setores de bens duráveis.

⁵⁶ Sobre a importância da Instrução 113 da SUMOC na industrialização brasileira durante a década de 1950, ver Caputo e Melo (2009).

⁵⁷ “No interior das economias latino-americanas havia uma dualidade de forças entre uma burguesia agrária exportadora e uma burguesia industrial recém fortalecida ou em formação, embora nenhuma das duas forças tivesse capacidade para liderar unilateralmente a política e economia de cada país, houve claramente um pacto em torno do desenvolvimento autônomo. O Brasil expressa bem esse exemplo, junto com Argentina e México. Porém, à medida que se completava os ciclos de expansão da indústria, novos limites se impunham à indústria. Seja pela dificuldade em obter divisas ou pela ausência de mercado para os novos produtos. Mas as disputas e as contradições do capitalismo dependente se aguçavam a cada novo avanço da industrialização, impelindo entraves entre as diversas composições da burguesia. O resultado é o reconhecimento pelo cumprimento de uma nova fase da industrialização que constitua na indústria pesada para fazer frente às necessidades de expansão do capitalismo. Dessa forma, para Marini (2013, p. 58): “Na medida em que isso se combina com a exigência de ampliar o mercado para a indústria leve e demanda um maior excedente de capital para investir, faz-se necessário aumentar as transferências de capital do setor exportador e instaurar barreiras alfandegárias que defendam o mercado nacional. Assim, a burguesia se choca simultaneamente com a classe latifundiária-mercantil e com os trustes internacionais, aos quais a economia está conectada pelas atividades de importação e exportação”. O resultado, como apresentado por Marini (2013), são o populismo que se concretiza em diversos países latino-americanos com ideais burgueses que abrangem uma política ativa de redistribuição de renda. No entanto, “a burguesia procura erigir um novo esquema de poder, no qual, mediante o apoio das classes médias e do proletariado, e sem romper o esquema de colaboração vigente, seja capaz de se sobrepor às antigas classes latifundiária e mercantil” (MARINI, 2013, p. 58).

O Brasil é o único país de capitalismo dependente na América Latina a alcançar uma industrialização pesada na década de 1950, aliada a uma coalizão da burguesia interna, no momento em que as lideranças imperialistas se reerguiam, dá ensejo a constituição de uma forma superior de capitalismo dependente. A aliança da burguesia interna e a utilização do Estado para negociar na arena internacional as condições de sua sobrevivência com a burguesia imperialista representam um verdadeiro “truste capitalista nacional”, nos moldes apresentados por Bukharin, capaz de formular uma “política subimperialista” do Estado, como demonstrado por Marini (1977) e Luce (2014).

No pós-segunda guerra, os Estados Unidos procuram afirmar a Doutrina Monroe e, conseqüente, converter todo o continente americano em sua esfera de influência e segurança. Assim, o espaço para as burguesias capitalistas dependentes, como a do Brasil, foi reduzido. O caminho aberto pelos Estados Unidos para a América Latina é o da integração imperialista, impedindo a construção de um desenvolvimento autônomo conduzido pelas burguesias locais.

Conforme Marini (2013), a integração imperialista apresenta duas razões. Primeiro devido à crescente concentração dos capitais das grandes corporações transnacionais, ávidos por novos espaços de investimento lucrativo, nesse caso, a América Latina se apresenta como um mercado atrativo a novos investimentos, principalmente pela consolidação de um mercado interno, mesmo que reduzido. A segunda razão é o intenso progresso tecnológico do pós-guerra nas economias avançadas que alavanca a indústria de bens de capitais, acelera o processo de depreciação e redireciona os interesses imperialistas em zonas periféricas, incentivando a industrialização em setores estratégicos para a nova base produtiva dos países imperialistas.

Consequentemente, ainda que no período de crise mundial (1914-1945) se intente nas economias latino-americanas, a construção de um desenvolvimento capitalista autônomo, as condições internas de disputas burguesas e as condições externas de reordenamento da hegemonia mundial cerram qualquer pretensão burguesa de cunho nacionalista. À vista disso, Marini (2013, p. 62, *grifo nosso*) nos diz que:

a burguesia industrial latino-americana passa do ideal de um desenvolvimento autônomo para uma integração direta com os capitais imperialistas, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical que a anterior. O mecanismo da associação de capitais é a forma que consagra esta integração, que não apenas desnacionaliza definitivamente a burguesia local, como também, entrelaçada à diminuição relativa do emprego de mão de obra própria do setor

secundário latino-americano, consolida a prática abusiva de preços como meio para compensar a redução concomitante do mercado, tendo em vista que os preços se fixam segundo o custo de produção das empresas tecnologicamente mais atrasadas. *O desenvolvimento capitalista integrado reforça o divórcio entre burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração a que estas estão submetidas e negando-lhes sua reivindicação mais elementar: o direito ao trabalho.*

O caso brasileiro se distingue entre as experiências industrializantes dos demais países latino-americanos, devido a robustez que assume seu capitalismo. O Brasil consegue atingir estágios mais avançados da industrialização e negociar com a burguesia imperialista sua posição dominante na região, mesmo que subordinada a ordem hegemônica estadunidense. O efeito da integração imperialista é a ruptura do desenvolvimento genuinamente autônomo, das políticas de distribuição de renda e o rompimento com a democracia. Integra-se na agenda do desenvolvimento capitalista latino-americano a ruptura da ordem democrática e a instauração de governos militares⁵⁸ para salvaguardar a zona de segurança estadunidense contra a influência do comunismo.

O golpe de 1964 lança o Brasil como sócio menor do imperialismo americano, permitindo ao país estabelecer seus planos hegemônicos no cone sul, mesmo que dentro de uma lógica de *autonomia relativa*. A partir daí, estabelece-se o subimperialismo brasileiro na América do Sul. Conforme Luce (2014, p. 52-53):

Do ponto de vista das condições necessárias para a industrialização dependente dar vida ao subimperialismo, podemos identificar cinco elementos determinantes, mediados pela ação do Estado, para a manifestação histórica do subimperialismo, na sua dimensão de política expansionista relativamente autônoma: a) a ascensão de um país dependente para a condição de subcentro regional respondendo pelas pautas da acumulação mundial, ao se converter em subcentro da indústria pesada com certa escala da produção interna e certo grau de operação do capital financeiro; b) a unidade entre frações burguesas, por meio do deslocamento das suas contradições internas; c) a formulação de um projeto nacional subimperialista; d) a formação de trustes capitalistas nacionais, com a atuação do Estado como instrumento de intermediação na vinculação da economia dependente ao imperialismo; e e) a condição de economia dependente que não apenas apresenta transferência de valor para as economias imperialistas, mas também se apropria de valor das nações mais débeis.

⁵⁸ Cf. Marini (2013, p. 65): “A tarefa de tais regimes é dupla: por um lado, promover os ajustes estruturais necessários para colocar em marcha a nova ordem econômica requerida pela integração imperialista; por outro lado, reprimir as aspirações de progresso material e os movimentos de reformulação política originados pela ação das massas. Reproduzindo em escala mundial a cooperação antagônica praticada no interior de cada país, tais regimes estabelecem uma relação de estreita dependência com seu centro hegemônico – os Estados Unidos –, ao mesmo tempo que colidem continuamente com este em seu desejo de tirar maiores vantagens do processo de reorganização no qual se encontram empenhados”.

O subimperialismo brasileiro é, em todo caso, a saída estratégica da burguesia nacional ante as disputas internas entre a burguesia agrário exportadora e industrial e pelas consequências da integração imperialista. O Brasil, diante da modernização produtiva provocada pelo capital estrangeiro, busca garantir fatias do mercado mundial para o escoamento da produção industrial. Orbita nesse ponto, a justificativa colocada por Marini (2012a) e Marini (2013) para a expansão das exportações, do aumento da participação do setor industrial no PIB e o caso especial da conquista de mercados africanos, entre as décadas de 1960 e 1970. Dessa forma, Marini (2013, p. 157) afirma que:

O capitalismo brasileiro se orientou, assim, rumo a um desenvolvimento monstruoso, posto que chega à etapa imperialista antes de ter conquistado a transformação global da economia nacional e em uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo internacional. A consequência mais importante desse fato é que, ao contrário do que ocorre com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo brasileiro não pode reverter a espoliação que pretende realizar no exterior em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes. Em vez disso, devido a sua necessidade de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior estadunidense, tem que agravar violentamente a exploração do trabalho nos marcos da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção.

O subimperialismo é o empoderamento de uma fração da classe burguesa, o estrato superior, com acesso direto ao aparelho estatal. Para as camadas médias, impossibilitadas de enfrentar a concorrência internacional e arcar com os custos da inovação tecnológica, fornecem todo o apoio ao projeto de hegemonia regional levantado pela política subimperialista que procura estabelecer regionalmente uma nova divisão regional do trabalho, enquanto a economia subimperialista se torna uma plataforma de absorção do capital imperialista.

A política subimperialista exercida pelo Estado militarizado se apoiava na parceria estratégica com o imperialismo estadunidense⁵⁹. Embora não houvesse constituído uma

⁵⁹ Embora a formação de uma economia capitalista tipicamente subimperialista ocorra com o aval dos Estados Unidos, não está ausente de contradição e de embates entre as forças burguesas nacionais e internacionais imperialistas. Desse modo, Marini (1985, *on-line*) diz que: “O conceito de subimperialismo define-se a partir de duas vertentes –econômica e política. Em relação à primeira, ele parte do processo de expansão e internacionalização do capital, na linha indicada por Marx, segundo a qual um *centro capitalista* (isto é, um centro de acumulação de capital) expande-se, gerando pontos de circulação, que progressivamente se convertem em núcleos de acumulação também, ainda que subordinados (correspondentes ao que a teoria da dependência chamou de *capitalismos dependentes*). Esses núcleos não só articulam sua circulação com aquela que cria o centro capitalista inicial (através de fluxos de

autonomia do desenvolvimento capitalista, o “acordo” tácito entre as lideranças burguesas abre espaço para a necessidade de realização do capital nacional via comércio exterior. Ademais, a burguesia internacional prioriza o Brasil como destino do capital na América do Sul, afirmando a divisão regional do trabalho.

Diante das duas crises do petróleo que sucedem ao longo da década de 1970 e a crise hegemônica norte-americana, levanta-se questionamento quanto às condições de manutenção do subimperialismo brasileiro. Como apresentado nos capítulos acima, a crise hegemônica estadunidense ocorre diante do aumento da concorrência que as corporações americanas enfrentam com a modernização do capital europeu e japonês e do avanço que a industrialização fornece aos países latino-americanos. No caso brasileiro, mesmo que subordinado à influência dos Estados Unidos, o Estado anda por caminhos de disputa com o capital imperialista para garantir seu processo de acumulação relativamente autônomo.

Concentra-se nesse aspecto de rupturas hegemônicas e aumento da concorrência no mercado mundial as causas da decisão da política monetária americana, inicialmente em 1971 com a decisão do presidente americano Richard Nixon em derrubar o padrão dólar-ouro e, anos depois, em 1979, com a elevação da taxa de juros⁶⁰ no governo de Jimmy Carter. Dessa forma, conforme Belluzzo (2005, p. 228):

mercadorias e capitais), mas também, a certo ponto de seu desenvolvimento, dão origem a uma circulação relativamente autônoma, que choca, se contradiz –em maior ou menor grau– com a que parte do centro inicial”.

⁶⁰ De acordo com Serrano (2004), a política monetária assumida pelo presidente do *Federal Reserve*, Paul Volker, sob o governo de Jimmy Carter, é a reação americana com o objetivo de restaurar a hierarquia do mundo capitalista. “Pouco depois do segundo choque do petróleo, Volker elevou a taxa de juros americana unilateralmente, inaugurando um período histórico de taxas de juros reais elevadas. Esta política, junto com as repercussões do segundo choque do petróleo, acabou lançando a economia mundial numa grande recessão e inaugurando um período de valorização do dólar que durou até 1985. [...] A recessão mundial e os juros em dólar elevados fizeram cair os preços nominais em dólares das matérias-primas e do petróleo nos mercados internacionais. A inflação americana começou gradualmente a se desacelerar enquanto a situação externa dos países em desenvolvimento endividados foi ficando crítica e explodiu em 1982, após a moratória do México e o corte subsequente do crédito dos países em desenvolvimento. A desaceleração da inflação dos EUA também se beneficiou, em menor grau, da redução dos preços em dólar dos produtos importados dos países desenvolvidos causada pela valorização do dólar” (Ibid. p. 23-24). Dessa forma, para Teixeira (2000, p. 9): “Ao promover essa radical transformação no modo de operação da economia internacional, os Estados Unidos, de fato, a tornaram uma espécie de zona de influência do dólar. Ou, melhor dito, restaurando a centralidade do dólar no sistema monetário internacional e a autoridade do Federal Reserve sobre os movimentos de capital, os Estados Unidos passaram a atuar não apenas como banqueiro do mundo e câmara de compensação das operações de débito e crédito internacionais, mas como banco central da economia mundial, criando passivos que se tornam o único ativo capaz de desempenhar simultaneamente as funções de medida dos valores, meio de troca e reserva de valor, e podendo operar, internacionalmente, os instrumentos típicos do controle monetário”.

As condições internacionais mudaram significativamente depois das decisões cruciais dos anos 1970, ou seja, a inconvertibilidade do dólar decretada em 1971, a adoção do regime de flutuação cambial em 1973 e a elevação da taxa de juros americana em 1979. A partir de então, e particularmente nas últimas duas décadas do século XX e no começo do XXI, três movimentos centrais e interdependentes promoveram profundas transformações na economia global: a liberalização financeira e cambial; a mudança nos padrões de concorrência; a alteração das regras institucionais do comércio e do investimento — todos conducentes ao reforço do poderio econômico americano.

A partir desse conjunto de ações, o projeto de desenvolvimento na América Latina e, neste caso, no Brasil, junto à sua intenção de hegemonia regional, encontram-se ameaçados. Desde o governo Nixon, há uma distensão entre a dominação imperialista na América Latina e o projeto brasileiro de resguardar sua zona de influência, sob a égide da política subimperialista. Diante das transformações impostas pelo imperialismo estadunidense, Marini (1985, *on-line*) diz que:

A década de 1980 marchou noutra direção, ao empenharem-se Estados Unidos em reconquistar o terreno perdido, seja de maneira direta, seja brandindo o chicote do Fundo Monetário Internacional. Hoje, a América Latina está confrontada a um projeto de reestruturação que exige a reconversão produtiva de suas economias, de modo a assegurar sua inserção plena na nova divisão internacional do trabalho que está em processo. Essa reconversão — que dá ênfase às exportações e à homogeneização tecnológica segundo os parâmetros internacionais — implica a destruição de parte de seu capital social, particularmente na indústria manufatureira. Isto afetou já profundamente países que se haviam industrializado sobre bases frágeis, como Chile e Uruguai, mas também um país que contava com base mais sólida, como a Argentina. [...]. A falência dos governos latino-americanos para encontrar fórmulas e meios comuns de ação se contrapõe a uma definição cada vez mais precisa da estratégia norte-americana na região, tendente a incorporá-la radicalmente à sua esfera direta de dominação, isto é, de centro americanizá-la. Assim, no plano militar, Estados Unidos, depois de apoiar Inglaterra contra Argentina na guerra das Malvinas, deu luz verde a esta última para converter suas Falklands em poderosa base militar da OTAN — o que significa o dobre de sinos para os sonhos de uma zona político-militar dotada de relativa autonomia no Atlântico Sul, que alimentavam Brasil e Argentina. [...]. Rompem, assim, o pacto tácito contraído com América do Sul, e em especial com o Brasil, a princípios do século, quando iniciaram sua luta pela hegemonia na região, o qual implicava para esta uma política de *hands-off*. Dentro da linha traçada atualmente, o imperialismo norte-americano quer estender sua área de segurança a toda a América Latina, atropelando a soberania de seus Estados, e se orienta no sentido de negar qualquer pretensão de autonomia, ao nível que for, por parte destes.

Com a dissolução da URSS, a dominação imperialista se constitui no reordenamento hierárquico mundial e no enfrentamento direto às nações periféricas, que

em alguma medida conquistam certo grau de desenvolvimento dentro de uma relação de autonomia relativa. Além do mais, é esta *autonomia relativa* que se encontra ameaçada para nações como o Brasil. Diante dessa conjuntura, Marini permeia sua análise sobre as consequências da contradição da existência de uma economia subimperialista. Acerca desta, Marini (1985, *on-line*) diz que:

Agitada por incessantes movimentos, essa figura está sempre em vias de transformar-se, ameaçando mais de um país imperialista com a degradação a um nível inferior, acenando aos capitalismos emergentes com a possibilidade [de] novos patamares e incentivando-os a lutar por sua entrada no círculo imperialista.

Ao considerar a formação subimperialista é mister levar em conta que um sistema hegemônico regional acarreta contradições no interior das relações entre as diversas economias dependentes, mas sobretudo entre o centro hegemônico. Nesse sentido, Theotonio dos Santos, em *Imperialismo y dependencia*, pondera que o conceito subimperialismo se preocupa muito mais com a relação de dominação em direção às nações dependentes, sem observar as contradições e atritos que um centro subimperialista estabelece com o centro hegemônico imperialista. Sendo assim, Dos Santos (2011, p. 535 *grifo nosso*) ilustra que:

Desarrollar un centro subimperialista como o Brasil significa transferir a este país, como unidad nacional, algunos mecanismos de decisión, cuya dinámica puede resultar en una contradicción creciente con la condición dependiente. Si el centro subimperialista adquiere una autonomía relativa muy acentuada, será difícil garantizar su subordinación. Se trata pues de un problema de dosificación: de limitar las funciones del centro subimperialista.

Outrossim, Dos Santos (2011) faz ressalvas quanto aos elementos que devem ser observados nas contradições de um centro subimperialista com os países que se encontram no seu eixo de exploração. Em primeiro lugar, refere-se às trocas desiguais no interior das nações dependentes, o que provoca distorções de preços, considerando que se paga preços mais elevados em bens industrializados. Em segundo lugar, Santos questiona a exploração que um centro hegemônico regional provoca em uma nação dependente, colocando-a em situação vulnerável por transferir mais-valor em demasia para o exterior. Em terceiro, concerne à exportação de capitais, nesse ponto, cabe analisar, o que será feito no capítulo seguinte, em que grau e em que condições a exportação de capitais, a partir do Brasil, abre-se caminho para um possível sistema de hegemonia regional no cone sul.

Nessa relação entre centros hegemônicos regionais e seus pares de dominação há um incentivo para a formação de blocos econômicos que nascem como uma medida de fortalecimento dos mais frágeis. Isso é apontado por Dos Santos (2011) como um elemento de divisão da região latino-americana. “No hay duda de que para Estados Unidos esta estrategia de integración se vuelve cada vez más atrayente, pues colocaría a Brasil en una *posición menos clave* que en un esquema directamente subimperialista” (DOS SANTOS, 2011, p. 537 *grifo nosso*).

Em razão disso, indaga-se se o Brasil ainda apresenta os elementos necessários para levar adiante o subimperialismo na América Latina, especificamente na América do Sul. Será que a concorrência interimperialista na região ainda permite que o país tenha condições de experimentar um padrão de acumulação que favoreça sua hegemonia regional?

Nessa direção, para Cláudio Katz, o Brasil não alcança o conceito criado por Marini, que se divide em dois sentidos, um econômico, amparado pelas relações com o investimento direto estrangeiro e a presença das multinacionais no território nacional, e o outro pelo aspecto geopolítico-militar presente na economia subimperialista. Porém, Katz parte do pressuposto de que o trabalho teórico de Marini replica para as economias dependentes, especificamente a subimperialista, o caso exposto por Rosa Luxemburg em relação ao desenvolvimento capitalista em que explora a tese de “subconsumo”. De acordo com Katz (2017a, p. 1):

Marini vinculó el segundo sentido del subimperialismo al protagonismo geopolítico de Brasil. Señaló que el principal país de Sudamérica actuaba fuera de sus fronteras con métodos prusianos, para cumplir con un doble papel de gendarme anticomunista y potencia regional autónoma. [...] El subimperialismo implicaba un perfil represivo, pero no meramente subordinado a los dictados del Norte.

Incumbe-se aqui um termo esquecido por Katz ao explicar o argumento de Marini, a autonomia é relativa e obedece a ordem hegemônica capitalista. Aliás, como manifesto por Luce (2011, p. 188), “o subimperialismo não consiste de uma reprodução de tese subconsumista de Rosa Luxemburg para o caso brasileiro”. Ora, o que transparece no caso especial dos trabalhos de Katz é simplesmente uma ampliação dos termos elaborados por Marini. Katz (2017a, p. 2) diz que “Marini replanteó la teoría clásica del imperialismo asimilando distintas actualizaciones”. O próprio Marini deixa claro, no prefácio à quinta edição do livro *Subdesenvolvimento e Revolução*, que a teoria do imperialismo é um ponto de referência obrigatório, porém, não se traduz ao caso das

economias dependentes, sendo estas um capitalismo *sui generis*, estão além do arcabouço exposto por Lênin. Desse modo, *a fase dos monopólios e do capital financeiro* traz implicações severas ao modo em que a concentração e centralização do capital se realiza em economias periféricas imbricadas de contradições, mas isso não diz respeito a reproduzir, nem ao menos adequar a teoria do imperialismo de Lênin ao caso brasileiro ou de qualquer outra nação dependente subimperialista.

Katz busca refletir as considerações de Marini acerca do subimperialismo para a contemporaneidade das relações capitalistas. Para o autor, “los subimperios actuales son potencias regionales en el plano económico y político-militar y estatal. Deben reunir estas dos condiciones y no sólo una de ellas” (KATZ, 2017a, p. 6). Decorre daí um peso exacerbado que Katz impõem ao conceito de subimperialismo. De acordo com ele, para um país alçar esta categoria, exige-se em algum momento o envolvimento bélico fora de suas fronteiras, além de se ter desenvolvido uma capacidade militar considerável. Encontra-se nesse ponto a base em que Katz rejeita a hipótese de que o Brasil pertença ao grupo de países subimperialista. Conforme o autor, a Turquia e a Índia se encontram entre os exemplos bem-sucedidos de nações subimperialistas por duas razões, a primeira diz respeito aos laços estreitos com os Estados Unidos e a segunda se refere às incursões militares com o objetivo de resguardar seus interesses econômicos.

Para qualificar a Turquia como um caso típico subimperialista, Katz (2017b) levanta o atrito militar com a Síria de maneira independente, mesmo que indiretamente tenha o aval americano e da OTAN. Desse modo, Katz (2017b, p. 1) cita que:

Turquía es miembro de la OTAN y mantiene una aceptada conexión con el Pentágono. Alberga una base militar con ojivas nucleares apuntando a Rusia y ha enviado tropas a operaciones en Afganistán, Irak y Somalia. Pero los gobernantes del país nunca actúan como simples policías regionales. Apuntalan apetitos expansivos de larga data. Por eso invadieron y ocuparon Chipre. La estrategia de resurgimiento neo-otomano no es una fábula nostálgica. Inspira un proyecto de hegemonía regional.

Outro exemplo levantado por Katz como nação tipicamente subimperialista é a Índia. Com respeito a este país o autor comenta:

La ubicación de India en el casillero subimperial es congruente con la omnipresencia regional de su ejército. Interviene activamente en la convulsión de Sri Lanka, en las tensiones de Bangla Desh y en los conflictos con Nepal. Sus fuerzas armadas continúan actuando en Cachemira al cabo de cuatro guerras con Pakistán. Esa misma presencia se verifica en las disputas fronterizas con China. Luego del choque militar de 1962 persiste la indefinición del futuro de Tíbet. El ejército

cumple también un papel central frente a la oleada de terror talibán, en un contexto de gran opresión de las minorías musulmanas. El perfil subimperial de India se nota en los giros de sus clases dominantes. Adoptaron el credo neoliberal luego del desplome de la URSS y aprovecharon la complicidad del ejército pakistaní con los talibanes, para apuntalar su confluencia con Estados Unidos (KATZ, 2017b, p.6).

Em todo caso, o autor desconsidera que as relações do Brasil, sejam na América Latina ou na África, são pacíficas, norteadas pela premissa diplomática brasileira. De outra parte, Marini não qualifica o eixo militar do subimperialismo como diretamente ligado às ações violentas que o capitalismo exige. O complexo industrial-militar citado na obra de Marini se encontra mais na órbita da capacidade de produção da indústria bélica e de transformação aliados às relações com os Estados Unidos. Para Marini, o complexo industrial militar consiste mais em uma estratégia para a expansão da base industrial brasileira, ademais, a associação da elite militar com a burguesia industrial permite o empoderamento da classe militar no Estado nacional, pois por esse intermédio a burguesia nacional constrói um elo direto de diálogo com o imperialismo estadunidense. Sem embargo, Marini (1965b, p. 24) menciona que:

Hay que considerar, además, que, a los ojos de los militares de Argentina, las fuerzas armadas de Brasil realizan el ideal al que ha aspirado durante años y cuya concreción se ha visto siempre frustrada: dirigir, sin mediación, y en colaboración con el estado mayor norteamericano, la vida política del país, en la calidad de árbitro y garante de las clases dominantes.

Em *Subdesenvolvimento e Revolução*, com respeito à relação amistosa com o imperialismo estadunidense, à luz dos interesses do desenvolvimento da base industrial nacional, o governo militar brasileiro fornece apoio às ações militares norte-americanas em território latino-americano. Essa relação está caracterizada pela *política de interdependência*, que “parte do pressuposto de que, devido a sua posição geográfica, o Brasil não pode escapar à influência estadunidense” (MARINI, 2013, p. 119). Prosseguindo nesse argumento, Marini cita o episódio durante o governo Castelo Branco em que o Brasil cede aval a invasão norte-americana na República Dominicana sob o pretexto de “substituir o conceito de fronteiras físicas por *fronteiras ideológicas*” (MARINI, 2013, p. 120 *grifo do autor*).

Marini se refere aos interesses internos do governo Castelo Branco ao se associar com o imperialismo americano. A partir desse ponto é possível estabelecer a “existência do complexo militar”, que viabiliza a formação da indústria pesada, e se distanciar da dependência bélica norte-americana, estratégia firmada pelo governo Goulart e

referendada pelo regime militar. À vista disso, em relação a política do governo Castelo Branco, Marini (2013, p. 124-125) diz que:

[...] revelou a determinação expressa do regime de consolidar uma indústria de bens intermediários, de consumo durável e de equipamentos, com alta composição técnica da produção e dotada de grande capacidade competitiva, capaz de converter o país em uma potência industrial. Isso se explica uma vez que tal indústria era a condição *sine qua non* para levar a cabo a expansão externa pretendida e que, por outro lado, tal expansão constituía a resposta mais eficaz, do ponto de vista da grande indústria, para a estreiteza de mercados com a qual a economia se debatia internamente. Chega-se assim a criar uma simbiose entre os interesses da grande indústria e os sonhos hegemônicos da elite militar, que encontraria uma expressão ainda mais evidente nos vínculos estabelecidos no nível da produção bélica. [...] o general Edmundo Macedo Soares e Silva, ao tomar posse da presidência da Confederação Nacional da Indústria, pronunciou-se a favor de uma política de substituição de importações de armamentos e equipamento militar, vinculando-a à preservação da soberania nacional.

A partir desse ponto de vista, pode-se compreender que, na proposição de Marini, o eixo militar não condiz com ação bélica fora da fronteira nacional em prol de benefícios e defesa econômica, ao contrário do caminho percorrido por Katz. Em relação ao Brasil contemporâneo, o autor afirma que o país se desfigura dos elementos apontados por Marini para definir seu padrão subimperialista. O primeiro ponto levantado por Katz (2017b) se refere ao processo de reprimarização das exportações brasileiras, gestando um conflito político em que o setor agrário-exportador e o setor financeiro prevalecem⁶¹. Para

⁶¹ Em relação às disputas intra-burguesas que podem ocorrer nas economias dependentes, Marini faz ressalvas acerca da possibilidade de reconversão ao modelo primário-exportador a depender do grupo estabelecido no poder. Desse modo, conforme Marini (1994, p. 109): “The conflicts that have arisen within the bourgeoisie in the course of this process have made evident its diverse interests. The bourgeoisie has clearly split into three groups. The most recent, evident in the more developed countries, unites economic groups linked to new technologies, principally microelectronics, information, refined chemicals and pharmaceuticals, tele- communications, aeronautics, and aerospace. The future of the groups that make up this bloc depends on transformations in the world economy, and therefore they are interested not simply in the opening up of their economies but in an economic reconversion that offers them some advantages in negotiations with the international giants that have the technological and financial monopoly. This entails reform of the state, the end of protectionism, the adjustment of the legal-institutional design of economic development, and the large-scale modernization of the national industrial stock. This modern bloc clashes with the second important group, which is the largest and politically strongest and encompasses the big-business sectors that emerged during the course of industrialization up until 1970, including everything from the textile and food industries to the iron and steel, mechanical, and automotive industries. The principal beneficiaries of the import- substitution policies and, in general, the value-transfer schemes formulated by the state, they resist the reconversion proposed by the modern bloc. The confrontation of these two groups is, however, marked by ambiguity. Whereas the modern bloc seeks to open up the economy and presses for modernization, it agrees with the traditional industrial bourgeoisie on the need to protect the latter's interests in negotiations with the international centers. The conflicts between the two blocs are particularly keen in Mexico and Argentina and, to a lesser degree, in Venezuela. The third group, which exists in all the countries of the region, consists of the sectors linked to the mining

mais, Katz (2017b) argumenta que o país longe de preservar uma integração efetiva do cone sul, seja por incapacidade ou falta de empenho, abdica da integração regional a favor de relações com os países dos BRICS e de relações mais estreitas com órgãos multilaterais.

O conceito subimperialismo não se traduz na simples exportação de bens manufaturados, as estratégias de cooperação sul-sul encampadas pelo Brasil em relação a Ásia não pode ser pretexto para descaracterizar o interesse brasileiro na integração regional. Nesse ponto, há elementos que precisam ser avaliados, como a entrada de capitais chineses na América do Sul.

À vista disso, no próximo capítulo, abordar-se-á esse ponto, avaliando a direção que o investimento direto brasileiro tem tomado nos últimos anos, além de observar o papel das multinacionais brasileiras na aquisição de ativos no exterior e a concorrência que os capitais brasileiros vem enfrentando dentro do espaço sul-americano.

O conceito de *subimperialismo*, aplicado ao Brasil por Marini, trouxe ao seu tempo reflexões importantes sobre o posicionamento político e econômico do país diante do imperialismo norte-americano e com seus parceiros sul-americanos, contudo, como o próprio autor chama atenção, o subimperialismo é um evento histórico que precisa ser compreendido no âmbito do desenvolvimento do capitalismo dependente.

Posto isso, em que medida o subimperialismo de fato se torna viável à constituição de uma hegemonia regional brasileira no cone sul, dada as mudanças do capitalismo e do próprio imperialismo ao laço do desenvolvimento histórico do capitalismo? Será que ao longo da integração imperialista o capitalismo brasileiro continua em direção à manutenção do subimperialismo ou almeja outra forma de integração com o imperialismo? Em que medida o capital nacional apresenta, atualmente, condições para exercer a função de subimperialismo na América do Sul perante a ascensão da Ásia como um possível centro co-hegemônico do capitalismo mundial?

Nesse sentido, apresentando elementos para uma nova configuração do capitalismo mundial e consequentemente do papel exercido pelo Brasil, traz-se ao debate

and agricultural interests, intrinsically dependent on foreign markets. This group is almost always allied with the modern bloc, although its interest is less in reconversion as such than in the opening up of the economy and in export promotion. In the countries where this exporting bourgeoisie predominates, there is the risk that the reconversion will be nothing but a return to the economy's 19th-century form and role in the context of the international division of labor of that period. The difference would lie above all in the more frankly capitalist nature of this sector in terms of the exploitation of labor and business management" (MARINI, 1994, p. 109).

Virgínia Fontes. O argumento desenvolvido por Fontes, em seu livro *Brasil e o capital imperialismo*, confere à discussão elementos que podem ser somados à análise do capitalismo brasileiro atual, sem reduzir a proposta desenvolvida até o momento. A autora, ainda que não utilize o termo subimperialismo, aproxima-se do argumento de Marini, ao afirmar que o Brasil realiza uma integração direta e privilegiada com o imperialismo estadunidense, mesmo que de forma subordinada, o que confere ao país um *status* diferenciado nas relações intercapitalistas ao contrário do que ocorre com as demais economias dependentes.

Para Fontes (2010), o imperialismo, tal como concebido por Lênin na virada do século XIX-XX, toma outra configuração no curso do desenvolvimento capitalista e alcança um nível mais profundo de relações intercapitalistas após a segunda guerra mundial. A associação entre o capital bancário e industrial cada vez mais intensa, promovida por uma série de novas relações tipicamente financeiras, principalmente pelas inovações que o sistema bancário cria para ultrapassar as barreiras dos Estados nacionais, trazem a necessidade de uma atualização no conceito dado por Lênin. Diante disso, Fontes (2010), apresenta o conceito de capital-imperialismo⁶². Para Fontes (2010, p. 14), “a expressão capital-imperialismo permite capturar o movimento peculiar ocorrido após a Segunda Guerra Mundial que aprofundou e alterou os traços fundamentais do imperialismo tal como formulado por Lenin”.

O capital-imperialismo ressalta do intenso processo de concentração de capitais que ocorre em função do imperialismo, porém sem se limitar à ação unívoca de um Estado, seja na fase dominada pela Inglaterra ou, posteriormente, sob o domínio dos Estados Unidos. Ambienta-se, então, a ação que a concentração de capitais provoca internamente em cada Estado. O capital-imperialismo produz uma violência social e exacerba até os limites a luta de classes, em contexto cada vez mais confuso, no qual a própria classe trabalhadora se perde no encontro de seus direitos, dada a hegemonia de determinados capitais na vida política e social. De acordo com Fontes (2010, p. 17):

O capital em muito se assemelha a um *deus ex machina*, pois se converteu, por obra social, em uma entidade exteriorizada à existência humana. A organização da existência de bilhões de seres concretos, de tal forma que se viabilize para alguns uma acumulação supostamente infinita, expele um comportamento de tipo automático, mercantil, cegando os seres sociais de seu próprio protagonismo.

⁶² Cf. Fontes (2010, p. 13): “O capital-imperialismo não nega sua origem conceitual e alerta para o fato de que a já secular duração temporal do imperialismo não implicou seu congelamento; ao contrário, envolveu modificações profundas na sua forma de organização e de atuação econômica, social e política”.

O capital-imperialismo parte do cerne da teoria marxista, a extração de mais-valor que viabiliza a amplitude da concentração de capital e define as relações sociais entre as diferentes classes da sociedade capitalista. A tendência do capitalismo apresenta o distanciamento entre a produção e a forma diretamente imposta de extração do mais-valor sobre a classe trabalhadora e o capital empregado na produção de mercadorias. Desse modo, aprofunda-se as formas inovadoras de capitais que se aglomeram na intenção de captar parte do mais-valor sem pertencer ao ciclo de reprodução do capital.

Fontes (2010) procura demonstrar o papel que o capital portador de juros assume para a reprodução do capital, assim como sua forma mais contraditória, o capital fictício. A questão que aparece é sobre a capacidade de concentração dessa massa de capital monetário, que Marx apresenta em *O capital* e que tanto Lênin quanto Hilferding se dedicam a discutir. Para Fontes, nesse caso, o capitalismo do século XX e XXI traz em si uma concentração de capital monetário que vai além do apresentado por estes autores, mas, principalmente, mostra que no capital-imperialismo a concentração do capital não se limita apenas aos países tipicamente imperialistas. A concentração de capital ocorre em formações econômicas carregadas de contradições, como as economias dependentes, mas que não impedem essas economias de adentrar no círculo dos países tidos como capital-imperialistas.

A acumulação capitalista diante do capital portador de juros se realiza conforme o seguinte esquema:

$$\underbrace{D - d - M_{Mp}^{Ft} - d' - D'}_{D - D'}$$

O esquema $D - D'$ expressa um montante de dinheiro D em busca de uma aplicação rentável que resulta em D' , que não é de fato capital, mas uma mercadoria que se transforma em capital ao entrar no sistema produtivo através das operações de crédito. De acordo com Marx (2017, p. 385-386), esse montante D é:

expressão autônoma de uma soma de valor, sendo indiferente se esta existe, de fato, em dinheiro ou em mercadorias – pode ser convertido em capital e, mediante essa conversão, deixar de ser um valor dado para se transformar num valor que valoriza a si mesmo, incrementa a si mesmo. Ele produz lucro, isto é, permite ao capitalista extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não pago, de mais-produto e mais-valor, e de apropriar-se desse trabalho. Com isso, ele obtém, além de valor de uso que já possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, aquele de funcionar como capital. Seu valor de

uso consiste aqui precisamente no lucro que ele produz ao se converter em capital. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção do lucro, ele se torna mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*. Em outras palavras, o capital como tal torna-se mercadoria.

Com isso, Marx (2017, p. 390-391) segue afirmando que:

O possuidor de dinheiro, que quer valorizá-lo como capital portador de juros, aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, converte-o em mercadoria *como capital*; e não só como capital para ele mesmo, mas também para outros; ele não é capital apenas para quem o aliena, mas é desde o início transferido a um terceiro como capital, como valor que possui o valor de uso de criar mais-valor, lucro; como um valor que conserva a si mesmo no movimento e que, depois de ter funcionado, retorna àquele que o desembolsou originalmente, no caso em questão, ao possuidor do dinheiro; portanto, um valor que só por algum tempo permanece distante de quem o desembolsou, que só transita temporariamente das mãos de seu proprietário para as mãos do capitalista em atividade e que, por conseguinte, não é pago nem vendido, mas apenas emprestado; um valor que só é alienado sob condição de, em primeiro lugar, retornar a seu ponto de partida após determinado prazo e, em segundo lugar, retornar como capital realizado, isto é, tendo cumprido seu valor de uso, que consiste em produzir mais-valor.

Dessa forma, o sistema capitalista se direciona a uma confluência de capitais monetários que, embora não esteja diretamente envolvido no processo produtivo, pode controlá-lo. O resultado desse processo é o descolamento entre origem do juro que surge na relação $D - D'$ e a apropriação do mais-valor. Ao longo do desenvolvimento capitalista a exploração do trabalho tem sido cada vez mais social, embora a apropriação do mais-valor seja cada vez mais de natureza privada. A massa de capital monetário que dá origem ao capital portador de juro e fictício não participa apenas da apropriação do mais-valor, mas da expropriação dos recursos naturais e dos recursos públicos. “As expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista” (FONTES, 2010, p. 45).

O capital-imperialismo abrange as novas expropriações provocadas pelo capitalismo e as condições às quais a sociedade e os trabalhadores são lançados⁶³. Nesse sentido, o capitalismo busca sempre fornecer quantidades crescentes de expropriados, garantindo a reprodução do capital e a formação do exército industrial de reserva. A

⁶³ Para Marx (2013), a centralização do capital impõe à sociedade formas severas e violentas de expropriação na sociedade, carregando em si contradições que limitam e deterioram o próprio sistema. Ademais, ao atingir a fase dos monopólios, o capital não só expropria o trabalhador individual, mas a pequena empresa capitaneada pelo grande capital, exercendo toda sua força contra uma massa crescente de proletários e, desse modo, fomentando revoltas que podem culminar no fim do próprio sistema.

expropriação não se apresenta mais apenas na expulsão do homem rural, mas se concentra na vida urbana. Os trabalhadores urbanos engrossam as fileiras dos desempregados e da perda de direitos. Conforme Fontes (2010), essa é a característica da expropriação secundária. A consequência primordial que transparece nessa situação são os fluxos migratórios de trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação, sendo marginalizados nos centros urbanos. Ademais, há uma massa crescente de deslocamentos populacionais entre os diversos países, principalmente de países subdesenvolvidos aos países desenvolvidos.

A motivação das expropriações movidas ao final do século XX, especialmente para atender a agenda do Consenso de Washington, realizou-se em direção a proporcionar melhores condições para concentração e centralização do capital⁶⁴. Nesse sentido, a expropriação no meio rural garante o domínio sobre parcelas crescentes de terras para a produção de *commodities*, além de permitir o alcance quase que irrestrito sobre os recursos naturais. No eixo urbano, ambientam-se medidas para flexibilizar as leis trabalhistas, as obrigações dos Estados com o bem-estar da população e o direito à cidadania. Dessa forma, permite-se uma extensa desnacionalização da economia, com as privatizações e as transferências de indústrias para locais onde se possam ampliar a superexploração da força de trabalho.

Fontes (2010) procura ajustar ao caso brasileiro essa conjunção de acontecimentos que transformam o capitalismo mundial, no qual a forma de acumulação do pós-segunda guerra inaugura uma nova forma de expansão, capital-imperialista. Com isso, o Brasil ingressa, com o golpe de 1964, nessa nova fase da acumulação contemporânea. O Brasil se integra ao sistema mundial em um estágio de crescente concentração e centralização do capital, favorecendo a formação de grandes monopólios conjugados com o capital estrangeiro, estabelecendo, dessa forma, uma integração subordinada ao capital-

⁶⁴ Harvey (2014) aplica à esse caso o termo espoliação, que caracterizaria a acumulação capitalista na fase da globalização. Para o autor, a acumulação por espoliação se inicia a partir de 1973 em um retorno às formas primitivas de acumulação. Nesse sentido, Daniel Bensaïd (2017, p.62) se refere à esse momento da seguinte forma: “Essa *acumulação por despossessão* é uma condição de sobrevivência do capitalismo. Para além da apropriação de matérias-primas, recursos energéticos, mão de obra barata, ela está se estendendo à apropriação comercial da história cultural, em especial pelo turismo, ou à pilhagem pura e simples dos patrimônios culturais. Emprega meios variados, desde a coerção externa até a canibalização pela lógica comercial de formas de atividade e produção que ainda estão fora de seu alcance (trabalho doméstico, serviços pessoais, produção alimentícia). Essa ofensiva da acumulação neoliberal passa evidentemente pela destruição dos direitos sociais existentes e pela criminalização das resistências populares (em particular sob o pretexto de legislações *antiterroristas*). Assim, vemos instaurar-se toda uma panóplia de disposições que formam uma espécie de nova *lei dos pobres* cujo intuito é reforçar o controle social sobre eles e impor pela precarização uma nova disciplina do trabalho flexível”.

imperialismo predominante nos países centrais. Para a autora, é a capacidade da economia nacional de absorver esse novo modo de acumulação capital-imperialista que inclui o país nesse grupo. Ademais, a crise da década de 1980 e 1990 aprofunda a concentração de capital e fortalece o capital monetário. De acordo com Fontes (2010, p. 303):

Essa concentração impulsiona relações sociais de tipo capitalista, exasperando suas contradições fundamentais a patamares dramáticos, através de uma enorme variedade de formas de expropriação, tornando a própria humanidade, em seu sentido mais literal e biológico, refém da propriedade do capital e de sua imperiosa necessidade de tudo converter em mercadoria, de maneira a assegurar sua própria existência.

Aqui reside uma questão importante e torna nevrálgico um ponto entre o conceito de subimperialismo e capital-imperialismo. Para Fontes (2010), o Brasil adentra em um grupo privilegiado de países que atingem um nível de concentração e centralização do capital que o permite, mesmo que subordinado, explorar outros países. Para chegar a esse ponto, Virgínia Fontes, apesar de levantar a importância da categoria proposta por Marini, retira os elementos que lhe permitem existir. Primeiro, consiste nas limitações do mercado interno e segundo, refere-se à superexploração da força trabalho. Para a autora, a superexploração é um conceito tácito do capital-imperialismo contemporâneo e está presente em todos os espaços em que o sistema capitalista ocupa, não se tornando um fundamento específico de uma sociedade. Além do mais, o problema do mercado interno é resolvido pela elevação do crédito destinado ao consumo. Para Fontes (2010, p. 352):

Extremamente sugestiva, esta tese incorre, entretanto, em algumas dificuldades: a lei do valor se define a partir das condições reais e concretas de existência da população, correlacionada ao tempo socialmente necessário para a reprodução do conjunto dos trabalhadores, nas condições históricas e sociais dadas. Se há um truncamento estrutural, este não se limita às periferias, mas precisa ser explicado por circunstâncias internacionais complexas. Assim, situações eventuais (embora dramáticas) de rebaixamento do valor da força de trabalho não configuram necessariamente uma exceção periférica, mas podem expressar o processo desigual e combinado de expropriação do povo do campo.

A razão para esse argumento se encontra no formato que a exploração do capital-imperialismo assume nos espaços que ocupa. A superexploração persiste em decorrência da expropriação que está presente no modo de reprodução do capital-imperialismo. Para além desses dois elementos de crítica de Virgínia Fontes ao modelo de Marini, está a limitação do conceito subimperialismo quanto ao processo de concentração e centralização do capital e do papel do Estado que vise seu favorecimento. Ademais, o

subimperialismo não alcança as tensões interimperialistas decorrentes do fim da URSS e da ascensão chinesa.

Em razão do debate acima, convém no próximo capítulo aprofundar nos elementos contemporâneos do capitalismo brasileiro, indicando qual a possível direção que o desenvolvimento permite. Desse modo, o método consiste em avaliar dados que apresentem a conjunção de capitais brasileiros no exterior, mapeando sua localização, bem como a atuação das transnacionais e os setores nos quais o capital nacional se encontra presente, além de apresentar a incursão de capitais estrangeiros dentro do território sul-americano. Com isso, pode-se em alguma medida captar a concorrência capitalista na região e avaliar qual o alcance do capital brasileiro.

3.1 As perspectivas do *Subimperialismo* no século XXI: um estudo sobre o Brasil

Feitas as principais referências teóricas acerca do subimperialismo, agora se avança sobre as qualificações indispensáveis de atualização desta categoria, considerando que o capitalismo global e o latino-americano em particular passam por significativas transformações desde os anos 1970. A hipótese que norteia esta pesquisa é a de que a categoria subimperialismo, originalmente desenvolvida por Marini, apresenta validade para compreensão da forma de hegemonia regional e das políticas de desenvolvimento brasileiras contemporâneas, entendidas como aquelas relativas aos anos 2000. Cabe avaliar as condições históricas brasileiras e mostrar quais aspectos podem ser tipificados como subimperialismo.

As condições que se apresentam ao Brasil para exercer sua hegemonia regional na América do Sul têm mudanças significativas na década de 1990, mudanças que se aprofundam ainda mais nos anos 2000. Desse modo, é fundamental uma atualização da categoria apresentada por Ruy Mauro Marini na década de 1970 e, assim, ser referenciada ao caso brasileiro das últimas décadas.

Acima, comenta-se o modo como os Estados Unidos articulam sua hegemonia na América Latina. Nesse sentido, assume-se a hipótese de que esse processo de crise hegemônica norte-americana⁶⁵ e seu redesenho ao longo dos últimos anos influenciam as condições de se exercer uma condição de subimperialismo. Assim, pergunta-se: quais são essas novas condições e quais características assumir para descrever uma economia subimperialista em um mundo onde há um processo de reconfiguração da divisão internacional do trabalho? Para responder, nas próximas seções se aborda a cooperação regional e o comércio exterior do Brasil.

⁶⁵ De acordo com Arrighi (2008, p. 160), o termo “crise hegemônica”, em seu trabalho, é utilizado “para designar a situação em que falta ao Estado hegemônico dominante os meios ou a vontade de continuar conduzindo o sistema de Estados numa direção em geral considerada capaz de expandir não só seu poder, como também o poder coletivo dos grupos dominantes do sistema. As crises não resultam necessariamente no fim dos detentores da hegemonia”. Portanto, para o autor, as crises hegemônicas sinalizadoras ou terminal não significam necessariamente a derrocada do domínio de um determinado Estado, para o autor é possível existir uma “dominação sem hegemonia”.

3.1.1 MERCOSUL e UNASUL: mecanismos de manutenção da hegemonia regional brasileira

As relações de dependência apresentam em sua estrutura a violação da lei do valor, o mecanismo decorre da transferência de valor no momento em que se determinam as trocas comerciais, conforme apontado por Marini. Nesse sentido, ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a industrialização que sucede entre 1930 e 1970 possibilita ao país concretizar o subimperialismo.

O subimperialismo se sustenta na reprodução em escala regional do modo de exploração que acontece de forma ampla no capitalismo mundial entre as nações imperialistas e as dependentes. A industrialização possibilita que se forme dentro do capitalismo dependente uma classe burguesa com aspirações de poder econômico à espelho das burguesias imperialistas. Assim, pode-se argumentar que surge em determinado momento um Estado subimperialista com autonomia relativa que visa garantir o poder da sua classe burguesa em determinado espaço⁶⁶.

No caso sul-americano, o Brasil se destaca como o único país a alcançar um nível mais avançado de industrialização, garantindo, desse modo, um nível de produtividade mais elevado que os países do seu entorno. Mais além, o país consegue estabelecer um acordo tácito entre as burguesias imperialistas, pelo menos até determinado momento, para a constituição de uma hegemonia regional. Porém, mesmo que o país alcance uma maturidade dentro do processo de acumulação capitalista global, o Brasil se encontra inserido na divisão internacional do trabalho promovida pelo imperialismo estadunidense, que sofre reconfigurações a partir da década de 1990.

A década de 1990 para a América Latina é um período de ruptura dado pela crise de financiamento que se instala durante a década de 1980. No caso brasileiro, há um rearranjo das formas de financiamento que passam da órbita externa para a interna, através da emissão de títulos da dívida pública. Do mesmo modo, os anos 1990 é um período de ruptura da estrutura produtiva nacional. Ao longo da década, é implementado um programa acelerado de abertura comercial e financeira, que em maior ou menor grau

⁶⁶ Conforme Carcanholo e Saludjian (2014, p. 155), a autonomia relativa expressa no termo subimperialismo “não significa que: i) essa economia não sofra mais as pressões do imperialismo central; ii) que sua política expansionista não esteja subordinada e relacionada a essas pressões; e, talvez o mais importante iii) que essa expansão relativamente autônoma não seja determinada pela lógica da acumulação de capital transnacionalizado”.

é adotado em praticamente todos os países latino-americanos. Esse período é reconhecido como a fase de implementação de medidas “neoliberais” em diversos países da América Latina, mais usualmente chamada de Consenso de Washington⁶⁷.

Este é um ponto nevrálgico para a compreensão do posicionamento do Brasil na América Latina, diante das investidas norte-americanas na década de 1990. Nesse contexto, surge em junho de 1990 o Plano Bush, ou Iniciativa para as Américas, que se consubstancia nas intenções estadunidenses de recuperar seu posicionamento hegemônico na América Latina e, notoriamente, na América do Sul⁶⁸, confrontando os interesses do Brasil na região. Os objetivos do Plano Bush se concentram em três aspectos: a integração comercial das américas, o aumento do IDE e a redução das dívidas dos países latino-americanos. Como ressaltado por Reis et al. (1990, p. 154):

[...] a proposta de integração das Américas busca, basicamente, três pontos: primeiro, uma tentativa de fortalecimento do bloco norte-americano frente à sinalização de conformação dos blocos europeu e asiático; segundo, assegurar o monitoramento ativo da participação dos EUA no Cone Sul, onde os acordos Brasil-Argentina vem apontando uma integração latino-americana; e, em terceiro, a adesão da América Latina às propostas dos EUA na Rodada-Uruguaia do GATT [...].

A ofensiva americana “mostra o intuito de aspiração ao continuísmo do *império*, agora mais voltado para o sul das Américas, como se fosse seu último suspiro” (REIS, et al. 1990, p. 156). O Brasil encontra, em sua esfera de hegemonia, a disputa dos interesses capitalistas americanos e europeus. Esse é um aspecto primordial para esclarecer o posicionamento brasileiro em busca de uma maior integração regional que garanta seu predomínio na América do Sul e a manutenção do seu *status quo* como capitalismo subimperialista.

O memorando elaborado pelo *Council on Foreign Relations*, enviado ao presidente dos Estados Unidos em fevereiro de 2001, reforça a importância de uma estratégia norte-americana sobre o Brasil e, conseqüentemente, para a América do Sul. O

⁶⁷ De acordo com Vadel (2011, p. 69-70): “[...] o Consenso de Washington não significou uma mecânica imposição do modelo de mercado ocidental – dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento –, mas a articulação hegemônica de um modelo de ajuste e de reformas aceleradas que incluíam a liberalização comercial e financeira e as privatizações realizadas em tempo recorde com o intuito de adaptar e disciplinar esses países no *caminho certo* da modernidade e do primeiro mundo. Dessa maneira, o Consenso de Washington é, sobretudo, um específico padrão de interdependência assimétrica entre atores internacionais e transnacionais historicamente delimitada e mediada por um conjunto de instituições internacionais. Caracteriza-se como uma relação *norte-sul* imbuída de ideologia neoliberal, apresentada como a única via para os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos”.

⁶⁸ Seguem-se ao Plano Bush, o Acordo de livre comércio para América do Norte – NAFTA e a Área de livre comércio das Américas – ALCA.

documento destaca a importância da “ação sul-americana” para qualquer iniciativa de política estadunidense sobre as américas, além de expor a necessidade norte-americana de constituir uma política de integração comercial na América do Sul, essencialmente, uma política que alcance o mercado brasileiro. De acordo com Robert e Maxwell (2001, p. 5-6):

Brazil can and should be a crucial player with the United States in sustaining economic reform and democracy, in promoting free trade and open markets, and in combating narcotics, terrorism, and transregional crime. If we want to expand the Free Trade Area from North America into South America, Brazil is going to be the critical nation. If we want to tackle drug problems on a hemisphere-wide basis, Brazil is key to getting that organized. If we want to sustain democracy, it won't happen if democracy fails in Brazil. None of these fundamental U.S. policies will work in the end without Brazil. Brazil is the fulcrum. [...]. A strategic relationship with Brazil becomes a strategic relationship with South America. [...]. We flag four reasons why Brazil is important to the United States: its economic power; its central location within South America; its status as a trading partner and as a recipient of U.S. investment; and its diplomatic role both within South America and international agencies.

Para os autores, a oposição brasileira aos planos de integração estadunidenses para as Américas é o elemento bloqueador da eficácia de qualquer medida dos Estados Unidos na região. Nesse sentido, o memorando destaca a preocupação com a política de integração regional promovida pelo Brasil e, ademais, alega ser vital ao Presidente americano ter uma política mais ativa na América do Sul. O documento nos remete a reflexão de que uma integração profunda na América do Sul liderada pelo Brasil eleva o poder de barganha do país com os Estados Unidos e com a União Europeia dando condições de autonomia frente as políticas imperialistas. Desse modo, Robert e Maxwell (2001, p. 8 *grifo nosso*) enfatizam que:

It is very much in U.S. interest to help Brazil keep its reform agenda on track. Important questions over tax reform and copyright and intellectual property protection, however, remain unresolved, all of which have impacts on U.S. investors. [...]. *There are risks to the United States from inaction. Brazil convened the first Summit of South American Nations in August 2000.* Strengthening its ties to its South American neighbors is a major objective of Brazilian foreign policy. Brazil has also strengthened its relationship with the EU. Both are seen as means to increase Brazil's, and by extension MERCOSUL's and South America's, bargaining power with North America and reflect Brazil's attempt to balance its international relations rather than commit to exclusivity. In fact, European investment in Brazil (especially in telecommunications, financial services, and utilities) has increased massively in the last few years, and EU-MERCOSUL total trade has increased by over 120 percent since 1990. In 2000, Spain surpassed the

United States as Brazil's top foreign investor. In terms of exports, the Europeans clearly outstrip U.S. exports both in numbers and growth. Without a proactive agenda from Washington, this process could pose a potential threat to future U.S. economic prospects in the Brazilian market, with an impact in the United States as well in terms of lost jobs and financial and business opportunities. *It should not be forgotten that if France gives in on agricultural issues, a major EU-Brazil deal could be cut that would leave the United States out.* The United States thus risks finding the space already occupied once the Europeans have established strategic relationships. In terms of the "new economy" investments, for example, the United States recently missed a major opportunity when the Brazilian telecommunications regulatory agency officially announced the selection of the European over the U.S. standard for Brazil's latest generation cellular service. The adoption of the European standard not only eliminates U.S. hardware companies, such as Qualcomm, from this high-growth sector but also puts U.S. software and content companies at a disadvantage. This need not have occurred.

O memorando do *Council on Foreign Relations* repercute a reorientação da política externa na América do Sul, notadamente do Brasil, que desde o início da década de 1990 busca construir um bloco regional. Nasce dessa política brasileira o MERCOSUL e a UNASUL, embora tenham formas de organização e política de integração distintas, ambas representam a tentativa brasileira de assegurar o espaço regional sul-americano em sua esfera de influência.

A formação desses blocos sob a liderança do Brasil se traduz no alcance da nova etapa do capitalismo brasileiro. Diante das políticas neoliberais que derrubam as barreiras comerciais no país e abrem o mercado nacional para a concorrência estrangeira, o capital nacional necessita prosseguir com o avanço sobre o mercado dos países vizinhos com a exportação de capital, como exposto por Marini. Porém, o capital nacional avança em novas bases da economia global com a presença chinesa no comércio mundial e a criação de um novo elo de dependência do capitalismo sul-americano com a potência asiática.

Os efeitos nocivos das medidas neoliberais para as economias dependentes e o rearranjo do poder hegemônico global reorientam a inserção dos países latino-americanos, especialmente os sul-americanos. As mudanças podem ser tomadas pela alternância de poder político na região com a eleição de grupos voltados para relações sul-sul, rompendo com o modelo norte-sul. Para Vadell (2011), o ano de 2001 representa a ruptura da região latino-americana com o Consenso de Washington, dado o fracasso das políticas neoliberais na região.

A frustração com o modelo neoliberal se destaca pelas crises da Argentina, México e Brasil, ademais, seguem as crises do Sudeste asiático, Turquia e Rússia. Mas a ruptura decorre da crise no centro hegemônico do capitalismo mundial após a incursão militar americana no Afeganistão em 2001 e no Iraque em 2003. Além do mais, um novo centro do capitalismo global, a República Popular da China, ingressa na Organização Mundial do Comércio, alterando de forma pragmática a visão comercial chinesa que ao longo dos anos se converte na defensora do livre comércio.

O reflexo para a América Latina nos anos 2000 resulta em novas parcerias comerciais, com destaque para as relações bilaterais com a China. Embora o mercado chinês se transforme no principal destino dos produtos latino-americanos, a relação que se estabelece abre um novo capítulo para o capitalismo dependente da região. Dessa forma, dado que as condições do desenvolvimento tecnológico das nações periféricas não permitem uma inserção competitiva no mercado internacional e asiático com produtos de alta intensidade tecnológica, as relações comerciais com a China se resumem em exportação de *commodities* e importações de produtos industrializados. Assim, como apresentado por Vadell (2011, p. 72), a relação China-América do Sul:

pode acelerar a cristalização de um tipo de especialização nos moldes de um sistema centro-periferia e, como consequência, o surgimento de um renovado modelo de desenvolvimento *commodities-exportador* para os países periféricos.

Os anos 1990 e 2000 são períodos de acirramento da concorrência capitalista na América do Sul e lançamento de medidas locais de integração regional promovidas pelo Brasil para assegurar mercado e garantir uma inserção competitiva no capitalismo global⁶⁹. Todavia, a corrida pela integração regional faz parte da nova etapa do capitalismo global. No caso das Américas, na década de 1990, a globalização motiva a formação do *North American Free Trade Agreement* – NAFTA, cujos membros são EUA, México e Canadá, e do MERCOSUL, formado pelo Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

⁶⁹ O Brasil, durante o governo Sarney, lança em 1985 iniciativas importantes de integração na América do Sul, visto pela *Declaração de Iguaçu*, acordo de integração comercial entre Argentina e Brasil. Esse acordo é o início de um programa mais amplo que dá origem ao MERCOSUL. Posteriormente, é criado o Programa de Integração e Cooperação Econômica, em 1986, com o objetivo de aprofundar as relações bilaterais e criar uma área de livre comércio. Finalmente, em 1988, é assinado entre os dois países o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.

Desse modo, a política de integração econômica nas Américas promovida pelos Estados Unidos tem como objetivo enfrentar a concorrência europeia e asiática. No caso do Brasil, a formação de um bloco econômico sul-americano é vital para fortalecer o país nas negociações comerciais com as nações imperialistas. O objetivo brasileiro visa mais aos interesses de uma burguesia preocupada em manter seu espaço junto ao capitalismo global, ao invés de formar uma integração econômica sul-americana benéfica ao desenvolvimento da região. O poder de barganha que um bloco econômico na América de Sul fornece à economia brasileira é um mecanismo essencial para a manutenção do subimperialismo.

O ponto inicial para a formação de um bloco econômico na América do Sul liderado pelo Brasil é o *Tratado de Assunção*, assinado em 1991 entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e, posteriormente, o Protocolo de Ouro Preto, assinado em 1994, institucionalizando o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL⁷⁰. A importância do *Tratado de Assunção* para a economia brasileira se reflete ainda em 1991 com o *Acordo 4+1*. Conforme Desiderá Neto et al. (2015, p.16), esse acordo “estabelecia uma nova forma de negociação dos Estados Unidos com os países do MERCOSUL, evitando negociações bilaterais dos membros do bloco com a superpotência”, contrariando os objetivos estadunidenses e limitando as negociações da ALCA. À vista disso, é notória a importância do bloco sul-americano para contrabalançar o poder do imperialismo norte-americano na região. Assim, para Desiderá Neto et al. (2015, p. 23), o *Tratado de Assunção* seguido do *Protocolo de Ouro Preto* compõem a reação brasileira frente aos Estados Unidos:

[...] principalmente, diante dos anúncios de que o Chile seria o próximo país a integrar o NAFTA e que esse processo poderia ser expandido para a Argentina. A ideia, portanto, era estancar o aumento da influência econômico-comercial americana em favor de um processo que estivesse nucleado no MERCOSUL, mas que pudesse alcançar também os demais países sul-americanos. Se “perder” o Chile como membro pleno do bloco era suportável, o mesmo não poderia ser afirmado em relação à Argentina, pois o estabelecimento de um acordo de livre comércio deste país com os Estados Unidos resultaria na inviabilidade da formação da união aduaneira no Cone Sul, o

⁷⁰ De acordo com Fiori (2014a, n.p.): “[...] o novo projeto do Brasil e da Argentina, de construção de uma *zona de co-prosperidade* e de um bloco de poder sul-americano, é, de fato, uma revolução na história do Cone Sul. Mas trata-se de uma estratégia que só poderá ter sucesso no longo prazo e que enfrentará uma oposição externa e interna, ferrenha e permanente, dos EUA e dos partidários locais do *cosmopolitismo de mercado*. Nesse ponto não há como enganar-se: todo e qualquer sucesso dessa nova aliança e dessa nova política do Brasil e da Argentina será sempre considerado como uma *linha vermelha*, para os interesses dos EUA e de sua rede de apoio dentro do continente, defensora da submissão estratégica e econômica da América do Sul à política internacional dos Estados Unidos”.

isolamento do Brasil na região e o comprometimento da estratégia de inserção internacional que estava sendo construída.

Em 13 de março de 1997, o jornal *Folha de S. Paulo* publica uma reportagem sobre as pretensões norte-americanas na região e destaca: “*O governo norte-americano pretende demolir o MERCOSUL*”. A reportagem de Clóvis Rossi se refere ao encontro promovido pela Fundação Jimmy Carter com Al Gore (vice-presidente dos EUA) e Newt Gingrich (presidente da Câmara dos Deputados dos EUA) preparando as estratégias para pressionar o Chile e Argentina para aderirem ao NAFTA⁷¹. Nesse caso, a perspectiva de sucesso estadunidense se reduz e elimina a possibilidade de liderança do Brasil na política de integração regional na América do Sul, principalmente no tocante a proteção de um mercado que atenda aos interesses da classe burguesa brasileira.

O MERCOSUL, além dos quatro membros fundadores, adiciona, em 2012, a Venezuela⁷² como quinto membro do bloco e a Bolívia, em 2015, inicia um processo de adesão ao bloco. Além desses países, o MERCOSUL mantém como Estados associados Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname. Com isso, desdobra-se a possibilidade de ampliação do MERCOSUL, fortalecendo a posição do Brasil na região. Nesse sentido, para Pinto e Guimarães (2005), qualquer ampliação do MERCOSUL limita as possibilidades de sucesso da Alca. Para as autoras, “o Brasil não necessita da Alca”, essa afirmação decorre da robustez da economia brasileira em comparação com os demais países latino-americanos. Ademais, o Brasil oferta uma gama de produtos que continua a ter como destino certo os Estados Unidos. Porém, na estratégia de negociação do Brasil, é mais vantajoso a negociação entre blocos do que bilateralmente.

A integração regional na América do Sul alcança uma nova etapa nos anos 2000 com a primeira reunião de presidentes do continente realizado em Brasília. Participam da reunião Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. De acordo com Costa e Gonzalez (2015, p. 21):

O objetivo da reunião foi aprofundar consensos em torno da necessidade de se construir uma agenda comum de oportunidades e desafios específicos, de modo a melhor preparar a região em sua inserção na economia mundial, em um contexto de globalização econômica. Em termos de comércio, a meta era formação de um espaço econômico ampliado na região, baseado na progressiva liberalização do

⁷¹ Para Fiori (2014b, n.p.), o objetivo estratégico dos EUA “[...] foi sempre impedir que surgisse um polo alternativo de poder no Cone Sul do continente, capaz de questionar sua hegemonia hemisférica. Com relação a estes países, os EUA sempre utilizaram a mesma linguagem, com duas tônicas complementar: a dos acordos militares bilaterais e a das zonas de livre comércio”

⁷² A Venezuela é suspensa do bloco em razão da violação do artigo 5º do *Tratado de Ushuaia* que se refere à manutenção das instituições democráticas.

intercâmbio de mercadorias e serviços, na facilitação de investimentos e na criação da infraestrutura necessária para alcançar este objetivo.

O resultado obtido da reunião é o lançamento da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, sendo a primeira medida conjunta dos países sul-americanos em estabelecer uma integração física⁷³. O Comunicado de Brasília, documento emitido pelo encontro, ressalta os pontos necessários que devem entrar na agenda de prioridades dos países sul-americanos. De acordo com o documento, a união dos países da América do Sul é essencial para determinar a inserção internacional frente a intensa globalização e aos desafios impostos pelas assimetrias entre as nações capitalistas. A preocupação se concentra em unir os países da região para negociar uma área de livre comércio com os EUA, além de levar adiante a negociação com a União Europeia e se posicionar diante da OMC de forma coordenada. Assim, em uma perspectiva de *regionalismo aberto*, objetivo da proposta dos presidentes sul-americanos, converge-se para o fortalecimento da posição da América do Sul no comércio mundial (COSIPLAN, 2000).

Nesse ponto, Desiderá Neto et al. (2015) expõe sua crítica à concepção de *regionalismo aberto* adotado na IIRSA. Para o autor, esta concepção é incapaz de ir além de uma integração comercial ao mercado mundial, distanciando-se das necessidades reais de formação de uma rede de infraestrutura que atenda às necessidades de integração da região.

Todavia, a possibilidade de uma integração mais profunda do Brasil com os demais países sul-americanos, além MERCOSUL, inaugura um novo momento da posição do país na região. Mais do que mercado para o Brasil exportar sua produção industrial, o país avança para abrir espaço para exportação de capital e alavancagem de investimentos das multinacionais brasileiras e estrangeiras sediadas no país em direção ao restante da América do Sul. Essa posição ocupada pelo Brasil é essencial para o país manter sua posição subimperialista. A liderança do Brasil na América do Sul e sua posição privilegiada para a realização de investimentos nos demais países são fatores preponderantes para a atração do investimento direto estrangeiro. Desse modo, Desiderá

⁷³ Conforme Costa e Gonzalez (2015, p. 25): “O plano de ação foi concebido levando em conta dois componentes principais: i) os mecanismos de implementação e acompanhamento, nos quais se detalha uma estrutura institucional e operacional que define as formas de trabalho, metas, cronogramas e um esquema de alocação de responsabilidades entre instituição e países; ii) as ações básicas nas quais se enumera uma série de ações estratégicas, entre elas o enfoque em eixos de integração e desenvolvimento e PSI's como meio de se identificarem os requerimentos físicos, normativos e institucionais para o desenvolvimento da infraestrutura física da região”.

Neto et al. (2015) e Mariano, Romero e Ribeiro (2015) consideram como ponto primordial a mudança de posicionamento do Brasil na região, possibilitando ao país a construção de uma base econômica mais sólida na América do Sul. A possibilidade de os EUA obterem sucesso com as negociações da ALCA na região impulsiona o Brasil a criar uma política mais ostensiva na região. Essa mudança de posição se explica com a utilização do BNDES como indutor e financiador de diversos investimento públicos e privados na região.

O documento emitido pelo encontro de presidentes sul-americanos é a pedra angular para a região estabelecer um intercambio mais virtuoso de bens e investimentos entre as nações. Ademais, o Comunicado de Brasília estabelece como prioridade o investimento em infraestrutura para viabilizar a integração física da região nos setores de energia, transporte e comunicação. O financiamento dos projetos de infraestrutura fia a cargo do setor público, privado e dos organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, a Corporação Andina de Fomento – CAF, o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FonPlata e o Banco Mundial (COSIPLAN, 2000).

O Comunicado de Brasília abre a discussão da criação de uma área de livre comércio entre a Comunidade Andina de Nações – CAN e o MERCOSUL, que avançam para a criação da Comunidade das Nações Sul-Americanas – CASA e, posteriormente, a União das Nações Sul-Americanas – UNASUL, englobando a totalidade dos países da região. Em relação à essa iniciativa, de amplo interesse do governo brasileiro, o chanceler Celso Amorim (2003-2011), em entrevista à Maria Helena Tachinardi, do jornal *Gazeta Mercantil*, declara que:

Com os outros países latino-americanos em desenvolvimento não precisamos da ALCA para negociar. Podemos fazer coisas maiores, independentemente da ALCA. Por exemplo, um acordo entre a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o MERCOSUL. Se podemos negociar com a África do Sul, podemos negociar com o Caribe, com a América Central. Nada disso se contrapõe à ALCA. É um certo modelo de ALCA que temos que acertar. Nós podemos ir mais fundo, com compromissos de financiamento e de integração física, com países do mesmo nível de desenvolvimento, aproximadamente, do que podemos ir com os EUA. Com os EUA, Canadá e União Europeia a relação é de outro tipo. [...]. No início da década de 1990, a palavra de ordem era liberalização unilateral, e nesse contexto qualquer coisa que se obtém em troca é lucro. Agora, temos que ver efetivamente o que negociar. Não vejo que necessariamente (o NAFTA ou o acordo EUA-Chile) seja uma grande vantagem para países do porte do Brasil. Se você aceitar uma certa lei de propriedade intelectual como eu entendo que foi colocada para o Chile o Brasil não poderia ter a política de saúde que

tem hoje. [...]. Eles querem impor aos países em desenvolvimento, no âmbito regional, o que não conseguem fazer na OMC.

As palavras do ministro de relações exteriores demonstram a importância da integração da região sob a liderança do Brasil nas negociações da ALCA, ou seja, as negociações com o imperialismo estadunidense. Contudo, o desejo por um acordo comercial mais inclusivo para a América do Sul já se encontra presente durante a primeira reunião de presidentes do subcontinente. No Comunicado de Brasília (COSIPLAN, 2000, p. 7), afirma-se que:

Los Presidentes de América del Sur enfatizaron que las negociaciones del ALCA, para lograr resultados comprensivos y equilibrados, que satisfagan los intereses de todos los países involucrados, deberán tener en consideración las diferencias en los niveles de desarrollo y en el tamaño de las economías de los actores involucrados. El proyecto hemisférico debe ser un instrumento efectivo para el desarrollo sostenible y equitativo del conjunto de las Américas.

O objetivo é manter um crescimento sustentável e reduzir as assimetrias das economias sul-americanas. Para o Brasil, trata-se evitar os acordos bilaterais que prejudicam as exportações brasileiras de setores da indústria nacional e que precisam do mercado regional. Mas, uma questão essencial é que um acordo de abertura irrestrita com os Estados Unidos minaria o interesses brasileiro de ser um centro aglutinador dos investimentos estrangeiros na região, além de expor as multinacionais brasileiras à concorrência com o capital imperialista nos mercados mais atrasados.

O interesse do Brasil em liderar as iniciativas de integração regional como a UNASUL e o MERCOSUL não tem como único viés o enfrentamento do imperialismo estadunidense, mas se objetiva a afirmar sua hegemonia regional e contrabalançar os demais países sul-americanos que almejam maior protagonismo, como a Argentina ou a Venezuela, que durante o governo de Hugo Chávez lidera na América do Sul e Caribe a Aliança Bolivariana para o Povos da Nossa América – ALBA, uma iniciativa com amplo apoio do governo boliviano e cubano. A ALBA antagoniza com as propostas de integração baseadas no regionalismo aberto presentes na UNASUL, CAN e MERCOSUL. A aliança bolivariana é um mecanismo contra hegemônico e busca a convergência da América Latina em torno da revolução social e política contra o neoliberalismo. Porém, a ALBA e a UNASUL se diferenciam dos demais blocos da região por envolverem aspectos mais políticos e buscarem um maior aprofundamento das relações diplomáticas e de segurança para o subcontinente. Desse modo, embora ambas

tenham viés ideológico distintos, preocupam-se mais com a união dos povos latino-americanos ao invés de buscarem, tão somente, vantagens comerciais.

Entretanto, dentro do ambiente de disputas hegemônicas na América do Sul, outro bloco se levanta diretamente contrário ao papel do Brasil como líder regional. A Aliança do Pacífico constituída por Chile, Colômbia, México e Peru tem o apoio explícito dos Estados Unidos para contrabalançar a influência do Brasil e do MERCOSUL no continente. Conforme Fiori (2013, n.p.), “[...] essa *cisma do Pacífico* tem mais importância ideológica do que econômica, dentro da América do Sul”. Além do mais, o autor chama atenção para que qualquer tentativa que inclua o Brasil nesse ideário do Pacífico implicaria na “opção pela condição de *periferia de luxo*”.

A Aliança do Pacífico é uma proposta de integração regional orientada pelo pensamento neoliberal e fortemente influenciada pelos Estados Unidos. O bloco se resume ao livre comércio e, dessa forma, não há nenhuma vertente de defesa da América Latina e Caribe. Como exposto por Fiori (2014b; 2014c) e Padula (2013), essa ação norte-americana sobre a América do Sul segue a linha defendida por Nicholas Spykman em que a supremacia dos Estados Unidos nas américas deve ser incontestável e irrevogável. Contudo, todos os países membros da Aliança do Pacífico já possuem acordos de livre comércio com os EUA⁷⁴. Além do mais, três desses países – Colômbia, Chile e Peru – possuem ou já possuíram algum tipo de presença militar estadunidense em seus territórios.

A presença militar estadunidense na América do Sul se concentra no Plano Colômbia, concebido em 1999 e renomeado como *Paz Colômbia* em 2016, com o objetivo de “estabilizar a região” e combater o narcotráfico. De acordo com o relatório realizado pelo Congresso Americano – *Plan Colombia: A Progress Report* –, o Plano Colômbia é contemplado pela Iniciativa Andina de Combate às Drogas (Andean Counterdrug Initiative – ACI), pelo Financiamento Militar Estrangeiro (Foreign Military Financing – FMF) e pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Assim, considerando o período de 2000 a 2005, os EUA repassam para a Colômbia através do ACI US\$ 2,8 bilhões, somando os recursos do FMF e do Departamento de Defesa o valor

⁷⁴ Como ressaltado por Padula (2013, p. 34): “Nas negociações bilaterais, os EUA exercem um poder de barganha mais direto e assimétrico, alcançando maiores vantagens que em negociações multilaterais – como acesso a compras governamentais, investimentos e serviços financeiros, direitos de propriedade intelectual e mesmo acordos militares. A partir de uma teia de acordos bilaterais, os EUA buscam liderar um bloco econômico liberal na América do Sul, contraposto ao MERCOSUL e minando a UNASUL – projetos brasileiros na região –, e conter a influência do Brasil e o avanço da China”.

alcança US\$ 4,5 bilhões (Veillette, 2005). Porém, quando considerado o período de 2000 a 2015, a soma de recursos do governo americano destinados ao Plano Colômbia atinge US\$ 10 bilhões, sendo que em 2016 o presidente Barack Obama concede para o ano de 2017 um novo aporte de recursos de US\$ 450 milhões (Rampton, 2016). Padula (2013) destaca a presença da força militar estadunidense em todo o Atlântico Sul com a reativação da IV Frota em um cinturão de ilhas britânicas que se estendem das ilhas meso-oceânicas (Tristão da Cunha, Ascensão e Santa Helena) às ilhas peri-antárticas (Shetlands, Geórgia, Sandwich do Sul, Orcadas do Sul e as Falklands).

Posto isso, Padula (2013, p. 40) ainda destaca que:

[...] a Aliança do Pacífico é um instrumento da disputa expansiva por influência política e econômica de grandes potências e de suas grandes corporações transnacionais na região, possibilitando assim maior influência de potências externas, e maior fraqueza política e vulnerabilidade aos países da região. Seu peso em termos econômicos [...] não desafia o Brasil ou o MERCOSUL, mas a simbologia e as repercussões geopolíticas de tal acordo tendem a fraturar a região e suas possibilidades de inserção autônoma.

O MERCOSUL e a UNASUL, que nascem da liderança brasileira na região e do seu aspecto subimperialista, têm que lidar com novos desafios. Primeiro, a reestruturação da sua própria economia que se integra ao mercado asiático como grande produtora de *commodities*. Segundo, a disputa dentro da América do Sul, que se faz mais necessária do que nunca, não apenas com os Estados Unidos e Europa, mas com um novo protagonista do capitalismo mundial, a República Popular da China, que tem à espelho do imperialismo tradicional visto a América Latina como uma grande reserva de recursos naturais para o seu desenvolvimento.

As relações econômicas e políticas dos países da América do Sul com a China têm sido comumente abordadas como uma alternativa da região ao imperialismo estadunidense. Entretanto, os elos da dependência permanecem e se agudizam ainda mais. Para a diplomacia chinesa, as relações com a América do Sul se configuram como *win-win*, como Ferchen (2011, p. 123) ressalta:

A dependência implica um senso de desigualdade e uma falta de sustentabilidade: a América Latina está ainda em velhos hábitos de dependência excessiva de exportação de produtos primários enquanto a China move-se para a progressão do desenvolvimento industrial e manufatureiro.

Os países sul-americanos que mantêm estreita relação econômica com a China têm optado pela especialização e se distanciado das políticas de desenvolvimento. É nesse

espaço que a discussão se divide, como apresentado por Ferchen (2011), entre os que defendem a complementaridade e a dependência. Mas há duas considerações que precisam ser levantadas acerca da relação China-América Latina. Primeiro, consiste na amplitude das inter-relações chinesas com as nações latino-americanas. De acordo com Ferchen (2011) e Jenkins (2015), as transações da China com a região se concentram basicamente entre Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, Peru e Uruguai. Segundo, as aquisições e investimentos chineses consistem em petróleo, minérios e soja. No tocante ao Brasil, essa é uma questão presente no governo, acerca da qualidade das relações sino-brasileiras.

Desse modo, durante o seminário “Brasil-China: uma parceria de sucesso”, realizado em Xangai no ano de 2004, o presidente do Brasil enfatiza a necessidade de elevar as relações entre as duas nações para um patamar mais qualitativo, que beneficie o desenvolvimento mútuo. Assim, de acordo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2004, p. 6):

Somos dois grandes países em desenvolvimento que procuram integrar-se nas correntes internacionais de comércio e investimento sem abrir mão da autonomia de nossos processos decisórios [...]. O Brasil não quer continuar sendo um mero exportador de soja e minério de ferro. Nós chegaremos a atingir a perfeição na relação comercial com a China quando estivermos exportando e importando conhecimento, quando estivermos exportando e importando tecnologia de ponta, quando estivermos ajudando, numa atuação conjunta, a mudar as regras na Organização Mundial do Comércio.

Destarte, dentro desse contexto de acirramento da concorrência capitalista entre nações imperialistas e uma potência emergente como a China, o Brasil busca redesenhar sua posição na América do Sul através do MERCOSUL e UNASUL. No marco estabelecido pela UNASUL, os interesses do Brasil se estruturam em duas bases: primeiro, pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento – COSIPLAN, segundo, pelo Conselho de Defesa Sul-Americano – CDS.

No MERCOSUL, o Fundo para Convergência Estrutural – FOCEM tem se tornado um mecanismo fundamental para aprofundar a integração e garantir os níveis de investimento além da simples conjunção comercial dos países membros. O protagonismo do Brasil nessas iniciativas decorre do montante de recursos que o país disponibiliza, além dos seus mecanismos internos como os bancos públicos, estatais e multinacionais que garantem investimento nos países da região.

3.1.2 O comércio exterior do Brasil: o fluxo das trocas desiguais no capitalismo dependente

A dinâmica do comércio exterior é central para a compreensão do alcance da categoria subimperialismo. Analisar a composição da pauta de exportação e importação do Brasil com seus principais parceiros comerciais e com os países sul-americanos nos anos recentes nos permite assimilar as mudanças pelas quais passou a economia brasileira ao longo dos anos, principalmente, após a perda do dinamismo industrial que contemplou a análise de Marini.

Com base nos dados de exportações e importações brasileiras, pode-se observar a dinâmica do comércio exterior com as demais nações. Como diversos autores têm levantado em estudos nos últimos anos, o Brasil passa por uma mudança em suas relações internacionais que, historicamente, apresenta a predominância dos Estados Unidos e da Europa como principais mercados consumidores dos produtos brasileiros. De acordo com os dados da tabela 1, em 1997 o Brasil apresenta um declínio na balança comercial revelando um déficit acima dos US\$ 6 bilhões, esse resultado é influenciado em grande medida pelo déficit comercial do Brasil com os Estados Unidos, que alcança a cifra superior a US\$ 4 bilhões. Entretanto, nas relações comerciais do Brasil com países latino-americanos, a balança comercial apresenta superávit de aproximadamente US\$ 971 milhões com os países da América do Sul e de aproximadamente US\$ 865 milhões com países da América Central e Caribe.

Tabela 1 - Saldo comercial do Brasil – US\$ (FOB)

Países/Regiões	1997	2002	2007	2012	2017
EUROPA	-1.143.947.382,00	2.600.374.917,00	15.126.076.979,00	687.938.613,00	3.239.996.184,00
UNIAO EUROPEIA - UE	-1.062.145.151,00	2.169.450.764,00	13.860.735.148,00	1.376.881.122,00	2.826.546.085,00
RUSSIA	433.791.521,00	823.850.852,00	2.015.267.725,00	349.568.329,00	91.648.455,00
OUTROS	-515.593.752,00	-392.926.699,00	-749.925.894,00	-1.038.510.838,00	321.801.644,00
AMERICA DO SUL	971.031.406,00	-180.734.898,00	13.270.499.081,00	9.419.827.357,00	15.029.362.416,00
MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL	-353.957.274,00	-2.301.721.087,00	5.722.128.020,00	3.548.510.010,00	10.720.819.996,00
OUTROS	8.248.491,00	977.585.280,00	5.197.102.516,00	4.469.932.235,00	1.689.312.787,00
COMUNIDADE ANDINA DAS NACOES - CAN	1.316.740.189,00	1.143.400.909,00	2.351.268.545,00	1.401.385.112,00	2.619.229.633,00
AMERICA DO NORTE	-5.567.181.804,00	6.874.922.511,00	9.299.167.560,00	-7.907.327.569,00	3.260.494.478,00
ESTADOS UNIDOS	-4.392.841.820,00	5.071.503.244,00	6.359.513.275,00	-5.836.340.555,00	2.026.033.582,00
MEXICO	-343.785.736,00	1.760.931.215,00	2.280.732.477,00	-2.072.462.934,00	276.052.019,00
CANADA	-830.554.248,00	42.488.052,00	658.921.808,00	1.475.920,00	958.408.877,00
ASIA (EXCLUSIVE ORIENTE MEDIO)	-1.343.194.324,00	791.001.946,00	-5.664.821.944,00	6.777.066.119,00	29.086.009.724,00
JAPAO	-458.655.635,00	-249.076.247,00	-286.773.861,00	219.886.560,00	1.500.659.218,00
CHINA, HONG KONG E MACAU	-15.048.903,00	1.197.570.728,00	-1.091.523.521,00	8.565.649.509,00	22.269.801.805,00
ASSOCIACAO DE NACOES DO SUDESTE ASIATICO - ASEAN	51.175.728,00	138.549.192,00	-499.216.433,00	1.863.533.504,00	3.644.311.423,00

OUTROS	-303.043.641,00	-76.860.733,00	1.272.551.843,00	733.629.749,00	3.834.186.194,00
COREIA DO SUL	-617.621.873,00	-219.180.994,00	-1.336.350.806,00	-4.605.633.203,00	-2.162.948.916,00
AFRICA	-474.989.585,00	-315.807.627,00	-2.758.043.002,00	-2.119.292.969,00	3.861.351.957,00
ORIENTE MEDIO	-482.237.200,00	899.849.988,00	3.189.786.249,00	4.110.797.444,00	7.707.244.388,00
AMERICA CENTRAL E CARIBE	865.439.566,00	1.567.370.751,00	4.912.009.647,00	4.201.511.986,00	3.558.408.347,00
PAIS NAO DECLARADO/SEM INFORMACAO DE PAIS	681.072.513,00	868.910.318,00	2.774.260.373,00	4.502.659.754,00	2.105.919.840,00
OCEANIA	-43.337.936,00	44.437.585,00	-102.435.161,00	-762.587.485,00	-859.063.289,00
outros países		0,00	0,00	-7.083,00	0,00
Total Geral	-6.537.344.746,00	13.150.325.491,00	40.046.499.782,00	18.910.586.167,00	66.989.724.045,00

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Elaboração própria

Essa estrutura do comércio exterior trespasa para um novo equilíbrio, no qual a China é o maior mercado consumidor dos produtos brasileiros. Em 2012, a balança comercial brasileira apresenta superávit superior US\$ 18 bilhões, impulsionado pelo comércio do país com a China, responsável por US\$ 8 bilhões em superávit, enquanto as relações comerciais do Brasil com os Estados Unidos continuam apresentando déficit. O Brasil, que até o ano de 2002 apresenta déficit na balança comercial com o Mercosul, muda a trajetória e, em 2007, demonstra uma mudança significativa, com superávit comercial superior a US\$ 5 bilhões, alcançando em 2017 cerca de US\$ 10 bilhões.

O crescimento da China como parceiro comercial estratégico do Brasil ocorre quando a nação asiática redireciona as bases de sua economia. A China, ao longo da década de 1990 e, mais fortemente, nos anos 2000, especializa-se na produção de bens de capital e nos setores intensivos em tecnologia. Essa nova orientação da economia chinesa provoca um aumento exponencial na demanda por recursos naturais, escassos no território chinês. Desse modo, a presença da demanda chinesa por recursos naturais e seu fortalecimento no sistema capitalista global alteram significativamente as relações centro-periferia.

A tabela 2 retrata os produtos exportados pelo Brasil ao longo dos últimos anos. Nesses dados, observa-se que a economia brasileira se direciona, regressivamente, para uma especialização em torno da produção de bens primários, principalmente da agricultura e pecuária. Em 1997, a exportação de produtos básicos corresponde a 19% do total exportado, porém, em 2012 e 2017 somam 39% e 38% da pauta de exportação brasileira. Enquanto a comercialização de bens primários se expande, principalmente da agricultura e pecuária, setores de maior valor agregado, notadamente do setor industrial, têm perdido espaço na pauta de exportação do país.

De acordo com os dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, todos os setores industriais perdem espaço nas exportações brasileiras. Considerando os

produtos da indústria de transformação de baixa tecnologia, a redução é significativa. Em 1997, 35% das exportações brasileiras são de produtos alimentícios, calçados, fumo, celulose, couro e têxteis. Porém, no decorrer dos anos 2000, esses setores da indústria de transformação perdem espaço na pauta de exportações, alcançando em 2012 26% e 27% em 2017.

Tabela 2 – Exportações brasileiras – Grupo de produtos – US\$ (FOB)

	1997	%	2002	%	2007	%	2012	%	2017	%
Produtos n.c.i.t	9.825.713.046	19	11.564.873.373	19	38.965.289.238	24	94.270.425.542	39	81.897.958.337	38
Agricultura e pecuária	5.665.500.023	11	5.145.393.572	9	14.061.647.653	9	33.497.964.631	14	38.561.517.837	18
Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	1.319.107	0	195.142	0	1.250.236	0	776.173	0	1.167.917	0
Desperdícios	17.891.200	0	44.724.498	0	163.330.363	0	540.498.419	0	461.523.464	0
Eletricidade e gás	1.693	0	541	0	184.085	0	410.028.622	0	12.098.456	0
Extração de carvão mineral	214.580	0	279.785	0	432.853	0	92.364	0	134.577	0
Extração de minerais metálicos	3.029.447.740	6	3.190.782.892	5	12.009.367.212	7	33.244.044.689	14	22.390.584.657	10
Extração de minerais não-metálicos	192.934.610	0	337.851.000	1	700.662.012	0	803.971.558	0	762.563.972	0
Extração de petróleo e gás natural	5.893.572	0	1.691.379.489	3	8.905.067.511	6	20.426.473.938	8	16.671.843.904	8
Não alocados	807.842.693	2	1.045.656.897	2	3.004.110.507	2	5.249.593.617	2	2.857.807.423	1
Pesca e aquicultura	16.543.723	0	38.813.420	0	32.698.185	0	21.352.421	0	40.948.788	0
Produção florestal	51.007.125	0	33.650.168	0	12.598.392	0	25.782.414	0	80.379.398	0
Produtos de atividades cinematográficas, de produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música	6.056.998	0	6.894.733	0	1.042.441	0	258.291	0	352.463	0
Produtos de edição e edição integrada à impressão	31.059.982	0	29.251.236	0	72.897.788	0	49.588.405	0	57.035.481	0
Produtos da indústria de transformação de média-baixa tecnologia	9.134.530.281	17	9.933.173.951	16	29.265.934.337	18	34.383.544.590	14	27.793.165.190	13
Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	355.471.976	1	1.407.942.043	2	5.813.688.163	4	7.770.001.537	3	2.816.135.441	1
Embarcações navais	192.825.480	0	9.338.941	0	723.875.551	0	1.548.825.865	1	932.483.863	0
Metalurgia	6.111.676.904	12	5.822.861.736	10	15.870.713.191	10	16.661.821.450	7	16.234.572.986	7
Produtos de borracha e de material plástico	915.128.284	2	921.336.170	2	2.564.412.541	2	3.115.264.783	1	2.645.271.438	1
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	799.960.823	2	842.506.037	1	2.028.157.675	1	3.480.760.649	1	3.213.833.030	1
Produtos minerais não-metálicos	759.466.814	1	929.189.024	2	2.265.087.216	1	1.806.870.306	1	1.950.868.432	1
Produtos da indústria de transformação de média-alta tecnologia	13.340.116.701	25	13.044.944.190	22	37.891.618.081	24	42.666.163.852	18	40.329.186.016	19
Máquinas e equipamentos n.c.o.i	3.150.351.835	6	2.789.197.471	5	8.912.987.258	6	10.849.738.464	4	9.102.014.336	4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.027.994.447	2	1.045.387.925	2	3.532.434.490	2	3.539.784.984	1	2.510.937.656	1
Produtos químicos	3.521.929.408	7	3.461.975.037	6	9.720.680.568	6	13.029.719.315	5	12.250.492.939	6
Veículos automotores, reboques e carrocerias	5.582.283.078	11	5.617.507.106	9	15.146.988.851	9	14.928.124.069	6	16.154.203.052	7
Veículos ferroviários e equipamentos de transporte n.c.o.i	57.557.933	0	130.876.651	0	578.526.914	0	318.797.020	0	311.538.033	0
Veículos militares de combate		0		0		0		0		0
Produtos da indústria de transformação de baixa tecnologia	18.294.391.197	35	20.124.721.415	33	44.817.274.194	28	61.858.818.162	26	57.776.096.805	27
Outras manufaturas n.c.o.i	349.306.227	1	369.344.514	1	786.776.591	0	893.729.184	0	774.711.998	0
Artigos do vestuário e acessórios	209.537.733	0	220.449.125	0	280.995.049	0	161.886.890	0	145.138.169	0
Bebidas	201.261.539	0	91.904.858	0	183.305.112	0	214.908.879	0	246.588.107	0
Celulose, papel e produtos de papel	1.991.039.821	4	2.054.368.484	3	4.729.566.758	3	6.716.955.484	3	8.303.304.139	4
Couros, artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	2.365.973.783	4	2.565.386.501	4	4.361.200.565	3	3.433.199.950	1	3.256.282.892	1

Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0	0	0	0	29.761	0
Impressão e reprodução de gravações	11.168.831	0	5.919.094	0	16.579.919	0
Madeira e seus produtos	1.181.866.819	2	1.738.116.237	3	3.327.365.167	2
Móveis	363.979.586	1	532.509.915	1	974.537.092	1
Produtos alimentícios	9.082.450.276	17	10.809.875.215	18	26.555.079.052	17
Produtos do fumo	1.575.287.347	3	972.659.996	2	2.217.678.025	1
Produtos têxteis	962.519.235	2	764.187.476	1	1.384.190.864	1
Produtos da indústria de transformação de alta tecnologia	2.352.744.307	4	5.622.778.200	9	9.581.766.905	6
Aeronaves	881.378.190	2	2.820.100.607	5	5.203.189.924	3
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	1.262.020.486	2	2.526.064.956	4	3.592.222.740	2
Produtos farmacêuticos e farmacêuticos	209.345.631	0	276.612.637	0	786.354.241	0
Total geral	52.947.495.532	100	60.290.491.129	100	160.521.882.755	100

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Elaboração própria

A perda do dinamismo da indústria de transformação nas exportações brasileiras é consequência da abertura comercial que provoca um desmonte do parque industrial nacional, aliado a ausência de políticas industriais que estimulem ganhos de produtividade. Em contrapartida, as importações brasileiras, conforme exposto na tabela 3, trazem uma característica dolorosa para as economias de capitalismo dependente e refletem as trocas desiguais entre estas economias e os países desenvolvidos.

A pauta das importações brasileiras na última década nos mostra o grau de dependência da economia brasileira, principalmente em setores mais intensivos em tecnologia. Conforme o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, em 1997 43% das importações brasileiras se constituem de produtos de média-alta tecnologia, nível que continua ao longo da década. Esse resultado demonstra a incapacidade da economia brasileira em alavancar a competitividade e investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Outro setor com destaque nas importações brasileiras é o da indústria de transformação de alta tecnologia, em decorrência dos produtos de informática, eletrônico e ópticos, que entre 1997 e 2017 se mantém ao nível de 19% do total das importações brasileiras.

Tabela 3 – Importações brasileiras – Grupos de produtos – US\$ (FOB)

	1997	%	2002	%	2007	%	2012	%	2017	%
Produtos n.e.i.t	7.609.379.014	13	6.707.601.195	14	20.802.680.901	17	28.861.835.934	13	14.450.993.104	10
Agricultura e pecuária	2.808.699.738	5	1.733.291.501	4	3.023.849.107	3	4.524.588.530	2	3.575.968.035	2
Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	329.988	0	1.177.078	0	3.268.006	0	10.351.316	0	6.082.455	0
Desperdícios	12.949.927	0	25.419.662	0	265.577.595	0	328.554.971	0	156.087.676	0
Eleticidade e gás	19.467	0	227.003	0	33.302.601	0	45.867.344	0	141.973.202	0

Extração de carvão mineral	607.917.662	1	632.667.446	1	1.525.781.109	1	3.006.633.459	1	3.394.026.579	2
Extração de minerais metálicos	371.755.477	1	277.349.778	1	1.562.209.099	1	938.001.894	0	1.189.239.586	1
Extração de minerais não-metálicos	178.104.711	0	155.894.538	0	399.181.941	0	889.932.411	0	567.342.498	0
Extração de petróleo e gás natural	3.142.846.323	5	3.613.783.036	8	13.573.849.355	11	18.379.179.852	8	4.681.181.496	3
Não alocados	11.245.258	0	11.035.274	0	16.746.357	0	40.465.298	0	15.365.242	0
Pesca e aquicultura	36.372.509	0	23.421.872	0	80.744.995	0	240.537.713	0	524.049.588	0
Produção florestal	6.860.525	0	6.080.833	0	9.406.383	0	14.546.080	0	9.933.111	0
Produtos de atividades cinematográficas, de produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música	26.564.901	0	8.097.744	0	2.845.661	0	1.173.042	0	771.056	0
Produtos de edição e edição integrada à impressão	405.712.528	1	219.155.430	0	305.918.692	0	442.004.024	0	188.972.580	0
Produtos da indústria de transformação de média-baixa tecnologia	8.226.897.028	14	6.788.175.416	14	19.701.050.338	16	42.287.764.864	19	29.248.353.252	19
Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	3.176.119.092	5	2.711.087.216	6	7.169.212.285	6	19.039.994.734	9	14.163.641.117	9
Embarcações navais	32.255.795	0	56.255.909	0	48.171.662	0	272.436.745	0	179.691.172	0
Metalurgia	1.852.833.968	3	1.419.442.267	3	6.070.858.057	5	9.550.327.472	4	5.725.445.018	4
Produtos de borracha e de material plástico	1.340.037.941	2	1.216.016.904	3	2.882.225.377	2	6.092.518.523	3	4.569.923.133	3
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1.270.995.647	2	1.020.216.567	2	2.661.616.691	2	5.047.149.506	2	3.358.701.271	2
Produtos minerais não-metálicos	554.654.585	1	365.156.553	1	868.966.266	1	2.285.337.884	1	1.250.951.541	1
Produtos da indústria de transformação de média-alta tecnologia	25.657.165.049	43	20.266.982.863	43	47.202.041.991	39	94.679.618.125	42	62.690.032.631	42
Máquinas e equipamentos n.c.o.i	8.003.850.712	13	5.588.112.456	12	12.753.535.170	11	25.671.224.715	11	12.531.075.052	8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.848.652.951	5	3.044.804.582	6	4.572.134.156	4	9.536.981.214	4	6.764.669.341	4
Produtos químicos	8.136.018.666	14	8.066.794.532	17	19.624.154.210	16	34.847.787.779	16	29.483.923.640	20
Veículos automotores, reboques e carrocerias	6.383.911.451	11	3.354.625.900	7	9.600.447.539	8	22.958.176.249	10	13.080.208.146	9
Veículos ferroviários e equipamentos de transporte n.c.o.i	284.537.139	0	208.975.391	0	651.739.508	1	1.627.971.592	1	810.788.731	1
Veículos militares de combate	194.130	0	3.670.002	0	31.408	0	37.476.576	0	19.367.721	0
Produtos da indústria de transformação de baixa tecnologia	6.873.865.676	12	3.759.501.895	8	9.044.089.775	8	19.920.243.913	9	16.055.361.183	11
Outras manufaturas n.c.o.i	723.825.078	1	493.771.989	1	1.343.828.145	1	3.209.174.212	1	2.600.611.284	2
Artigos do vestuário e acessórios	385.068.819	1	115.711.765	0	499.147.757	0	2.250.170.439	1	1.579.537.663	1
Bebidas	382.073.594	1	269.694.744	1	549.592.091	0	1.130.652.354	1	1.023.224.163	1
Celulose, papel e produtos de papel	1.028.407.784	2	593.028.489	1	1.316.057.627	1	2.023.015.049	1	1.048.659.042	1
Couros, artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	422.869.311	1	215.689.726	0	547.331.743	0	1.190.643.648	1	845.940.521	1
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos		0		0		0		0	920.973	0
Impressão e reprodução de gravações	20.401.393	0	7.168.945	0	24.567.170	0	26.540.728	0	22.455.837	0
Madeira e seus produtos	118.444.041	0	50.042.401	0	141.523.669	0	178.009.597	0	103.398.553	0
Móveis	157.178.560	0	78.148.869	0	207.569.142	0	560.869.865	0	508.354.791	0
Produtos alimentícios	2.738.217.976	5	1.408.080.486	3	2.667.542.988	2	5.836.179.523	3	5.641.857.744	4
Produtos do fumo	86.668.757	0	19.904.352	0	31.060.147	0	29.398.510	0	47.276.949	0
Produtos têxteis	810.710.363	1	508.260.129	1	1.715.869.296	1	3.485.589.988	2	2.633.123.663	2
Produtos da indústria de transformação de alta tecnologia	11.117.533.511	19	9.617.904.269	20	23.725.519.968	20	37.617.258.187	17	28.304.754.251	19
Aeronaves	1.174.799.097	2	1.197.571.827	3	3.473.723.027	3	4.900.599.238	2	1.974.225.998	1
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	8.537.130.123	14	6.539.805.477	14	16.252.826.726	13	25.090.857.327	11	18.991.516.381	13
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	1.405.604.291	2	1.880.526.965	4	3.998.970.215	3	7.625.801.622	3	7.339.011.872	5
Total geral	59.484.840.278	100	47.140.165.638	100	120.475.382.973	100	223.366.721.023	100	150.749.494.421	100

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Elaboração própria

No entanto, se analisarmos separadamente as trocas comerciais brasileiras com seus dois principais parceiros comerciais poderemos estabelecer, à princípio, um padrão típico entre economias dependentes e imperialistas. Neste caso, separamos as relações comerciais do Brasil com os Estados Unidos e China. Embora a China ainda não tenha alcançado um poder hegemônico imperialista como o norte-americano, é indispensável para análise da economia brasileira os efeitos de uma potência econômica em ascensão para a economia nacional. Posto isso, pode-se observar as especificidades que se criam nas relações comerciais do Brasil com as duas grandes potências e que norteiam o desenvolvimento atual do país.

As exportações brasileiras para os Estados Unidos, conforme indicado pela tabela 4, mostram que no período de uma década, entre 2007 e 2017, houve concentração em produtos manufaturados, com variações significativas ao longo desse período. Para o mercado chinês, as exportações brasileiras se concentram basicamente em produtos primários, percorrendo ao longo da década uma evolução que sai da órbita de 73,83%, do total das exportações brasileiras para a China, alcançando em 2017 86,46%.

Tabela 4 – Exportações brasileiras – Estados Unidos/China – Grupo de produtos

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Estados unidos											
Operações Especiais	0,41	0,47	0,79	0,79	0,54	0,62	3,51	6,03	7,13	8,01	7,31
Produtos Básicos	19,43	22,84	26,08	31,06	33,81	29,78	24,42	23,57	17,81	13,71	17,74
Produtos Manufaturados	63,14	58,73	59,79	51,65	45,28	50,30	52,98	50,56	57,30	61,33	56,36
Produtos Semimanufaturados	17,02	17,96	13,35	16,50	20,38	19,30	19,09	19,84	17,77	16,94	18,59
China											
Operações Especiais	0,16	0,07	0,04	0,04	0,06	0,09	0,08	0,08	0,08	0,06	0,03
Produtos Básicos	73,83	77,66	77,69	83,65	84,99	82,83	84,68	84,44	80,27	80,91	86,46
Produtos Manufaturados	8,04	6,63	6,76	4,52	4,58	5,76	3,39	4,00	6,44	5,43	3,97
Produtos Semimanufaturados	17,97	15,64	15,51	11,78	10,37	11,33	11,86	11,49	13,21	13,60	9,55

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Elaboração própria

As importações brasileiras procedentes dos Estados Unidos e da China, indicado pela tabela 5, em quase sua totalidade, constituem-se de produtos manufaturados. Nos dois casos, mais de 90% do total das importações brasileiras, ao longo dos anos 2007 a 2017, são de produtos industrializados. As relações comerciais brasileiras com a China refletem um certo padrão do capitalismo dependente, porém em um aspecto até mais acentuado. As relações comerciais sino-brasileiras têm-se tornado o centro de gravidade

da economia nacional. Contudo, impõem ao país uma nova ordem da divisão internacional do trabalho, aproximando-se da relação centro-periferia⁷⁵. Sendo assim, reflete-se um vínculo desigual entre a China e o Brasil em que a base da economia flutua sobre a expectativa da variação de preços das *commodities*.

Da perspectiva chinesa, a região sul-americana é um grande mercado fornecedor de bens primários. Para Silva, Gomes e Teixeira (2018), no curto prazo, o crescimento chinês e a demanda por produtos primários pode ser considerados positivos para a economia regional, porém, a longo prazo o efeito é negativo devido ao baixo índice de complementaridade entre as economias e a dificuldade dos países da América do Sul alterarem sua pauta de exportações para a China. O Brasil e o conjunto das nações sul-americanas estão aprofundando seu capitalismo dependente.

Tabela 5 – Importações brasileiras – Estados Unidos/China – Grupo de produtos

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Estados Unidos											
Produtos Básicos	7,55	7,08	6,63	6,64	8,44	5,91	7,17	5,76	4,63	4,73	6,33
Produtos Manufaturados	90,07	91,09	90,88	91,26	89,73	92,24	91,22	92,89	93,93	93,79	92,14
Produtos Semimanufaturados	2,38	1,83	2,50	2,10	1,83	1,85	1,61	1,35	1,45	1,48	1,54
China											
Produtos Básicos	2,55	4,31	1,61	2,09	2,71	2,11	2,28	1,80	2,47	2,73	2,43
Produtos Manufaturados	96,72	95,16	98,12	97,50	96,98	97,58	97,54	97,95	97,15	96,91	97,33
Produtos Semimanufaturados	0,73	0,53	0,27	0,41	0,32	0,30	0,17	0,25	0,38	0,37	0,24

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Elaboração própria

⁷⁵ De acordo com Rocha e Bielschowsky (2018, p.12-13): “Entre los problemas de la especialización exportadora basada en bienes primarios, en la teorización cepalina, se destaca el argumento de su escasa capacidad innovadora y de encadenamientos productivos que tienden a “escapar” al exterior, mediante importaciones, frenando el crecimiento. No menos relevantes son los argumentos de que esa especialización sujeta a las economías al deterioro de los términos de intercambio y tiende a exponerlas a una elasticidad-ingreso de la demanda de las importaciones mayor que la elasticidad-ingreso de la demanda mundial de sus exportaciones, generando desequilibrios en la balanza de pagos y, en consecuencia, frenando el crecimiento e el desarrollo”.

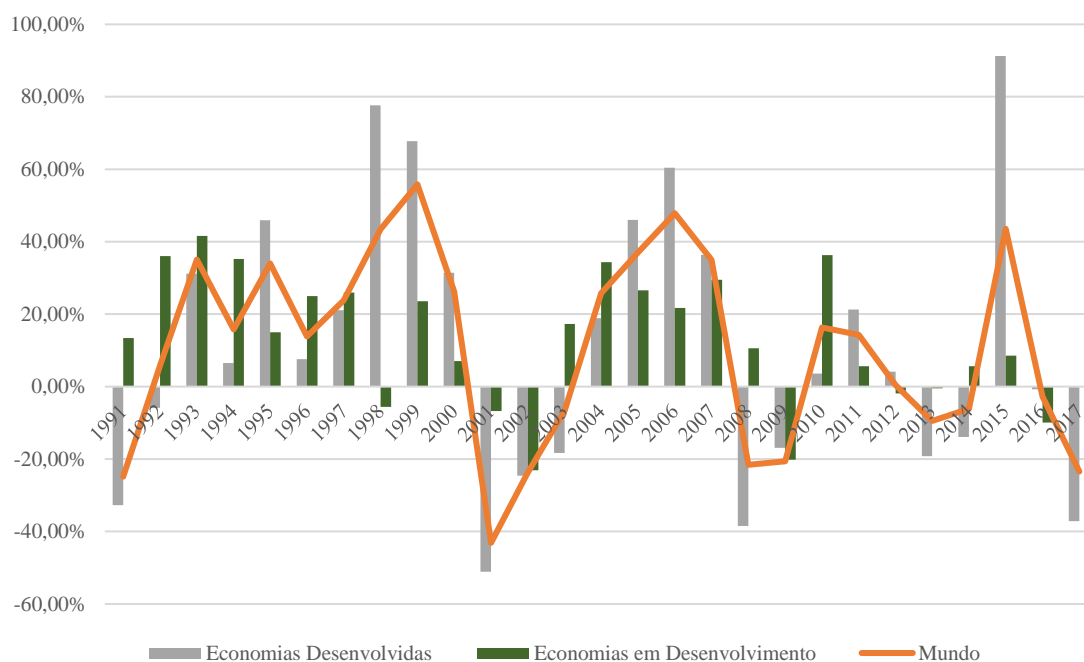
IV – A exportação de capital nas vias da concorrência capitalista: as possibilidades para o subimperialismo

A globalização financeira e a adoção de políticas econômicas neoliberais permitem a expansão da exportação de capital através do investimento direto, fortalecendo as empresas transnacionais e criando novas companhias globais com a crescente onda de fusões e aquisições. As empresas transnacionais em seu conjunto representam 9,39% do PIB global em 2017, equivalente a US\$ 7,317 trilhões, empregando mais de 73 milhões de trabalhadores (UNCTAD, 2018a). Esse é um aspecto central do capitalismo contemporâneo. Conforme Leiva (2014, p. 37):

La economía mundial actual está comandada por las empresas transnacionales que crean una estructura productiva y de circulación mundial de las mercancías por sobre los países. A través de la producción y de la circulación de mercancías influyen en la distribución del ingreso en los diferentes países a través de la competencia por maximizar ganancias por medio de varios mecanismos, entre ellos, a través del fraccionamiento de los procesos de trabajo que han permitido la disminución de la participación de los salarios en el producto. También aumentan sus ganancias por la apropiación de los servicios públicos domiciliarios – agua, luz, gas, comunicaciones – entre otros.

O investimento direto estrangeiro entre 1991 e 2017 tem duas fases de crescimento distintas que podem ser observadas com o gráfico 1. A primeira fase compreende o período de 1992 a 1997 e a segunda compreende o período de 2003 a 2008. No ano de 1992, o crescimento do investimento direto é de 5,81% em relação ao ano anterior, com destaque para as economias em desenvolvimento. Nesse período, as economias em desenvolvimento obtêm um fluxo crescente de IDE, superior à média mundial e dos países desenvolvidos, em decorrência da abertura econômica e pelo crescimento econômico das nações asiáticas como China, Hong Kong (região administrativa especial da China) e Coréia do Sul, além da América Latina que adere às políticas do Consenso de Washington e inicia uma fase de ampla privatização. Assim, nos países em desenvolvimento o fluxo de IDE cresce 41,59% em 1993 e 35,27% em 1994.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento anual do investimento direto estrangeiro (1991-2017)



Fonte: UNCTAD

As empresas transnacionais das economias desenvolvidas provocam uma reorganização da produção manufatureira na primeira metade da década de 1990 com a transferência de produção para países asiáticos. A abertura econômica da China com oferta abundante de mão-de-obra⁷⁶ e um mercado de trabalho com baixa ou nenhuma regulamentação de leis trabalhistas incentivam a migração das transnacionais americanas e europeias para o continente asiático. No entanto, como exposto por Arrighi (2008, p. 357-359):

O ‘casamenteiro’ que facilitou o encontro entre o capital estrangeiro, as empresas chinesas fornecedoras de mão-de-obra e as autoridades do governo foi o capital da diáspora chinesa. Esse papel de casamenteiro foi possibilitado pela determinação com que a RPC, no governo de Deng, buscou a ajuda dos chineses no exterior para abrir a China ao comércio e ao investimento internacionais e tentar recuperar Hong Kong, Macau e, finalmente, Taiwan, de acordo com o modelo de *Uma nação, dois sistemas*. Essa aliança se mostrou muito mais frutífera para o governo chinês do que a política de portas abertas para as grandes empresas norte-americanas, europeias e japonesas. [...] Assim, enquanto as grandes empresas estrangeiras não cansavam de se queixar

⁷⁶ De acordo com Arrighi (2008, p. 357): “A característica mais atraente [...] foi a elevada qualidade dessa reserva em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento, combinada à expansão rápida das condições de oferta e demanda para a mobilização produtiva dessa reserva dentro da própria China. Além disso, essa combinação não foi criada pelo capital estrangeiro, mas sim por um processo de desenvolvimento baseado em tradições nativas – inclusive a tradição revolucionária que deu origem à RPC. O capital estrangeiro interveio tarde no processo, sustentando-o em certas direções, porém minando-o em outras”.

do *clima de investimentos*, os empresários chineses começaram a se mudar de Hong Kong para Guandong [...] o investimento estrangeiro direto aproveitou o bonde da expansão econômica, que não foi ele que iniciou nem liderou. O investimento estrangeiro direto teve papel importante no estímulo à exportação chinesa. Entretanto, [...] o *boom* das exportações foi um episódio tardio da ascensão chinesa. De qualquer modo, mesmo então o capital estrangeiro (principalmente o dos Estados Unidos) precisava mais da China do que a China precisava de capital estrangeiro. As empresas norte-americanas, da Intel à General Motors *estão diante de uma exigência simples: investir na China para aproveitar a mão-de-obra barata e o crescimento rápido da economia do país ou perder a corrida para seus rivais*. A China, que antes era apenas um centro fabril, tornou-se o lugar certo para fabricar e vender produtos de alta tecnologia.

Para os países da América Latina, os baluartes do neoliberalismo prometem desenvolvimento, melhorias das condições de produção, maior competitividade e inserção nas correntes globais de comércio. Ao contrário, a abertura econômica indiscriminada das economias periféricas favorece um processo de intensa desnacionalização, com a venda de ativos nacionais privados e estatais. Assim, o investimento direto se torna umas das principais fontes de entrada de capitais dos países em desenvolvimento. Os países em desenvolvimento latino-americanos juntamente com as nações asiáticas recebem quantidades crescentes de IDE até 1997. No ano de 1997 o crescimento do IDE para países em desenvolvimento foi de 26%.

O ano de 1998 marca um período de inflexão para o fluxo de IDE em direção aos países em desenvolvimento, com queda de 5,81%. Esse resultado está associado a crise dos países em desenvolvimento entre 1997 e 1999. Com a crise econômica asiática de 1997, iniciada com o colapso cambial da Tailândia e que, logo em seguida, espalha-se para as demais economias da região (Malásia, Indonésia, Filipinas e Coréia do Sul), provoca-se uma intensa fuga de capitais e “desconfiança” dos investidores em relação as economias em desenvolvimento. Com isso, o fluxo de capitais aos *mercados emergentes* se esgota, levando à escassez de recursos vitais para o financiamento dessas economias. Desse modo, aliado à queda do preço das *commodities*, principais produtos de exportações dos países em desenvolvimento, tem-se a crise russa em 1998 e a crise dos países latino-americanos, principalmente a crise brasileira de 1999 com a desvalorização do real.

Nesse ínterim, a crise das economias emergentes reforça as assimetrias entre as economias capitalistas. De acordo com o Quadro 4 (*Anexo*), o investimento direto corresponde a cerca de US\$ 54.395,65 bilhões em 1980, evoluindo para US\$ 204.905,02

bilhões em 1990. Porém, com a abertura econômica no decorrer da década de 1990, o IDE alcança US\$ 1.358.613,28 trilhão em 2000, sendo grande parte desses recursos oriundos de fusões e aquisições. Assim, as mudanças nos marcos regulatórios das economias, entre 1991 e 1999, é o principal motor de alavancagem do IDE global, especialmente na proliferação dos acordos bilaterais que favorecem a criação de zonas de livre comércio.

No entanto, esse volume de recursos não se traduz em progresso para as nações periféricas. O investimento direto, diante das políticas de liberalização financeira, favorece a concentração e centralização do capital no eixo imperialista, que nos anos de crise das economias emergentes absorve quantidades crescentes de IDE registrando crescimento de 77,63% em 1998 e 67,73% em 1999. O que ocorre é uma nova divisão internacional do trabalho com atuação ativa das empresas transnacionais que passam a ter forte influência e poder de decisão nas políticas nacionais. A influência maior advém da importância que os fluxos de investimentos têm para o equilíbrio das relações externas e da macroeconomia doméstica através do câmbio e juros internos.

O grande beneficiário da liberalização econômica da década de 1990 são os Estados Unidos. Em 1999, a potência hegemônica mundial recebe 34,5% do investimento direto global, são investidos na economia estadunidense cerca US\$ 276 bilhões, resultado de fusões e aquisições. De outra parte, o conjunto das nações periféricas recebe US\$ 208 bilhões, demonstrando as fortes assimetrias do sistema capitalista. A América Latina recebe nesse período cerca de US\$ 90 bilhões, ou seja, 11,25% do IDE global de 1999. Destes, US\$ 31 bilhões são destinados ao Brasil, US\$ 23 bilhões para a Argentina e US\$ 11 bilhões para o México, demonstrando graves desequilíbrios na região com três nações recebendo 72% do IDE direcionados para a América Latina. No conjunto dos países desenvolvidos (a tríade EUA, União Europeia e Japão), a concentração dos IDE chega a mais de 70% (UNCTAD, 2000).

Com assimetrias tão alarmantes, a condição encontrada pelas diversas economias é a constituição de blocos regionais com eliminação de barreiras entre países membros e concertação política para negociações multilaterais. Assim, torna-se possível a construção de ambientes mais favoráveis e com poder de barganha para a atração de investimentos das transnacionais que estão em busca de mercado, fontes de recursos naturais e infraestrutura logística adequada para o rápido escoamento da produção. Ademais, as transnacionais buscam na mesma medida, oportunidade de pesquisa e desenvolvimento e

domínios de novas patentes. O capital global impele uma desnacionalização completa das economias. Assim, como aventado por Marx (2017, p. 25):

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela rouba da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente.

E, ainda de acordo com Marx (2011, p. 333):

O valor da antiga indústria é conservado [pelo fato de] que é criado um fundo para uma nova indústria, onde a relação entre capital e trabalho se põem em uma forma nova. Daí a exploração de toda natureza para descobrir novas propriedades úteis das coisas; troca universal dos produtos de todos os climas e países estrangeiros; novas preparações (artificiais) dos objetos naturais, com o que lhes são conferidos novos valores de uso. [...] A exploração completa da terra, para descobrir tanto novos objetos úteis quanto novas propriedades utilizáveis dos antigos; bem como suas novas propriedades como matérias-primas e etc.; daí o máximo desenvolvimento das ciências naturais; similarmente, a descoberta, criação e satisfação de novas necessidades surgidas da própria sociedade; o cultivo de todas as qualidades do ser humano social e sua produção como um ser, o mais rico possível em necessidades, porque rico em qualidades e relações – a sua produção como um produto social universal o mais total possível (porque, para um desfrute diversificado, tem de ser capaz do desfrute e, portanto, deve possuir um elevado grau de cultura) – tudo isso é igualmente uma condição da produção baseada no capital. Isso não é só divisão do trabalho, essa criação de novos ramos de produção, isto é, de tempo excedente qualitativamente novo; mas a venda de determinada produção dela mesma como trabalho de novo valor de uso; o desenvolvimento de um sistema abrangente em constante expansão de modos de trabalho, modos de produção, aos quais corresponde um sistema de necessidades constantemente ampliado e mais rico. Portanto, da mesma maneira que a produção baseada no capital cria, por um lado, a indústria universal – isto é, trabalho excedente, trabalho criador de valor, – cria também, por outro lado, um sistema de exploração universal das qualidades naturais e humanas, um sistema de utilidade universal, do qual a própria ciência aparece como portadora tão perfeita quanto todas as qualidades físicas e espirituais, ao passo que nada aparece elevado-em-si-mesmo, legítimo-em-si-mesmo fora desse círculo de produção e troca sociais.

Além das forças produtivas, o capital absorve o conhecimento local, derruba barreiras de proteção da criação local e homogeneiza a cultura e o conhecimento. Nos países em que o sistema de inovação não possui êxito, as transnacionais capturam seu conteúdo cultural, seu patrimônio natural e as inovações que esses podem gerar. Desse modo, as nações periféricas, com sua baixa capacidade de inovação, tendem a ser requalificadas como fornecedoras de produtos primários.

Os anos de 2001 e 2002 são de crise no centro hegemônico do capitalismo, assim, conforme apresentado pelo gráfico anterior, presencia-se forte retração na entrada de IDE em diversas economias. Nas economias desenvolvidas a retração chega a 51,08% em 2001, 24,59% em 2002 e 18,30% em 2003, recuperando-se em 2004 com um novo ciclo de expansão. Embora as economias em desenvolvimento tenham sido atingidas pela crise estadunidense, apresentando uma retração na entrada de IDE com quedas de 6,71% em 2001 e 23,05% em 2002, a recuperação é mais rápida, e logo em 2003, os países emergentes apresentam crescimento de 17,26% nos fluxos de IDE. Com isso, entram em novo ciclo de expansão do IDE que perdura até a crise econômica de 2008.

O crescimento do IDE⁷⁷ continua em ampla expansão a partir de 2003, alcançando US\$ 1.893.815,17 trilhão em 2007. Ainda que com a crise financeira de 2008 o fluxo de investimento direto tenha se reduzido para US\$ 1.485.205,25 trilhão e US\$ 1.179.064,26 trilhão em 2009, este atinge nível pré-crise em 2015, quando o volume de investimento alcança US\$ 1.921.301,54.

Avaliando um pouco mais detalhadamente esses fluxos, observa-se forte influência do crescimento da China no mercado mundial. A nação asiática, além de expandir sua demanda por produtos primários e, conseqüentemente, elevar os preços das *commodities*, torna-se uma grande investidora através de suas empresas estatais e privadas, realizando investimentos na América Latina, África e nos países desenvolvidos. No ano de 1999, a China recebe US\$ 40 bilhões em IDE e, em 2009, aumenta sua participação, recebendo US\$ 95 bilhões, chegando a US\$ 128.500 bilhões em 2014.

Após a crise de 2008, os fluxos de IDE têm crescimento mais expressivo em direção aos países desenvolvidos, alcançando em 2015 crescimento de 91,26%, enquanto os países em desenvolvimento obtêm apenas 8,57% de crescimento nos fluxos de IDE. No caso da América Latina, a região obtém aumento significativo na entrada de capital através de IDE, acompanhando a tendência global. Em termos proporcionais, a região mantém sua posição, em 1990 a América Latina recebe 4,17% do IDE global, em 2000 esta participação representa 5,87%. Em termos absolutos, a região obtém crescimento significativo de investimento direto, US\$ 8.536,83 bilhões em 1990 e US\$ 78.787,75 bilhões em 2000. Esse resultado é consequência do aumento de IDE que ingressa no Brasil e no México.

⁷⁷ Os dados referentes ao volume do IDE constam no Quadro 4, em anexo.

No caso mexicano, a entrada de novas indústrias, principalmente as do setor automobilístico, favorece o aumento do IDE no país que opta por uma integração subordinada ao imperialismo estadunidense através do NAFTA, enquanto que no Brasil se recebe fluxos crescentes de IDE em setores tradicionais da indústria de transformação e na indústria extrativa mineral. De acordo com a CEPAL (2000), a estratégia das empresas transnacionais no Brasil e na Argentina é assegurar os mercados locais e sub-regional, aproveitando os benefícios da integração regional proporcionado pelo MERCOSUL. No setor primário, as empresas transnacionais se concentram na produção para o mercado mundial, especialmente voltados para a Ásia.

Observando minuciosamente o movimento do fluxo de capitais estrangeiros para a América Latina, nota-se que a região recebe fluxos crescentes a partir de 2003, quando o IDE na região é de US\$ 45.573,62 bilhões. Em 2008, a região recebe US\$ 138.785,52 bilhões em IDE, entretanto, com a crise deste mesmo ano, a entrada de IDE na América Latina em 2009 é de US\$ 86.258,72 bilhões. Com a demanda chinesa por produtos primários (soja e minérios), a região recupera rapidamente a entrada de IDE, alcançando em 2010 US\$ 166.797,11 bilhões. Todavia, em 2014, as perspectivas de continuidade do crescimento da China perdem ímpeto. Assim, com a queda da demanda chinesa, os preços das *commodities* caem, reduzindo as expectativas de crescimento econômico da América Latina. Ademais, assoladas por crises políticas e econômicas na região o fluxo de investimento direto cai para US\$ 151 bilhões em 2017.

A América do Sul tem grande importância na atração de investimento direto para o continente latino americano. A região é responsável pela maior parte da produção agrária, extrativa mineral e industrial. O Brasil concentra quantidade significativa do IDE recebido pela América Latina. Em 2014, 43% do IDE que ingressa na América Latina são dirigidos ao Brasil, em 2017 são cerca de 41,5%.

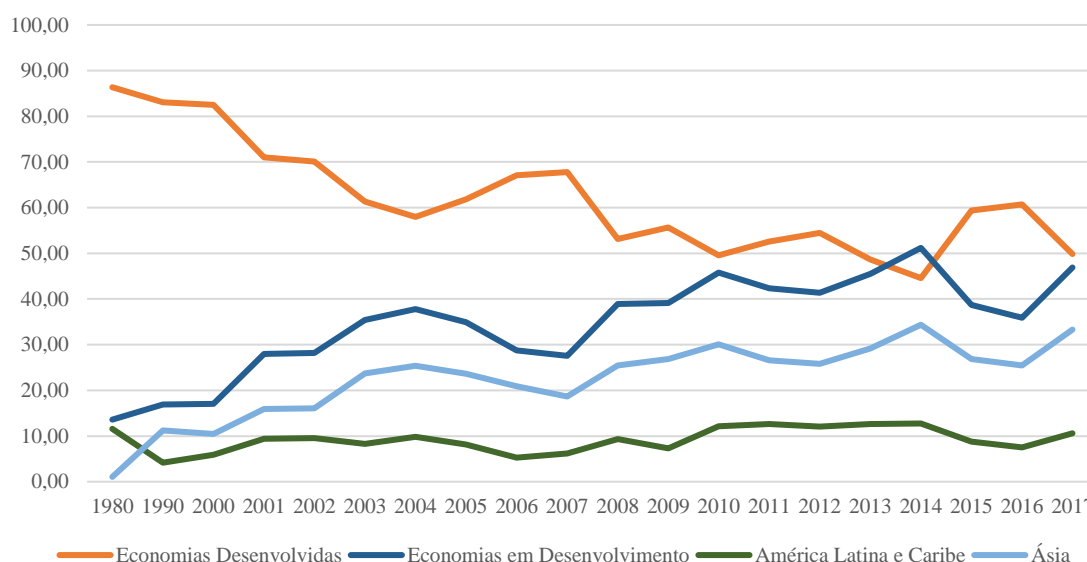
Conforme o gráfico 2, os fluxos de IDE apresentam crescimento expressivo em direção a Ásia em contraste com os países desenvolvidos. Em 2000, os países europeus recebem cerca de 52,22% do IDE global⁷⁸, que reduz para 29,93% em 2010 e 23,34% em 2017. O rápido crescimento e desenvolvimento científico das nações asiáticas impulsionam o investimento direto para a região. No entanto, a América Latina apresenta pouca alteração e o fluxo de IDE no continente tende a se concentrar em poucos países. Como o IDE geralmente é concentrado em setores dependentes do mercado externo, a

⁷⁸ Os dados referentes a participação de países e regiões no IDE global estão disponíveis no **Quadro 6**, em anexo.

região tende a perder força em momentos de crise com a queda de expectativas nos preços das *commodities*. De acordo com a CEPAL (2018, p.21):

Otra característica de la economía mundial que puede afectar a los flujos de IED y que cabe considerar está relacionada con los grandes cambios tecnológicos que se han producido en los últimos años, en particular aquellos asociados a la transformación digital de los sistemas productivos y de consumo. La expansión de China y el interés de las economías centrales por proteger la inversión en sectores considerados estratégicos está fuertemente relacionada con el avance tecnológico. La expansión de las tecnologías digitales está acelerando la transformación de las industrias y de los modelos de consumo, lo que ha incentivado fusiones y adquisiciones en la búsqueda de adquirir capacidades para posicionarse en un mercado en constante y rápida transformación, donde además los fundamentos económicos se ven desafiados ante nuevas formas de internacionalización y de expansión de los negocios.

Gráfico 2 – Participação nos fluxos de IDE (%)



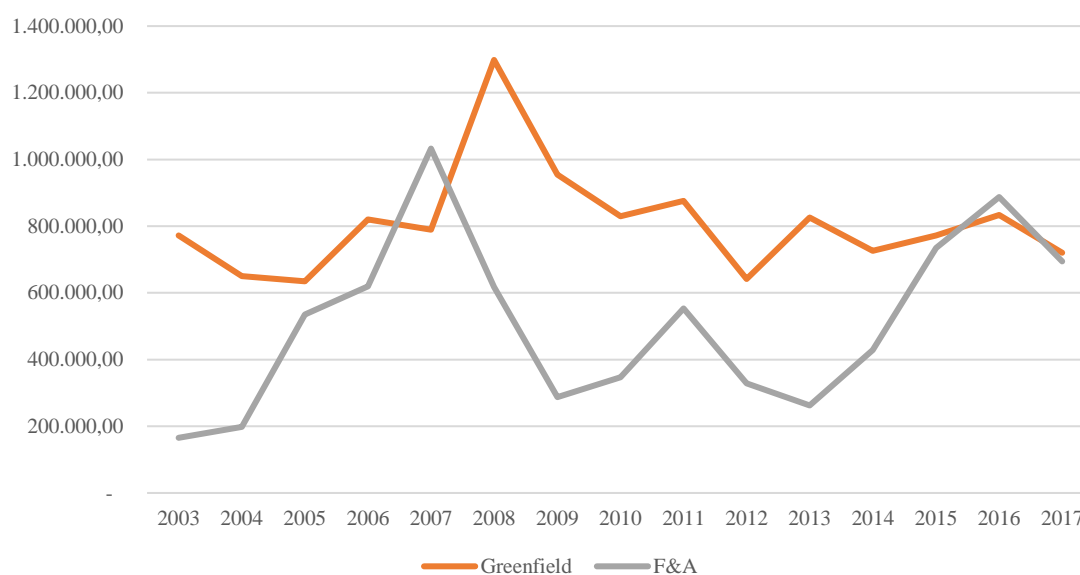
Fonte: UNCTAD

As fusões e aquisições continuam a ter papel importante nos fluxos de IDE global. Entre 1987 e 2000, essa modalidade de investimento movimentou cerca de US\$ 862,2 bilhões. De acordo com o gráfico 3, a partir de 2003, as fusões e aquisições crescem significativamente, alcançando em 2006 o equivalente a US\$ 619.808,17 bilhões. Os investimentos do tipo *greenfield*⁷⁹ no mesmo período somam US\$ 820.043,66 bilhões.

⁷⁹ De acordo com a UNCTAD (2018b), os dados sobre investimentos do tipo *Greenfield* que a instituição utiliza em seus relatórios *World Investment Report*, que formam sua base oficial de dados da *unctadstatisc*, são retirados do *FDI Market* do *Financial Times*. Portanto, os dados acompanham todos os novos projetos de investimentos e expansões anunciadas pelas empresas. Porém, a própria UNCTAD

Em 2007, as fusões e aquisições estão acima dos investimentos *greenfield*, somando US\$ 1.032.688,93 trilhão. Com a crise de 2008, essa modalidade de investimento direto perde espaço para investimentos em novas plantas, mas sem perder sua centralidade, mostrando recuperação a partir de 2014. Assim, as fusões e aquisições alcançam em 2016 o montante de US\$ 886.901,35 bilhões em investimentos, estando acima da modalidade *greenfield*.

Gráfico 3 – Fluxo de capitais em fusões e aquisições e investimentos *greenfield* – US\$ milhões



Fonte: UNCTAD

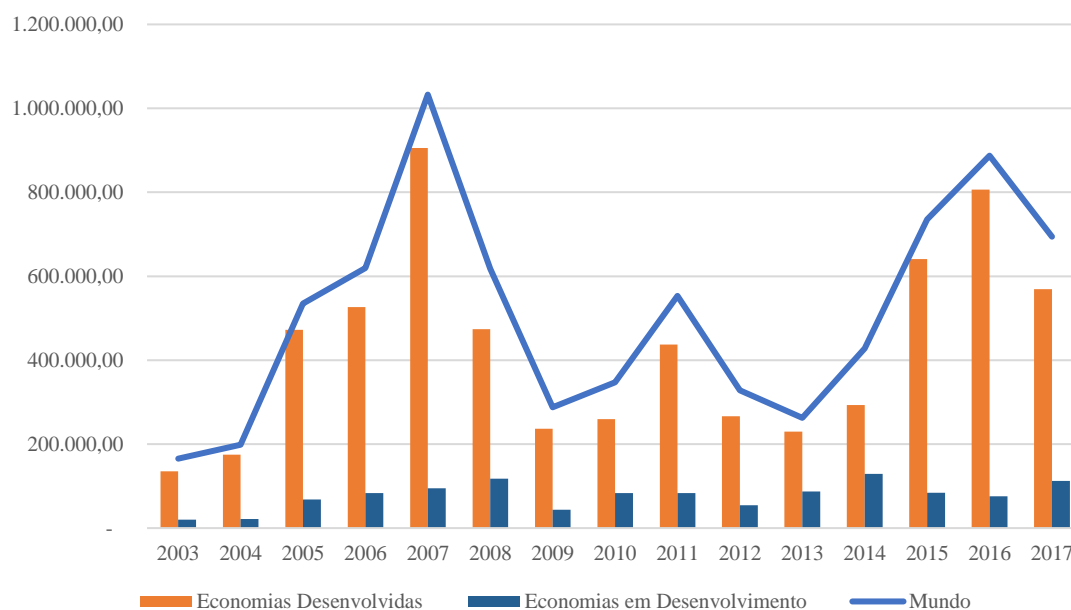
É importante ressaltar que as fusões e aquisições obtém parte de seus recursos através de fundos *private equity* e fundo de investimento coletivo. Em 2006, os fundos de *private equity* investem US\$ 158 bilhões em fusões e aquisições. Essa modalidade de investimento, consequência do capitalismo financeirizado, fomenta as especulações financeiras com aquisições de empresas listadas em bolsa de valores. Dessa forma, os fundos de investimento de *private equity* atingem seu máximo em 2007 com US\$ 528 bilhões. Porém, com a crise financeira de 2008, os fundos reduzem continuamente. Em 2009, correspondem a US\$ 105 bilhões, com posterior e lenta recuperação, atingindo em 2014 US\$ 200 bilhões (UNCTAD, 2007; 2015).

alerta que tais “investimentos” podem não se configurar como investimento direto estrangeiro. Desse modo, os investimentos de tipo *greenfield*, quando analisados como IDE, podem estar sendo superestimados.

Assim sendo, com o gráfico 4 é possível observar que as fusões e aquisições se concentram especialmente nas economias desenvolvidas. O período de maior disparidade é no ano de 2007, quando as fusões e aquisições somam US\$ 905.808,34 bilhões nos países desenvolvidos. Enquanto nos países em desenvolvimento, no mesmo período, correspondem apenas a US\$ 95.048,95 bilhões.

Desse modo, os países desenvolvidos são responsáveis por 87,72% das transações de fusões e aquisições no ano de 2007. Como apresentado pelo Quadro 7 (*Anexo*), as fusões e aquisições ocorridas nos Estados Unidos em 2007 correspondem a 17,15% do total, ou seja, US\$ 177.070,29 bilhões, acima do observado para o conjunto das nações em desenvolvimento. Além disso, as quatro principais economias da Europa (Alemanha, França, Itália e Reino Unido) concentram 25,30% das fusões e aquisições, equivalente a US\$ 261.127,84 bilhões.

Gráfico 4 – Total das fusões e aquisições – US\$ milhões



Fonte: UNCTAD

Todavia, o gráfico 5 demonstra os setores com mais fusões e aquisições que, neste caso, destaca-se o setor de serviços e manufaturas. Entre 2003 e 2009, o setor de serviços detém o maior volume de transações em fusões e aquisições. No ano de 2003, são US\$ 84.578,42 bilhões, chegando a US\$ 613.701,21 em 2007. De acordo com o Quadro 8 (*Anexo*), as fusões e aquisições concentram-se no setor de comunicações, transportes e financeiro. Porém, no mesmo período, o setor manufatureiro apresenta forte crescimento,

em 2003 são US\$ 62.093,72 bilhões evoluindo para US\$ 326.619,05 bilhões em 2007. Com isso, os subsetores manufatureiros mais dinâmicos são de produtos químicos, farmacêutico, petróleo e alimentos.

Gráfico 5 – Total das fusões e aquisições por setores – US\$ milhões



Fonte: UNCTAD

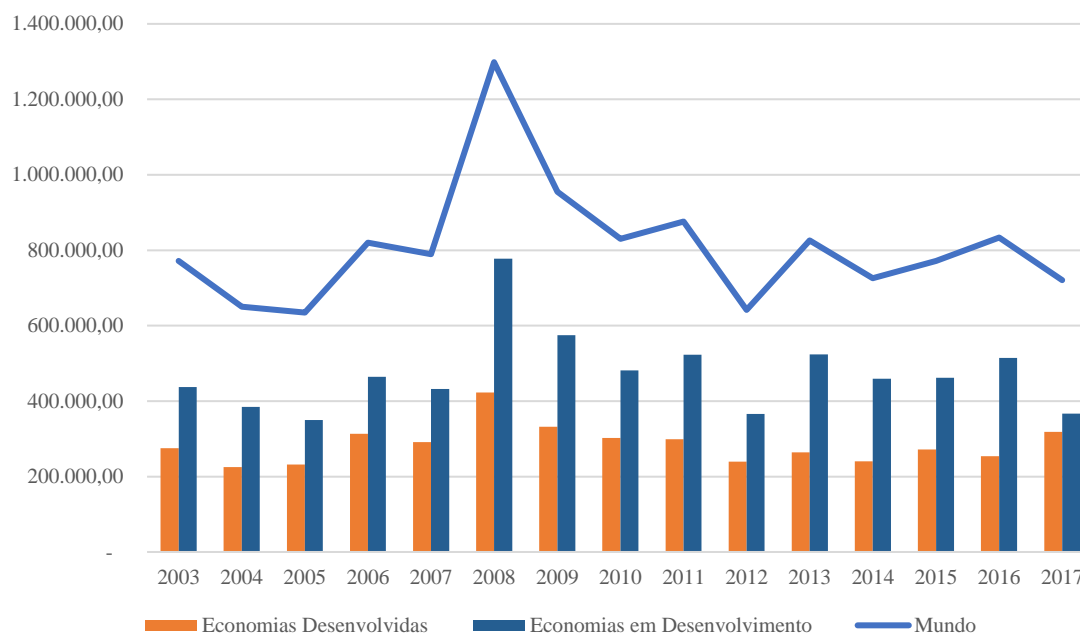
Entre 2009 e 2017, o setor manufatureiro passa a ter maior protagonismo entre as fusões e aquisições. Em 2016, são US\$ 405.882,55 bilhões concentrados no setor de alimentos, farmacêutico, eletrônico, produtos químicos, de máquinas e equipamentos. O setor primário apresenta um dinamismo inferior aos demais setores, o melhor desempenho é em 2011, quando as fusões e aquisições alcançam US\$ 156.033,03 bilhões.

O gráfico 6 apresenta o volume de investimentos realizados na modalidade *greenfield*, ou seja, expansão das plantas industriais e construção de novas plantas. De acordo com a UNCTAD (2018a), é preciso cautela ao exprimir as informações com os dados relativos aos investimentos *greenfield*, pois representam “anúncios” de novos investimentos que podem se concretizar ou não e que comumente divergem significativamente do investimento direto estrangeiro.

Os investimentos *greenfield* podem indicar a direção tomada pelos fluxos de capitais das empresas transnacionais e fundos de investimentos *private equity* e *venture capital*. Com base no período analisado entre 2003 e 2017, as economias em desenvolvimento recebem maiores montantes de investimentos *greenfield* em relação aos

países desenvolvidos. No ano de 2008, mesmo diante da crise econômica, são anunciados investimentos equivalentes a US\$ 777.839,41 bilhões nos países em desenvolvimento. Conforme o Quadro 9 (*Anexo*), desse montante de investimentos 65,30% são direcionados para a Ásia, principalmente para a China. Assim, durante todo o período analisado, a Ásia consiste no principal destino entre os países em desenvolvimento.

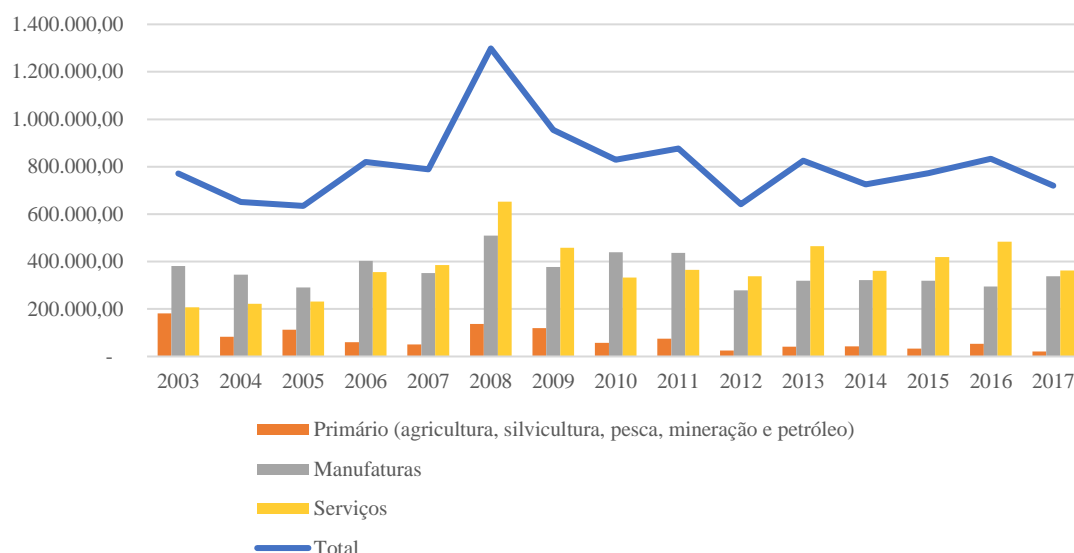
Gráfico 6 – Total dos investimentos na modalidade *Greenfield* – US\$ milhões



Fonte: UNCTAD

Como apresentado pelo gráfico 7, os investimentos *greenfield* estão em sua maioria aplicados nos setores de serviços e manufaturas. Entre 2003 e 2006, o setor manufatureiro tem predominância entre os investimentos anunciados, após esse período, entre 2007 e 2009 e 2012 e 2017, o setor de serviços obtém maior destaque. Porém, como pode ser observado, o setor de manufaturas tem maior nível de investimentos. Assim, conforme o Quadro 10 (*Anexo*), os principais setores das manufaturas que recebem investimentos são a petroquímica, combustível nuclear, química, eletrônica e automobilística, enquanto que no setor de serviços se destaca o crescente volume de recursos em direção a projetos de eletricidade, água e gás, além dos investimentos em transportes e armazenamento.

Gráfico 7 – Total dos investimentos na modalidade *Greenfield* por setores – US\$ milhões



Fonte: UNCTAD

A América Latina, embora tenha um papel menor nos fluxos de IDE em comparação com os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento da Ásia, presencia uma intensa disputa pelo domínio de suas reservas de minérios e combustíveis fósseis, responsável pela continuidade dos fluxos de investimento direto em direção a região mesmo após a crise de 2008. A maior economia do continente e absorvedora de grande parte do IDE regional é o Brasil, assim a América do Sul se destaca como o principal destino do capital internacional na América Latina.

O gráfico 8 apresenta o fluxo de investimento direto estrangeiro na modalidade *greenfield* e fusões e aquisições para a América Latina entre 2003 e 2017. De acordo com o gráfico, os investimentos do tipo *greenfield* são predominantes na região, logrando em 2013 cerca de US\$ 156.267,10 bilhões em novos investimentos anunciados para a América Latina, enquanto as fusões e aquisições somam aproximadamente US\$ 35.587,36 bilhões no mesmo período.

A nova onda de inovações tecnológicas na indústria com o desenvolvimento da microeletrônica e com a maior mobilidade do capital permite as transnacionais se organizarem em novas bases produtivas. Na vanguarda da globalização estão as indústrias intensivas em capital e inovação como a automobilística, química, farmacêutica, petroquímica e as novas empresas de tecnologia com centros de pesquisa e desenvolvimento. Dessa forma, exclui-se a participação de grande parte das economias dependentes, cujas empresas não possuem estrutura financeira para rivalizar com as transnacionais dos países imperialistas. O resultado disso é a intensa associação com o

capital internacional através da venda de ativos. Porém, sem a capacidade de inovação e carentes de políticas de industrialização, resta às nações dependentes se integrarem à globalização pelos setores menos intensivos em tecnologia, como alimentos e bebidas. Ademais, o investimento direto em regiões periféricas como a América do Sul é em direção a setores primários devido às crescentes especulações das *commodities* regionais.

Gráfico 8 – Fluxo de capitais em fusões e aquisições e investimentos *Greenfield* na América Latina – US\$ milhões



Fonte: UNCTAD

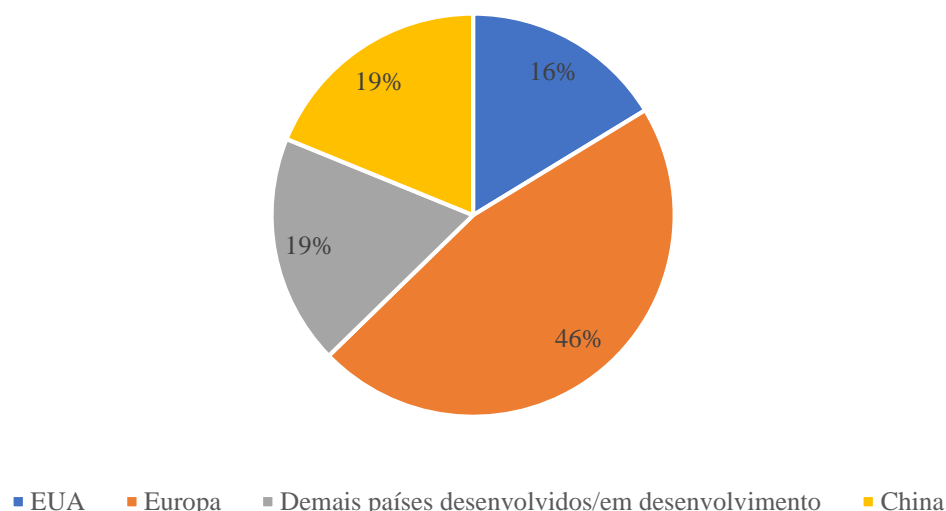
O Brasil e a América do Sul têm concentrado grande parte das entradas de investimento direto da América Latina, com forte atividade de fusões e aquisições por parte das transnacionais estadunidenses, europeias e asiáticas⁸⁰. Entre 2000 e 2017, a região recebe aproximadamente US\$ 275.775,04 bilhões⁸¹ nessa modalidade de investimento. Como apresentado pelo gráfico 9, a Europa é a maior investidora na região, responsável por 46% das operações realizadas no período, sendo as transnacionais espanholas as principais investidoras europeias na região, ao longo do período são US\$ 47.272,39 bilhões investidos através de fusões e aquisições, principalmente no setor de telecomunicações. Em 2000, a Telefônica da Espanha S.A. adquire a Telesp por US\$

⁸⁰ As principais atividades de fusões e aquisições entre transnacionais, acima de US\$ 100 milhões, encontram-se nos Quadros 7 a 10 em anexo.

⁸¹ O valor das fusões e aquisições exclui as transações realizadas por empresas transnacionais sul-americanas.

10,423 bilhões representando a maior transação de uma empresa europeia na América do Sul. Os investimentos europeus na América do Sul, além do setor de telecomunicações, concentram-se em mineração, energia e petróleo e gás.

Gráfico 9 – Fusões e Aquisições na América do Sul – por grupo de países – 2000-2017



Fonte: CEPAL (vários anos)

As operações das transnacionais europeias estão concentradas basicamente no Brasil, com investimentos estimados de US\$ 82.628,11 bilhões. Entre as operações mais importantes no Brasil está a aquisição do bloco de exploração de petróleo e gás da Bacia de Campos pela Statoil S.A. por US\$ 2,5 bilhões. Porém, com a queda dos preços das *commodities* e a desaceleração do crescimento chinês, o IDE na região se volta para o setor de serviços, automobilístico, comércio, telecomunicações e petróleo, com perda de investimentos para os setores de mineração, agricultura e pecuária (UNCTAD, 2015).

A China ultrapassa os EUA quanto aos investimentos em fusões e aquisições acima de US\$ 100 milhões na América do Sul. As transnacionais chinesas investem entre 2007 e 2017 cerca de US\$ 51,927 bilhões na região, tendo como principal destino o Brasil, que concentra aproximadamente 64% dos investimentos chineses. Os principais setores de destino do capital chinês são energia, petróleo e minério. De acordo com a UNCTAD (2015), as maiores petroleiras chinesas – CNPC, SINOPEC, CNOOC e SINOCHEN – estão presentes em todos os países da América Latina exportadores de petróleo, com exceção do México. Ademais, a China tem realizado diversas operações de

empréstimos às empresas estatais e privadas que atuam na América do Sul, além de financiar investimentos em infraestrutura voltados para a conexão entre o Atlântico e o Pacífico.

De acordo com Gallagher e Myers (2017), a China investe entre 2005 e 2017 cerca de US\$ 150 bilhões na América do Sul através de operações do China Development Bank – CDB e Ex-Im Bank. Os principais beneficiários dos investimentos chineses por intermédio dos bancos são a Venezuela, Brasil, Argentina e Equador, que recebem respectivamente US\$ 62,2; US\$ 42,1; US\$ 18,2 e US\$ 17,4 bilhões. O capital chinês é direcionado principalmente para investimentos em energia, que corresponde a US\$ 105,8 bilhões, e em infraestrutura, US\$ 27 bilhões. Entre as principais aquisições chinesas estão a compra da mina de cobre Las Bambas no Peru por US\$ 7 bilhões e as centrais hidroelétricas de Jupia e Ilha Solteira no Brasil por US\$ 3,8 bilhões.

O terceiro maior investidor na América do Sul são os Estados Unidos com aproximadamente US\$ 44.904,66 bilhões em fusões e aquisições. O Brasil e o Chile são os países que mais recebem investimentos estadunidenses. As atividades das transnacionais norte-americanas na região estão segmentadas nos setores de energia, finanças, agroindústria, alimentos, saúde, indústria e telecomunicações. As transnacionais estadunidenses têm perdido espaço para os europeus e chineses na América do Sul. A região conta ainda com a presença de transnacionais canadenses, mexicanas e japonesas, adquirindo ativos sul-americanos, além da presença da Rússia, Singapura, Coreia do Sul, Índia e Hong Kong. Esses países são responsáveis por US\$ 50.913,71 bilhões investidos em aquisição de ativos, principalmente do setor de mineração, energia e petróleo e gás.

4.1 O investimento direto brasileiro

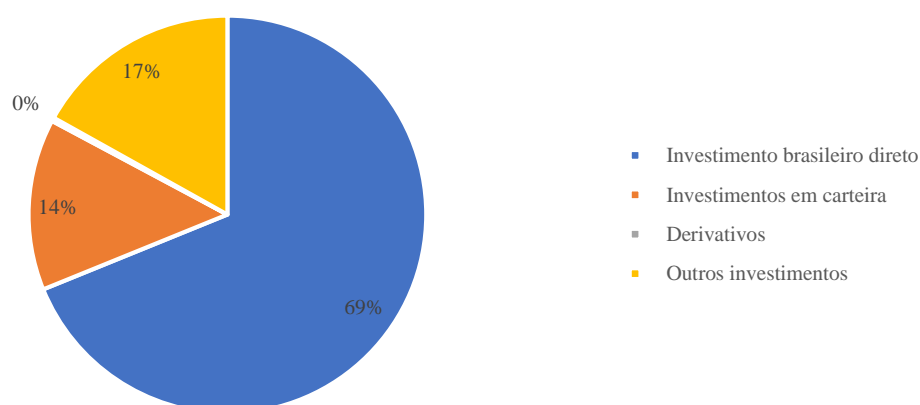
A exportação de capital é um aspecto intrínseco do capitalismo monopolista e financeiro. Considerando que o capitalismo no Brasil alcança esse estágio, é necessário analisar o fluxo do capital nacional nas últimas décadas. A internacionalização de empresas é característica do aumento da complexidade do capitalismo e da integração às correntes capitalistas globais. Assim, com a globalização e a financeirização rompendo as amarras da regulação financeira, aliados à revolução nas tecnologias da informação, há fluxo de capital contínuo e independente entre os diversos espaços.

No caso de uma economia periférica de capitalismo dependente como o Brasil, a exportação de capital precoce pode significar a continuidade e aprofundamento da

dependência econômica, limitando as condições possíveis de desenvolvimento. Desse modo, para a análise da exportação de capital do Brasil em direção aos países do seu entorno e do resto do mundo, utiliza-se dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil, através do registro de Capitais Brasileiros no Exterior – CBE, que fornecem informações de ativos no exterior mantidos por residentes no Brasil⁸². Aliados a esses dados, busca-se angariar informações sobre investimentos das multinacionais brasileiras através de fusões e aquisições.

Nos gráficos 10 e 11, apresenta-se a composição dos capitais brasileiros no exterior. No ano de 2010, a carteira de ativos em investimento direto no exterior corresponde a 69% do total de recursos enviados por residentes no Brasil. O restante se concentra em investimento em carteira e outras modalidades de investimentos, como aquisições de imóveis. No entanto, em 2016 a composição dos ativos brasileiros no exterior apresenta mudanças significativas: o investimento direto no exterior alcança 73% da carteira de ativos e o investimento em carteira 20%.

Gráfico 10 – Investimento direto brasileiro – 2010 (% total investido)



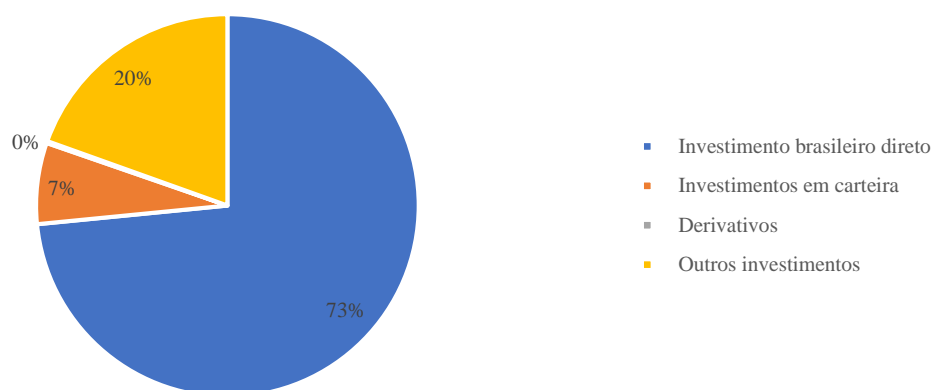
Fonte: Capitais brasileiros no exterior - CBE/Bacen – Elaboração própria

A tabela 6 detalha a composição desses ativos, apresentando elevação do investimento em carteira, principalmente pelo maior investimento em ações por

⁸² Os dados referentes aos Capitais Brasileiros no Exterior correspondem aos ativos que somam US\$ 100.000,00 ao final de cada ano base. As limitações impostas pelos dados são concernentes à defasagem temporal, já que o início da série ocorre nos anos 2000 e em 2006 sofre alterações metodológicas que incluem um maior detalhamento, ausente nas declarações anteriores.

residentes no Brasil. Conforme a tabela 6, em 2014 o investimento em carteira atinge seu maior nível, com estoque de aproximadamente US\$ 35,009 bilhões. Essa alavancagem decorre do maior investimento em ações, que no mesmo período alcança US\$ 22,968 bilhões e os títulos de renda fixa que chegam a US\$ 12,041 bilhões.

Gráfico 11 – Investimento direto brasileiro – 2016 (% total investido)



Fonte: Capitais brasileiros no exterior - CBE/Bacen – Elaboração própria

Após 2014 há uma queda significativa no estoque de investimento em carteira, em 2015 corresponde a cerca de US\$ 30,916 bilhões. Essa variação na composição da carteira de ativos ocorre em decorrência do declínio da economia brasileira. O período de ascensão e estabilidade termina em 2014 com os desequilíbrios macroeconômicos e políticos do Brasil. Nesse mesmo ano, os investimentos em carteira correspondem a US\$ 6,139 bilhões, reduzindo em 2015 para US\$ 5,896 bilhões. Porém, em 2016 apresenta uma recuperação dessas modalidades de ativos, mas sem alcançar o nível de 2014.

Tabela 6 – Capitais brasileiros no exterior – categorias de investimento – 2007-2016 (US\$ milhões)

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	196 724	209 488	221 809	273 961	280 265	355 982	391 575	450 438	442 979	456 630
Investimento brasileiro direto	140 036	155 942	164 523	188 637	202 586	266 252	295 382	328 236	317 397	335 362
Participação no capital	111 339	113 755	132 413	169 066	192 933	247 172	272 921	303 831	293 214	307 551
Operações Inter companhias	28 697	42 187	32 110	19 572	9 654	19 080	22 461	24 405	24 183	27 812
Dos quais: créditos comerciais	-	-	-	-	-	10 569	14 988	15 822	18 075	20 651
Investimentos em carteira	18 216	13 599	16 519	38 203	28 485	22 124	25 437	35 009	30 916	31 326
Investimentos em ações	6 548	4 828	8 641	14 731	16 903	13 367	16 930	22 968	22 857	22 314
Brazilian Depositary Receipts (BDR)	3 280	803	2 885	6 489	5 823	3 796	4 031	3 811	3 532	3 296

Demais	3 268	4 025	5 756	8 242	11 080	9 572	12 899	19 157	19 325	19 018
Títulos de renda fixa	11 668	8 771	7 877	23 472	11 581	8 757	8 507	12 041	8 059	9 012
Curto prazo	7 600	4 441	2 551	14 853	5 545	5 932	4 223	6 677	4 286	6 006
Longo prazo	4 068	4 329	5 326	8 620	6 036	2 825	4 283	5 364	3 773	3 006
Derivativos	142	609	426	797	668	555	647	594	680	737
Outros investimentos	38 330	39 338	40 341	46 324	48 526	67 051	70 109	86 599	93 986	89 206
Créditos comerciais	-	-	-	-	-	8 096	8 420	7 963	7 214	8 001
Empréstimos	11 600	11 835	12 674	13 825	14 835	19 538	15 939	17 555	17 795	17 408
Curto prazo	239	109	130	107	114	339	257	407	401	486
Longo prazo	11 360	11 726	12 544	13 719	14 720	19 199	15 682	17 147	17 394	16 922
Moeda e depósitos	23 251	24 368	23 424	27 342	26 376	30 780	35 998	43 861	51 756	45 329
Imóveis	1 844	1 854	2 625	2 712	3 601	4 612	5 409	6 139	5 896	6 108
Outros ativos	1 635	1 282	1 618	2 444	3 714	4 026	4 344	11 081	11 325	12 358

Fonte: Capitais brasileiros no exterior - CBE/Bacen

Em relação ao estoque de investimento direto no exterior, a série apresenta uma ascensão significativa. No ano de 2007, o investimento direto corresponde a US\$ 140,036 bilhões, principalmente pela participação em capital. Todavia, em 2014 o investimento direto realizado pelo Brasil alcança US\$ 328,236 bilhões, com queda em 2015, mas recuperando-se em 2016 com volume de recursos superiores ao ano de 2014. O aumento do investimento direto decorre da maior participação das empresas transnacionais brasileiras no exterior.

As tabelas 7 e 8 apresentam os principais países e setores de destino do investimento direto brasileiro no exterior. Os paraísos fiscais⁸³ são os principais destinos do investimento direto brasileiro. As Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas e Bahamas se encontram entre os principais destinos do capital nacional, onde geralmente são sede de *holdings* que realizam diversos investimentos, dificultando o mapeamento do destino final do capital.

A predominância dessas transações é de grande impacto para as economias dependentes e, comumente, associado ao empobrecimento de diversas economias. De acordo com o Quadro 2 (Anexo), os paraísos fiscais (Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas e Bahamas) concentram, em 2007, 33,25% do investimento direto brasileiro, enquanto que em 2016 essa concentração aumenta para 44,97% de todo o capital

⁸³ Os paraísos fiscais são típicos centros financeiros *offshore*. De acordo com a Escola de Economia da Noruega et al. (2015, p. 77): “A predominância de atividades *offshore* implica que as contrapartes da maioria dos ativos e passivos das instituições financeiras envolvem não-residentes. Portanto, paraísos fiscais são caracterizados por instituições financeiras cujas transações com não-residentes geram ativos e passivos que excedem significativamente aquelas resultantes de intermediação com residentes domésticos”.

exportado pelo Brasil. Esses centros *offshore* oferecem vantagens para as empresas realizarem transações internacionais sem incorrer em custos com elevadas taxas de impostos.

Conforme exposto pela tabela 7, entre os principais destinos de investimento direto brasileiro, as atividades financeiras são predominantes. No ano de 2016, os capitais brasileiros que ingressam nas Ilhas Cayman são destinados às atividades financeiras, seguros e serviços relacionados, alcançando 94,08%. Nas Ilhas Virgens Britânicas e Bahamas, os capitais se concentram na mesma modalidade, alcançando 69,23% e 76,81%, respectivamente. Entre os principais destinos também se encontram a Holanda e a Áustria. No entanto, o investimento direto brasileiro nesses países se concentra na indústria extrativa e de transformação, por conta das fusões e aquisições com empresas cujas sedes se encontram nessas nações ou entidades de propósito específico (*special purpose entities* – SPE).

Tabela 7 – Investimento direto brasileiro – principais países - 2016

Total país	Ilhas Cayman	Ilhas Virgens Britânicas	Holanda	Áustria	Bahamas
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aquicultura	0	0,29	0,01	0	0
Indústrias Extrativas	0,25	0,07	73,26	66,81	0
Indústrias de Transformação	0,37	1,29	3,40	10,94	0
Eletricidade e Gás	0	0	0	0	0
Construção	0,33	0,69	0	0	0,01
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	1,20	0,18	1,67	3,8	0,32
Transporte, Armazenagem e Correio	0	0,05	0,85	0	0
Alojamento e Alimentação	0	0	0	0	0
Informação e Comunicação	0,10	0,06	0	0	0,02
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	94,08	69,23	16,21	12,12	76,81
Atividades Imobiliárias	0,18	2,67	0	0,01	0,37
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	2,18	19,33	3,40	2,76	19,89
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	1,10	1,70	1,11	0	0,95
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	0	0,01	0	0	0
Outras Atividades de Serviços	0,18	4,42	0,04	0	1,44
Outros	0,02	0,01	0,06	3,56	0,19

Fonte: Capitais brasileiros no exterior - CBE/Bacen – Elaboração própria

Em relação aos países sul-americanos, o investimento direto brasileiro corresponde a 4,82% em 2007 e 5,76% em 2016⁸⁴. Os dados indicam a reduzida integração entre as economias sul-americanas e a participação do capital brasileiro na região. Entretanto, com os dados da tabela 8, observa-se que os capitais com destino aos países sul-americanos se encontram mais diversificados, presentes em investimentos da indústria de transformação, agricultura e pecuária, construção e extrativa mineral, além do setor financeiro que tem o impacto da internacionalização dos bancos nacionais em direção a esses países.

Tabela 8 – Investimento direto brasileiro – países sul-americanos - 2016

Total país	Chile	Uruguai	Argentina	Venezuela	Paraguai	Peru	Colômbia	Equador	Bolívia
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aquicultura	0	4,36	0,72	0	27,24	0	0	0	3,16
Indústrias Extrativas	0	0	0	0	0,54	0	0	0	0
Indústrias de Transformação	9,09	16,72	65,44	65,28	15,85	22,48	11,55	36,43	19,16
Eletricidade e Gás	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Construção	0,89	0	3,75	34,67	0	55,29	13,89	59,55	3,00
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	1,43	11,14	5,56	0	2,64	3,01	9,91	0	2,96
Transporte, Armazenagem e Correio	0	0	0,68	0	3,30	11,12	15,00	0	39,06
Alojamento e Alimentação	0	0	1,02	0	0	0	0	0	0
Informação e Comunicação	1,97	0	0	0	0	0	0,79	0	0
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	51,56	33,07	20,99	0	49,80	4,09	18,99	0	0
Atividades Imobiliárias	0	0,81	0	0	0	0	0	0	0
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	33,68	9,03	0	0	0	0	6	0	0
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	0,62	20,94	0	0	0	2,16	21,27	0	0
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Atividades de Serviços	0	2,05	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0,59	1,31	0	0	0	1,30	2,22	4,03	32,66

Fonte: Capitais brasileiros no exterior - CBE/Bacen – Elaboração própria

4.2 A transnacionalização das empresas brasileiras: uma análise a partir das fusões e aquisições

A internacionalização de empresas nacionais faz parte da dinâmica capitalista. Nesse sentido, entre as economias dependentes, o Brasil tem esse caráter mais amadurecido, com grandes empresas transnacionais realizando investimentos em diversos países, principalmente, através das fusões e aquisições. De acordo com Barakat,

⁸⁴ As informações sobre os capitais brasileiros no exterior constam no **Quadro 10** (Anexo), assim, o resultado acima sobre a América do Sul equivale à soma das participações individuais de cada país que consta nos dados divulgados pelo Banco Central do Brasil.

A internacionalização das empresas nacionais tem seu caráter mais dinâmico nos anos 2000, tanto em direção a América do Sul quanto aos países desenvolvidos. Com isso, entre 2000 e 2017 as transnacionais brasileiras investem aproximadamente US\$ 107.540,64 bilhões em fusões e aquisições. Os investimentos das transnacionais brasileiras se concentram fora da América do Sul, 68,83% são realizados principalmente no Canadá, Portugal e Estados Unidos. As operações nos países fronteiriços são equivalentes a 9,51% concentradas na Argentina, Chile e Colômbia.

As principais transnacionais brasileiras a realizarem investimentos em direção a Europa, Estados Unidos e países em desenvolvimento são dos setores de mineração, siderurgia, telecomunicações, alimentos, cimentos e bebidas, o que indica razoavelmente uma especialização do Brasil em setores da extrativa mineral e da indústria de transformação de baixa intensidade tecnológica. Com ausência de setores intensivos em tecnologias e promotores de inovação, o capital nacional se especializa em setores tradicionais onde podem ser competitivos. Além do mais, o crescimento das transnacionais brasileiras acompanha o *boom* das *commodities*, o que as torna suscetíveis às crises econômicas e variações de preços no mercado mundial.

Como apresentado pela tabela 9, a maior transação é realizada pela Vale em 2006 com a aquisição da mineradora canadense Inco Ltda, por US\$ 16,727 bilhões. Contudo, as empresas que realizam investimentos no exterior se destacam por serem as principais tomadoras de empréstimos do BNDES. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (2017, p. 54):

O BNDES dispõe, desde meados da década passada, de programa de Financiamento de Investimento de Empresas Nacionais no Exterior – FINEM Internacionalização – que financia a aquisição, implantação, ampliação ou modernização de unidades produtivas no exterior, bem como a participação societária em empresas estrangeiras. [...]. O programa realizou um número muito reduzido de operações em seus 15 anos de existência, em virtude do custo elevado do financiamento oferecido – que corresponde ao custo de captação no mercado internacional. [...]. Assim, a participação do BNDES no financiamento de empresas brasileiras no exterior tem ocorrido apenas: (i) de forma não explícita, quando concede à empresa um pacote de financiamento para suas atividades no Brasil que compreende, de alguma forma, recursos que serão utilizados no *funding* de investimento no exterior ou (ii) nos casos em que o banco participa do capital social da empresa brasileira — o BNDES dispendeu, entre 2007 e 2010, R\$ 11,7 bilhões com o objetivo predominante de apoiar o processo de internacionalização de seis empresas, sendo 93,5% do total destinados a JBS (R\$ 4,5 bilhões), Marfrig (R\$ 3,5 bilhões) e Bertin (R\$2,5 bilhões)

O banco, a partir de 2008, passa a receber aportes crescentes do Tesouro Nacional, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e PIS/PASEP e, ao final de 2016, apresenta um passivo de R\$ 876,2 bilhões (BNDES, 2017). A Petrobras e a Vale, entre 2004 a 2018, realizam operações de crédito com o BNDES de R\$ 62 bilhões e R\$ 22,5 bilhões respectivamente (BNDES, 2018).

Tabela 9 – Empresas transnacionais brasileiras em países desenvolvidos e em desenvolvimento - principais fusões e aquisições (US\$ milhões)

Ano	Adquirente	Adquirida	País	Valor (milhões)	Sector de Atuação
2004	Ambev	Interbrew	Bélgica	4.500,00	Bebidas
2006	Vale	Inco Ltda.	Canadá	16.727,00	Mineração
	Vale	Canico Resource Corporações	Canadá	678,00	Mineração
2007	Gerdau	Chaparral Steel	Estados Unidos	3.974,00	Siderurgia
	Gerdau	Quanex Corp	Estados Unidos	1.458,00	Metalurgia
	JBS Friboi	Swift	Estados Unidos	1.400,00	Alimentos
	Vale	AMCI	Austrália	786,00	Mineração
	Gerdau	Grupo Industrial Feld	México	259,00	Siderurgia
	JBS	Inalca-Cremonini	Itália	329,00	Alimentos
2008	MARFRIG	Braslo, Penasul, Agrofrango, Moy Park e outras	Brasil, Irlanda e Reino Unido	680,00	Comércio varejista
	Gerdau	Gerdau Macsteel	Estados Unidos	1.458,00	Metalurgia
	Votorantim	US Zinc-TPG	Estados Unidos	295,00	Metalurgia
	Magnesita Refratários	LWB Refractories	Alemanha	952,00	Siderurgia
	JBS	Smithfield Beef	Estados Unidos	565,00	Alimentos
	Gerdau	Aceros Corsa	México	101,00	Siderurgia
	Gerdau	Sidenor	Espanha	287,00	Siderurgia
	JBS	Tasman	Austrália	148,00	Alimentos
2009	Bradesco	Banco Espírito Santo	Portugal	132,00	Financeiro
2010	Vale SA	BSG Resources Guinea Ltd	Reino Unido	2.500,00	Mineração
	Gerdau	Gerdau Ameristeel Corp	Canadá	1.607,00	Indústria
	Marfrig Alimentos SA	Keystone Foods LLC	Estados Unidos	1.260,00	Agroindústria
	Camargo Corrêa	Cimpor Cimentos de Portugal	Portugal	1.894,00	Cimentos
	Braskem SA	Sunoco Chemicals Inc	Estados Unidos	350,00	Indústria
	Petrobras	Pasadena Refining System Inc	Estados Unidos	350,00	Petróleo e Gás
	Petrobras	Devon Energy Corp-Cascade	Estados Unidos	180,00	Petróleo e Gás
	Banco Bradesco S.A.	IBI México	México	163,74	Financeiro
2011	CPFL Energia	Jantus	Espanha	587,00	Energia
	TNLP	Portugal Telecom SGPS	Portugal	961,00	Telecomunicações
	HRT	UNX Energy Corp.	Canadá	711,00	Petróleo e Gás
2012	Camargo Correa	Cimpor Cimentos (40%)	Portugal	4.097,00	Cimento
	Grupo Safra	Bank Sarasin & Cia	Holanda	2.087,00	Financeiro
	Iochpe-Maxion	Hayes Lemmerz Internacional	Estados Unidos	1.317,00	Automobilístico
	Cielo S.A.	Merchant e-Solutions	Estados Unidos	670,00	Financeiro
	Tupy S.A.	Cifunsa Diesel y Technocast	México	439,00	Siderurgia
	CSN	Stahlwerk Thüringer	Espanha	632,00	Mineração
2013	Banco Safra	Bank J Safra Sarasin (50%)	Suiça	700,00	Financeiro
	Vale S.A.	Mina de Carbon Belvedere (25%)	Austrália	156,00	Mineração

	Grupo BTG Pactual	Participações em prospecção petrolífera**	África	1.525,00	Petróleo e Gás
	Marcopolo S.A.	New Flyer (20%)	Canadá	116,00	Automobilístico
	Amil Participações S.A.	Hospitais privados de Portugal	Portugal	110,00	Saúde
2015	Oi	Portugal Telecom	Portugal	8.056,00	Telecomunicações
	BTG pactual	BSI	Suiça	1.680,00	Financeiro
	JBS S.A.	Moy Park Holding	Reino Unido	1.507,00	Alimentos
	JBS S.A.	Cargill	Estados Unidos	1.450,00	Alimentos
	JBS S.A.	Tyson de México/Tyson do Brasil	México/Brasil	575,00	Alimentos
	JBS S.A.	Primo Group Holding	Nova Zelândia	1.258,00	Alimentos
	Camargo Correa	Grupo Travex S.A. (50%)	Espanha	389,00	Indústria
2017	Natura	The Body Shop International	Reino Unido	1.120,00	Comésticos
	Brasil Foods (BRF)*	Banvit Bandirma Vitaminli Yem Sanayii ASA (79,48%)	Turquia	400,00	Alimentos
	JBS	Plumrose USA	Estados Unidos	230,00	Alimentos
Total				73.806,74	

Fonte: CEPAL (Vários anos)

Com respeito ao papel do BNDES na internacionalização das empresas brasileiras, pode-se destacar sua atuação no financiamento de serviços de engenharia realizados no exterior por empresas residentes no Brasil. Dessa forma, de acordo com os dados da tabela 10, o BNDES desembolsa um total de financiamento equivalente a US\$ 10,5 bilhões, entre 1998 e 2015. Desse total, as principais empresas de engenharia beneficiadas nesse período são a Construtora Norberto Odebrecht S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A., recebendo 69,93% e 14,14%, respectivamente. A quantidade de recursos disponibilizados pelo banco público demonstra a capacidade que o Estado brasileiro dispõe para subsidiar a transnacionalização de suas empresas.

Tabela 10 – Operações de exportação pós-embarque de serviços de engenharia - US\$ milhões

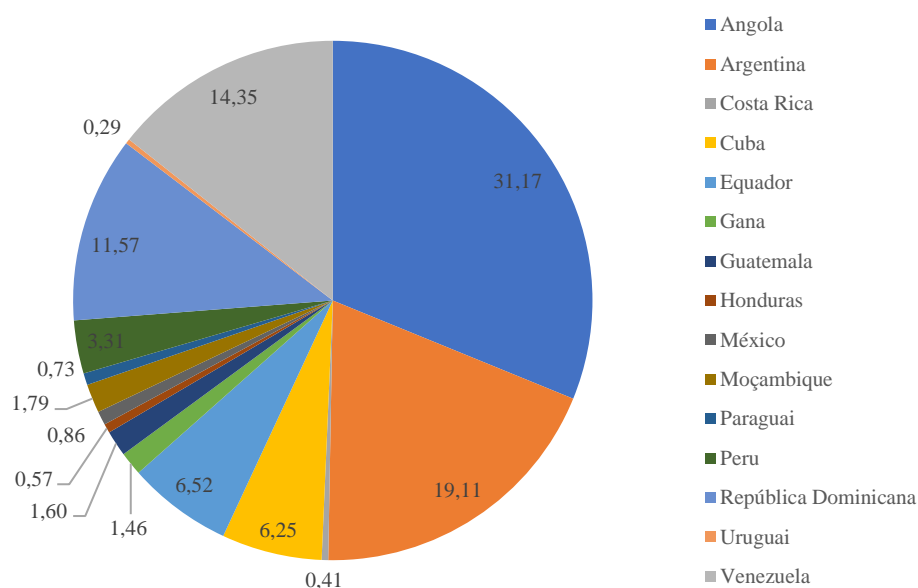
Construtoras	1998-2015	%
Arg. LTDA	77,00	0,73
Bureau de projetos e consultoria Ltda.	7,53	0,07
Companhia de Obras e Infraestrutura	641,21	6,11
Confab Industrial S.A.	25,59	0,24
Construções e Comercio Camargo Correa S.A.	248,77	2,37
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	1.485,03	14,14
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	7.342,48	69,93
Construtora OAS S.A.	167,61	1,60
Construtora Queiroz Galvão S.A.	399,03	3,80
Contracta Engenharia Ltda	13,64	0,13
EMSA empresa sul americana de montagens s a	3,18	0,03
Engevix engenharia S.A.	3,00	0,03

Furnas centrais elétricas S.A.	1,50	0,01
Mello júnior - empreendimentos e participações Ltda.	15,01	0,14
Multitrade S.A.	34,62	0,33
Prado Valladares agência de cooperação e desenvolvimento	5,06	0,05
Pro sinalização viária Ltda	11,49	0,11
Schahin engenharia S.A.	2,59	0,02
Tpro engenharia S.A./ pharmaster do Brasil consultoria Ltda.	14,88	0,14
Total	10.499,22	100

Fonte: BNDES

Observando mais detalhadamente os dados do BNDES através do gráfico 12, pode-se identificar os destinos dos recursos desembolsados em serviços de engenharia. No período de 1998 a 2015, a Angola é o país que mais recebe recursos provenientes do BNDES, cerca de 31,17%, seguido da Argentina, 19,11%, e da Venezuela, 14,35%. Porém, se agrupar os países por seus respectivos continentes e subcontinentes, temos a América do Sul como destino de 44,32% dos desembolsos em serviços de engenharia financiados pelo BNDES, África com 34,43% e América Central e Caribe com 21,25%.

Gráfico 12 – Operações de pós-embarque de serviços de engenharia entre 1998 a 2015 - por destinos - % total



Fonte: BNDES

Conforme a tabela 11, no período de 1998 a 2018, o BNDES desembolsa aproximadamente US\$ 38 bilhões em financiamento às exportações das empresas brasileiras. Nota-se que para ter acesso ao financiamento, as empresas devem possuir certo grau de nacionalização dos produtos a serem definidos por critérios do próprio banco. Esses recursos são voltados especialmente para as exportações da indústria de bens de capital e bens de consumo. Assim, de acordo com os dados dispostos na tabela abaixo, nota-se que as exportações em direção à América do Norte e América do Sul recebem maior nível de financiamento, 47,37% e 21,78% respectivamente.

Tabela 11– Desembolsos BNDES Pós-embarque por destino das exportações financiadas - US\$ mil

Regiões	1998-2018	%
África	3.820.396,10	10,03
América Central e Caribe	3.538.561,89	9,29
América do Norte	18.039.239,40	47,37
América do Sul	8.295.689,70	21,78
Ásia	237.137,31	0,62
Europa	4.116.448,84	10,81
Oriente Médio	36.000,00	0,09
Total	38.083.473,23	100

Fonte: BNDES

No tocante a América do Sul, como pode ser observado na tabela 12, as operações de fusões e aquisições realizadas pelas transnacionais brasileiras se concentram no Brasil, movimentando cerca de US\$ 23,505 bilhões em fusões e aquisições, principalmente no setor financeiro que, aliás, tem se expandido no subcontinente com aquisições de bancos na Argentina e no Chile. Nesse caso, destaca-se a aquisição do controle acionário do Banco da Patagônia na Argentina pelo Banco do Brasil por US\$ 480 milhões. Junto ao Banco do Brasil, o Banco Itaú e o BTG Pactual atuam na aquisição de instituições financeiras na região, consolidando suas internacionalizações. A maior operação é realizada pelo Banco Itaú, que compra os ativos do Bank Boston no Brasil e no Chile em 2006, ambas operações têm investimento estimado de US\$ 2,712 bilhões e US\$ 650 milhões respectivamente.

As mineradoras movimentam US\$ 3.046,90 bilhões em fusões e aquisições na América do Sul, com destaque para a Votorantim que realiza aquisições no Peru,

Colômbia e Argentina. Ainda na Argentina, em 2005, a Camargo Corrêa adquire a maior indústria de cimento do país, a Loma Negra por US\$ 1,025 bilhão. Nas duas últimas décadas, a Argentina é o país sul-americano que mais recebe capital das transnacionais brasileiras, entre 2000 e 2017 são cerca de US\$ 6,440 bilhões em aquisição de ativos no país, principalmente após a crise econômica de 2001-2002, que fragiliza diversas empresas da Argentina.

Tabela 12 – Empresas transnacionais brasileiras na América do Sul – principais fusões e aquisições – US\$ milhões

Ano	Adquirente	Adquirida	País	Valor	Setor de Atuação
2000	Unibanco	Banco Bandeirantes	Brasil	670,00	Financeiro
	Banco Santander Brasil	Conglomerado Financeiro Meridional	Brasil	1.000,00	Financeiro
	Atento Brasil	Quatro A Telemarketing e Centrais de Atendimento	Brasil	140,00	Telecomunicações
	Brasil Telecom	Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT)	Brasil	800,00	Telecomunicações
	Vale	SAMITRI	Brasil	706,00	Mineração
2002	PETROBRAS	Pérez Companc	Argentina	1.028,00	Petróleo e Gás
	AmBev	Cervecería y Maltería Quilmes	Argentina	346,00	Bebidas
2003	Banco Itaú	Banco Fiat	Brasil	244,00	Financeiro
	Banco Bradesco	BBV Banco Brasil	Brasil	796,00	Financeiro
	Banco Itaú	Banco BBA Creditanstalt S.A.	Brasil	936,00	Financeiro
	Telemar Norte Leste	Oi	Brasil	1.577,00	Telecomunicações
	Aracruz Celulose	Riocell S.A.	Brasil	611,00	Papel e Celulose
	Bradespar	Valepar S.A.	Brasil	239,00	Mineração
	Litel Participações	Valepar S.A.	Brasil	287,00	Mineração
	Vale	Caemi Mineração e Metalurgia	Brasil	426,00	Mineração
	BNDES	Valepar S.A.	Brasil	520,00	Mineração
2005	Camargo Correa	Loma Negra	Argentina	1.025,00	Construção
2006	Banco Itaú	BankBoston Chile	Chile	650,00	Financeiro
	Banco Itaú	BankBoston Brasil	Brasil	2.172,00	Financeiro
	Rio Minas Energia e Part.	Light SA	Brasil	1.627,00	Energia
	Interbrew	Quilmes industrial	Argentina	1.250,00	Bebidas
2007	GP Investimentos	Negocios de Perforacion y E&P	Argentina	1.000,00	Serviços petroleira
	Votorantim	Acerías Paz del Rio	Colômbia	494,00	Siderurgia
	Marfrig	Quickfood	Argentina	141,00	Alimentos
	Petrobras	El Tordillo y La Tapera - Noble Energy	Argentina	118,00	Energia
2008	NCF	Bradesco-Banco Bilbao Vizcaia	Brasil	1.382,00	Financeiro
	Cosan	Esso Brasileira	Brasil	989,00	Petróleo e Gás
	Unibanco	Unibanco-AIG	Brasil	820,00	Financeiro
	Ultrapar	Chevron Brazil	Brasil	730,00	Petroquímica
	Vários	Solpart-Telecom Itália	Brasil	515,00	Telecomunicações
	Votorantim	Minera Atacocha	Peru	145,00	Mineração
2009	Vale	Rio Tinto-ativos de Potasa	Argentina	850,00	Produtos químicos
	Petrobras	Esso-Chile	Chile	400,00	Distribuição de combustível
	Vale	Cementos Argos	Colômbia	373,00	Cimento
	Vale	Mina de Carbon El Hatillo	Colômbia	305,00	Mineração
	Votorantim	Cementos Avellaneda	Argentina	202,00	Cimento

2010	Votorantim Metais Ltda	Cia Minera Milpo SAA	Peru	418,90	Mineração
	Banco do Brasil	Banco Patagonia	Argentina	480,00	Financeiro
2011	BTG pactual	Celfin Capital	Chile	600,00	Financeiro
2012	Bradesco S.A.	HSBC Bank Brasil S.A. / Banco Múltiplo HSBC	Brasil	5.186,00	Financeiro
2016	CPFL Energia S.A.	AES Sul distribuidora gaúcha de energia S.A.	Brasil	464,00	Energia
	Cachoeira Escura Energética S.A.	Pantanal Energética Ltda.	Brasil	124,00	Energia
2017	BTG pactual	Ativos Weyerhaeuser	Uruguai	403,00	Floresta
	Votorantim Energia*	Parque eólico Ventos do Araripe III 359 MW	Brasil	544,00	Energia
Total				33.733,90	

Fonte: CEPAL (Vários anos)

A Petrobras está na vanguarda da internacionalização das empresas brasileiras durante a década de 1970 com operações no Oriente Médio através da Braspetro. No entanto, com os conflitos na região em decorrência da Guerra de Yom Kipur e, em seguida, com os choques do petróleo de 1973 e 1979, surgem dificuldades de financiamento para a empresa continuar a operar na exploração. Com a descoberta de reservas de petróleo no litoral brasileiro na Bacia de Campos, a empresa decide encerrar suas operações no exterior e se concentrar na América do Sul.

Na América do Sul, a empresa busca a liderança na área energética, destacando-se investimentos no gasoduto entre Bolívia e Brasil e na exploração de petróleo e gás na Argentina junto a Repsol-YPF e Total. Em seguida, no ano de 1999, adquire em consórcio com a Pérez Companc as refinarias de Gualberto Villareal em Cochabamba e Guillermo Elder Bell em Santa Cruz de la Sierra. Porém, diante da crise Argentina de 2002, a Petrobrás efetua a compra de ativos da Pérez Companc e passa a ter controle sobre a rede gasodutos e oleodutos, duas hidroelétricas, cinco unidades petroquímicas e participação na transportadora de gás do sul (TGS), empresa de transmissão e distribuição de eletricidade (Transener). Ademais, a Petrobrás assume os ativos da Pérez Companc na Venezuela, Equador e Peru se efetivando como empresa líder em petróleo na América Latina, detendo toda a cadeia de exploração, refino e distribuição na América do Sul (PINTO, 2011).

4.3 Complexo industrial-militar do Brasil

A proposta de abordagem do *complexo industrial-militar*⁸⁵ a que se propõe esta pesquisa é de buscar elementos que demonstrem a situação e importância do setor para o Estado brasileiro. Partindo desse ponto, levanta-se inicialmente o argumento de Marini, em *Subdesenvolvimento e Revolução*, acerca do papel do complexo industrial-militar no seu tempo e que deu subsídio à sua formulação do conceito de subimperialismo.

O desenvolvimento e aperfeiçoamento do complexo industrial-militar brasileiro atendem às necessidades de integração imperialista em curso no Brasil na década de 1960. De acordo com Marini (2013), o desenvolvimento da indústria bélica já está presente no governo de Goulart e é decididamente reforçada pelos governos militares. Pois bem, a indústria bélica nacional pode ser dividida em três ciclos distintos: primeiro, o ciclo dos arsenais 1762 a 1889, voltado às reparações, fundição e produção de munições; segundo, o ciclo de 1889 a 1940, período de formação das primeiras fábricas de equipamentos militares modernos no Brasil, limitadas, no entanto, pela inexistência da indústria pesada; terceiro, o ciclo que têm início na década de 1940 até o presente, momento, constituído na formação de uma indústria bélica voltada para a produção pesada, como de veículos automotores blindados e investimentos em pesquisa e desenvolvimento (AMARANTE, 2004).

O período abordado por Marini se refere ao terceiro ciclo e diz respeito a um salto tecnológico que se presencia no Brasil e que faz parte dos programas industrializantes comandados pelos governos militares de fortalecimento da indústria pesada nacional. Ademais, o terceiro ciclo tem como objetivo dinamizar a inserção externa brasileira com a exportação de materiais bélicos. Dentro do “ambiente” da guerra-fria, o padrão tecnológico dos “blindados” e da produção de armas intermediárias, a indústria de armamentos brasileira foi exitosa, posicionando o Brasil como um produtor intermediário de armamentos, respeitando a lógica da integração imperialista e subordinada aos Estados Unidos. Ao final dos anos 1980, o Brasil figura como 8º exportador mundial de armamentos e fornece 90% dos equipamentos utilizados pelo Exército brasileiro (AMARANTE, 2004).

⁸⁵ O conceito de complexo industrial-militar abrange as empresas voltadas a produção exclusivamente de armamentos. Porém, existem empresas que não possuem produção voltada à área da defesa, mas que desenvolvem produtos que podem ser absorvidos pelo setor. Por isso, atualmente se utiliza o conceito de Base Industrial de Defesa – BID, utilizado na elaboração de políticas públicas. Desse modo, no presente trabalho, ao se expor o complexo industrial-militar, está se referindo, também, à BID.

Esse apogeu da indústria bélica brasileira sofre com a abertura econômica da década de 1990 e com as mudanças no padrão tecnológico e de comunicações. As principais empresas nacionais do setor, como a Avibrás⁸⁶, passam a sofrer com a concorrência estrangeira inclusive no mercado interno. Entre 1993 e 1999, a empresa não recebe nenhum pedido de compras de equipamentos militares, entrando em sérias dificuldades financeiras. Outra empresa nacional a ingressar em crise é a Engesa⁸⁷, que decreta falência em 1993. A única empresa do setor que consegue sobreviver às turbulências da década de 1990 é a Embraer, principalmente porque sua produção não está voltada apenas para o uso militar, mas também para a produção de aviões de uso civil. Essas três empresas – Avibrás, Engesa e Embraer – são responsáveis pela exportação de aproximadamente 95% do setor de defesa (ANDRADE, FILHO, *et al.*, 2016).

O crescimento da indústria bélica no Brasil se beneficia das condições de financiamento externo da década de 1970, tendo influenciado diretamente nos resultados da década de 1980 com a maturação dos investimentos na fabricação de novos produtos. Ademais, o setor se beneficia do contexto geopolítico mundial, no qual a guerra fria exige das potências econômicas gastos elevados em defesa. Os elevados gastos dos dois polos hegemônicos EUA e URSS absorvem internamente grande parte da produção de sua indústria de defesa, garantindo um mercado externo abundante para os países em desenvolvimento, como o Brasil. Além do mais, a guerra entre Irã e Iraque absorve a produção dos equipamentos de defesa brasileiros. De acordo com os dados do *Stockholm International Peace Research Institute – SIPRI*⁸⁸, dispostos na tabela 13, entre os anos de 1974 e 1995 o Brasil exporta aproximadamente US\$ 2,556 bilhões em produtos de defesa. Entretanto, as exportações se concentram no Iraque (22,5%), Líbia (15,57%), Reino Unido (8,41%) e França (6,06%). Na América do Sul, os principais destinos dos armamentos brasileiros nesse período são Colômbia (5,13%), Chile (4,07%) e Paraguai (3,68%).

⁸⁶ A Avibrás é uma empresa privada dedicada a produção de armamentos como foguetes, mísseis e sistema de artilharia antiaéreo.

⁸⁷ A Engesa tinha como base a produção de veículos blindados.

⁸⁸ Utiliza-se o *trend-indicator value – TIV*, elaborado pela SIPRI como *proxy* para as exportações de armas. “O TIV baseia-se nos custos unitários de produção conhecidos de um conjunto nuclear de armas e destina-se a representar a transferência de recursos militares em vez do valor financeiro da transferência. Estes dados destinam-se a fornecer uma unidade comum para permitir a medição de tendências no fluxo de armas para determinados países e regiões ao longo do tempo. Portanto, a principal prioridade é garantir que o sistema TIV permaneça consistente ao longo do tempo e que quaisquer alterações introduzidas sejam retroativas” (SIPRI, 2019, p.).

De acordo com Araujo e Negri, *et al.* (2011), as exportações brasileiras de armamentos em direção ao Oriente Médio só é possível diante da inexistência de obstáculos estadunidenses à expansão brasileira na região. Contudo, os autores ressaltam que o fim da guerra fria altera radicalmente as condições para a indústria de defesa nacional.

Tabela 13 – Exportação brasileira de armamentos – US\$ milhões

Países	1974-1995	%	Países	1996-2018	%
Iraque	575,00	22,50	Afganistão	114,00	11,90
Líbia	398,00	15,57	Colômbia	111,00	11,59
Reino Unido	215,00	8,41	Indonésia	105,00	10,96
França	155,00	6,06	Equador	96,00	10,02
Colômbia	131,00	5,13	Chile	84,00	8,77
Chile	104,00	4,07	Grécia	48,00	5,01
Chipre	98,00	3,83	Angola	46,00	4,80
Paraguai	94,00	3,68	França	46,00	4,80
Egito	89,00	3,48	Malásia	36,00	3,76
Arábia Saudita	72,00	2,82	México	36,00	3,76
Argentina	72,00	2,82	República Dominicana	35,00	3,65
Zimbábue	65,00	2,54	Líbano	32,00	3,34
Venezuela	60,00	2,35	Índia	31,00	3,24
Peru	57,00	2,23	Paquistão	25,00	2,61
Nigéria	54,00	2,11	Namíbia	21,00	2,19
Irã	41,00	1,60	Mali	18,00	1,88
Qatar	38,00	1,49	Mauritânia	18,00	1,88
Bolívia	31,00	1,21	Uruguai	14,00	1,46
Uruguai	29,00	1,13	Burkina Faso	13,00	1,36
Gabão	27,00	1,06	Reino Unido	12,00	1,25
Tunísia	27,00	1,06	Bolívia	5,00	0,52
Equador	25,00	0,98	Cabo Verde	3,00	0,31
Coreia do Sul	22,00	0,86	Moçambique	3,00	0,31
Honduras	20,00	0,78	Paraguai	3,00	0,31
Togo	14,00	0,55	Argentina	1,00	0,10
Emirados Árabes Unidos	13,00	0,51	Camarões	1,00	0,10
Demais países	30,00	1,17	Demais países	1,00	0,10
Total	2.556,00	100	Total	958,00	100

Fonte: SIPRI

O fim da guerra fria provoca dois efeitos distintos: o primeiro se refere ao nível de gastos com defesa em todos os países e o segundo diz respeito ao realinhamento hegemônico global em torno do imperialismo estadunidense. Esses dois aspectos impactam diretamente sobre a indústria de defesa global. A redução dos gastos militares eleva a concorrência pelo mercado internacional de armamentos, dificultando a situação de potências intermediárias dependentes do mercado externo para viabilizar sua indústria de defesa. Além disso, o estado da arte da indústria de defesa passa a ficar mais distante

para nações emergentes, o que impõe a necessidade de pesados investimentos em P&D. Talvez o aspecto mais decisivo para a trajetória da indústria de defesa global são os interesses dos EUA sobre o Oriente Médio em busca de garantir sua influência na região.

A indústria de defesa do Brasil passa por uma profunda crise na década de 1990, a incapacidade de financiamento do setor aliado à crise interna vivenciada pelo país exigem que se mantenha o nível de exportações⁸⁹ da década passada. Entretanto, a demanda por produtos com maior sofisticação faz com que as empresas nacionais entrem em sérias dificuldades. No período entre 1996 e 2018, o país exporta apenas US\$ 958 milhões, ou seja, cerca de 35% do valor exportado pelo período anterior.

Nesta nova fase, o mercado regional se torna o principal destino da indústria de defesa do Brasil, representando 32,77%. Entre os principais destinos estão a Colômbia (11,59%), Equador (10,02%) e Chile (8,77%). Em relação ao Afeganistão, sua participação de 11,90% como destino da exportação brasileira de armamentos se refere ao contrato de compra de 20 aeronaves Super Tucano, realizado pelos EUA a serem fabricados na unidade da Embraer em Jacksonville, na Flórida. O valor total do contrato é estimado em US\$ 427 milhões (MORAES, 2012).

O gráfico 13 apresenta os gastos com defesa em relação ao PIB das principais economias mundiais⁹⁰. Dessa forma, é possível observar que ao longo do período de 1974 a 2016 há uma acentuada queda da participação dos gastos com defesa em proporção ao PIB, principalmente no Reino Unido, França e Alemanha.⁹¹ No caso da Alemanha⁹¹, a redução dos gastos militares é mais profunda. Em 1974, o país destinava aos gastos militares 3,5% do PIB, nível que se mantém entre as décadas de 1970 e 1980. No entanto, ao longo dos anos 1990 e 2000, os gastos militares chegam ao seu menor nível, correspondendo em 2016 a 1,2% do PIB.

Os EUA continuam mantendo o maior nível de gastos com defesa em relação às demais economias. Em 1974, o equivalente a 5,7% do PIB estadunidense é direcionado

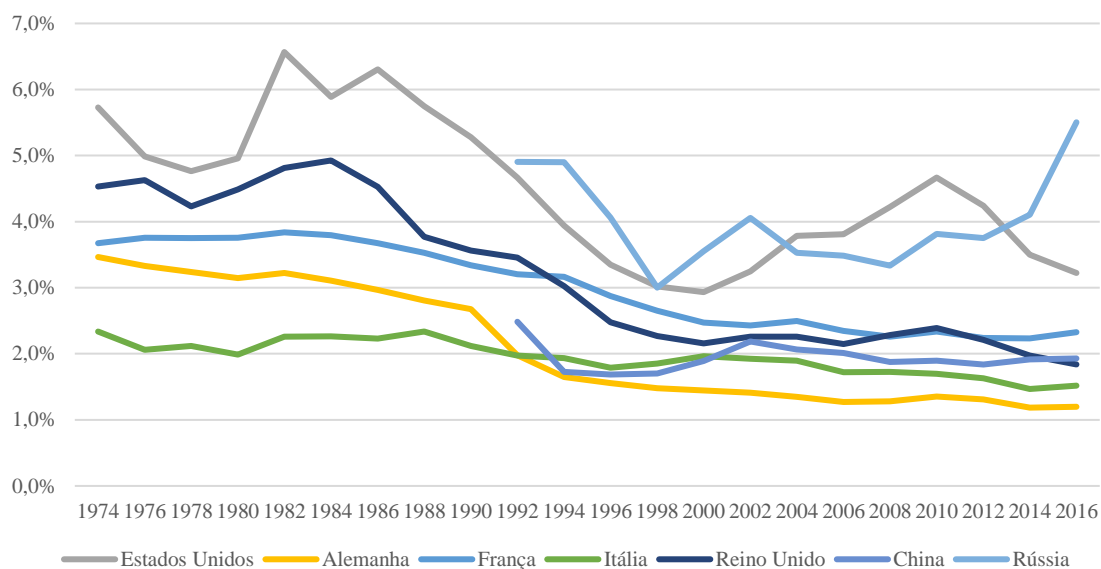
⁸⁹ De acordo com Moraes (2012, p. 11), “[...] sob a ótica dos Estados, as exportações, ao permitirem a ampliação da escala de produção das empresas, podem reduzir os custos de suas próprias aquisições de armas, em função tanto de economias de escala como de economias de aprendizado: em diversos países, as exportações são essenciais para que se alcance escala de produção capaz de manter a viabilidade econômica das empresas. Se os Estados desejarem ser autossuficientes no fornecimento de equipamentos militares, a ausência de exportações poderia ainda demandar amplos subsídios para que as empresas nacionais se mantivessem sustentáveis, o que poderia representar grande fardo para o país. Ainda do ponto de vista estatal, por meio das vendas externas de armas, é possível negociar a compra de insumos, como petróleo (*oil for weapons*), gás natural e urânio”.

⁹⁰ Os dados referentes à Rússia e China estão indisponíveis para os anos de 1974 a 1990. No caso específico da China, são utilizadas estimativas devido à falta de informações sobre os gastos militares do país.

⁹¹ Na base de dados SIPRI estão disponíveis apenas informações para a Alemanha Ocidental.

aos gastos com defesa, em 1982 alcança o pico de 6,6%. Embora ao longo dos anos 1990 o país tenha reduzido os gastos militares, mantém-se acima dos demais países, ao nível de 3,2% do PIB em 2016.

Gráfico 13 – Despesas militares de países selecionados (% PIB)



Fonte: SIPRI

A consequência desse cenário geopolítico na indústria de defesa nacional tem como consequência a falência da Engesa, umas das principais empresas do setor. De acordo com Andrade e Filho, *et al.* (2016), a falência da empresa está associada ao elevado investimento no desenvolvimento do carro de combate EE-T1 Osório que não obtem sucesso nas vendas externas e internas. Aliás, diversos autores citam a incapacidade do governo brasileiro em praticar uma política defensiva na década de 1990.

Para Araujo e Negri, *et al.* (2011), a indústria de defesa brasileira consegue sucesso na produção e exportação de produtos intermediários, entretanto não avança para etapas mais sofisticadas. Conforme os autores, mesmo que a indústria de defesa nacional lograsse sucesso na incorporação de tecnologias avançadas, precisaria enfrentar as barreiras que restringem o comércio internacional de armamentos, principalmente no que tange às certificações. Pois bem, a redução dos gastos militares e a necessidade de elevados investimentos em P&D exigem das empresas uma acirrada concorrência no mercado internacional. Ora, o melhor desempenho da indústria de defesa vem acompanhado de um Estado forte na geopolítica mundial, isso se explica na influência do

lobby da indústria de defesa estadunidense na política externa do país junto aos organismos multilaterais e ao Ministério da Defesa, a fim de garantirem mercado.

De acordo com a tabela 14, os principais países exportadores de armamentos são Estados Unidos, Rússia, França, Reino Unido e Alemanha. Nota-se que o Brasil, entre 1974 e 1995, é o 17º exportador mundial de armamentos, representado 0,32% do comércio mundial, resultado expressivo para um potência intermediária, visto que parte desse resultado é consequência do comércio com países do Oriente Médio, região sensível na política externa dos países imperialistas. Entretanto, no período subsequente 1996-2018, o Brasil passa a ocupar a 26ª posição entre os exportadores de armamentos, reduzindo sua participação para 0,16% do comércio global.

Tabela 14 – Principais exportadores de armamentos – US\$ milhões

Ranking	Países	1974-1995	%	Ranking	Países	1996-2018	%
1	Estados Unidos	278.377,00	35,15	1	Estados Unidos	205.416,00	35,34
2	URSS	248.536,00	31,38	2	Rússia	128.648,00	22,13
3	França	53.467,00	6,75	3	França	42.532,00	7,32
4	Reino Unido	47.141,00	5,95	4	Alemanha	40.811,00	7,02
5	Alemanha	37.238,00	4,70	5	Reino Unido	28.947,00	4,98
6	China	24.645,00	3,11	6	China	21.507,00	3,70
7	Tchecoslováquia	16.821,00	2,12	7	Itália	12.774,00	2,20
8	Itália	15.118,00	1,91	8	Israel	12.581,00	2,16
9	Rússia ⁹²	11.409,00	1,44	9	Holanda	12.359,00	2,13
10	Holanda	9.565,00	1,21	10	Espanha	11.911,00	2,05
17	Brasil	2.556,00	0,32	26	Brasil	958,00	0,16
	Demais países	47.102,00	5,95		Demais países	62.784,00	10,80
	Total	791.975,00	100		Total	581.228,00	100

Fonte: SIPRI

Como pode ser observado na tabela 15, no período de 1974 a 1995, os principais produtos exportados pela indústria de defesa do Brasil são aeronaves e veículos blindados. No que se refere aos veículos blindados é importante ressaltar o papel representado pela Engesa no setor, determinando uma participação expressiva no total das exportações de armamentos brasileiros. Entre 1974 e 1995, do total de armamentos exportados pelo Brasil, 52,35% são de veículos blindados e 40,96% são de aeronaves, com a presença de outra grande empresa do setor: a Embraer. A indústria de defesa brasileira se constitui com base na dependência do mercado internacional, visto a

⁹² Para a Rússia, os dados estão disponíveis a partir de 1991.

insuficiência do mercado interno, isto é, a demanda das forças armadas brasileiras não é suficiente para suprir as necessidades da oferta da indústria de armas. De acordo com Moraes (2012, p. 36):

A Engesa exportou 79% dos blindados Cascavel que produziu, 77% dos blindados Urutu e todas as unidades do blindado Jararaca. As vendas do sistema Astros II, da Avibrás, até o final dos anos 1990, foram todos realizados no mercado externo; apenas em 1999 o Exército Brasileiro adquiriu as primeiras unidades. Da aeronave Tucano, fabricada pela Embraer, 77% do total produzido foi exportado ou fabricado sob licença em outros países.

Tabela 15 – Armamentos exportados pelo Brasil - US\$ milhões

Produtos	1974-1995	%	1996-2018	%
Aeronaves	1.047,00	40,96	828,00	86,43
Veículos blindados	1.338,00	52,35	15,00	1,57
Artilharia	153,00	5,99	68,00	7,10
Motores	2,00	0,08	-	-
Mísseis	-	-	27,00	2,82
Sensores	6,00	0,23	-	-
Navios	10,00	0,39	20,00	2,09
Total	2.556,00	100	958,00	100

Fonte: SIPRI

Como exposto acima, ao longo da década de 1990, a indústria de defesa passa por uma severa crise. O esgotamento do crédito no mercado externo para financiar a produção e os pesados investimentos em pesquisa e desenvolvimento e a incapacidade do Estado em atender às demandas do setor rompem com o período de ascensão da indústria de armas no país. No entanto, a indústria de defesa no Brasil volta a figurar na agenda governamental nos anos 2000 durante o primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. No ano de 2005, através da Portaria Normativa nº 899 do Ministério da Defesa, estabelece-se uma nova Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID. Dessa forma, são definidos como princípios da PNID os seguintes pontos:

i – conscientização da sociedade em geral quanto à necessidade de o País dispor de uma forte BID; ii – diminuição progressiva da dependência externa de produtos estratégicos de defesa, desenvolvendo-os e produzindo-os internamente; iii – redução da carga tributária incidente sobre a BID, com especial atenção às distorções relativas aos produtos importados; iv – ampliação da capacidade de aquisição de produtos estratégicos de defesa da indústria nacional pelas Forças Armadas; v – melhoria da qualidade tecnológica dos produtos estratégicos de defesa; vi – aumento da competitividade da BID

brasileira para expandir as exportações; e vii – melhoria da capacidade de mobilização industrial na BID (BRASIL, 2005).

Em seguida, três dispositivos determinantes para a estruturação da Política Nacional da Indústria de Defesa:

1º - A Estratégia Nacional de Defesa – END regulamentada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, estabelecendo três eixos estratégicos: o espacial, o cibernético e o nuclear. A END aborda a integração regional das forças armadas como princípio da unidade sul-americana e a integração de suas bases industriais de defesa como elemento de cooperação regional, excluindo qualquer país alheio da região.

2º - O Livro Branco de Defesa Nacional, nesse documento as Forças Armadas enumeram seus programas em apoio a Base Industrial de Defesa, que tem como objetivo aumentar a participação do Brasil no comércio mundial de armamentos, além de capacitar o país na exportação de produtos de maior valor agregado, possibilitando o acesso às novas tecnologias. Entre os principais projetos das Forças Armadas estão: o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), do qual fazem parte o Programa de Desenvolvimento de Submarinos – ProSub, Programa Nuclear da Marinha, instituído desde 1979 com o objetivo de domínio da tecnologia de propulsão nuclear para submarinos, e o Sistema de Monitoramento da Amazônia Azul, com o objetivo de ampliar a capacidade nacional de defesa do pré-sal.

O Prosub contempla a fabricação de submarinos convencionais e nuclear. No caso do submarino de propulsão nuclear, a fabricação é realizada em parceria com a França. O projeto tem como objetivo a transferência de tecnologia, sendo o Brasil responsável pela produção da tecnologia nuclear a ser utilizada e a França a produção de todos os equipamentos não nuclear. As empresas brasileiras envolvidas no projeto são a Odebrecht, Itaguaí Construções Navais – ICN e Nuclebrás Equipamentos Pesados – Nuclep, a empresa francesa é a Naval Group. A estimativa de investimento do projeto é de aproximadamente R\$ 175,225 bilhões entre 2009 e 2047.

O Exército é responsável pela defesa cibernética, assim como o comando da política do setor com aquisição de equipamentos e construção do centro de comando. Em relação aos equipamentos, está a aquisição de 2.044 blindados Guarani, fabricados pela Iveco, que substituirão os antigos blindados fornecidos pela Engesa, com investimentos estimados em aproximadamente R\$ 20,885 bilhões entre 2011 e 2034, e também, sob

iniciativa do Exército, a aquisição do sistema de mísseis e foguetes Astros 2020, desenvolvidos pela Avibrás, estimados em cerca de R\$ 1,146 bilhão.

A Aeronáutica tem sob sua responsabilidade o desenvolvimento de dois grandes projetos envolvendo a Embraer, o primeiro é o projeto KC-390, o maior avião produzido no Brasil, com orçamento estimado em R\$ 11,370 bilhões, e a produção de aviões militares em parceria com a Sueca Saab, com investimento estimado em R\$ 55,121 bilhões.

3º - A lei nº 12.598 que estabelece o regime especial tributário para indústria de defesa, além dos critérios da BID através do Produto de Defesa – PRODE, Produto Estratégico de Defesa – PED e Empresa Estratégica de Defesa – EED.

Para Araujo e Negri et al (2011), os projetos da Aeronáutica visam um reequilíbrio de forças na América do Sul frente às aquisições do Chile de caças F-16C/DBlock 50 e aquisições da Venezuela dos caças russos Sukhoi SU-30 MKV. Contudo, os projetos militares do Brasil buscam mais o reequipamento da força militar do país e também equacionar o hiato entre as necessidades tecnológicas das forças armadas e a capacidade de oferta do setor industrial, além de ampliar as possibilidades do setor no mercado internacional. Outrossim, a posição estratégica do Brasil na América do Sul, como uma “potência” intermediária, necessita de capacidade de oferta de uma cadeia ampla de equipamentos militares para reduzir a dependência tecnológica.

V – Considerações finais

O conceito de *subimperialismo*, como formulado por Marini (1972; 2012a e 2013), sustenta-se num estudo detalhado da economia brasileira na década de 1970. Através de sua análise, à luz da Teoria Marxista da Dependência e dos elementos empírico disponíveis, Marini demonstra com maestria a capacidade do capitalismo brasileiro em estabelecer uma “zona” hegemônica para fazer frente às suas necessidades de acumulação. A afirmação do caráter subimperialista do capitalismo brasileiro é dado a uma realidade específica da história que está em constante movimento e como tal precisa ser revista e (re)qualificada.

O período no qual Marini desenvolve o conceito de subimperialismo para qualificar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro é de intenso dinamismo global. Um se move organicamente com o outro. Inicia-se o estudo da Teoria do Imperialismo para buscar a compreensão do movimento do capitalismo global. Desse modo, é possível perceber o deslocamento de forças do sistema hegemônico mundial e localizar seus efeitos sobre o Brasil. As mudanças no sistema hegemônico mundial (re)configuram e condicionam a natureza e o alcance do capitalismo brasileiro. Assim, é preciso ressaltar que o *subimperialismo* e o *imperialismo* são formas distintas presentes em polos antagônicos do capitalismo mundial.

O subimperialismo é a forma pela qual uma economia dependente, que alcança a etapa dos monopólios e do capital financeiro, integra-se a ordem capitalista predominante sem romper os elos da dependência. Como exposto em Marini (2012a, p. 60):

O subimperialismo brasileiro não é somente a expressão de um fenômeno econômico. Resulta, em grande medida, do próprio processo de luta de classes no país e do projeto político, definido pela equipe tecnocrático-militar, a qual assume o poder em 1964, conjugados às condições conjunturais na economia e na política mundiais. As condições políticas se relacionam com a resposta do imperialismo, à passagem da monopolaridade à integração hierarquizada [...] e mais especificadamente com sua reação frente à revolução cubana e ao ascenso das massas registrado na América Latina na década passada [...]. As condições econômicas se relacionam com a expansão do capitalismo mundial nos anos 1960 e com sua particular expressão: o *boom* financeiro.

No caso brasileiro, o capitalismo assume a forma subimperialista ao se integrar de um modo subordinado ao imperialismo estadunidense. Como demonstrado por Marini

em *Subdesenvolvimento e Revolução*, esse direcionamento advém da incapacidade da economia nacional em continuar com seu processo de expansão. Para a economia dependente é a oportunidade de renovar o processo produtivo com a adoção de novas tecnologias e receber quantidades crescentes de capitais. Para o imperialismo estadunidense a integração do sistema produtivo global é o fundamento da nova divisão internacional do trabalho.

O Brasil ocupa uma posição estratégica para o capital imperialista em busca de novas áreas de acumulação. Diante disso, é essencial escoar a imensa massa de máquinas e equipamentos obsoletos e dar espaço ao novo padrão tecnológico nos países centrais. Sendo assim, o avanço da industrialização nos países dependentes latino-americanos obedece a uma lógica de exploração perversa, na medida em que os países periféricos aceitam esse modelo de integração, mais a dependência se aprofunda.

O nível de acumulação de capital nos países periféricos é inferior ao dos países centrais, de modo que copiar um sistema produtivo alheio ao seu processo de acumulação traz impactos que agravam os problemas internos. Para Furtado, em *Criatividade e dependência*, a forma que assume a dependência cultural do padrão de consumo e tecnológica é a causa flagrante que assume uma economia subdesenvolvida. O autor destaca que:

A acumulação, que possibilita a elevação do nível técnico, constitui via de regra uma condição necessária para reduzir a dependência, mas está longe de ser condição suficiente. Se essa acumulação ocorre no quadro de empresas que são partes de grupos transnacionais, não é difícil perceber que ela introduz novos elementos de rigidez típicos da dependência. Tampouco o controle da direção das empresas constitui causa suficiente para eliminar a dependência, pois ele pode limitar-se às atividades da empresa dentro do país: uma coisa é controlar uma empresa produtora de cobre, outra é poder influir na formação do preço desse produto no mercado internacional. [...] Ter acesso a uma tecnologia mediante uma licença é algo totalmente distinto se o usuário depende dessa licença para sobreviver e nenhum meio de pressão tem sobre o licenciador, ou se dispõe de opções próprias e/ou o licenciador é usuário de tecnologia que ele mesmo licencia. O controle de empresas que dependem para sobreviver de redes comerciais e da tecnologia de outras, sobre as quais nenhuma ou quase nenhuma pressão ela pode exercer, não modifica por si mesmo o quadro da dependência (FURTADO, 2008, p. 147).

Posto isso, a integração ao imperialismo estadunidense só afirma a continuidade da dependência. Para a economia subimperialista, resolve-se o problema imediato de acesso às novas tecnologias, porém retira da burguesia seu caráter nacionalista, uma vez

que a submete aos interesses do imperialismo. Nesse caso, a burguesia local se arranja em uma ordem inferior, ocupando espaços produtivos pouco intensivos em tecnologias, liberando a dianteira do processo de acumulação para o capital estrangeiro.

Como parte acessória do imperialismo estadunidense, o subimperialismo necessita garantir a realização da produção não apenas do capital nacional, mas do capital estrangeiro. Desse modo, amplia-se a exploração sobre a classe trabalhadora e se acentua a contradição do capitalismo dependente. Uma exploração maior do trabalhador na economia dependente extrai dessas economias a possibilidade de ampliação do mercado consumidor interno e, conseqüentemente, a capacidade de realização. Torna-se necessário buscar outros caminhos para a realização e isso se faz no mercado externo. Abre-se uma oportunidade para a classe burguesa periférica se colocar no mercado mundial, mesmo que de maneira subordinada. Contudo, não se trata apenas exportação de mercadorias, mas também capital em busca de novas oportunidades de valorização em economias com níveis de acumulação inferiores. À vista disso, destaca-se o avanço de capitais brasileiros para países latino-americanos, que permite ao Brasil adentrar em espaços sensíveis ao imperialismo, como as operações da Petrobrás no Oriente Médio e a venda de armas para a região.

Esse cenário sofre alterações com a dissolução da URSS e o fim da “ameaça comunista”, inaugurando uma fase de hegemonia unilateral estadunidense no capitalismo mundial. Nesse contexto, a economia brasileira encontra novos desafios na década de 1990 e a imposição de limites claros ao seu processo de acumulação com o Consenso de Washington. A industrialização periférica e a relativa autonomia são “aceitáveis” até o momento em que é possível aos países centrais consolidar sua nova matriz tecnológica e afastar o fantasma do comunismo, possibilitando o desenvolvimento industrial nos países periféricos.

As mudanças políticas e econômicas nas economias latino-americanas desmobilizam as políticas desenvolvimentistas e eliminam as políticas industriais. Assim, as políticas neoliberais de abertura dos mercados e desregulamentações financeiras acentuam as desigualdades sociais, aumentam o desemprego e desnacionalizam a economia. Para o Brasil, é um período de recolocação de sua hegemonia: a saída da Petrobrás do Oriente Médio, o bloqueio à indústria de defesa na região e a quebra de diversas empresas do setor, além da absorção de diversas empresas pelos capitais estrangeiros. A privatização das empresas Estatais de setores de telecomunicações,

mineral, energia, bancos e de setores sensíveis, como a aviação, alteram a relação do Estado com a formulação de políticas públicas.

Em termos mais gerais, para a periferia do sistema global os Estados Nacionais são capitaneados pela necessidade crescente de capitais externos para solucionar os problemas do balanço de pagamentos, dando ainda mais protagonismo ao investimento direto. Porém, um ponto de inflexão para o Brasil e para demais economias dependentes é a abertura econômica da China, sobretudo dos anos 1990 em diante. A economia chinesa se expande no mercado global com repercussão em todas as economias do mundo.

Dos efeitos dessa expansão na região, destaca-se, primeiramente, a concorrência comercial, que inunda os mercados locais com produtos chineses, e, em um segundo momento, a mudança no padrão de desenvolvimento tecnológico chinês, que transforma a região latino-americana, especificamente a América do Sul, em um ambiente de disputa dos capitais imperialistas. No entanto, agora não há mais o fantasma do comunismo, a China ingressa na OMC e se partidariza com a bandeira do livre mercado.

A batalha pela América do Sul está aberta entre potências capitalistas em busca de recursos naturais, fontes de energias escassas e de matérias-primas essenciais para o desenvolvimento das novas tecnologias. Para o Brasil, a dependência se aprofunda com o desmonte gradual do seu parque industrial e a incapacidade de o país ingressar no circuito do desenvolvimento tecnológico.

Esse é o caráter que conduz a indagar sobre a natureza e o alcance do subimperialismo brasileiro. Certamente, as mudanças das últimas décadas impõem limites claros ao capital nacional e levantam questionamentos em torno do conceito de subimperialismo proposto por Marini. O distanciamento histórico impede de se ter uma análise profícua dos acontecimentos, mas notoriamente permite dar apontamentos das mudanças mais emergentes.

Para Marini, a composição orgânica média do capital na economia dependente é um dos elementos determinantes para a condição subimperialista. Para tanto, Marini se refere à participação do produto industrial na economia brasileira. Essa é uma realidade para economia nacional até o início da década de 1980. Porém, como demonstrado por autores como Oreiro e Feijó (2010), Cassiolato e Lastres (2015) e Hiratuka e Sarti (2017), a indústria brasileira perde espaço na economia nacional, enquanto o setor primário se expande. Mais claramente:

A participação do valor adicionado da indústria brasileira com relação ao PIB cresceu de 26% em 1947 até um pico de 48% em 1985. Desde

então ela vem perdendo terreno, chegando a 27,8% em 2003 e 25% em 2013. As indústrias de transformação apresentam comportamento idêntico, crescendo de 19,8 % em 1947 a 35,9% em 1985. A partir daí, observa-se uma constante queda, semelhante ao conjunto da indústria, mas mais dramático, para 18% em 2003 e 13,1% em 2013 (CASSIOLATO; LASTRES, 2015, p. 190).

Em razão dessa queda no dinamismo da indústria brasileira, o comércio exterior se acentua em torno das *commodities*, como mostrado no capítulo 4. A reorganização produtiva em escala mundial, com a China ocupando o papel de “fábrica do mundo”, retira das nações dependentes a capacidade de concorrer no mercado internacional e interno em diversos setores da indústria. Porém, um ponto mais sensível para a economia brasileira é o aumento do grau de dependência tecnológica que pode ser visualizada pelas trocas comerciais do país com o resto do mundo.

O termo da utilização da composição orgânica média do capital precisa ser ponderado. Sem dúvida, o Brasil, dentre as nações dependentes da América do Sul, apresenta uma acumulação de capital mais elevada, mas estamos vivenciando um reordenamento do processo produtivo interno em torno da agroindústria e da indústria extrativa mineral. Em consequência, setores importantes da indústria de bens intermediários estão perdendo espaço. A produção industrial brasileira está mais voltada para a órbita local do mercado interno e regional sul-americano, embora não signifique que seja complementar ao setor produtivo da região.

Parte-se dessa crise do setor industrial brasileiro e da recolocação do país na hierarquia da ordem capitalista mundial para se revisar o papel da exportação de capital do Brasil. Para Marini (2012a), a exportação de capital responde pela necessidade de “abrir caminho à realização”. Nesse sentido, o autor argumenta que o Estado buscou:

[...] assegurar áreas de investimento no exterior, mediante operações das empresas estatais, créditos intergovernamentais ou garantias a operações privadas em países da América Latina e da África. Lançado à órbita do capital financeiro internacional, o capitalismo brasileiro faria tudo para atrair o fluxo monetário para si, embora não fosse capaz de assimilá-lo em sua integridade enquanto capital produtivo e devesse reintegrá-lo ao movimento internacional de capitais. Com isso, a seu modo, dependente e subordinado, o Brasil entraria na etapa de exportação de capital, assim como na espoliação de matérias-primas e fontes de energia no exterior, como o petróleo, o ferro, o gás (Marini, 2012a, p. 62).

De fato, a exportação de capitais proveniente do Brasil responde à necessidade de sua realização e, certamente, reintegra grande parte desse capital ao fluxo internacional, o que pode se verificar pelo volume do estoque de investimento direto brasileiro no exterior. Os dois principais destinos do capital nacional são a Europa e a América Central e Caribe. Em parte, o capital alocado nessas regiões se destina aos paraísos fiscais, sobretudo no Caribe.

Em 2007, o estoque de investimento direto brasileiro chegou a US\$ 111.338,88 bilhões, entretanto 36,39% desse capital é direcionado para a América Central e Caribe e 50,50% para a Europa. No ano de 2016, o estoque se eleva para US\$ 307.550,77 bilhões, sendo 50,16% destinados a América Central e Caribe e 38,83% para a Europa. A América do Norte (Estados Unidos e Canadá) é o terceiro principal destino do capital brasileiro em 2007, 5,46% que, no entanto, reduz para 3,36% em 2016. Em relação à América do Sul, a participação aumenta de 5,46% para 6,06%. Em termos absolutos, em 2007, o estoque do investimento direto na região corresponde a US\$ 6,078 bilhões, aumentando para mais US\$ 18 bilhões em 2016. Os resultados para África e Oriente Médio são bastante reduzidos, representando em 2016 0,25% e 0,02% do investimento direto brasileiro, respectivamente⁹³.

Esses dados mostram que, excluindo-se os paraísos fiscais da América Central e Caribe, a América do Sul cresce em importância para a realização do capital nacional, embora Europa e América do Norte ainda se encontrem dentre os principais destinos. A importância da América do Sul para o capital nacional se reflete no redirecionamento da política de Estado brasileira como forma de exercício da sua hegemonia.

Desde o fim da década de 1980 e mais fortemente no início da década de 1990, o Estado brasileiro reorienta suas ações a fim de garantir seu espaço na região, diante das investidas norte-americanas. O resultado mais aparente que merece destaque é a retirada da Petrobrás do Oriente Médio para se concentrar nas suas operações na América do Sul, assim como a indústria de defesa, que passa a ter nessa mesma região o seu principal destino de exportação, devido às limitações em continuar sendo fornecedor de armas para o Oriente Médio.

Ressalte-se que o Brasil tem apresentado como estratégia de manutenção de sua influência a elevação do nível de integração na região, em grande medida para fortalecer as transnacionais brasileiras nos países sul-americanos. Para tanto, o país utiliza o

⁹³ Esses resultados estão dispostos no Quadro 3 (*Anexo*).

BNDES, principalmente, como fonte de financiamento da internacionalização das empresas e de obras de infraestrutura no exterior conduzidas por empresas nacionais. Entre 1998 e 2015, o BNDES⁹⁴ destina US\$ 10,5 bilhões para este fim.

Dessa forma, há o fomento da concentração e centralização do capital a partir da ação do Estado, porém isso ocorre nos setores, ou cadeias de valor, em que a economia brasileira tem inserção global dinâmica e histórica. Não há dúvida de que o Brasil tem exercido, a despeito de sua posição subordinada ao imperialismo estadunidense, uma hegemonia na região sul-americana de maneira a garantir sua parcela no processo de exploração. Contudo, essa hegemonia é limitada pela disputa capitalista entre Estados Unidos, China e Europa, fazendo com que o Brasil se resguarde dentro de sua posição na divisão internacional do trabalho.

Destarte, há que se indagar se o conceito de subimperialismo mantém capacidade explicativa no contexto de uma posição mais limitada do Brasil no sistema capitalista global com a perda de seu dinamismo industrial e com seus capitais direcionados em sua maioria à exploração dos recursos naturais, o que provoca o distanciamento do país da capacidade de internalizar processos produtivos da vanguarda tecnológica. Enfim, o termo cunhado por Ruy Mauro Marini ainda pode ser boa expressão para compreender a posição do país dentre as economias capitalistas dependentes, embora com ressalva quanto ao seu dimensionamento. O fortalecimento da Rússia, o papel da China como potência em ascensão e a violência com que o imperialismo estadunidense vem atuando desde os anos 1990 condicionam o país a limites muito mais estreitos do que aqueles que originalmente são base para a formulação do subimperialismo brasileiro.

⁹⁴ Os dados referentes à exportação de serviços de engenharia estão dispostos na **tabela 11** no **capítulo 4**.

Referências bibliográficas

- AMARANTE, J. C. A. D. Indústria de defesa. Ciclo de debates: reflexões sobre a atualização do pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança, Juiz de Fora, 06 Março 2004. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/arq/Art%2056.htm>>. Acesso em: 14 Fevereiro 2019.
- ANDRADE, I. D. O. et al. O fortalecimento da indústria de defesa do Brasil. Texto para discussão IPEA, Rio de Janeiro, Março 2016.
- ARAUJO, B. C. et al. Base industrial de defesa. In: NEGRI, J. A. D.; LEMOS, M. B. O núcleo tecnológico da indústria brasileira. Brasília: IPEA/FINEP/ABDI, v. 1, 2011.
- ARRIGHI, G. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BAMBIRRA, V. O capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis : Insular, 2015.
- BARAKAT, L. L. et al. Ranking FDC das multinacionais brasileiras. Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral , 2017.
- BELLUZZO, L. G. O dólar e os desequilíbrios globais. Revista de Economia Política , São Paulo, v. 25, p. 224-232, Julho-Setembro 2005. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572005000300004>
- BENSAÏD, D. Os depossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. In: MARX, K. Os depossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BNDES. Livro verde: nossa história tal como ele é. Rio de Janeiro: BNDES, 2017.
- BNDES. BNDES: o banco nacional do desenvolvimento. Aqui tem transparência para você, 2018. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/maiores-clientes!/ut/p/z1/tZPNcswFIWfJQuWsi5B2NAdThw7ASdpM_6BTUZgYdQaiUiyafR0FU4WTt2408mEjYYzV-d-R7rCGV7iTNAdX1PDpaAb-59m_cckjEcTcgfJ-Bu4EPnxVTS_jL0AAC_2BfDOFwHODveDd38F>. Acesso em: 13 Dezembro 2018.
- BRASIL. PORTARIA NORMATIVA Nº 899/MD. Ministério da Defesa, Brasília, 19 Julho 2005. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/pnid_politica_nacional_da_industria_de_defesa.pdf>. Acesso em: 17 Fevereiro 2019.

- BROWN, M. B. Economia do imperialismo. Lisboa: Ulisseia, 1976.
- BUKHARIN, N. I. A economia mundial e o imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CAMPOS, F. A. D.; SABADINI, M. D. S. Hilferding e o nexos imperialista entre capital financeiro e exportação de capital. Texto para discussão IE/UNICAMP, Campinas, Agosto 2014.
- CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. D. A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 39, p. 513-538, julho-setembro 2009.
<https://doi.org/10.1590/S0101-41612009000300003>
- CARCANHOLO, M. D.; SALUDJIAN, A. Integração sul-americana, dependência da China e subimperialismo brasileiro. In: ÁLVAREZ, J. E. América Latina em medio de la crisis mundial: trayectorias nacionales y tendencias mundiales. Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Celso Furtado e os dilemas da indústria e inovação no Brasil. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 10, p. 188-213, Jul-Dez 2015. Disponível em: <<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/93/97>>. Acesso em: 03 Março 2019.
- CEPAL. La inversión extranjera en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2000.
- CEPAL. La inversión extranjera en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2001.
<https://doi.org/10.18356/3f0c93de-es>
- CEPAL. La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2011.
- CEPAL. La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2012.
- CEPAL. La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2013.
- CEPAL. La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2015.
- CEPAL. La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2016.

CEPAL. La inversion extranjera directa en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2017.

CEPAL. La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2018.

COHEN, B. J. A questão do imperialismo: a economia política da dominação e dependência. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Financiamento às exportações e ao investimento de empresas brasileiras no exterior. Brasília: CNI, 2017.

COSIPLAN. Comunicado de Brasília. IIRSA, Brasília, 1 Setembro 2000. Disponível em:

<http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/comunicado_brasilia_esp.pdf>. Acesso em: 27 Setembro 2018.

COSTA, C. E. L.; GONZALEZ, M. J. F. Infraestrutura física e integração regional na América do Sul: uma avaliação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Texto para Discussão), Rio de Janeiro, Março 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24867:td-2060-infraestrutura-fisica-e-integracao-regional-na-america-do-sul-uma-avaliacao-da-iniciativa-para-a-integracao-da-infraestrutura-regional-da-america-do-sul&catid=344:201>. Acesso em: 13 Agosto 2018.

DESIDERÁ NETO, W. A. et al. Relações do Brasil com a América do Sul após a guerra fria: política externa, integração, segurança e energia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Texto para Discussão), Rio de Janeiro, Janeiro 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24365>. Acesso em: 17 Janeiro 2018.

DOS SANTOS, T. Imperialismo y dependencia. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

DOS SANTOS, T. Teoria da dependência: balanço e perspectivas. Florianópolis: Insular, v. I, 2015.

DOS SANTOS, T. Las crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina. In: JAGUARIBE, H., et al. La dependencia político-económica de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

ESCOLA DE ECONOMIA DA NORUEGA ET AL. Fluxos financeiros e paraísos fiscais: uma combinação para limitar a vida de bilhões de pessoas. Escola de Economia da Noruega/Global Financial Integrity. [S.l.]. 2015.

FERCHEN, M. As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração? *Revista de sociologia e política*, Curitiba, v. 19, Fevereiro 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000400008>

FIORI, J. L. O "cisma do Pacífico". *Valor econômico*, São Paulo, 23 Janeiro 2013. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/opiniaio/2980280/o-cisma-do-pacifico>>. Acesso em: 17 Setembro 2018.

FIORI, J. L. Brasil, Argentina e o Cone Sul. *Valor Econômico*, São Paulo, 26 Março 2014a. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/opiniaio/3494370/brasil-argentina-e-o-cone-sul>>. Acesso em: 17 Setembro 2018.

FIORI, J. L. Brasil, EUA e o "hemisfério ocidental". *Valor Econômico*, São Paulo, 29 Janeiro 2014b. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/opiniaio/3411356/brasil-eua-e-o-hemisferio-ocidental>>. Acesso em: 17 Setembro 2018.

FIORI, J. L. Brasil, EUA e o hemisfério ocidental (2). *Valor Econômico*, São Paulo, 26 Fevereiro 2014c. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/opiniaio/3444202/brasil-eua-e-o-hemisferio-ocidental-2>>. Acesso em: 17 Setembro 2018.

FONTES, V. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FURTADO, C. Criatividade e dependência na civilização industrial. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FURTADO, C. Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais. In: D'AGUIAR, R. F. Celso Furtado: essenciais. São Paulo: Penguin, 2013.

GALLAGHER, K. P.; MYERS, M. China-Latin América Finance Database. *Inter-American Dialogue*, 2017. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/map_list/>. Acesso em: 23 Novembro 2018.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2014.

HILFERDING, R. El capital financiero. Madrid: Tecnos, 1985.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformação na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil: uma contribuição ao debate. *Revista de Economia Política*, Campinas, v. 37, p. 189-207, Janeiro/Março 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v37n1/1809-4538-rep-37-01->

00189.pdf>. Acesso em: 03 Março 2019.
<https://doi.org/10.1590/0101-31572016v37n01a10>

HOBSON, J. A. Estudio del imperialismo. Madrid: Alianza, 1981.

JENKINS, R. La expansión global de China y su impacto en América Latina. In: BACA, S. M. La expansión de China en América Latina. Quito: CELAEP/Fundación Hanns Seidel, 2015.

KALECKI, M. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo : HUCITEC , 1977.

KATZ, C. La página de Claudio Katz: textos de ciencias sociales. Subimperialismo I: revisión de un concepto, 04 abril 2017a. Disponível em: <<http://katz.lahaine.org/b2-img/SubimperialismoIrevisindeunconcepto.pdf>>. Acesso em: 23 Maio 2017.

KATZ, C. La página de Claudio Katz: textos de ciencias sociales. Subimperialismo II: aplicación actual, 2017b. Disponível em: <<https://katz.lahaine.org/subimperialismo-ii-aplicacion-actual/>>. Acesso em: 26 maio 2017.

KAUTSKI, K. Dois artigos para uma revisão. In: (ORG.), A. T. Utópicos, heréticos e malditos: os percursos do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002a.

KAUTSKI, K. O imperialismo. In: (ORG.), A. T. Utópicos, heréticos e malditos: os percursos do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002b.

LEITE, L. D. M. Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica. Economia e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 2 (51), p. 507-534, Agosto 2014.
<https://doi.org/10.1590/S0104-06182014000200009>

LEIVA, O. C. Transnacionales, crisis y la economía mundial en Marx. In: ALVARÉZ, J. E. América Latina em medio de la crisis mundial: trayectorias nacionales y tendencias regionales. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

LÊNIN, V. I. O imperialismo: etapa superior do capitalismo. Campinas: Unicamp, 2011.

LUCE, M. S. A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria. Porto Alegre : UFRS, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36974/000817628.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 26 junho 2017. Tese de doutorado.

LUCE, M. S. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 10, p. 43-65, 2014.

LUCE, M. S. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUKÁCS, G. Lênin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUXEMBURG, R. A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARIANO, K. L. P.; ROMERO, A. M. S.; RIBEIRO, C. C. N. Percepções governamentais sobre a integração regional na América do Sul. Boletim de economia e política internacional, Brasília, 21, Setembro/Dezembro 2015.

MARINI, R. M. Brazilian "interdependence" and imperialist integration. Monthly Review, New York, v. 17, dezembro 1965a.
https://doi.org/10.14452/MR-017-07-1965-11_2

MARINI, R. M. El eje militar Brasil-Argentina y el subimperialismo. Arauco, Santiago, v. 71, p. 19-25, dezembro 1965b.

MARINI, R. M. Brazilian subimperialism. Monthly Review, New York, v. 23, p. 14-24, fevereiro 1972.
https://doi.org/10.14452/MR-023-09-1972-02_2

MARINI, R. M. Estado y crisis en Brasil. Cuadernos Políticos, Ciudad de México, p. 76-84, julho-setembro 1977. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/054_estado_crisis_brasil.html>. Acesso em: 10 outubro 2017.

MARINI, R. M. Las razones del neodesarrollismo: respuesta a F.H.Cardoso y J. Serra. Revista Mexicana de Sociologia, Cidade do México, 1978. Disponível em: <http://marini-escritos.unam.mx/056_neodesarrollismo.html#1>. Acesso em: 13 Fevereiro 2019.
<https://doi.org/10.2307/3539683>

MARINI, R. M. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. Cuadernos Políticos, Cidade do México, n. 20, Abril-Junho 1979. Disponível em: <http://marini-escritos.unam.mx/057_plusvalia_extraordinaria.html#_edn1>. Acesso em: 12 Fevereiro 2019.

MARINI, R. M. La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo. Cuaderno Universitario, Panamá, v. 2, Setembro 1981. Disponível em: <http://marini-escritos.unam.mx/043_acumulacion_superexplotacion.html>. Acesso em: 21 Janeiro 2019.

MARINI, R. M. Geopolítica latino-americana. Ruy Mauro Marini-Escritos/Arquivo Pessoal de Marini depositado no Programa de Estudos de América Latina e Caribe-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985. Disponível em:

<http://www.marini-escritos.unam.mx/066_geopolitica_latinoamericana.html>. Acesso em: 15 outubro 2017.

MARINI, R. M. Latin America at the crossroads. *Latin American Perspectives*, v. 21, p. 99-114, 1994.
<https://doi.org/10.1177/0094582X9402100107>

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependencia. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, R. M. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. *Outubro*, n. 20, janeiro-junho 2012a. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%C3%A7%C3%A3o-20-Artigo-02.pdf>>. Acesso em: 11 junho 2018.

MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis : Insular, 2013.

MARIUTTI, E. B. Interpretações clássicas do imperialismo. Texto para discussão IE/UNICAMP, Campinas, fevereiro 2013.

MARX, K. Capítulo VI inédito de *O capital*: resultados do processo de produção imediata. São Paulo : Centauro, 2010.

MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, v. I, 2013.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo : Boitempo, v. II, 2014.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, v. III, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MORAES, R. F. D. A inserção externa da indústria brasileira de defesa: 1975-2010. Texto para discussão: IPEA, Brasília, Fevereiro 2012.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, Campinas, v. 30, p. 219-232, Abril/Junho 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/03.pdf>>. Acesso em: 03 Março 2019.
<https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000200003>

PADULA, R. A geopolítica da Bacia do Pacífico e a integração regional na América do Sul. *Revista do IMEAUNILA*, Foz do Iguaçu, v. 1, 2013. 30-47.
<https://doi.org/10.5380/cg.v1i1.34629>

PINTO, L. F. S. A petrobrás na América do Sul. In: VIANNA, A. R.; BARROS, P. S.; BOJIKIAN, A. *Governança global e integração da América Latina*. Brasília: IPEA, 2011.

PINTO, M. D. S.; GUIMARÃES, M. H. O Mercosul e a Alca: os interesses (irre) conciliáveis da União Europeia e dos EUA. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 41, p. 129-150, janeiro-Junho 2005.
<https://doi.org/10.1590/S0034-73292005000100005>

PINTO, N. P. A. O capitalismo financeiro. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, p. 9-26, 1997.

REIS, C. N. D.; FISHER, S.; CAMPOS, S. H. Programa Iniciativa para as Américas. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 18, p. 151-156, julho-setembro 1990.

ROBERT, S.; MAXWELL, K. R. A letter to the president and a memorandum on U.S. policy toward Brazil. Council on Foreign Relations, New York, february 2001. Disponível em: <<https://www.cfr.org/report/letter-president-and-memorandum-us-policy-toward-brazil>>. Acesso em: 14 setembro 2018.

ROCHA, F. F. D.; BIELSCHOWSKY, R. La búsqueda de China de recursos naturales en América Latina. *Revista de la CEPAL*, Santiago, n. 126, Dezembro 2018. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44299/1/RVE126_es.pdf>. Acesso em: 7 Janeiro 2019.
<https://doi.org/10.18356/42d98ae6-es>

RODRIGUEZ, O. Teorias de la CEPAL sobre el subdesarrollo. Santiago: CEPAL/ILPES, v. I, 1977. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35412/S7700868_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 Fevereiro 2019.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro : Contraponto , 2001.

ROSSI, C. EUA querem atrair Argentina para o NAFTA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 março 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi130514.htm>>. Acesso em: 23 setembro 2018.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SERRA, J.; CARDOSO, F. H. As desventuras da dialética dependência. Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 23, 1979.

SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. Grupo de economia política/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/ecopol/pdfs/32/D19.pdf>>. Acesso em: 17 agosto 2017.

SILVA, L. I. L. D. Brasil-China: uma parceria de sucesso. Discurso do Presidente da República, Xangai, 26 Maio 2004. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/26-05-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-do-seminario-brasil-china-uma-parceria-de-suce>>. Acesso em: 13 Setembro 2018.

SIPRI. The independent resource on global security: SIPRI databases. Stockholm International Peace Research Institute, 2019. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases>>. Acesso em: 17 Fevereiro 2019.

STEINDL, J. Maturidade e estagnação no capitalismo americano: com uma nova introdução do autor. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SUNKEL, O. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In: BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SWEEZY, P. M. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

TACHINARDI, M. H. Brasil tem opções diferenciadas para a integração. Gazeta Mercantil, Brasília, 03 Setembro 2003. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7581-artigo-publicado-no-jornal-gazeta-mercantil-brasil-tem-opcoes-diferenciadas-para-a-integracao>>. Acesso em: 17 Outubro 2018.

TEIXEIRA, A. "O império contra-ataca": notas sobre os fundamentos da atual dominação norte-americana.. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, p. 1-13, Dezembro 2000.

UNCTAD. World Investment Report 2000: cross-border mergers and acquisitions and development. Genebra: UNCTAD, 2000.

UNCTAD. World Investment Report 2007: transnational corporations, extractive industries and development. Genebra: UNCTAD, 2007.

UNCTAD. World Investment Report 2015: reforming international investment and governance. Genebra: UNCTAD, 2015.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development: prosperity for all. UNCTADStat, 2018a. Disponível em: <<https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx>>. Acesso em: 23 Outubro 2018.

UNCTAD. Methodological note: world investment report 2018. Genebra: UNCTAD, 2018b. Disponível em: <https://unctad.org/en/PublicationChapters/wir2018chMethodNote_en.pdf>. Acesso em: 13 Janeiro 2019.

VADELL, J. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do consenso do pacífico. Revista Sociologia Política, Curitiba, v. 19, p. 57-79, novembro 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000400006>

VALENCIA, A. S. Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Londrina: Praxis, 2008.

VEILLETTE, C. Plan Colombia: A progress report. Congressional Research Service, Washington, 22 junho 2005.

Anexo

Quadro 1 – Histórico de internacionalização de empresas brasileiras

Ano	Empresa	País	Ano	Empresa	País	Ano	Empresa	País
1941	Banco do Brasil	Paraguai	1998	Blanver	Espanha	2007	Fábrica di Chocolate	México
1960	Magnesita	Argentina	1999	Datelli	Uruguai		Camil	Uruguai
1972	Petrobras	Colômbia		Klabin	Argentina		BRQ	Estados Unidos
1976	Tupy	Estados Unidos	2000	Carmen Steffens	Paraguai		Alpargatas	Estados Unidos
1977	Tigre	Paraguai		Intercement	Paraguai	2008	Agrale	Argentina
1978	Camargo Corrêa	Venezuela	2001	Bematech	Estados Unidos		BRF	Holanda
1979	Embraer	Estados Unidos		Cinex	Estados Unidos		CI&T	Estados Unidos
	Itaú	Argentina		Gol linhas aéreas	Argentina		Expor Manequins	México
	Odebrecht	Peru		Votorantim	Canadá		Minerva foods	Paraguai
1980	Gerda	Uruguai	2003	Ultrapar	México		Mundo Verde	Portugal
1981	Bradesco	Estados Unidos	2004	M. Cassab	China		Neogrid	Estados Unidos
1983	Natura	Chile	2005	OAS	Chile		Vivenda do Camarão	Paraguai
1985	Romi	Estados Unidos		JBS	Argentina	2009	Fitesa	Estados Unidos
1990	Ibope Inteligência	Argentina		Indusparquet	França		Fitesa	México
1991	Marcopolo	Portugal		Igui Piscinas	Argentina	2010	Cia Providência	Estados Unidos
	Weg	Estados Unidos		Grupo Alumini	Argentina		CZM	Estados Unidos
1992	Localiza	Argentina		DMS	Estados Unidos		Dry Wash	Índia
	Vicunha têxtil	Argentina		Chili Beans	Portugal		Puket	Venezuela
1993	Duralex	Estados Unidos		Cemig	Chile	2011	Yogoberry	Irã
1994	Porto Seguro	Uruguai		Braskem	Argentina		Inviolável	Paraguai
	Randon	Argentina		Bob's	Angola		Instituto Aquila	Suiça
1995	Eliane	Estados Unidos		Arezzo	Paraguai		Hope	Argentina
	Travex/Santista	Argentina	2006	Depyl Action	Venezuela		Giraffas	Estados Unidos
1996	Stefanini	Argentina		Marfrig	Argentina	2012	Dudalina	Itália
1997	Artecola	Argentina		Metafrio	Turquia		First class	Angola
	Baterias Moura	Argentina		Vale	Canadá		Grupo Serpa	Estados Unidos
	Hering	Paraguai	2007	Secules	Suiça		Magrass	Paraguai
	Totvs	Argentina		Iochpe-Maxion	China	2013	Falconi	Estados Unidos
							Falconi	Guatemala
						2015	MV Sistemas	Chile
							Sobrancelhas Design	Estados Unidos
							Spoletto	Estados Unidos
						2016	Fast Açai	Estados Unidos

Fonte: Barakat, et al. (2017) - Adaptado

Quadro 2 – Estoque de investimento direto brasileiro no exterior – US\$ milhões

Países	2007		2010		2013		2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	111.338,88	100,00	169.065,77	100,00	272.921,28	100,00	307.550,77	100,00
Ilhas Cayman	16.430,93	14,76	29.466,31	17,43	42.290,37	15,50	65.834,67	21,41
Ilhas Virgens Britânicas	11.245,02	10,10	14.723,73	8,71	27.399,40	10,04	40.537,15	13,18
Países Baixos	2.160,42	1,94	10.784,61	6,38	30.741,81	11,26	38.995,07	12,68
Áustria	31.212,48	28,03	37.091,53	21,94	66.548,59	24,38	35.472,78	11,53
Bahamas	9.341,33	8,39	12.352,96	7,31	18.204,86	6,67	31.931,74	10,38
Luxemburgo	4.258,69	3,82	4.794,16	2,84	17.350,26	6,36	22.204,82	7,22
Espanha	4.083,01	3,67	8.991,77	5,32	19.102,72	7,00	12.535,62	4,08

Panamá	1.184,97	1,06	1.614,25	0,95	3.253,34	1,19	11.044,26	3,59
Estados Unidos	6.062,67	5,45	13.183,92	7,80	14.085,84	5,16	10.009,54	3,25
Chile	509,39	0,46	573,78	0,34	1.575,26	0,58	4.542,69	1,48
Uruguai	1.878,41	1,69	2.496,60	1,48	3.002,81	1,10	3.857,68	1,25
Argentina	2.360,03	2,12	5.147,69	3,04	4.573,58	1,68	3.852,30	1,25
Reino Unido	805,05	0,72	928,83	0,55	2.383,91	0,87	3.836,40	1,25
Portugal	1.492,99	1,34	3.257,34	1,93	2.373,71	0,87	3.302,53	1,07
Venezuela	217,74	0,20	679,32	0,40	1.489,65	0,55	3.197,14	1,04
Bélgica	96,25	0,09	103,82	0,06	614,82	0,23	1.686,69	0,55
Hungria	901,15	0,81	2.489,31	1,47	3.025,71	1,11	1.467,88	0,48
Liechtenstein	4,25	0,00	1,84	0,00	10,30	0,00	1.082,15	0,35
México	175,45	0,16	528,44	0,31	1.215,55	0,45	922,63	0,30
Curaçao	-	-	-	-	(c)	(c)	830,90	0,27
Paraguai	116,72	0,10	262,15	0,16	641,35	0,23	815,47	0,27
Peru	583,66	0,52	2.253,94	1,33	3.298,13	1,21	622,96	0,20
Belize	43,04	0,04	114,13	0,07	117,13	0,04	610,73	0,20
Colômbia	177,92	0,16	871,82	0,52	574,80	0,21	596,25	0,19
República Dominicana	7,11	0,01	13,92	0,01	321,78	0,12	499,46	0,16
Suíça	82,52	0,07	147,80	0,09	343,22	0,13	497,91	0,16
Nova Zelândia	-	-	77,06	0,05	42,12	0,02	457,35	0,15
Bermudas	598,92	0,54	576,58	0,34	733,97	0,27	421,18	0,14
São Vicente e Granadinas	-	-	(c)	(c)	7,84	0,00	392,00	0,13
Ilhas Turcas e Caicos	28,51	0,03	56,19	0,03	77,23	0,03	365,53	0,12
Ilhas Virgens (EUA)	68,57	0,06	198,91	0,12	192,15	0,07	353,02	0,11
Canadá	15,94	0,01	1.975,75	1,17	322,83	0,12	324,48	0,11
Itália	50,64	0,05	443,98	0,26	209,90	0,08	321,87	0,10
França	155,84	0,14	1.006,18	0,60	1.216,49	0,45	309,66	0,10
China	83,50	0,07	147,84	0,09	91,41	0,03	306,38	0,10
Angola	73,36	0,07	43,92	0,03	1.392,39	0,51	301,30	0,10
Irlanda	(c)	(c)	462,40	0,27	27,26	0,01	272,92	0,09
Seychelles	-	-	(c)	(c)	85,14	0,03	270,02	0,09
Alemanha	135,13	0,12	110,24	0,07	236,96	0,09	209,37	0,07
Dinamarca	12.566,62	11,29	9.289,54	5,49	779,16	0,29	201,72	0,07
Equador	39,16	0,04	30,50	0,02	105,64	0,04	142,66	0,05
Japão	41,44	0,04	40,94	0,02	93,65	0,03	136,84	0,04
Austrália	0,00	0,00	(c)	(c)	70,70	0,03	127,15	0,04
África do Sul	(c)	(c)	21,09	0,01	90,40	0,03	120,69	0,04
Anguila	-	-	0,91	0,00	2,05	0,00	118,28	0,04
Ilha de Man	18,08	0,02	18,01	0,01	97,39	0,04	95,38	0,03
Hong Kong	0,25	0,00	2,98	0,00	21,02	0,01	95,16	0,03
Malta	-	-	-	-	9,27	0,00	94,24	0,03
Costa Rica	26,64	0,02	59,84	0,04	71,43	0,03	90,64	0,03
Guernsey	11,29	0,01	-	-	(c)	(c)	89,62	0,03
Bolívia	52,96	0,05	85,82	0,05	128,37	0,05	87,37	0,03
Ilhas São Cristóvão e Neves	11,77	0,01	19,03	0,01	42,48	0,02	77,94	0,03
Ilhas Marshall	(c)	(c)	(c)	(c)	44,58	0,02	68,10	0,02
Moçambique	(c)	(c)	53,80	0,03	43,27	0,02	57,49	0,02
Emirados Árabes Unidos	0,17	0,00	11,17	0,01	0,64	0,00	51,98	0,02

Santa Lúcia	-	-	2,20	0,00	7,03	0,00	47,28	0,02
Aruba	(c)	(c)	(c)	(c)	4,54	0,00	43,73	0,01
Honduras	-	-	-	-	-	-	39,24	0,01
Turquia	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)	35,62	0,01
Guatemala	(c)	(c)	(c)	(c)	3,51	0,00	33,98	0,01
Antigua e Barbuda	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)	30,75	0,01
Gana	-	-	(c)	(c)	0,99	0,00	29,88	0,01
El Salvador	(c)	(c)	(c)	(c)	7,83	0,00	26,54	0,01
Maurício	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)	22,51	0,01
Noruega	1,77	0,00	105,34	0,06	33,27	0,01	22,27	0,01
Cingapura	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)	14,62	0,00
Samoa	-	-	(c)	(c)	0,29	0,00	14,39	0,00
Ilhas Jersey	30,19	0,03	131,44	0,08	95,98	0,04	14,28	0,00
Israel	-	-	(c)	(c)	6,90	0,00	11,13	0,00
Gibraltar	323,55	0,29	(c)	(c)	7,28	0,00	10,63	0,00
Eslováquia	(c)	(c)	165,73	0,10	(c)	(c)	9,80	0,00
Índia	(c)	(c)	16,37	0,01	17,92	0,01	9,04	0,00
Porto Rico	6,86	0,01	6,76	0,00	10,36	0,00	8,57	0,00
Mônaco	-	-	(c)	(c)	12,67	0,00	3,89	0,00
Antilhas Holandesas	1.351,03	1,21	549,58	0,33	1.356,47	0,50	-	-
Bahrein	(c)	(c)	2,04	0,00	(c)	(c)	(c)	(c)
Suécia	(c)	(c)	-	-	78,56	0,03	(c)	(c)
Outros	215,49	0,19	479,64	0,28	503,05	0,18	374,88	0,12

Fonte: Capitais brasileiros no exterior - CBE/Bacen

Quadro 3 – Síntese do Investimento Direto Brasileiro no Exterior - US\$ milhões

Países e Regiões	2007	%	2016	%
África	73,36	0,07	779,38	0,25
América Central e Caribe	40.520,16	36,39	154.282,72	50,16
América do Norte	6.078,61	5,46	10.334,02	3,36
América do Sul	5.935,99	5,33	18.637,16	6,06
Ásia	125,19	0,11	562,04	0,18
Europa	56.229,48	50,50	119.434,03	38,83
Oriente Médio	0,17	0,00	63,11	0,02
Demais países	2.375,91	2,13	3.458,31	1,12
Total	111.338,88	100	307.550,77	100

Fonte: Capitais brasileiros no exterior - CBE/Bacen

Quadro 4 – Investimento direto estrangeiro – US\$ milhões

Países/Regiões	1980	1990	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Mundo	54.395,65	204.905,02	1.358.613,28	772.661,57	589.835,64	550.632,96	692.597,60	948.933,01	1.403.547,68	1.893.815,17	1.485.205,25	1.179.064,26
<i>Economias Desenvolvidas</i>	46.976,50	170.195,30	1.121.109,69	548.452,19	413.612,33	337.938,63	401.770,31	586.804,46	941.412,80	1.284.170,63	789.769,62	656.281,18
Estados Unidos	16.918,00	48.422,00	314.007,00	159.461,00	74.457,00	53.146,00	135.826,00	104.773,00	237.136,00	215.952,00	306.366,00	143.604,00
Canadá	5.807,29	7.582,28	66.795,05	27.663,42	22.155,46	7.482,25	- 445,04	25.691,56	60.293,91	116.820,59	61.552,52	22.699,68
Europa	21.763,90	102.658,71	709.423,02	345.697,36	290.174,16	264.100,68	213.743,61	475.792,13	605.811,81	874.371,34	337.042,90	440.908,57
Alemanha	342,01	2.962,36	198.279,34	26.402,00	53.522,33	32.376,77	- 10.192,18	47.449,80	55.654,56	80.212,48	8.127,03	23.805,60
França	3.328,24	16.520,25	27.496,87	15.947,98	21.514,56	7.855,01	- 2.573,58	33.233,73	25.325,77	63.499,57	37.593,43	30.733,49
Itália	576,58	6.344,88	13.374,79	14.870,56	17.054,88	19.424,38	20.125,86	23.291,30	42.580,92	43.849,35	- 10.835,32	20.076,60
Reino Unido	10.122,80	30.461,12	115.304,02	35.948,78	19.683,07	16.590,15	61.219,74	182.927,94	147.372,43	176.838,64	92.158,33	89.709,14
Japão	278,00	1.806,04	8.322,74	6.241,60	9.239,35	6.323,98	7.815,42	2.775,76	- 6.505,84	22.548,85	24.425,12	11.938,34
<i>Economias em Desenvolvimento</i>	7.395,55	34.648,57	231.581,10	215.952,62	166.177,86	194.861,80	261.830,31	331.467,64	403.306,25	522.411,32	577.702,44	461.004,40
América Latina e Caribe	6.302,88	8.536,83	79.787,75	72.777,05	56.340,71	45.573,62	67.977,86	77.136,98	73.830,20	116.934,17	138.785,52	86.258,72
Argentina	678,00	1.836,00	10.418,31	2.166,14	2.148,91	1.652,01	4.124,71	5.265,26	5.537,35	6.473,16	9.725,55	4.017,16
Brasil	1.910,20	988,80	32.779,24	22.457,35	16.590,20	10.143,53	18.145,88	15.066,29	18.822,21	34.584,90	45.058,16	25.948,58
Chile	213,20	661,20	4.860,00	4.199,80	2.550,00	4.333,67	7.241,04	7.096,89	7.426,27	12.571,56	15.518,19	14.052,14
México	2.099,30	2.633,24	18.247,12	30.041,84	24.055,32	18.225,13	24.916,40	26.023,12	21.098,12	32.468,26	29.420,00	18.165,25
Ásia	573,19	22.973,20	142.034,11	122.996,00	94.954,37	130.709,92	175.731,63	224.575,71	293.523,24	353.172,38	378.488,88	316.313,26
China	57,00	3.487,11	40.714,81	46.877,59	52.742,86	53.504,70	60.630,00	72.406,00	72.715,00	83.521,00	108.312,00	95.000,00
Coréia do Sul	47,10	1.045,60	11.509,40	6.522,30	5.475,10	7.010,00	13.294,40	13.643,20	9.161,90	8.826,90	11.187,50	9.021,90
Hong Kong	710,20	3.275,07	54.581,92	29.060,68	3.662,17	17.830,80	29.153,83	34.057,83	41.810,65	58.403,47	58.315,39	55.535,20
Índia	79,16	236,69	3.587,99	5.477,64	5.629,67	4.321,08	5.777,81	7.621,77	20.327,76	25.349,89	47.102,42	35.633,94
Singapura	1.235,75	5.574,75	14.751,79	17.301,64	5.338,35	16.353,25	22.324,89	17.747,78	37.480,38	42.608,92	11.810,14	18.531,88
Economias em desenvolvimento excluindo a China	7.338,55	31.147,41	190.864,44	169.073,83	113.434,90	141.357,10	201.200,31	259.056,64	330.591,22	438.890,32	469.390,44	366.004,40

Mercosul	2.987,66	3.715,59	48.269,94	28.672,98	19.720,76	14.276,84	24.113,64	23.803,46	25.440,04	45.877,82	59.779,24	30.582,66
Unasul	3.520,69	5.042,17	57.058,97	37.832,52	27.990,13	22.684,93	36.984,45	44.074,08	43.574,75	73.292,26	94.301,44	59.902,19
Demais países e regiões	23,60	61,15	5.922,49	8.256,75	10.045,45	17.832,53	28.996,98	30.660,91	58.828,63	87.233,23	117.733,20	61.778,68

Fonte: UNCTAD

Quadro 5 – Investimento direto estrangeiro – US\$ milhões (*cont.*)

Países/Regiões	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	1.371.919,37	1.567.676,51	1.574.711,50	1.425.376,56	1.338.531,81	1.921.305,54	1.867.532,71	1.429.807,45
<i>Economias Desenvolvidas</i>	679.764,04	824.391,27	858.262,91	693.153,70	596.699,15	1.141.250,62	1.133.245,24	712.382,92
Estados Unidos	198.049,00	229.862,00	199.034,00	201.393,00	201.734,00	465.765,00	457.126,00	275.381,00
Canadá	28.400,44	39.669,30	43.111,01	69.391,14	58.933,19	45.602,45	37.297,43	24.243,75
Europa	410.560,69	485.082,25	542.242,11	349.502,46	274.550,15	595.162,66	564.936,83	333.722,35
Alemanha	65.642,99	67.513,66	28.181,12	15.573,18	4.863,17	33.276,35	16.982,40	34.726,28
França	13.890,09	31.641,91	16.062,05	34.270,32	2.669,33	45.346,63	35.165,18	49.794,91
Itália	9.178,26	34.323,80	92,51	24.272,56	23.223,00	19.628,26	22.243,01	17.077,15
Reino Unido	58.200,28	42.200,40	55.446,12	51.675,81	24.690,24	32.720,42	196.130,49	15.090,04
Japão	- 1.251,81	- 1.758,33	1.731,53	2.303,72	12.029,76	3.308,82	11.388,42	10.429,83
<i>Economias em Desenvolvimento</i>	628.479,92	663.855,73	651.500,38	648.538,52	685.291,96	744.032,48	670.158,18	670.657,99
América Latina e Caribe	166.797,11	198.063,85	190.089,60	179.645,07	170.603,41	169.233,26	139.698,45	151.336,74
Argentina	11.332,72	10.839,93	15.323,93	9.821,66	5.065,34	11.758,99	3.260,16	11.857,01
Brasil	83.748,99	96.152,37	76.097,95	53.564,40	73.370,12	64.291,36	57.999,44	62.712,61
Chile	14.910,45	21.657,67	28.100,00	21.168,37	24.262,05	19.540,88	11.163,04	6.729,58
México	27.319,02	25.221,35	21.730,32	48.491,72	28.672,01	34.857,63	29.755,07	29.695,01
Ásia	412.870,91	416.849,97	405.845,43	415.393,78	459.970,96	516.406,95	475.347,43	475.839,21
China	114.734,00	123.985,00	121.080,00	123.911,00	128.500,00	135.610,00	133.710,00	136.320,00
Coreia do Sul	9.497,40	9.773,00	9.495,90	12.766,60	9.273,60	4.104,10	12.104,30	17.052,80

Hong Kong	70.540,74	96.580,81	70.179,80	74.294,22	113.037,78	174.352,89	117.386,97	104.332,98
Índia	27.417,08	36.190,46	24.195,77	28.199,45	34.582,10	44.064,10	44.480,57	39.916,09
Singapura	57.460,08	39.992,05	59.837,32	57.453,37	73.474,69	62.745,73	77.454,30	62.005,97
Economias em desenvolvimento excluindo a China	513.745,92	539.870,73	530.420,38	524.627,52	556.791,96	608.422,48	536.448,18	534.337,99
Mercosul	99.406,78	115.817,66	100.334,11	69.778,37	80.147,37	78.044,62	61.905,18	74.732,85
Unasul	129.960,65	161.282,82	157.356,47	119.834,02	126.865,61	119.870,18	95.150,67	104.205,88
Demais países e regiões	63.675,40	79.429,51	64.948,22	83.684,34	56.540,70	36.022,44	64.129,29	46.766,54

Fonte: UNCTAD

Quadro 6 – Participação no Investimento Direto Estrangeiro

Países/Regiões	1980	1990	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Economias Desenvolvidas</i>	86,36	83,06	82,52	70,98	70,12	61,37	58,01	61,84	67,07	67,81	53,18	55,66	49,55	52,59	54,50	48,63	44,58	59,40	60,68	49,82
Estados Unidos	31,10	23,63	23,11	20,64	12,62	9,65	19,61	11,04	16,90	11,40	20,63	12,18	14,44	14,66	12,64	14,13	15,07	24,24	24,48	19,26
Canadá	10,68	3,70	4,92	3,58	3,76	1,36	-0,06	2,71	4,30	6,17	4,14	1,93	2,07	2,53	2,74	4,87	4,40	2,37	2,00	1,70
Europa	40,01	50,10	52,22	44,74	49,20	47,96	30,86	50,14	43,16	46,17	22,69	37,39	29,93	30,94	34,43	24,52	20,51	30,98	30,25	23,34
Alemanha	0,63	1,45	14,59	3,42	9,07	5,88	-1,47	5,00	3,97	4,24	0,55	2,02	4,78	4,31	1,79	1,09	0,36	1,73	0,91	2,43
França	6,12	8,06	2,02	2,06	3,65	1,43	-0,37	3,50	1,80	3,35	2,53	2,61	1,01	2,02	1,02	2,40	0,20	2,36	1,88	3,48
Itália	1,06	3,10	0,98	1,92	2,89	3,53	2,91	2,45	3,03	2,32	-0,73	1,70	0,67	2,19	0,01	1,70	1,73	1,02	1,19	1,19
Reino Unido	18,61	14,87	8,49	4,65	3,34	3,01	8,84	19,28	10,50	9,34	6,21	7,61	4,24	2,69	3,52	3,63	1,84	1,70	10,50	1,06
Japão	0,51	0,88	0,61	0,81	1,57	1,15	1,13	0,29	-0,46	1,19	1,64	1,01	-0,09	-0,11	0,11	0,16	0,90	0,17	0,61	0,73
<i>Economias em Desenvolvimento</i>	13,60	16,91	17,05	27,95	28,17	35,39	37,80	34,93	28,73	27,59	38,90	39,10	45,81	42,35	41,37	45,50	51,20	38,73	35,88	46,91
América Latina e Caribe	11,59	4,17	5,87	9,42	9,55	8,28	9,81	8,13	5,26	6,17	9,34	7,32	12,16	12,63	12,07	12,60	12,75	8,81	7,48	10,58
Argentina	1,25	0,90	0,77	0,28	0,36	0,30	0,60	0,55	0,39	0,34	0,65	0,34	0,83	0,69	0,97	0,69	0,38	0,61	0,17	0,83
Brasil	3,51	0,48	2,41	2,91	2,81	1,84	2,62	1,59	1,34	1,83	3,03	2,20	6,10	6,13	4,83	3,76	5,48	3,35	3,11	4,39
Chile	0,39	0,32	0,36	0,54	0,43	0,79	1,05	0,75	0,53	0,66	1,04	1,19	1,09	1,38	1,78	1,49	1,81	1,02	0,60	0,47
México	3,86	1,29	1,34	3,89	4,08	3,31	3,60	2,74	1,50	1,71	1,98	1,54	1,99	1,61	1,38	3,40	2,14	1,81	1,59	2,08

Ásia	1,05	11,21	10,45	15,92	16,10	23,74	25,37	23,67	20,91	18,65	25,48	26,83	30,09	26,59	25,77	29,14	34,36	26,88	25,45	33,28
China	0,10	1,70	3,00	6,07	8,94	9,72	8,75	7,63	5,18	4,41	7,29	8,06	8,36	7,91	7,69	8,69	9,60	7,06	7,16	9,53
Coreia do Sul	0,09	0,51	0,85	0,84	0,93	1,27	1,92	1,44	0,65	0,47	0,75	0,77	0,69	0,62	0,60	0,90	0,69	0,21	0,65	1,19
Hong Kong	1,31	1,60	4,02	3,76	0,62	3,24	4,21	3,59	2,98	3,08	3,93	4,71	5,14	6,16	4,46	5,21	8,44	9,07	6,29	7,30
Índia	0,15	0,12	0,26	0,71	0,95	0,78	0,83	0,80	1,45	1,34	3,17	3,02	2,00	2,31	1,54	1,98	2,58	2,29	2,38	2,79
Singapura	2,27	2,72	1,09	2,24	0,91	2,97	3,22	1,87	2,67	2,25	0,80	1,57	4,19	2,55	3,80	4,03	5,49	3,27	4,15	4,34
Economias em desenvolvimento excluindo a China	13,49	15,20	14,05	21,88	19,23	25,67	29,05	27,30	23,55	23,17	31,60	31,04	37,45	34,44	33,68	36,81	41,60	31,67	28,72	37,37
Mercosul	5,49	1,81	3,55	3,71	3,34	2,59	3,48	2,51	1,81	2,42	4,02	2,59	7,25	7,39	6,37	4,90	5,99	4,06	3,31	5,23
Unasul	6,47	2,46	4,20	4,90	4,75	4,12	5,34	4,64	3,10	3,87	6,35	5,08	9,47	10,29	9,99	8,41	9,48	6,24	5,09	7,29
Demais países e regiões	0,04	0,03	0,44	1,07	1,70	3,24	4,19	3,23	4,19	4,61	7,93	5,24	4,64	5,07	4,12	5,87	4,22	1,87	3,43	3,27

Fonte: UNCTAD

Quadro 7 – Total das fusões e aquisições – US\$ milhões

Países/Regiões	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	165.425,42	198.597,50	535.035,30	619.808,77	1.032.688,93	617.648,58	287.617,21	347.093,95	553.442,28	328.224,00	262.516,52	428.126,48	735.125,70	886.901,35	693.962,04
<i>Economias Desenvolvidas</i>	135.116,24	174.677,17	472.341,64	526.532,86	905.808,34	474.067,02	236.783,88	259.926,37	436.925,58	266.772,82	230.122,34	293.061,92	640.761,90	806.398,33	568.909,09
Estados Unidos	36.147,04	31.966,38	68.193,71	125.562,86	177.070,29	221.863,51	65.829,84	84.343,67	146.144,38	64.752,27	43.424,07	14.130,46	303.980,85	362.878,09	308.912,21
Canadá	521,74	1.149,74	16.136,32	37.748,00	99.677,86	35.143,45	12.364,19	13.271,89	33.314,73	29.450,34	23.618,47	35.501,75	14.860,16	11.982,01	9.827,66
Europa	90.668,60	134.468,46	376.068,22	352.706,69	560.903,97	172.447,98	140.217,05	127.457,84	213.654,03	144.243,41	138.853,94	211.770,37	301.096,86	384.897,54	223.371,95
Alemanha	20.904,40	30.526,36	47.939,50	40.191,39	37.546,46	32.216,33	12.741,91	10.514,78	13.439,57	7.793,30	17.456,56	17.377,58	14.592,64	7.553,08	23.391,06
França	11.469,25	10.757,89	25.162,82	21.053,13	30.145,19	6.609,23	608,93	3.572,92	23.160,92	12.013,05	9.478,72	26.793,90	44.001,88	24.466,04	40.379,28
Itália	8.718,59	6.991,05	34.138,87	25.826,82	27.210,92	5.150,29	2.335,28	6.329,27	15.095,19	5.286,16	5.770,81	14.562,13	20.081,03	8.417,29	10.364,73
Reino Unido	20.086,34	46.496,63	161.519,17	123.332,95	166.225,00	154.587,03	25.933,19	60.826,05	46.059,91	36.575,58	32.893,33	37.323,15	70.786,58	255.111,80	31.176,47
Japão	3.933,06	11.025,84	561,44	12.061,99	17.858,58	7.993,60	6.335,84	7.114,14	4.671,20	1.790,77	4.423,39	6.159,33	3.064,90	20.941,90	8.349,23
<i>Economias em Desenvolvimento</i>	20.129,73	21.751,16	67.769,72	83.197,56	95.048,95	117.713,34	43.899,24	83.072,42	83.550,75	54.626,11	87.238,87	129.356,93	84.364,09	75.485,49	112.349,51
América Latina e Caribe	3.440,44	8.009,06	11.739,38	8.035,66	21.647,93	9.232,75	910,60	29.012,91	18.927,24	22.586,12	35.587,36	26.367,87	10.952,06	18.099,32	29.534,81

Argentina	1.775,15	0,15	358,43	384,75	988,70	- 1.757,18	96,94	3.456,68	- 294,87	342,79	- 52,50	- 5.301,85	- 349,60	- 676,74	- 147,72
Brasil	1.693,01	4.132,91	3.872,83	2.891,05	7.633,75	1.900,38	83,77	10.115,03	15.106,71	17.316,14	10.825,92	14.339,64	1.643,38	9.849,38	25.461,69
Chile	- 498,21	1.481,06	- 747,06	138,03	1.897,59	3.251,97	1.533,61	825,66	513,94	- 78,40	2.513,81	8.611,54	2.210,52	491,76	0,09
México	194,91	1.085,01	1.419,03	637,79	3.144,41	2.305,55	129,33	7.989,01	1.143,01	1.115,83	15.896,21	4.001,43	4.792,40	5.256,08	2.925,29
Ásia	12.842,98	12.449,88	47.076,60	64.539,49	67.842,10	84.683,12	38.902,99	37.723,03	55.966,62	33.360,23	47.828,59	97.269,03	49.918,67	47.698,51	79.362,93
China	3.606,37	5.108,25	9.401,92	9.519,87	8.068,23	17.475,43	11.017,42	6.758,21	11.500,83	9.523,72	31.066,04	56.774,69	12.438,64	11.057,32	8.254,77
Coreia do Sul	3.973,53	2.440,43	5.868,32	- 71,72	101,17	1.107,14	1.962,38	- 2.062,50	2.537,21	- 1.528,43	- 652,11	6.012,76	- 3.769,97	- 333,22	6.823,82
Hong Kong	167,11	340,01	8.435,90	9.929,18	7.210,73	8.651,43	3.530,46	12.684,47	2.124,83	2.912,15	2.246,67	17.476,73	24.244,41	8.435,22	18.423,11
Índia	728,68	1.134,58	697,52	5.114,12	4.652,40	10.302,79	5.876,89	5.612,60	12.794,77	2.805,16	4.644,34	7.857,45	1.323,41	7.957,96	22.762,61
Singapura	1.633,69	704,30	3.856,01	1.764,75	7.690,54	13.882,54	9.871,09	3.858,60	1.614,57	8.022,89	4.134,26	2.302,10	5.144,32	4.449,91	9.883,13
Demais países e regiões	10.179,44	2.169,17	- 5.076,07	10.078,36	31.831,64	25.868,22	6.934,09	4.095,16	32.965,96	6.825,06	- 54.844,69	5.707,64	9.999,71	5.017,54	12.703,45

Fonte: UNCTAD

Quadro 8 – Total das fusões e aquisições por setores – US\$ milhões

Setores	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total	165.425,4 2	198.597,5 0	535.035,3 0	619.808,7 7	1.032.688,9 3	617.648,5 8	287.617,2 1	347.093,9 5	553.442,2 8	328.224,0 0	262.516,5 2	428.126,4 8	735.125,7 0	886.901,3 5	693.962,0 4
Primário (agricultura, silvicultura, pesca, mineração e petróleo)	18.753,28	5.232,90	10.826,23	45.520,21	92.368,67	94.823,92	51.222,23	79.750,64	156.033,0 3	46.226,23	- 12.886,71	37.247,33	34.432,02	82.965,18	24.482,17
Manufaturas	62.093,72	62.257,82	149.245,5 0	188.646,3 2	326.619,05	195.837,6 0	79.380,97	127.775,0 6	204.202,7 6	134.769,7 0	135.453,8 6	188.352,1 4	394.207,8 5	405.882,5 5	326.810,6 9
Alimentos, bebidas e tabaco	21.959,43	5.718,95	42.792,71	7.081,99	50.741,00	13.884,61	9.934,95	38.110,14	45.335,12	32.381,68	54.835,57	34.847,19	26.037,13	138.040,5 7	87.764,91
Produtos químicos	7.909,17	25.276,17	12.269,87	32.654,65	61.456,79	33.529,36	10.773,94	5.116,56	44.621,04	17.331,28	23.413,94	32.005,77	49.149,93	34.803,13	65.253,96
Farmacêutico	3.870,88	7.622,60	18.873,76	15.862,37	54.218,86	44.359,39	18.810,22	29.120,96	33.865,72	13.470,03	4.521,64	51.083,16	112.946,1 1	95.517,82	71.427,59
Equipamentos elétricos e eletrônicos	3.437,50	12.773,80	19.256,63	39.615,27	30.871,37	21.832,62	19.457,12	21.026,46	29.197,98	23.334,27	13.209,77	25.818,39	26.704,80	75.035,69	25.583,69
Metais e produtos metálicos	5.743,36	2.907,85	17.851,22	42.085,08	69.732,51	13.933,62	- 676,75	2.647,77	7.071,61	10.787,75	3.484,90	5.204,56	12.072,10	9.035,97	3.593,31
Veículos a motor e outro equipamento de transporte	4.969,44	488,76	9.235,94	5.633,50	3.301,99	10.626,44	11.498,18	7.503,84	5.392,15	2.584,79	2.281,98	13.834,24	19.860,82	- 1.200,51	5.934,58

Produtos minerais não-metálicos	1.088,44	3.341,61	10.514,21	6.329,60	37.276,53	29.153,54	365,53	3.876,82	1.520,44	2.322,91	8.884,49	5.954,62	31.293,27	6.408,81	3.904,97
Máquinas e equipamentos	5.042,41	1.093,88	1.693,92	17.731,22	16.469,98	10.871,03	2.231,82	7.920,65	14.904,57	15.120,83	11.393,61	12.723,79	23.753,96	31.551,11	51.579,80
Outras Manufaturas	8.073,09	3.034,20	16.757,26	21.652,64	2.550,02	17.646,97	6.985,96	12.451,86	22.294,15	17.436,17	13.427,97	6.880,43	92.389,74	16.689,96	11.767,89
Serviços	84.578,42	131.106,77	374.963,56	385.642,25	613.701,21	326.987,06	157.014,01	139.568,25	193.206,49	147.228,06	139.949,37	202.527,01	306.485,82	398.053,62	342.669,18
Eletricidade, gás e água	9.203,74	2.361,66	104.730,64	1.981,87	109.520,15	48.617,67	61.631,67	3.568,35	26.820,13	16.610,06	15.219,56	13.067,89	17.764,29	66.433,78	54.161,42
Comércio	11.031,63	10.809,70	16.947,38	10.607,98	42.391,35	33.183,55	5.555,35	12.774,34	19.477,38	14.711,48	3.173,28	37.594,76	15.504,27	50.345,79	12.015,15
Informação e comunicação	24.041,55	3.961,00	76.802,71	104.930,67	57.881,59	32.411,86	49.072,20	20.876,16	37.432,38	36.524,99	27.096,52	71.511,41	19.130,05	23.521,85	38.945,85
Transporte e armazenamento	11.573,41	5.168,40	34.766,30	51.111,61	33.134,40	24.909,20	5.461,41	12.454,92	15.022,92	19.339,92	13.429,04	17.756,28	34.246,66	46.198,35	22.627,11
Financeiro	16.842,28	64.708,83	58.063,91	109.114,89	246.680,66	74.451,89	10.325,83	32.649,22	38.853,13	17.116,07	12.525,75	88.569,47	100.961,50	97.101,84	58.861,27
Serviços prestados às empresas	10.853,57	37.236,67	69.270,33	68.850,05	85.239,17	99.715,39	13.587,36	38.400,98	43.880,90	35.976,49	50.087,47	85.379,26	93.500,63	74.890,21	106.943,37
Saúde	507,22	2.806,66	3.914,67	10.281,97	11.547,59	1.879,55	1.110,64	8.543,87	3.445,20	5.444,16	4.154,19	3.843,21	8.033,97	14.098,89	9.079,86
Outros Serviços	525,03	4.053,86	10.467,62	28.763,22	27.306,30	11.817,96	10.269,57	17.437,11	8.274,45	1.504,90	14.263,57	27.827,54	17.344,46	25.462,91	40.035,15

Fonte: UNCTAD

Quadro 9 – Total dos investimentos na modalidade *Greenfield* – US\$ milhões

Países/Regiões	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	771.732,31	650.579,37	634.646,30	820.043,66	789.442,80	1.298.447,12	954.799,07	829.835,75	875.998,99	642.044,77	825.569,27	725.807,76	771.989,50	833.285,70	720.334,18
<i>Economias Desenvolvidas</i>	274.926,77	224.876,50	231.945,21	313.170,50	291.523,56	423.195,43	331.800,75	302.561,30	298.968,45	239.555,17	264.013,05	240.511,62	272.104,90	254.186,75	318.406,02
Estados Unidos	30.125,14	31.500,70	36.760,97	42.148,09	46.578,91	58.408,36	78.200,02	62.481,12	77.154,89	62.673,02	74.329,42	62.023,11	70.647,58	58.179,25	94.477,93
Canadá	25.528,60	15.639,80	29.370,95	15.711,42	8.759,54	17.080,57	16.343,66	19.711,96	30.015,34	11.963,78	17.780,16	18.470,79	12.244,63	10.734,97	14.807,65
Europa	133.098,43	139.966,70	146.839,95	207.446,37	209.860,52	303.097,62	206.292,16	157.133,01	162.753,03	142.469,42	142.980,69	131.592,31	162.511,29	152.087,49	179.297,35
Alemanha	17.496,70	9.790,17	13.009,40	14.951,05	14.264,79	26.965,64	17.530,72	15.286,65	15.851,89	11.687,00	12.284,08	9.988,32	16.492,03	15.387,70	16.629,51
França	3.562,60	6.312,74	11.078,28	17.382,12	19.218,89	24.118,90	12.754,84	8.491,24	10.302,25	9.210,47	10.730,95	8.439,38	10.547,27	15.955,21	15.822,66
Itália	4.965,20	7.233,94	6.726,76	9.925,54	10.071,09	10.948,12	10.319,38	10.144,97	5.106,49	4.048,95	3.440,36	5.045,01	4.914,72	6.522,97	6.310,27

Reino Unido	21.401,30	22.622,27	20.755,55	31.636,25	27.478,15	66.103,35	64.122,93	28.795,80	36.367,35	47.531,24	36.875,11	44.598,75	59.729,80	38.330,03	37.473,04
Japão	7.746,60	9.174,50	2.920,60	7.986,72	6.027,67	9.822,75	5.748,51	6.606,64	4.959,56	4.741,50	10.924,71	8.603,57	9.030,36	8.463,16	6.960,56
Economias em Desenvolvimento	437.530,73	384.175,64	349.941,56	464.500,28	431.744,46	777.839,41	574.465,94	481.743,28	522.637,73	365.636,31	523.967,04	459.330,60	461.849,14	514.238,57	366.503,83
América Latina e Caribe	103.428,61	56.453,70	65.761,52	54.891,69	55.848,74	124.245,20	108.177,90	106.466,39	119.822,94	75.878,77	156.267,10	89.056,10	72.152,71	74.215,43	70.053,74
Argentina	5.802,81	3.632,39	2.121,35	3.254,80	4.397,55	5.817,64	8.624,35	6.135,69	11.907,50	5.785,83	4.961,12	3.475,71	3.192,77	11.817,95	4.523,16
Brasil	26.412,15	17.623,96	21.140,28	11.408,60	13.876,40	34.060,54	32.100,37	41.007,59	45.466,89	28.336,59	27.543,50	17.848,59	17.171,63	12.819,31	11.054,40
Chile	23.223,60	4.817,60	5.674,90	3.260,47	3.006,06	6.513,07	13.444,13	5.698,90	14.385,76	10.998,80	11.812,71	5.361,70	9.730,15	6.209,27	4.546,51
México	14.130,05	9.115,10	6.831,26	17.480,76	13.676,84	35.935,18	27.386,25	15.273,94	20.842,07	17.889,20	36.071,05	35.659,34	25.563,90	27.045,23	28.076,50
Ásia	281.343,01	291.946,08	223.534,41	334.992,20	316.569,80	507.726,89	378.737,74	299.626,70	329.944,52	239.482,16	297.601,36	279.244,16	322.143,34	345.532,11	210.539,77
China	128.734,99	123.908,85	81.565,19	118.906,71	100.715,44	117.596,92	108.940,71	97.808,16	106.696,10	79.637,46	86.942,65	79.131,13	60.398,89	62.427,32	53.394,04
Coreia do Sul	19.203,00	11.590,10	7.721,15	7.653,20	9.944,87	10.670,74	4.409,62	4.687,64	10.089,77	7.990,50	10.348,01	10.411,91	9.062,37	9.896,00	5.424,02
Hong Kong	4.078,87	3.843,00	3.577,20	4.276,82	3.740,43	6.205,58	7.737,60	5.958,23	6.456,90	6.965,64	7.050,65	5.700,70	4.382,66	6.259,16	6.680,65
Índia	16.302,90	27.263,70	22.279,99	58.796,68	40.250,92	64.634,11	50.329,79	39.868,88	46.672,47	31.766,08	23.804,58	25.910,55	61.509,15	61.798,51	26.042,46
Singapura	7.932,90	11.607,98	7.114,74	13.337,10	15.905,81	10.429,64	11.618,54	16.427,03	18.587,87	9.187,85	9.286,35	12.215,94	8.450,80	12.343,38	16.146,51
Demais países e regiões	59.274,82	41.527,23	52.759,53	42.372,88	66.174,78	97.412,28	48.532,39	45.531,16	54.392,81	36.853,29	37.589,18	25.965,54	38.035,45	64.860,38	35.424,34

Fonte: UNCTAD

Quadro 10 – Total dos investimentos na modalidade *Greenfield* por setores – US\$ milhões

Setores	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total	771.732,31	650.579,37	634.646,30	820.043,66	789.442,80	1.298.447,12	954.799,07	829.835,75	875.998,99	642.044,77	825.569,27	725.807,76	771.989,50	833.285,70	720.334,18
Primário (agricultura, silvicultura, pesca, mineração e petróleo)	182.129,13	82.712,94	112.467,78	60.574,09	51.154,04	136.715,58	119.271,71	57.836,91	74.924,11	25.012,54	41.053,17	42.682,88	32.835,77	53.788,17	20.749,56
Manufaturas	381.926,61	345.164,64	290.918,85	403.223,86	352.315,70	508.897,18	377.181,68	439.447,80	436.000,13	279.368,91	319.592,15	321.443,13	319.711,96	295.365,47	337.728,59
Alimentos, bebidas e tabaco	18.451,39	17.076,76	11.274,49	16.209,07	15.952,81	25.488,85	34.187,92	19.781,35	26.224,02	22.273,48	23.033,62	22.797,09	25.139,21	24.475,34	28.700,15
Têxteis, vestuário e couro	8.617,97	11.740,39	8.604,55	11.281,19	12.856,25	15.991,04	20.330,93	20.298,84	19.040,04	15.384,24	29.229,67	32.170,58	27.421,18	27.850,51	28.261,72
Madeira e produtos de madeira	17.659,21	14.562,23	13.073,61	9.481,68	14.795,40	20.636,43	4.887,76	9.514,32	13.694,27	4.191,40	5.101,10	5.907,70	6.151,67	6.073,03	11.774,92
Coque, produtos petrolíferos e combustível nuclear	84.931,60	54.681,42	36.060,20	95.438,95	44.774,42	88.701,13	71.300,34	78.814,28	60.652,04	15.994,17	22.073,91	30.907,16	35.173,90	24.101,53	16.697,06

Produtos químicos	57.816,44	50.429,30	29.641,67	52.461,14	39.657,48	66.529,64	52.913,93	53.855,12	72.119,40	47.072,11	50.733,63	42.122,80	42.575,22	43.360,10	61.487,65
Produtos de borracha e plástico	13.686,24	15.849,29	12.945,41	12.805,35	13.163,56	14.061,12	14.109,38	20.769,21	24.906,45	13.480,49	16.692,61	11.982,73	13.781,09	13.558,96	19.675,29
Equipamentos elétricos e eletrônicos	59.761,03	66.372,12	49.388,09	70.838,89	50.585,78	54.388,42	49.225,41	64.892,03	50.284,81	26.481,84	33.309,71	31.659,12	41.779,41	43.662,67	52.430,17
Metais e produtos metálicos	25.831,92	30.175,22	42.176,98	30.640,03	48.785,73	65.441,66	21.217,26	40.222,67	40.901,64	25.506,23	35.667,31	21.611,38	26.763,80	22.683,16	16.943,37
Veículos a motor e outro equipamento de transporte	74.317,04	61.760,46	57.719,20	67.565,94	72.761,89	91.172,27	68.465,85	92.790,12	83.435,71	74.842,96	60.618,50	83.492,96	63.263,56	55.634,01	62.482,76
Produtos minerais não-metálicos	8.816,31	10.520,61	13.904,26	19.000,19	19.408,95	34.051,02	11.045,72	11.036,70	16.440,79	7.507,65	13.329,91	9.883,79	12.940,88	8.887,67	11.065,58
Máquinas e equipamentos	5.809,90	5.789,93	9.485,49	8.553,41	9.489,59	16.623,45	14.437,68	14.197,07	17.625,05	12.442,99	12.979,87	14.058,59	12.020,68	10.547,11	11.886,89
Outras Manufaturas	6.227,56	6.206,91	6.644,90	8.948,02	10.083,86	15.812,15	15.059,50	13.276,08	10.675,92	14.191,35	16.822,31	14.849,24	12.701,35	14.531,39	16.323,02
Serviços	207.676,58	222.701,80	231.259,68	356.245,71	385.973,05	652.834,36	458.345,68	332.551,04	365.074,75	337.663,33	464.923,94	361.681,75	419.441,77	484.132,06	361.856,03
Eletricidade, gás e água	24.680,50	38.330,56	27.431,48	56.553,17	79.039,34	166.428,51	134.528,74	70.286,57	95.797,39	69.077,25	113.837,04	66.899,52	135.081,77	128.904,22	95.311,68
Construção	21.180,50	35.870,19	26.178,98	77.185,50	67.813,57	121.600,45	76.707,10	40.742,63	37.788,91	68.225,66	55.560,08	71.486,41	89.891,35	126.003,33	61.688,30
Comércio	26.078,01	22.204,26	22.587,14	29.546,99	23.448,63	31.487,07	30.966,36	28.330,62	24.858,04	21.044,35	29.741,80	23.564,72	22.875,64	26.556,49	32.007,01
Hotéis e restaurantes	34.173,90	21.886,93	22.524,69	28.394,14	30.999,08	64.184,24	36.328,41	27.690,91	19.764,23	18.976,44	21.715,22	9.551,98	13.249,41	13.705,05	17.567,57
Transporte e armazenamento	44.018,55	45.575,30	52.541,46	57.980,88	46.984,67	60.239,18	55.272,90	52.309,74	55.809,98	43.151,34	77.600,54	64.338,52	46.705,20	55.620,25	41.179,50
Financeiro	20.935,22	21.730,68	26.745,23	36.824,70	47.986,51	56.510,46	42.608,57	43.030,65	51.210,93	44.145,86	37.192,15	37.971,84	27.337,18	24.067,42	23.565,14
Serviços prestados às empresas	26.110,80	29.340,30	43.290,18	59.654,57	77.889,76	135.793,46	71.176,08	58.956,12	68.199,26	57.814,53	118.735,97	77.286,85	72.523,87	95.819,61	80.201,82
Outros Serviços	10.499,10	7.763,58	9.960,52	10.105,76	11.811,48	16.590,99	10.757,51	11.203,81	11.646,01	15.227,90	10.541,15	10.581,92	11.777,34	13.455,70	10.335,01

Fonte: UNCTA

Quadro 11 – Fusões e Aquisições na América do Sul por transnacionais estadunidenses – US\$ milhões

Ano	Adquirente	Adquirida	País	Valor (US\$ milhões)	Setor de atuação
2000	Alliant Energy Resources	Energisa S.A.	Brasil	148,00	Energia
		CFLCL	Brasil	200,00	Energia
	Pensylvannia Power and Light	CEMAR	Brasil	290,00	Energia
	The AES Corp.	Gener S.A.	Chile	842,00	Energia
		Eletropaulo Metropolitana	Brasil	1.085,00	Energia
		Electricidad de Caracas	Venezuela	1.658,00	Energia
	Merrill Lynch	BRS Investment	Argentina	162,00	Financeiro
	Citibank	Grupo Siembra	Argentina	280,00	Financeiro
	Blackstone Capital	CTI Móvil	Argentina	150,00	Telecomunicações
	BellSouth Corporation	Tele Centro Oeste Celular	Brasil	229,00	Telecomunicações
		Celumóvil S.A	Colômbia	590,00	Telecomunicações
	Velocom Inc	Vésper (Vesper)	Brasil	875,00	Telecomunicações
	Duke Energy	Companhia de Geração Energia Paranapa-Nema	Brasil	289,00	Energia
	Whirlpool Co.	Brasmotor S.A.	Brasil	283,00	Indústria
	Coca-Cola	Companhia Mineira de Refrigerantes	Brasil	120,00	Bebidas
	Bestfoods	Arisco Industrial Ltda.	Brasil	752,00	Alimentos
	Sempre Energy	Sodigas	Argentina	145,00	Energia
2003	Alcoa Inc	Alcoa América Latina (aquisição de 40,6% da Camargo Corrêa)	Argentina	397,00	Mineração
			Brasil		
			Chile		
			Colômbia		
			Peru		
			Uruguai		
			Venezuela		
2006	Apache Corp.	Operaciones de petróleo e gás	Argentina	675,00	Petróleo e Gás
2007	Citigroup	LQIF	Chile	900,00	Financeiro
	General Atlantic	Bolsa de Mercadoria e Futuros	Brasil	534,00	Financeiro
	Ashmore Energy International*	Chilquinta/Luz de Sur	Chile/Peru	685,00	Energia

2008	CME Group Inc.	Bolsa de Mercaderia e Futuros	Brasil	726,00	Financeiro
	Morgan Stanley/Ontario Teaches Pension Plan**	Sociedad Austral de Eletricidad S.A.	Chile	1.270,00	Energia
	Sem informação	Caracara Association Contract	Colômbia	920,00	Petróleo e Gás
	Wal-Mart Services	Distribución y servicios (D&S)	Chile	3.627,00	Alimentos
2009	Capital International	El Tejar Ltda	Argentina	150,00	Pecuária
	Philip Morris	Productora Tabacalera	Colômbia	452,00	Fumo
	Bunge	Usina Moema	Brasil	932,00	Agroindústria
	Bunge	Moema Group Mills	Brasil	1.427,00	Agroindústria
	Tyco Flow Control	Hiter Industria e Comercio	Brasil	105,00	Indústria
	Dow Corning	Globe Metais Industria	Brasil	175,00	Metalurgia
2010	Bunge Ltda	Moema Group Mills y Usina Moema Açúcar e Alcool Ltda	Brasil	2.359,74	Agroindústria
	Investor Group	Mina de Fosfato Bayovar	Peru	660,00	Mineração
	Owens-Illinois Inc.	Cia Industrial de Vidros	Brasil	603,00	Indústria
	Investor Group	YPF S.A.	Argentina	499,99	Petróleo e Gás
	Citigroup Inc.	LQ Inversiones Financieras S.A.	Chile	519,70	Financeiro
	Apax Partners LP	Tivit Terceirização de processos, serviços e tecnologias	Brasil	475,81	Serviços
	Apax Partners LP	Tivit Terceirização de processos, serviços e tecnologias	Brasil	422,56	Serviços
	Carlyle Group LLC	CVC Brasil operadora e agência de viagens	Brasil	401,01	Turismo
	The Mosaic Co.	Vale S.A. Mitsui Co. Ltda-Bayovar	Peru	385,00	Mineração
	Pfizer Inc.	Laboratório Teuto brasileiro	Brasil	238,71	Farmacêutica
	Investor Group	Rumo Logística S.A.	Brasil	225,38	Logística
	Eton Park Capital Mgmt LP	Hydro Chile S.A.	Chile	200,00	Energia
	Carlyle Group LLC	Scalina	Brasil	162,57	Indústria
	Turner Intl (Turner Bdcstg)	Red de Televisión Chilevisión	Chile	150,99	Telecomunicações
	Goldman Sachs Group Inc.	Compañías Carbones del Cesar S.A.	Colômbia	100,20	Mineração
2011	Sempre Energy	Chilquinta Energia (Ashore Energy International)	Chile	875,00	Energia
2012	United Group	JPLSPE Empreendimentos (85,5%)	Brasil	3.199,00	Saúde
2013	United Group	Amil Participações (41%)	Brasil	2.322,00	Saúde
	Metlife	AFP Provida (90%)	Chile	1.841,00	Financeiro
	EIG Management Company	Prumo Logística	Brasil	562,00	Infraestrutura
2014	Brookfield Asset Manayement	VLI (27%)	Brasil	845,00	Transporte
	Alliance Boots (Walgreens y KKR)	Farmácia Ahumada	Chile/México	740,00	Comércio

2015	Ball Corp.	Latapack-Ball Embalagens	Brasil	415,00	Indústria
2016	I Squared Capital Advisors US LLC	Duke Energy América Latina	Argentina	1.200,00	Energia
			Chile		
			Ecuador		
			El Salvador		
			Guatemala		
			Peru		
	Fleetlor Technologies Inc.	Serviços e tecnologia de pagamentos S.A.	Brasil	1.089,00	Serviços
	Coty Inc.	Hypermarcar (segmento de beleza e cuidado pessoal)	Brasil	985,00	Indústria
	Fintech Telecom LLC***	Telecom Argentina S.A. (46,31%)	Argentina	849,00	Telecomunicações
	Prudential Financial Inc.	Administradora de fundos de pensão Habitat S.A. (40,23%)	Chile	625,00	Financeiro
	Compass Minerals International Inc.	Produquímica Indústria e Comércio S.A. (65%)	Brasil	480,00	Química
	Merck & Co.	Vallée (93,0%)	Brasil	400,00	Farmacêutica
	TOTAL			44.904,66	

Fonte: CEPAL (Vários anos)

Quadro 12 – Fusões e Aquisições na América do Sul por transnacionais europeias – US\$ milhões

Ano	País	Adquirente	Adquirida	País	Valor (US\$ milhões)	Sector de atuação
2000	Bélgica	Société Européenne des Satellites S.A. (SES)	MCI Embratel	Brasil	135,00	Telecomunicações
	Portugal	PT Multimedia	Zip.Net	Brasil	415,00	Telecomunicações
		Portugal Telecom S.A.	Telesp Celular S.A.	Brasil	1.161,00	Telecomunicações
	França	Électricité de France	Light Serviços de Eletricidade	Brasil	628,00	Energia
		Suez Lyonnaise des Eaux	COSAMA	Brasil	106,00	Saneamento
	Reino Unido	Anglian Water	Aguas Puerto	Chile	137,00	Saneamento
	Itália	Telecom Italia Spa	Globo.com	Brasil	810,00	Financeiro
		Banca Commerciale Italiana	Banco Caja de Ahorro S.A.	Argentina	200,00	Financeiro
		Telecom Italia Mobile-TIM	Maxitel	Brasil	240,00	Telecomunicações
		Telecom Italia	ENTEL	Chile	820,00	Telecomunicações

	Espanha	Unión Fenosa	CORELCA	Colômbia	135,00	Energia
		Unión Fenosa	EPSA	Colômbia	100,00	Energia
		Repsol	Grupo Lipigas	Chile	171,00	Energia
		Endesa	CERJ	Brasil	172,00	Energia
		Banco Santander	Banco Río de la Plata	Argentina	975,00	Financeiro
		Banco Santander	Patagon.com	Argentina	585,00	Telecomunicações
		Endesa	Smartcom PCS	Chile	300,00	Telecomunicações
		Telefónica de Espanha S.A.	Tele Sudeste Celular SA	Brasil	2.419,00	Telecomunicações
		Telefónica de Espanha S.A.	Telefónica do Peru S.A.	Peru	3.218,00	Telecomunicações
		Telefónica de Espanha S.A.	Telefónica de Argentina S.A. - TASA	Argentina	3.718,00	Telecomunicações
		Telefónica de Espanha S.A.	Telefónica do Brasil-TELESP	Brasil	10.423,00	Telecomunicações
		Telefónica de Espanha S.A.	ATCO	Argentina	1.200,00	Telecomunicações
		PETRESA	Deten Química S.A.	Brasil	151,00	Indústria
	Noruega	Statkorn A.S.	EWOS Chile S.A.	Chile	220,00	Alimentos
2002	Reino Unido	Anglo American Plc*	Mina de carbón Cerrejón Zona Norte	Colômbia	200,00	Mineração
		Anglo American Plc.	Compañía Minera Disputada de Las Condes	Chile	1.300,00	Mineração
	Holanda	Royal Ahold N.V.	Disco Ahold International Holdings N.V.	Argentina	490,00	Comércio
		ING	Sul América	Brasil	160,00	Financeiro
	Portugal	Portugal Telecom S.A.	Telesp Celular S.A.	Brasil	603,00	Telecomunicações
	Suiça	Inversiones Suizandina	Masisa S.A.	Chile	150,00	Alimentos
		Nestlé	Chocolates Garoto	Brasil	250,00	Alimentos
	Espanha	Banco Santander	Banco Santiago	Chile	682,00	Financeiro
		Gas Natural SDG	Activos de Iberdrola	Colômbia	137,00	Petróleo e Gás
2003	Reino Unido	Perenco	Reserva Boquerón (60%) y DZO (100%)	Venezuela	160,00	Petróleo e Gás
		Rexam plc	Latasa	Brasil	324,00	Reciclagem
		HSBC	Lloyds TSB	Brasil	815,00	Financeiro
	Portugal	Sonae SGPS	Sonae Produtos Derivado	Brasil	144,00	Madeira

	Luxemburgo	Arcelor	Cia. Siderurgica Tubarão	Brasil	102,00	Siderurgia
	Espanha	Aguas de Barcelona	Aguas Andinas	Chile	189,00	Saneamento
		Endesa S.A.	Central Costanera	Argentina	139,00	Energia
		Iberdrola S.A.	Termopernambuco	Brasil	117,00	Energia
		BrasilCel	Tele Centro Oeste Celular	Brasil	430,00	Telecomunicações
		Banco Santander	Orígenes AFJP	Argentina	150,00	Financeiro
	Holanda	ABN Amro	Banco Sudameris Brasil	Brasil	769,00	Financeiro
2006	Suiça	Glencore	50%+1 de refinaria de Cartagena	Colômbia	656,00	Petróleo e Gás
		UBS AG	Banco Pactual SA	Brasil	1.000,00	Financeiro
	Reino Unido	Xstrata Plc	Mina de Tintaya	Peru	750,00	Mineração
		Xstrata Plc	Operaciones de carbón – Cerrejón	Colômbia	1.712,00	Mineração
2007	Irlanda	Experian Group	Serasa S.A.	Brasil	1.191,00	Financeiro
	Reino Unido	Anglo American	MMX Brasil-Rio	Brasil	1.150,00	Siderurgia
	França	Sodexo Alliance	Vales de alimentação	Brasil	523,00	Serviços
		Carrefour	Atacadão	Brasil	1.100,00	Comércio
		Nexans	Negócio de Cables	Chile	853,00	Metalurgia
	Holanda	ING group	Afore Santander Mexicana/AFP y Cesantía Santander/ Afinidad AFAP S.A.	México	655,00	Financeiro
				Colômbia		
				Uruguai		
			AFP Bansander	Chile	645,00	Financeiro
	Espanha	Abengoa S.A.	Adriano Ometto Participações	Brasil	684,00	Química
		Telefonica S.A.	Tevecop	Brasil	566,00	Telecomunicações
	Luxemburgo	Arcelor Mittal	Acindar	Argentina	543,00	Siderurgia
2008	Luxemburgo	Arcelor Mittal	Arcelor Mittal Inox Brasil	Brasil	1.683,00	Siderurgia
			London Mining South America	Brasil	810,00	Mineração
	Reino Unido	Ashmore Energy International	Chilquinta Energia S.A. Luz de Sur	Chile	685,00	Energia
		Anglo American Plc	Iron X	Brasil	3.493,00	Siderurgia

			Iron X (participação minoritária restante)	Brasil	1.923,00	Siderurgia
	França	Sodexo	Service Vouchers Business	Brasil	523,00	Serviços
	Espanha	Abertis Infraestructuras/Banco Santander	Autopista Central/Rutas del Pacífico	Chile	568,00	Infraestrutura
		Telefonica S.A.	CTC Telefonica Chile	Chile	1.579,00	Telecomunicações
		Abertis Infraestructuras S.A.	Autopsia Central/ Rutas del Pacifico	Chile	1.034,00	Serviços
		FCC/Cajas de Ahorros	Autopistas Chile	Chile	553,00	Infraestrutura
	Noruega	Statoil Hydro ASA	Peregrino Field	Brasil	1.800,00	Petróleo e Gás
2009	Suiça	Xstrata	Glencore-Prodeco Bus	Colômbia	1.962,00	Mineração
	Espanha	Repsol YPF S.A.	Barúa-Motatán	Venezuela	203,00	Petróleo e Gás
	Finlândia	UPM-Kymmene	Metsa-Botnia-Uruguai	Uruguai	2.404,00	Papel e celulose
	Alemanha	MAN SE	Volkswagen Caminhões e Ônibus	Brasil	1.612,00	Automobilística
	Finlândia*	Stora-Enso/Arauco	Grupo Empresarial ENCE	Uruguai	344,00	Papel e celulose
	França	GDF Suez S-Eletric Generation	Codelco-Eletric Generation As	Chile	172,00	Energia
		Louis Dreyfus SAS	Santelisa Vale Bioenergia	Brasil	1.270,00	Energia
		Sanofi-Aventis	Medley Pharmaceuticals	Brasil	689,00	Farmacêutica
		Vivendi S.A.	GVT (57,5%)	Brasil	2.403,00	Telecomunicações
	Portugal	Vivo Participações	Telemig Celular Participações	Brasil	455,00	Telecomunicações
		Telemig Celular Participações	Telemig Celular S.A.	Brasil	182,00	Telecomunicações
	Itália	Ecopistas- Impregilo	Ayrton Senna & Carvalho Pinto	Brasil	304,00	Infraestrutura
		TIM	Holdco Participacoes	Brasil	377,00	Telecomunicações
2010	Reino Unido	Eurasian Natural Resources	BAHIA Minerals BV	Brasil	735,00	Mineração
		Pearson Plc	Sistema educacional brasileiro	Brasil	498,74	Educação
		Eurasian Natural Resources	Mineração Minas Bahia	Brasil	304,00	Mineração
		Glaxo Smith Kline PLC	Laboratórios Phoenix SAcYF	Argentina	253,00	Farmacêutica
		Citigroup Global Markets Ltda	Almacenes Éxto S.A.	Colômbia	216,26	Comércio
		Hochschild Mining PLC	International Minerals Corp.	Peru	115,00	Mineração
	Itália	Autostrade Sud America Srl	Autostrade per il Cile-APC	Chile	659,70	Infraestrutura

	Suiça	Dufry AG	Dufry South America Ltda	Brasil	527,04	Comércio
	França	Capgemini S.A.	C.P.M. Braxis S.A.	Brasil	298,91	Serviços
		Vivendi SA	GVT	Brasil	1.777,43	Telecomunicações
	Espanha	Telefonica S.A.	Vivo (Brasilcel NV)	Brasil	9.742,79	Telecomunicações
		Sacyr Concesiones SL	Concesión de Autopista de acceso a Iquique	Chile	188,60	Infraestrutura
2011	Noruega	Norsk	Ativos em Alumínio da Vale	Brasil	4.948,00	Mineração
	Portugal	Portugal Telecom SGPS	Telemar (25%)	Brasil	3.786,00	Telecomunicações
	França	Groupe Casino	Companhia Brasileira de Distribuição (43%)	Brasil	1.174,00	Comércio
		Sodexo	Puras do Brasil	Brasil	735,00	Hotéis e Restaurantes
2012	Espanha	Abertis	Participes	Brasil	1.667,00	Construção
	Irlanda	Experian	Serasa (30%)	Brasil	1.530,00	Financeiro
2013	Holanda/Reino Unido	Royal Dutch Shell	Bloque BC-10 (23%)	Brasil	1.000,00	Petróleo e Gás
	Noruega	Yara International	Ativos de Produção de Fertilizantes	Brasil	750,00	Agropecuária
	Alemanha	E.ON	Eneva (25%)	Brasil	703,00	Serviços
	Holanda	Koninklijke DSM	Tortuga lo Zootecnica	Brasil	583,00	Agropecuária
	Espanha	Enagas	GNL Quintero (40%)	Chile	352,00	Infraestrutura
2014	Holanda/Reino Unido	Royal Dutch Shell	Cartera de gas natural licuado (GNL) Repsol	Peru	4.100,00	Petróleo e Gás
				Trinidad y Tobago		
				Espanha		
	Espanha	Gas Natural Fenosa	Compañía General de Eletricidad (54%)	Chile	3.300,00	Energia
	Suécia	Millicom	Negócio de Telecomunicações de EPM (50%)	Colômbia	1.300,00	Telecomunicações
	Reino Unido	Pearson	Grupo Multi	Brasil	829,00	Educação
2015	Reino Unido	British American Tobacco (BAT)	Souza Cruz (22%)	Brasil	242,20	Indústria
	Noruega	Statkraft	Empresa Eléctrica Pilmaiquén (98%)	Chile	404,00	Energia
2016	Noruega	Statoil ASA	Bloco de exploração na Bacia de Santos (66%)	Brasil	2.500,00	Petróleo e Gás
	França	Vinci S.A.	Concesión Línea Amarilla	Peru	1.661,00	Serviços
	Espanha	Abertis Infraestructuras S.A.	Concesión Autopista Central (50% restante)	Chile	1.028,00	Serviços

2017	Itália	Enel S.p.A.	Celg Distribuição S.A. (94,8%)	Brasil	647,00	Energia
	Reino Unido	Cubico Sustainable Investments Ltda	2 Plantas eólicas - Casa dos Ventos Energia Renováveis (total 392 MW)	Brasil	494,00	Energia
	Itália	Enel	Celg Distribuição	Brasil	1.429,00	Energia
	Holanda	Heineken	Brasil Kirin Holdings	Brasil	1.090,00	Bebidas
	Suiça	Glencore	Volcan (15,61%, somados a 7,7%, totalizando 23,31%)	Peru	734,00	Mineração
	Reino Unido	Actis LLP	Activos energía solar 578 MW	Brasil	525,00	Energia
	Espanha	Globalvia	Pedágio Ruta 160	Chile	396,00	Serviços
Total					128.029,67	

Fonte: CEPAL (Vários anos)

Quadro 13 – Fusões e Aquisições na América do Sul por transnacionais chinesas – US\$ milhões

Ano	Adquirente	Adquirida	País	Valor (US\$ milhões)	Setor de atuação
2007	Andes Petroleum Company	Reserva de petróleo	Equador	1.420,00	Petróleo
	Sinopec/ONGC*	Omimex da Colômbia (50%)	Colômbia	800,00	Petróleo
2009	Zibo Hongda Mining	Pampa ponga	Peru	100,00	Minério
	Wuhan Iron e Steel	MMX Mineração	Brasil	400,00	Minério
2010	Sinopec Group	Repsol YPF Brasil S.A.	Brasil	711,00	Petróleo
	CNOOC Ltda	Bridas Corp	Argentina	3.100,00	Petróleo
	State Grid	Expansión Transmissão Itumbiar	Brasil	1.701,00	Serviços
	Sinopec	Occidental Argentina	Argentina	2.450,00	Petróleo
2011	Sinochem	Proyecto peregrino (40%)	Brasil	3.070,00	Petróleo
	Sinopec	Petrogal (30%)	Brasil	4.800,00	Petróleo
2014	MMG Ltda and Partners	Yacimiento de Cobre Las Bambas de Glencore	Peru	7.005,00	Minério
	China National Petroleum Corporation	Petrobrás Energia Peru	Peru	2.600,00	Petróleo
	Banco de Construcción de China	Banco Industrial e Comercial (72%)	Brasil	725,00	Financeiro
	China Three Gorges Corp. (CTG)	Central hidroelétrica Jupia e Ilha Solteira	Brasil	3.680,00	Energia
2015	China Molybdenum Co. Ltda	Anglo American - Nióbio e Fosfato	Brasil	1.500,00	Minério
2016	China Three Gorges Corp.	Duke Energy International Brasil	Brasil	1.200,00	Energia
	Hainan Airlines Co. Ltda	Azul S.A. (23,7%)	Brasil	450,00	Transporte

2017	State Grid	CPFL	Brasil	6.700,00	Energia
	China Investment Corporation*	Nova Transportadora do Sudeste (90,0%)	Brasil	5.200,00	Energia
	State Power Investment Corporation	São Simão	Brasil	2.255,00	Energia
	CITIC Agricultural Industry Management	Dow AgroSciences Sementes & Biotecnologia Brasil	Brasil	1.100,00	Agropecuária
	Shandong Gold Mining	Mina Veladero (50,0%)	Argentina	960,00	Minério
				51.927,00	

Fonte: CEPAL (Vários anos)

Quadro 14 – Fusões e Aquisições na América do Sul – países diversos – US\$ milhões

Ano	País	Adquirente	Adquirida	País	Valor (US\$ milhões)	Setor de atuação
2000	México	TELMEX	CONECCEL	Equador	153,00	Telecomunicações
	Canadá	HydroQuébec	TRANSELEC S.A.	Chile	1.076,00	Energia
		Celestica Inc.	NEC Manufaturas	Brasil	120,00	Indústria
		Crestar Energy Inc.	CMS Oil Ecuador	Equador	142,00	Petróleo e Gás
		Aur Resources Inc.	Companhia mineradora Quebrada Branca S.A.	Chile	103,00	Mineração
2002	México	América Móvil	Telecom Américas	Brasil	366,00	Telecomunicações
	Canadá	Molson	Kaiser	Brasil	765,00	Bebidas
2003	Japão	Mitsui & Co. Ltd.	Valepar S.A.	Brasil	830,00	Mineração
	Canadá	Wheaton River Minerals Ltd.	Minera Alumbreira Ltd	Argentina	392,00	Mineração
		Encana Corp	Vintage Oil Ecuador	Equador	137,00	Petróleo e Gás
		Hydro Quebec	Linhas de Transmissão	Chile	110,00	Energia
	Cingapura	RGM International	Klabin Bacell S.A.	Brasil	112,00	Papel e Celulose
	México	América Móvil	BCP S.A.	Brasil	625,00	Telecomunicações
		América Móvil	BSE Sistemas Eletrônicos Ltda.	Brasil	171,00	Telecomunicações
2006	México	Teléfonos de México	Embratel	Brasil	812,00	Telecomunicações
	Canadá	Brookfield Asset	Transelec	Chile	2.367,00	Energia
2007	México	Mexichem	Grupo Amanco	Brasil	500,00	Petroquímica
	Canadá	Rusoro Mining	Ativos na Venezuela	Venezuela	507,00	Mineração
		Bank of Nova Scotia	Banco del Desarrollo	Chile	810,00	Financeiro

2008	Japão	Marubeni Corp	Minera Esperanza	Chile	1.401,00	Mineração
2009	Canadá	Aura Minerals	Yamana Gold Inc.	Brasil	240,00	Mineração
	Japão	Mitsubishi	CAP SA	Chile	171,00	Metalurgia
		Japan Tobacco Inc	Kannenberg & Cia	Brasil	230,00	Comércio
	Hong Kong	Honbridge Holdings	Sul Americana de Metais	Brasil	430,00	Metalurgia
2010	Japão	Sumitomo Corp	Mineração Usiminas	Brasil	1.930,00	Mineração
		Mitsubishi Corp	Compañía Minera del Pacifico SA	Chile	924,00	Mineração
	Canadá	Alberta Investment	Autopista Central SA	Chile	735,00	Infraestrutura
		Barrick Gold Corp	Kinross Gold Corp-Cerro Casale	Chile	474,00	Mineração
		New Gold Inc	Xstrata Copper	Chile	463,00	Mineração
		Aura Minerals Inc	Yamana Gold Inc.	Brasil	240,00	Mineração
	Coréia do Sul	SK Networks Co Ltd	MMX Mineração e Metálicos	Brasil	698,28	Mineração
	México	DirecTV Latin	Sky Brasil	Brasil	604,80	Telecomunicação
		Grupo Casa Saba	Farmacias Ahumada	Chile	604,24	Comércio
		Embotelladoras Arca SAB de CV	Ecuador Bottling Co Corp	Equador	345,00	Bebidas
	Cingapura	Temasek	Odebrecht Óleo e Gás	Brasil	400,00	Construção
	Hong Kong	Honbridge Holdings Ltd	Sul Americana de Metais SA	Brasil	390,00	Mineração
	Índia	Indian Oil	Campo petrolero Carabobo	Venezuela	4.848,00	Petróleo e Gás
		Shree Renuka Sugars Ltd	Equipav SA Açúcar e Alcool	Brasil	331,40	Agroindústria
		Shree Renuka Sugars Ltd	Vale Do Ivaí SA	Brasil	239,99	Agroindústria
2011	México	Telmex	NET Serviços de Comunicação	Brasil	2.544,00	Telecomunicações
	Japão	Kirin Holdings	Schincariol	Brasil	3.877,00	Bebidas
		Itochu	Drummond Colombia (20%)	Colômbia	1.524,00	Mineração
		Sumitomo	Minera Quadra Chile Ltda. (45%)	Chile	724,00	Mineração
	Russia	TNK-BP	Petroperijá (40%), Petromangas (17%) y Boquerón (27%)	Venezuela	1.800,00	Petróleo e Gás
	Hong Kong	Noble Group	Cerradinho	Brasil	940,00	Energia
	Canadá	Alberta Investment	Autopista Central (50%)	Chile	736,00	Infraestrutura
2013	México	Coca-Cola FEMSA	Spaipa SA	Brasil	1.855,00	Bebidas
			Companhia Fluminense de Refrigerantes	Brasil	448,00	Bebidas
	Índia	Oil and Natural Gas Corporation	Bloque BC-10 (12%)	Brasil	529,00	Petróleo e Gás
	Canadá	Canada Pension Plan	Aliansce Shopping Centers (28%)	Brasil	480,00	Imobiliário

2014	Canadá	Lundin Mining Company	Minas Candelaria Ojos del Salado (80%)	Chile	1.800,00	Mineração
	Singapura	Global Logistics Properties	34 propiedades industriales	Brasil	1.368,00	Imobiliário
	Japão	Mitsui & Co	Central hidroeléctrica de Jirau (20%)	Brasil	750,00	Energia
2015	Canadá	Brookfield Asset Management	Ativos Imobiliários	Brasil	598,00	Imobiliário
	Singapura	GIC Pte. Ltd.	Rede d'Or São Luiz (15%)	Brasil	523,00	Saúde
	Japão	Mitsui & Co.	Petrobras Gas (49%)	Brasil	486,00	Petróleo e Gás
2016	México	Coca-Cola Femsa S.A.B. de C.V.	Vonpar S.A.	Brasil	1.029,00	Bebidas
2017	México	Grupo Lala	Vigor Alimentos (99,99%)	Brasil	1.837,00	Alimentos
	Canadá	Brookfield Asset Management	Odebrecht Ambiental (70,0%)	Brasil	768,00	Infraestrutura
	Rússia	Rosneft	Petromonagas (23,3%, somados a 16,7%, totalizando 40%)	Venezuela	500,00	Petróleo e Gás
Total					50.913,71	

Fonte: CEPAL (Vários anos)

